UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI

EXPANSÃO E CRISE NA UNIÃO EUROPEIA.
UM OLHAR PARA A ECONOMIA DA ZONA DO EURO: 2000-2010

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARIA DE FÁTIMA SILVA DO CARMO PREVIDELLI

EXPANSÃO E CRISE NA UNIÃO EUROPEIA.

UM OLHAR PARA A ECONOMIA DA ZONA DO EURO: 2000-2010

Tese apresentada como cumprimento parcial para a obtenção do título de Doutor em História Econômica pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA

São Paulo
2014

RESUMO

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu encontrava-se devastado pelo conflito que havia mobilizado o maior contingente de países envolvidos numa só guerra até então. Nesse cenário, renasceria a ideia de criação de um bloco econômico alinhado aos EUA, mas, ao mesmo tempo, economicamente autônomo. Este seria construído lentamente, entre 1948 a 1989, e chegaria ao fim da década de 1980 com 12 participantes que, mais uma vez, presenciariam uma mudança continente europeu. O final da Guerra Fria e o desmonte do bloco soviético marcariam os novos rumos da integração europeia, agora livre da divisão Leste-Oeste. Ainda assim, o século XX se encerraria com boas perspectivas para os defensores de união dos países da Europa, e o desejo por numa agenda mais profunda do que a econômica e de defesa voltaria à pauta. Contudo, o início do século XXI assistiria a intervenções militares, massacres, “limpezas étnicas”, e guerras justificadas pelo discurso da “Guerra ao Terror”. Além de crises especulativas que levaram a unificação europeia a uma nova fase de busca de identidade e discurso. Adicionalmente, uma crise financeira, com origem na não-realização de investimentos em papéis de origem estadunidense, e garantidos em última instância pelo governo daquele país, alavancaria a crise de dívida pública de alguns países do subconjunto da União Europeia: a Zona do Euro. Sem liberdade para aplicar políticas fiscais, monetárias ou cambiais próprias, tais países se veriam obrigados a arcar com os custos da opção realizada por seus bancos privados, no mercado financeiro internacional. É esse o tema deste trabalho, a formação e expansão do bloco econômico europeu e a crise que atingiu o subconjunto dos países unificados monetariamente, a Zona do Euro.

Palavras-chave: História, Economia, Europa, União Europeia, Zona do Euro, crise.

ABSTRACT

After the Second World War, the European continent found itself devastated by the conflict that had mobilized the largest number of countries involved in one war so far. Such scenario would inspire and renew the wish to create a group of countries aligned with the USA, but at the same time economically autonomous. This would slowly be built between 1948 and 1989. By the end of the decade of 1980, the economic bloc counted twelve participants and, once again, the old continent would go thru another transformation. The end of the Cold War and the dismantling of the Soviet bloc would mark the new direction of European integration, now free of East-West polarities. The twentieth century would end with good prospects for the ones who advocated in favor of a more closely union of the countries of Europe, and the desire for a deeper than economic and defense calendar were put back on the agenda. However, the early twenty-first century would watch military interventions, massacres, "ethnic cleansing", all justified by the discourse of the "War on Terror". In addition, the European unification reached a new phase marked by the search for identity and discourse better related to the new international scenario. In the first decade of this new century, a financial crisis, originated in a low-performing investments in papers of American origin, and ultimately guaranteed by the government of that country, end up by leveraging the public debt in some countries of the European Union, more precisely, in the Eurozone. Without freedom to apply their own fiscal, monetary and exchange rate policies, such countries would be forced to bear the costs of the options held by its private banks in international financial markets. That's the theme of this work, the formation and expansion of European economic bloc and the crisis that hit the Eurozone in the first decade of the 21th Century.

Keywords: History, Economy, Europe, European Union, Euro Area, crisis.

LISTA DE SIGLAS

AELC	Associação Europeia de Livre Comércio
AUE	Ato único Europeu
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BENELUX	Iniciais dos nomes BELgië, NEderland e LUXembourg e se relaciona com a união aduaneira dos países Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, surgida em 1958. Após a adesão da Alemanha, França e Itália, deu origem à Comunidade Econômica Europeia.
CCEE	Comitê de Cooperação Econômica Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEEA	Comunidade Europeia de Energia Atômica
CERS	Comitê Europeu do Risco Sistêmico
CPE	Comunidade Política Europeia
CPE	Comitê de Política Econômica
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ECOFIN	Conselho Econômico e Monetário
ECU	Unidade Europeia de Câmbio
EEE	Espaço Econômico Europeu
EFTA	Associação Europeia de Livre Comércio
FECOM	Fundo Europeu de Cooperação Monetária
FED	Federal Reserve
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRITAL	União Aduaneira entre a França e a Itália
FSAP	Plano de Ação para os Serviços Financeiros (Financial Services Action Plan)
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEC	Imposto Especial de Consumo
IME	Instituto Monetário Europeu
IVA	Imposto de Valor Adicionado
JAI	Justiça e Assuntos Internos
MCE	Mercado Comum Europeu
MET	Mecanismo Europeu de Taxas
MTC	Mecanismo de Taxas de Câmbio
MTO	Mecanismo de objetivo orçamental de médio prazo
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OGPE	Orientações Gerais de Política Econômica
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Política Agrícola Comum
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Pacto de Estabilidade e de Crescimento
PESQ	Política Exterior e Segurança Comum
PIB	Produto Interno Bruto
RDA	República Democrática da Alemanha
RFA	República Federal da Alemanha
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SEBC	Sistema Europeu de Bancos Centrais
SED	(Sozialistische Einheitspartei Deutschlands) Partido Socialista Unificado da Alemanha
SEPA	Área Única de Pagamentos em Euros
SME	Sistema Monetário Europeu
SNA	Sistema de Contas Nacionais
UCE	Unidade de Conta Europeia
UE	União Europeia
UEM	União Econômica e Monetária
UEP	União Europeia de Pagamentos
VAB	Valor Adicionado Bruto

RELAÇÃO DE TABELAS

- Tabela 3.1: Participação da população no total do Grupo (Zona do Euro), por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002)
- Tabela 3.2: Taxa média anual de variação Porcentual do PIB, por país, por fase de implantação da UEM
- Tabela 3.3: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, média do período 1990-2002
- Tabela 3.4: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 1ª Fase de implantação da UEM (1990 a 1993)
- Tabela 3.5: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 2ª Fase de implantação da UEM (1994 a 1998).
- Tabela 3.6: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 3ª Fase de implantação da UEM(1999 a 2002).
- Tabela 3.7: Variação do Consumo Privado em percentagem do PIB, média anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.8: Poupança líquida, valores em percentagem do PIB, por país, anos selecionados, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.9: Formação Bruta de Capital Fixo como percentagem do PIB, valor médio anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.10: Contas do Governo, média anual em percentagem do PIB, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.11: Taxas como percentual do PIB, valores médios anuais, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002)
- Tabela 3.12: Média anual da remuneração dos títulos públicos de longo prazo (10 anos), por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.13: Média anual da composição percentual de importações e exportações por destino, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.14: Taxa de Desemprego (*) média anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).
- Tabela 3.15: Média do Gasto Público em Programas Sociais, em percentagem do PIB, por país, por fase de implantação da UEM.
- Tabela 4.1: Quotas de participação dos países nas reservas de capital do BCE em 2003.
- Tabela 4.2: Número de assentos no Parlamento Europeu por país
- Tabela 4.3: Quotas de participação dos países nas reservas de capital do BCE em 2008.
- Tabela 4.4: Taxa de desemprego nos países da Zona do Euro, 2000-2010.
- Tabela 4.5: Taxa de desemprego na faixa etária abaixo de 25 anos, nos países da Zona do Euro, 2000 a 2010.
- Tabela 5.1: Evolução da População dos países da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.2: Entrada de imigrantes nos países da Zona do Euro, anos selecionados.

- Tabela 5.3: Evolução percentual do PIB dos países da Zona do Euro, 2000 a 2010
- Tabela 5.4: Participação do setor da agricultura, pesca e extrativismo vegetal no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados
- Tabela 5.5: Participação do setor da indústria no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.6: Participação do setor de seguros e atividades financeiras no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.7: Participação do setor da construção no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.8: Participação do setor imobiliário no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.9: Participação do setor do comércio, transportes, hotelaria e restaurantes no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.
- Tabela 5.10: Consumo das famílias em percentagem do PIB, de 2000 a 2010.
- Tabela 5.11: Variação percentual do consumo do governo em percentagem do PIB, anos selecionados.
- Tabela 5.12: Poupança líquida dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, de 2000 a 2010.
- Tabela 5.13: Formação Bruta de Capital Fixo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, de 2000 a 2010.
- Tabela 5.14: Arrecadação e gasto público dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, anos selecionados.
- Tabela 5.15: Dívida do Governo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, 2000-2010
- Tabela 5.16: Participação dos países da Zona do Euro no comércio exterior de serviços em % do total de transações no mundo, 2000-2010
- Tabela 5.17: Participação dos países da Zona do Euro no comércio exterior de bens em % do total de transações no mundo, 2000-2010
- Tabela 5.18: Taxa de desemprego anual em % PEA(*) dos países da Zona do Euro, 2000-2010
- Tabela 6.1 : PIB dos países da Zona do Euro, de 2007 a 2010.
- Tabela 6.2 : Consumo privado dos países da Zona do Euro em percentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.
- Tabela 6.3 : Consumo do governo dos países da Zona do Euro em percentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.
- Tabela 6.4: Formação Bruta de Capital Fixo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.
- Tabela 6.5: Evolução da arrecadação dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, por tipo de taxas, de 2007 a 2010.
- Tabela 6.6: Evolução da participação das taxas no total arrecadado dos países da Zona do Euro, por tipo de taxa, de 2007 a 2010.

Tabela 6.7: Dívida do Governo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, de 2007-2010 em observações trimestrais.

Tabela 6.8: Taxa de desemprego anual em % PEA(*) dos países da Zona do Euro, 2007-2010

Tabela 6.9: Taxa de desemprego anual em % PEA com idade abaixo de 25 anos dos países da Zona do Euro, 2007-2010

Tabela 6.10: Gasto Total do governo em programas sociais dos países da Zona do Euro em percentagem do PIB, 2007-2010

Tabela 6.11: Gasto Total do governo em programas sociais para desempregados dos países da Zona do Euro em percentagem do PIB, 2007-2010

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 2.1: Tratados de formação da União Europeia

Quadro 2.2: Principais organizações europeias de 1949 a 1990

Quadro 3.1: Quotas de Participação dos Bancos Centrais no IME.

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 2.1: Exportações entre os seis países da futura CEE em 1956.

Figura 2.2: Importações entre os seis países da futura CEE em 1956.

Figura 3.1: Parceria principal em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média anual dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

Figura 3.2: Segundo maior fluxo em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

Figura 3.3: Terceiro maior fluxo em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Média das taxas de variação do PIB dos países do MCE, de 1970 a 1990.

Gráfico 2.2: Média do PIB per capita dos países do MCE, de 1970 a 1990.

Gráfico 5.1: Evolução do saldo das contas públicas de países seleccionados da Zona do Euro em % do PIB, 2000-2010

Gráfico 5.2: Participação percentual de cada país no PIB total da Zona do Euro em 2010.

Gráfico 6.1: Variação do PIB da Alemanha, e variação da média dos demais países, em observações trimestrais de 2007T1 a 2010T4.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – do qual obtive bolsa de doutorado. Agradeço o apoio deste órgão e da direção do Departamento de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo que me escolheu para receber tal bolsa.

Inúmeras pessoas participaram, direta ou indiretamente, da realização deste trabalho, o que torna impossível relacionar todas sem cometer omissões. Entretanto, passo a mencionar algumas delas.

Primeiramente, agradeço pela orientação do professor Dr. Wilson do Nascimento Barbosa que generosamente me aceitou como sua aluna e orientanda. Aos professores Dr. Lincoln Secco e Dr. José Rodrigues Mao Júnior, agradeço pelo tempo, paciência, conselhos e sugestões que tornaram possível a conclusão do presente trabalho. De igual forma, agradeço aos membros da banca examinadora pelo tempo e atenção dedicados.

A todos os meus familiares, dos dois lados do Atlântico pelo apoio e por sempre terem acreditado na minha capacidade de terminar o caminho que se iniciou há nove anos com a graduação em Ciências Econômicas.

Ao amigo Edward Dettmann, pelo carinho, incentivo e auxílio constante na logística envolvida ao longo do processo de elaboração da presente tese, bem como ao Dr. Tomysberg pela paciência e companheirismo constantes.

Aos alunos e orientandos de iniciação científica que ajudaram na análise dos tratados e demais documentos oficiais: Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão, Rafael Aubert de Araujo Barros, Erica Marques, Rodolfo Pedrosa e Guilherme Lages.

Finalmente, agradeço ao professor Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza, meu esposo e amigo, pela incansável generosidade, incentivo, sabedoria e paciência, essenciais ao desenvolvimento e conclusão desta tese.

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”

Karl Marx -1859
(Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política)

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	13
Apresentação do Tema e Justificativa	15
Delimitação do Tema, Hipóteses e Objetivos	15
Metodologia	17
Fontes	22
Estratégia de Abordagem	24
 <i>Capítulo 1. Considerações teóricas</i>	 27
O Lugar das Crises	27
A Crise do Lugar	34
Teorias da Integração Econômica	39
Teorias de Integração Europeia	42
 <i>Capítulo 2. Antecedentes da União Europeia (1945 a 1990)</i>	 45
Das ideias iniciais aos Tratados de Roma de 1957	46
Dos Tratados de Roma ao fim de Bretton Woods (1957-1970)	56
Um novo impulso ao processo de unificação (1971-1989)	58
O fim da Guerra Fria e a nova configuração europeia (1987 a 1990)	62
Algumas Considerações	72
 <i>Capítulo 3. Formação da Zona do Euro: 1990 – 2002</i>	 76
Conjuntura Mundial	76
A constituição da moeda única: Euro	78
Primeira fase de implantação da UEM (1990-1993)	89
Segunda fase de implantação da UEM (1994-1998)	90
Terceira fase de implantação da UEM (1999-2002)	94
Análise do ambiente econômico dos países da Zona do Euro (1990 a 2002)	97
Algumas Considerações	112
 <i>Capítulo 4. A Zona do Euro (2000 – 2010)</i>	 115
Conjuntura mundial	115
A União Europeia e os países do Leste	120
A ampliação da Zona do Euro	122
Novos enquadramentos	124

Adaptações na administração da União Europeia	127
O Tratado de Lisboa	134
Os fluxos de mão de obra	137
A Estratégia de Lisboa	138
Resultados obtidos	144
Algumas Considerações	147
 <i>Capítulo 5. A Economia da Zona do Euro: 2000-2010</i>	 149
Alinhamento de políticas monetárias e fiscais	149
Gerenciando problemas	165
Análise do ambiente econômico da Zona do Euro (2000 a 2010)	168
Algumas Considerações	184
 <i>Capítulo 6. O fenômeno da Crise na Zona do Euro, 2008-2010</i>	 187
A União Europeia e a Crise	190
Primeiros sinais da Crise	193
A Crise se amplia para a União Europeia	197
Andamento da Crise na Zona do Euro	204
Alguns indicadores econômicos, 2007-2010	208
Algumas Considerações	217
 <i>Conclusão</i>	 222
 <i>Referências Bibliográficas</i>	 234

INTRODUÇÃO

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu encontrava-se devastado pelo conflito que havia mobilizado o maior contingente de países envolvidos numa só guerra até então. Cidades estavam destruídas, a maioria dos parques industriais, as vias de comunicação como ferrovias e pontes, os campos de plantio. Além da destruição física, havia que se computar as perdas humanas recorde, com cerca de 55 milhões mortos, 35 milhões de feridos, 20 milhões de órfãos e 190 milhões de refugiados¹.

Entretanto, havia ainda um outro saldo a anotar, os efeitos psicológicos da guerra marcariam toda a geração e levariam as nações do continente a procurar meios de impedir novos conflitos de tal magnitude. Ainda assim, a configuração de poder mundial se daria então através de uma divisão entre EUA e URSS que, sem conflitos diretos nos próprios territórios, levariam o velho continente a uma posição de iminente conflito por mais de 40 anos. A chamada Guerra Fria se fortaleceria no medo de uma nova guerra pelos europeus, e os arranjos para evitá-la transformariam, mais uma vez, as alianças no velho continente.

A Alemanha, ocupada e dividida, buscaria, na porção dominada pelo bloco pró-EUA, um acordo com a França, para uso conjunto dos recursos minerais que ambos disputavam. A Inglaterra, que deixara sua posição hegemônica para a antiga colônia do outro lado do Atlântico, observaria os novos arranjos e flertaria com a aliança entre França e Alemanha Ocidental sem, no entanto, se comprometer a ponto de ceder sua independência.

Nesse cenário, renasceria a ideia de criação de um bloco econômico alinhado aos EUA, mas, ao mesmo tempo, economicamente autônomo. Este seria construído lentamente, entre 1948 a 1989, com vários tratados, acordos e normatizações sobre cada ponto, discutido à exaustão pelo grupo que começou com seis países e chegaria a 12 ao final da década de 1980, quando, mais uma vez, uma nova configuração de poder se tornaria presente no continente.

O final da Guerra Fria e o desmonte do bloco soviético seriam um novo marco para os rumos da integração europeia, agora livre da divisão Leste-Oeste. Mas, se as novas gerações já não eram presas de antigas inimizades e terrores, as antigas rivalidades de cunho nacionalista voltariam a motivar conflitos pontuais no continente europeu.

¹ Conforme HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995.

Ainda assim, o século XX se encerraria com boas perspectivas para os defensores de união dos países da Europa, e o desejo por numa agenda mais profunda do que a econômica e de defesa voltaria à pauta.

Contudo, o início do século XXI assistiria a intervenções militares, massacres, “limpezas étnicas”, e guerras justificadas pelo discurso da “Guerra ao Terror”. Além de crises especulativas que levaram a unificação europeia a uma nova fase de busca de identidade e discurso. Se por um lado se firmavam as aparentes vantagens para todos os membros no campo econômico, por outro lado, não se conseguia uma postura comum nas arenas política e jurídica.

A proposta de uma constituição para todos os cidadãos do bloco seria rechaçada pelos próprios cidadãos, e entravaria o processo por alguns anos até que se pudessem criar mecanismos jurídicos capazes de aprovar o conteúdo da constituição sob outro nome e forma.

Para coroar o processo, uma crise financeira, com origem na não-realização de investimentos em papeis de origem estadunidense, e garantidos em última instância pelo governo daquele país, alavancaria a crise de dívida pública de alguns países do subconjunto da União Europeia: a Zona do Euro. Sem liberdade para aplicar políticas fiscais, monetárias ou cambiais próprias, tais países se veriam obrigados a arcar com os custos da opção realizada por seus bancos privados, no mercado financeiro internacional.

Assim, usando sua arrecadação para financiar o retorno esperado pelos aplicadores de tais instituições, as perdas seriam repassadas à população, que não poderia mais contar com os serviços públicos e os direitos trabalhistas que vinha adquirindo desde o final do século XIX.

Nesse contexto, com protestos nas ruas, desemprego crescente e aumento da pobreza, aventou-se pela primeira vez, especular sobre o processo através do qual os países membros poderiam abandonar a Zona do Euro – ou serem expulsos dela – enquanto a Troika² entrava em ação para “sanear” as contas públicas dos países “maus administradores”.

² Comissão conjunta do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

APRESENTAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

No final do século XX, a União Europeia se afirmava como área influente no quadro econômico globalizado. Porém, o início do novo século assistiu à gestação e eclosão de uma crise que colocou em xeque o processo adotado de unificação. E reiniciou as discussões sobre os rumos a seguir. É esse processo que se objetivou estudar.

As crises econômicas constituem um dos principais temas da História Econômica. O estudo da estrutura e dinâmica dos processos que conduzem as relações produtivas ao desequilíbrio, ao colapso, à regressão ou a impasses de estagnação ou distribuição do produto apresenta-se, em seu caráter retrospectivo, como pertinente não apenas ao estudioso das ciências sociais relacionadas com a História Econômica, mas também ao analista e observador de seu tempo. A observação das crises passadas, ainda que não tenha o caráter de prevenir ou mesmo prever com a máxima precisão a incidência de novas crises, favorece seu entendimento e a proposição de soluções mais efetivas para sua resolução, ou atenuação de efeitos³.

DELIMITAÇÃO DO TEMA, HIPÓTESES E OBJETIVOS

Com o fim da divisão bipolar do poder mundial entre EUA e URSS e as alterações provocadas pela mundialização do capital, no chamado processo de globalização, há que se perguntar os motivos que mantêm a união do bloco europeu, ainda mais conflituosa e problemática após a eclosão da crise financeira de 2008. Esta afetou sobremaneira os países pertencentes à Zona do Euro.

O processo de unificação europeu sofreu sua primeira derrota quando Dinamarca e Reino Unido decidiram permanecer na segunda fase da unificação monetária, sem iniciar os procedimentos da terceira fase, necessários à entrada efetiva na Zona do Euro. Adicionalmente, em 2005, a recusa da população francesa em aprovar uma constituição única a todos os países do bloco, pode ser considerada a segunda derrota sofrida pelo grupo que defendia a criação de uma Unificação Europeia mais profunda. O impasse levou a uma

³ Sobre o assunto, há uma extensiva unanimidade na historiografia, encabeçada por Hobsbawm (2000), Arrighi (1996), e Wallerstein (1999, 2000 e 2004), para citarmos alguns exemplos.

aparente paralisia do processo de integração dos países do velho continente. Diante deste quadro, tornou-se pertinente a busca por respostas aos seguintes questionamentos:

- a) De que forma se deu o processo de unificação europeu?
- b) A quem tal processo beneficiou e de que forma se deu esse benefício?
- c) Como se gestou a crise financeira de 2008; e como essa crise afetou a coesão do bloco?
- d) A quem, a crise de 2008 prejudicou, e quais teriam sido seus beneficiários?
- e) Quais as perspectivas que se apresentam para a unificação europeia enquanto processo para os próximos anos?

As respostas a tais questionamentos passam pela compreensão histórica dos eventos que levaram ao processo de unificação, o processo de unificação em si, e os resultados econômicos obtidos antes e durante a crise ainda em desenvolvimento no cenário internacional. Assim, algumas hipóteses explicativas para as questões apresentadas podem ser sintetizadas como se segue:

1. O processo de unificação europeu teria beneficiado economicamente as potências continentais europeias, nomeadamente Alemanha e França, garantindo mercados consumidores e fornecedores de produtos de menor valor agregado dentro do bloco.
2. A Divisão Internacional do Trabalho, em sua expressão regional na União Europeia, haveria garantido o crescimento das potências dominantes do bloco e o desmonte das estruturas produtivas dos países menos desenvolvidos; estes se teriam contentado com o papel de consumidores e recebedores das ajudas financeiras que aumentariam substancialmente seu endividamento intrabloco.
3. A crise financeira teria atingido sobremaneira o bloco europeu, em função da unificação monetária que haveria retirado dos governos, a utilização de ferramentas macroeconômicas. Isso em favor de um poder supranacional que teria insistido na adoção de medidas de “austeridade fiscal” com o custo de piora de condições de vida para as populações dos países sob julgamento por parte de tal poder.

4. A crise financeira de 2008, assim, consistiria num movimento de realização de resultados da parte das potências continentais europeias sobre os países-satélites, no qual estes teriam sofrido o efeito da financeirização e abertura comercial irrestrita de suas economias. Também, a destruição de setores produtivos domésticos e postos de trabalho internos, em favorecimento das economias centrais do bloco.

Por fim, destaca-se a citação de Barbosa⁴ como explicativa para a grave crise que assola as economias dos países menos desenvolvidos da Zona do Euro e União Europeia:

(...) a globalização dos mercados financeiros, com seu apetite incontrolável por ganhos e fatias cada vez maiores, traz embutida uma crise espantosa, de graves consequências. (...) A verdadeira crise financeira se faz gestar no hiato entre a remuneração crescente dos papéis – simples ficção do rentismo futuro – e o consumo da produção real do mercado.

METODOLOGIA

A metodologia da análise histórico-econômica envolve um caráter inter e multidisciplinar que demanda um esforço no exercício de permanências e movimentos, semelhanças e diferenças, identidades e particularidades, os quais, em muitos momentos, se integram na lógica do “desenvolvimento”, conforme concebido, em inícios do século XX, por Joseph A. Schumpeter⁵:

O desenvolvimento econômico até agora é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas precedentes, senão pela situação total precedente.

Entendido o processo de desenvolvimento como algo múltiplo, dotado de inter-relações multidisciplinares e imbuído de historicidade, tem-se que a perspectiva de estudar o processo de formação, consolidação e crise da União Europeia “sob a óptica do

⁴ Segundo BARBOSA. *Globalização, uma péssima parceria*. IN: Perspectivas: Revista SEADE, V.5, pp.63.70. São Paulo: SEADE, 1997.

⁵SCHUMPETER, J.A. *A teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 44.

desenvolvimento econômico”, que implica um exercício predominantemente de análise histórico-econômica, o que justifica logicamente o emprego dessa metodologia.

Vale lembrar, portanto, como Schumpeter⁶ descrevia o processo de investigação a que nos propomos utilizar:

Quando investigamos as formas gerais dos fenômenos econômicos, sua uniformidade ou a chave para a sua compreensão, indicamos ipso facto que no momento desejamos considerá-los como algo a ser investigado e procurado como o “desconhecido”, e que desejamos seguir sua pista até o relativamente “conhecido”, exatamente como qualquer ciência faz com o seu objeto de investigação. Quando conseguimos achar uma relação causal definida entre dois fenômenos, nosso problema estará resolvido se aquilo que representou o papel causal for não-econômico. (...) Se, por outro lado, o próprio fator causal é de natureza econômica, devemos continuar em nossos esforços de explanação até que pousemos numa base não econômica.

Assim, um estudo sobre integração territorial e desenvolvimento econômico envolve, necessariamente, a incorporação não apenas de movimentos de padronização nas relações produtivas ou de comércio exterior, ou mesmo de suas consequências sociais, mas também de fatores não-econômicos, posto que estes consistem ser a raiz primária dos fenômenos econômicos.

As atividades econômicas, reconhecidamente, possuem um caráter de fluxo periódico⁷, cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo) e a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro. Em sua obra, *Business Cycles*, J. A. Schumpeter define as fases dos ciclos econômicos – ascensão, recessão, depressão e recuperação.

A variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, seja no período de um ano ou em uma série histórica, é o investimento. Aliado ao estoque existente de capital, o investimento amplia a capacidade econômica produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo, gerando, com suas oscilações, os ciclos econômicos. O investimento produtivo é considerado como fonte de prosperidade, cujo aumento melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento. Por outro lado, cada investimento consiste em uma adição de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse

⁶ Idem, p.10.

⁷ Para tanto, veja-se o capítulo 1 – “O fluxo circular da vida econômica” – da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de J. A. Schumpeter.

equipamento, num paradoxo apontado, entre outros, por Michal Kalecki⁸ como inerente à própria economia capitalista.

Historicamente, até o período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o conceito “clássico” de ciclo baseava-se na observação do nível de alguma variável que procurasse retratar o ritmo dos negócios, apresentando pontos de máximo e mínimo. Dado que tal conceito, para a caracterização de um ciclo completo, demanda os movimentos de expansão e contração, que implicam a queda em algum momento no valor absoluto das variáveis, sua utilização no Pós-Guerra comprometeu-se, no tocante à observação dos grandes agregados econômicos, os quais nominalmente, raramente apresentaram tal decréscimo. Houve a coleta e organização padronizada dos dados referentes à composição dos produtos nacionais e internos dos países-membros da ONU, através do Sistema de Contas Nacionais (SCA) e de suas revisões, ao longo da segunda metade do século XX. Tal visão do ciclo econômico sofreu críticas dos economistas de inspiração metodológica keynesiano-estruturalista, por seu caráter mecânico e fatalista, não incorporando as flutuações e transformações estruturais da economia, amplamente estudadas por economistas como os supracitados Schumpeter e Roy Harrod entre outros.

Desta feita, o conceito “clássico” incorporou a identificação das fases e da cronologia dos mesmos, segundo os desvios em torno de uma tendência histórica, elaborando-se o conceito de *ciclo revisado*. Ainda assim, a retirada da tendência pode afetar a própria identificação das flutuações cíclicas. Nesse sentido, o *ciclo de crescimento*, que incorpora as variações das taxas de crescimento das variáveis, apresenta as indicações de evolução dos investimentos em setores dinâmicos da economia, como, por exemplo, a indústria.

Schumpeter, em *Business Cycles*, também definiu os tipos de ciclos econômicos, dados de acordo com sua duração. Seriam eles: (a) ciclos sazonais, de periodicidade anual; (b) ciclos de Kitchin, de ordem comercial, com duração de 3 a 5 anos; (c) ciclos de Juglar, de natureza industrial, com duração de 7 a 11 anos; (d) ciclos de Kuznets, que integrariam os ciclos de Kitchin e Juglar, com 10 a 15 anos e (e) os ciclos (ou ondas longas) de Kondratieff, originalmente medidas a partir de 1780, com duração de 48 a 60 anos.

As primeiras flutuações – sazonais, comerciais e industriais – amplamente reconhecidas e estudadas, representariam ao historiador econômico as chamadas flutuações de

⁸ KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965), pp.149.

conjuntura. E obedeceriam às variáveis flexíveis no curto prazo – preços, salários, juros, rendimentos. As ondas longas de Kondratieff, reconhecidas empiricamente⁹, obedeceriam a fatores flexíveis no longo prazo, assumindo a tendência crescente de variáveis como a população e o capital fixo, sob a forma de tecnologia. As oscilações relacionar-se-iam, de acordo com o próprio Kondratieff, com os seguintes fatores: (1) mudanças tecnológicas, (2) guerras e revoluções, (3) a abertura e o surgimento de novos mercados na economia internacional e (4) a descoberta de novas minas; e o aumento na produção de metais preciosos, especialmente o ouro¹⁰.

O comportamento tendencial interessa ao economista no chamado "longo prazo", permitindo-lhe a análise para o planejamento e a "política" econômica. Ao historiador econômico, este mostra a longa duração por trás das flutuações conjunturais (como a tendência semissecular de um ciclo de Kondratieff num ciclo de Juglar, ou a tendência deste em um ciclo comercial de Kitchin de até cinco anos) ou mesmo um movimento de "longuíssima" duração. Para Fernand Braudel, a história de ciclos, interciclos, movimentos periódicos cuja fase vai de cinco a dez, vinte, trinta, até cinquenta anos, é uma história em “ondas curtas”¹¹:

Abaixo dessas ondas, nos domínios dos fenômenos de tendência (a tendência secular dos economistas), espraia-se, com inclinações imperceptíveis, uma história lenta em se deformar e, por conseguinte, em se revelar à observação. É ela que designamos na nossa linguagem imperfeita sob o nome de uma história conjuntural, em ondas relativamente curtas.

Mas o historiador econômico não deve desprezar as flutuações da conjuntura, pois, como afirma Frédéric Mauro:

(...) Se se reduz a história econômica aos fenômenos de longo período, tende-se a negligenciar, no passado, as manifestações de curto prazo. A história econômica não se refere, neste caso, mais do que às variações de estrutura, menosprezando a conjuntura pura, estática. Erro grosseiro. Como compreender uma estrutura, se não conhecemos bem a conjuntura a curto prazo que lhe é própria, se do estudo de número bastante grande de crises cíclicas não são extraídas as características gerais próprias das crises a curto prazo, ‘estáticas’, dessa estrutura? Por que menosprezar o mecanismo destas crises ou simplesmente o ‘modelo’ da vida econômica anterior à intervenção dos fatores externos, que lhe modificam o contorno? Enfim, por que esquecer o papel da história econômica na história? A conjuntura econômica a curto

⁹ Veja-se HOBBSAWM (1995, 2000), BRAUDEL (1969), ARRIGHI (1996), e outros.

¹⁰ Segundo KONDRATIEFF, N. The Long Waves in Economic Life. *The Review of Economic Statistics*, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.

¹¹ Conforme BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 120.

prazo permite explicar a conjuntura política a curto prazo e os acontecimentos a ela vinculados¹².

O estudo da História Econômica envolve, portanto, a incorporação de elementos de teorias econômicas e/ou métodos quantitativos às ferramentas de análise de que dispõe o historiador, com a construção de uma metodologia própria, a partir das questões e problemas que venham a surgir em área de domínio autônomo.

O emprego de métodos de pesquisa e análise em um trabalho de História Econômica como tal implicam a consideração de três aspectos, a saber: (1) análise documental; (2) análise quantitativa dos dados; e (3) constituição de base historiográfica. A interrelação desses três aspectos constitui o que pode ser classificado como a análise histórico-econômica do problema exposto.

Para tratar da análise documental, a massa de fontes para o encaminhamento dos processos de estudo das informações pertinentes ao universo temático adotado encontra-se descrito no item a seguir.

A análise quantitativa dos dados observou a metodologia do SCN, desenvolvida e adotada pela ONU durante a década de 1940, considerada uma ferramenta de análise primária para a grande parte dos economistas, e mesmo para alguns historiadores econômicos¹³. Mesmo Pierre Vilar, enfim, reconhece o emprego de uma metodologia de análise quantitativa, como o SCN aos propósitos da história econômica quantitativa¹⁴. Essa metodologia segue os princípios de um padrão básico dos chamados “fundamentos macroeconômicos” de seus países-membros.

De maneira simplificada, tem-se a renda, ou o produto gerado e disponibilizado por um dado país (representado pela letra “Y”). Partindo da hipótese da validade da *Lei de*

¹² De acordo com MAURO, F. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1969), p. 22.

¹³ Segundo Fernand Braudel: “(...) Uma história totalizadora, globalizadora, seria possível se conseguíssemos incorporar ao campo da economia do passado os métodos modernos de certa contabilidade nacional, de certa macroeconomia. Seguir a evolução da renda nacional e da renda nacional per capita, (...), tratar de medir a distância - diferente segundo as épocas - entre produto bruto e produto líquido seguindo os conselhos de Simon Kuznets, cujas hipóteses a respeito me parecem fundamentais para compreender o desenvolvimento moderno - tais são as tarefas que desejaria propor aos jovens historiadores. Em meus livros abre-se de quando em quando uma janela a esses panoramas que unicamente se adivinham; mas uma janela não é suficiente. Seria indispensável realizar então uma investigação, senão coletiva ao menos coordenada.” (BRAUDEL, 1993: pp. 125-126). É importante notar que Braudel, ao admitir a utilidade e necessidade do uso de instrumentos quantitativos que possibilitem uma visão retrospectiva da economia – mesmo no período pré-capitalista – diferencia implicitamente o uso de ferramentas metodológicas de sua análise.

¹⁴ VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*, página 200.

*Circulação de Say*¹⁵, tem-se que a renda ofertada a um país é equivalente ao seu dispêndio. Assim:

$$(i) \text{ Renda de um país} = \text{Renda despendida} = \text{Renda ofertada} = Y$$

Essa renda, de acordo com J. M. Keynes, em sua *Teoria Geral*, pode ser consumida ou não (o consumo é representado pela letra “C”). A parcela da renda que não é consumida no processo econômico torna-se, do lado da oferta, *investimento* (representado pela letra “I”) e, do lado da demanda, *poupança* (letra “S”).

Na equação (i), em uma economia em que não se diferencie o setor externo e as contas do governo¹⁶, tem-se:

$$(i) \quad \text{Renda de um país} = \text{Renda despendida} = \text{Renda ofertada} = Y$$

$$(ii) \quad \text{Renda despendida} = Y = \text{consumo} + \text{poupança} = C + S$$

$$(iii) \quad \text{Renda ofertada} = Y = \text{consumo} + \text{investimento} = C + I$$

$$(iv) \quad Y = C + S = C + I$$

Seriam estes alguns dos chamados *agregados macroeconômicos*, indicadores que permitem à análise econômica o uso dos modelos estáticos e dinâmicos de suas relações de produção, distribuição e circulação de riqueza¹⁷. Observar de que forma os indicadores econômicos variaram ao longo do período estudado, permite a verificação – ou não – das hipóteses de trabalho.

FONTES

Um estudo de História Econômica Contemporânea como o presente, envolve um conjunto específico de fontes, as quais, devidamente processadas, forneçam informações altamente relevantes ao historiador, mesmo que sua análise abarque um período que transborde ao próprio tempo do analista.

¹⁵ Princípio desenvolvido pelo economista Jean-Baptiste Say (1767 – 1832), em 1803, em sua obra *Tratado de Economia Política*.

¹⁶ Com a ressalva de que as contas desses dois setores da contabilidade nacional podem ser entendidas como Consumo, Investimento e Poupança.

¹⁷ De acordo com SOUZA, Luiz Eduardo S.de. *Contas Nacionais*. São Paulo: LCTE, 2009.

A constituição histórica da União Europeia deixou meio século, aproximadamente, de documentação institucional produzida com as conversações e negociações que envolveram o processo em si. Há uma massa considerável de documentos oficiais concernentes ao processo de unificação europeia, e à criação, estruturação e funcionamento das múltiplas instâncias e instituições referentes à União Europeia e à Zona do Euro. Tais documentos, em sua grande maioria disponível na rede mundial de computadores, foram tratados como fontes primárias, no sentido de que esta representavam a vontade consensual dos agentes ligados ao processo de unificação. Suas prescrições, deliberações, diretivas e diretrizes de políticas foram cotejadas com as ações de fato empreendidas pelos agentes envolvidos no processo.

Outro conjunto de dados – caro ao estudo quantitativo da História Econômica – que foi tratado em caráter primário foram os indicadores socioeconômicos e séries numéricas produzidas pelo sistema *EuroStat* e demais órgãos da União Europeia. Estatísticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), receberam o mesmo tratamento, com a ressalva cabível a essa espécie de dados quanto à sua coleta, manipulação e tabulação primárias. O emprego de métodos estatísticos e econométricos de análise pode, em uma primeira vista, estabelecer-se em paralelo ao procedimento metodológico de análise documental. A extrapolação da análise de tais dados para o emprego de modelos explicativos, pode receber o mesmo paralelo influenciado, com a mesma ressalva de que a análise crítica e a sobreposição de múltiplas informações dadas pela análoga multiplicidade de fontes pode, e deve, afastar o exercício de interpretação e análise quantitativa e do processo histórico, de uma “economia retrospectiva”, ou de aplicação não-histórica de um ou mais modelos teóricos macroeconômicos. Assim, neste trabalho, não se buscou sub ou superestimá-los.

O material produzido em torno do processo e tendo a ele como referência principal, entrou na categoria das fontes secundárias presentes nas referências bibliográficas. São as notícias de imprensa, livros, artigos e demais análises coetâneas.

ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM

A presente tese possui, além da presente introdução, seis capítulos e algumas considerações reunidas a título de conclusão.

A introdução desta tese busca abordar, além de uma exposição geral do problema proposto para estudo, suas hipóteses e objetivos, uma revisão de metodologia e fontes utilizadas.

Como primeiro capítulo, foram abordadas algumas considerações teóricas utilizadas ao longo dos demais capítulos para analisar o problema proposto. Assim, questões relacionadas a Território e Crise, ao pensamento econômico a respeito das crises, a integração de Estados Nacionais como um problema de História Econômica e as próprias teorias de Integração Econômica são apresentadas.

O segundo capítulo se debruça sobre os antecedentes mais remotos do fenômeno observado nesta tese, quais sejam os aspectos da formação da União Europeia, vistos de uma perspectiva de longo prazo. Nesse sentido, é estabelecido o marco inicial de 1945, final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e a linha divisória de 1990, como restrição cronológica dos antecedentes da constituição do bloco europeu. Nesse capítulo, são expostos e analisados os elementos constitutivos das bases e estruturas, nas quais se erigiu a construção territorial política e econômica da União Europeia, assim como as contradições que resultariam em sua crise hodierna.

O terceiro capítulo aborda os antecedentes mais imediatos da formação da Zona do Euro¹⁸, estabelecendo o recorte sobre a composição institucional e organizacional do bloco¹⁹. A união monetária, enquanto etapa de um trajeto que se encerraria na unificação política dos países, está em processo de replanejamento frente à descontinuidade do processo observada quando da recusa de adoção de uma constituição unificada na primeira metade da primeira

¹⁸ Usou-se como restrição absoluta de corte analítico-cronológico a ideia de contemporaneidade. Não houve planos não-beligerantes de integração do território europeu desde a queda de Napoleão, em 1812, e isso ainda que se considere a expansão do projeto Iluminista uma iniciativa *primariamente* pacífica.

¹⁹ Segundo Douglass North (NORTH, 1991), instituições são “as regras do jogo”, enquanto as organizações são “os agentes que jogam de acordo com as instituições”.

década do século XXI, constituindo a raiz da crise mais estrutural que o bloco enfrenta, de acordo com Habermas²⁰.

O quarto capítulo tem como tema, as condições enfrentadas pela Zona do Euro no primeiro decênio deste século XXI, período no qual tanto a ideologia predominantemente difundida da Globalização como seus principais pilares – predomínio da lógica de mercado, internacionalização das finanças e extensão da Divisão Internacional do Trabalho ao seu limite – foram amplamente questionados, apesar de sua expansão plena em caráter mundial. O reconhecimento de contradições presentes em sua formação, e o início de conflitos internos resolvidos pela “ditadura de mercado” nas políticas econômicas dos Estados Nacionais mostram o esfacelamento e a dissolução não apenas das barreiras nacionais e comerciais entre os países do bloco, mas também das próprias políticas econômicas e Estados Nacionais inseridos e envolvidos assimetricamente na ordem política e econômica da União Europeia.

No quinto capítulo, apresentam-se as decorrências das políticas adotadas pelos países integrantes da Zona do Euro, após a unificação monetária, já que as mesmas passaram a ser determinadas supra nacionalmente, através de instituições como o Banco Central Europeu. Um estudo dos dados econômicos relativos ao período permite sinalizar a crise iminente e o processo de estagnação econômica, que permeia praticamente todo o período.

A irrupção da crise da Zona do Euro observada desde 2007 é o tema do sexto capítulo. Nele se aponta o desgaste da convivência das contradições estabelecidas quando do estabelecimento e constituição da União Europeia entre seus membros. A nosso ver, o caráter assimétrico dado entre os Estados Nacionais não foi, em si o fato gerador das contradições que conduziram à crise, mas a combinação dos seguintes fatores, a saber:

- I) A integração de tais Estados Nacionais, realizada de maneira desigual e independente das características políticas, sociais e econômicas de tais países, a despeito do efeito último de tais diferenças ser o colapso de tais Estados.
- II) O tratamento homogêneo de política econômica, sobretudo o dado em caráter fiscal e monetário, empreendido com o intuito de padronizar as

²⁰ Segundo HABERMAS, Jürgen. *The Crisis of The European Union, a response*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.

políticas econômicas para a implantação do Euro. Isso que terminou por causar assimetrias de políticas econômicas, com efeitos nefastos, sobretudo no lado dito “real” das economias dos Estados Nacionais, afetando seus respectivos níveis de produto, emprego, e serviços públicos ligados à área de proteção social.

Assim, nesse sexto capítulo se faz uma apresentação de uma análise que engloba o exame estrutural das economias que compõem a Zona do Euro, no período em que se insere a crise. Junto a esse estudo, analisam-se os aspectos de evolução, flutuação e crise das forças produtivas envolvidas na integração do território europeu, em busca de uma explicação para o fenômeno aparentemente observado, qual seja o de uma crise econômica. Uma conclusão resume e comenta, em perspectiva, os resultados obtidos.

CAPÍTULO 1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O assunto das crises mereceu destaque na elaboração teórica de diversas áreas, como no pensamento econômico e nas teorias econômicas. Simultaneamente, o processo de integração de territórios com objetivos políticos e econômicos, motivou estudos e teorias que se elencam a seguir na forma de uma síntese.

A questão do espaço – e, num sentido mais amplo, a própria questão do território – têm coordenadas correlatas no pensamento econômico. Essas podem ser identificadas não apenas na interface ou no empréstimo de conceitos oriundos desses dois temas junto à sua massa crítica, mas também no trabalho de cientistas sociais que fizeram: (1) amplo uso do cabedal de conceitos formulado pela Geografia e pela História, em construções teóricas da Economia, constituindo interdisciplinaridade; ou (2) emprego direto das diferentes disciplinas em seu instrumental analítico, sendo estes, por sua vez, multidisciplinares. É possível também levantar-se a existência de um terceiro grupo (3), composto de economistas que abordaram – sem o referencial teórico discreto – a questão territorial em aspectos da ciência econômica, unicamente a partir da empiria pura ou ilações lógico-dedutivas. Há exemplos dessas três amostras no amplo e diversificado universo do pensamento econômico.

O LUGAR DAS CRISES

Uma das vertentes temáticas que motivou a consolidação do pensamento econômico, no século XVIII, no que viria a ser a Economia Política, foi aquela das crises econômicas. A grande maioria dos primeiros economistas expôs suas ideias num contexto que poderia ser entendido como crise, ora antevendo-a (como David Ricardo, com seu “estado estacionário” ou Thomas Malthus, com seu dilema populacional), ora propondo maneiras de evitá-la (como Adam Smith, com sua crença na expansão irrefreada da divisão do trabalho ou como os Fisiocratas, que propunham um elevado dispêndio da classe proprietária como maneira de se manter o ritmo e volume do crescimento da renda em seu *Quadro Econômico*).

Independentemente da escola de pensamento econômico que se observe, ou do viés teórico que se adote, uma crise é caracterizada por:

- (1) Retração, estagnação ou crescimento insuficiente do produto;
- (2) Piora geral ou localizada das condições materiais dos agentes dentro do ambiente econômico;
- (3) Esgarçamento da ordem social ora estabelecida, muitas vezes acompanhada de esgarçamento da ordem política.

Para analistas que buscam uma apologia ou uma contribuição ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, por exemplo, o enfoque caminha notoriamente para uma melhoria marginal ou escalar da taxa de excedente apropriado ao final de cada processo pela classe capitalista (1), balizada pela maximização dos riscos representados pelos elementos (2) e (3), analistas mais atentos à historicidade das relações sociais de produção percebem que um modo de produção como o capitalista não funciona por meio de mecanismos de maximização ou minimização de variáveis. Mas sim da manipulação de seus resultados, de maneira a afirmar e manter uma estrutura de classes. Ou seja, o elemento (3) seria o determinante, em última análise, de (1) e (2). Assim, uma crise econômica pode ser entendida como resultado de “desequilíbrios”, ou “inépcia de operação” nas variáveis de política econômica por alguns, mas outros a entenderiam como o resultado - cíclico - de uma forma de organizar as forças produtivas da sociedade²¹.

De uma forma de ver, as crises seriam desvios, aberrações sistêmicas²², resultantes da falta de visão de longo prazo e eventos absolutamente extrínsecos à natureza das relações produtivas. De outra, seria exatamente a natureza das relações produtivas que demandaria movimentos no capital, que mobilizariam determinadas ações humanas e seriam entendidos como crises. Segundo Engels²³:

²¹ Conforme Wilson Barbosa, in COGGIOLA, 1996, p. 314: *“as vicissitudes do sistema capitalista não se devem a acidentes naturais ou à má administração de indivíduos. Elas estão na natureza de crise do regime, na sua exploração do trabalhador, são seus elementos mais dinâmicos. Para crescer, explorar, e por explorar sofre colapsos periódicos. A queda dos salários, a desvalorização dos preços das matérias-primas, a desvalorização do capital, etc, são as fontes da queda geral dos preços que acarreta desemprego maciço e impulsiona novas atividades econômicas”*.

²² Conforme Leon Walras: *“(...) assim como o lago é, às vezes, perturbado pela tempestade, o mercado é às vezes agitado violentamente por crises, que são perturbações súbitas e gerais do equilíbrio. E tanto melhor poderemos reprimir ou prevenir essas crises quanto melhor conhecermos as condições gerais de equilíbrio”*. (WALRAS, 1983 (1874): p. 208)

²³ ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). *Fredrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 70-71.

A lei da concorrência significa que a procura e oferta se completam sempre e nunca. Os dois aspectos são de novo separados e opostos, de maneira abrupta. A oferta segue sempre imediatamente à procura, mas não chega nunca a satisfazê-la completamente; esta é ou demasiado grande ou demasiado pequena, nunca corresponde a oferta, porque neste estado de inconsciência da humanidade ninguém sabe qual é a dimensão de uma ou de outra. Se a procura excede a oferta, o preço sobe e deste modo a procura, de certa maneira, é perturbada; logo que isto se manifesta no mercado, os preços caem e quando a queda da procura se acentua, a baixa dos preços é tão significativa que a procura se sente de novo estimulada. E isto continua assim, sem cessar: nunca um estado salutar, mas uma constante alternância de excitação e abatimento que exclui todo progresso, uma eterna oscilação sem que nunca se atinja o fim. Esta lei, com sua permanente compensação, pela com aquilo que é perdido agora volta se ganhar depois, o economista julga-a admirável. É a sua glória principal - nunca se cansa de contemplar-se nela e considera-a sob todos os prismas possíveis e imaginários. E, no entanto, é evidente que esta lei é puramente natural e não uma lei do espírito.

Em sequência, o autor afirma que:

Uma bela lei que engendra a revolução. O economista deixa-se levar com sua bela teoria da oferta e da procura e demonstrar-nos que "nunca se pode produzir demais" - e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Mais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas (...). Naturalmente, estas revoluções comerciais confirmam a lei: confirmam-na ao seu nível mais alto, mas de maneira diversa daquela que o economista queria fazer crer. Que pensar de uma lei que só se pode estabelecer através de revoluções periódicas? É justamente uma lei natural que se baseia na ausência da consciência dos interesses. Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a repartissem entre si, a flutuação da concorrência sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e irrefletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão; e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: devem pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa de trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou.

Tendo em vista que essa última visão incorpora a análise histórica, e a outra simplesmente dela prescinde (pois propõe seu método como algo aplicável a qualquer contexto histórico, ao modo das leis da Física Newtoniana²⁴), deduz-se que uma análise histórico-econômica do fenômeno das crises será tanto mais rica em resultados quanto mais próxima estiver de uma teoria econômica que incorpore a história em seu método. No

²⁴ Um exemplo significativo dessa postura, ainda que carente de originalidade, está presente nos apêndices A e B dos *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall, em que o autor atribui à explicação histórica, um papel "complementar" ao da teoria positiva.

Manifesto Comunista, Marx e Engels não somente aplicaram tal procedimento como desvendaram uma característica das crises econômicas muito cara ao modo de produção capitalista – a sua *conveniência* à classe dominante:

Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e são por elas entravadas. E assim que superam um obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza que produziram. Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para preveni-las²⁵.

Karl Marx, em seu estudo crítico da Economia Política, rompeu com o lugar-comum da “insuficiência do produto” *per se*, postulada pela Escola Clássica e seus antecedentes (1758 –1848). Para ele, as crises decorreriam de uma contradição básica do modo de produção capitalista, posto que:

As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma está limitada pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites muito estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista, dada pelas contínuas revoluções nos próprios métodos de produção, pela desvalorização sempre vinculada a elas do capital disponível, pela lei concorrencial geral e pela necessidade de melhorar a produção e ampliar a sua escala, meramente como meio de manutenção e sob pena de ruína. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado, de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre mais a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontroláveis. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória, não há, de modo algum, nenhuma contradição, no fato que excesso de capital esteja ligado com crescente excesso de população; pois mesmo que se juntassem ambos, a

²⁵ MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848), p. 33-34.

massa de mais-valia produzida iria aumentar, aumentando com isso a contradição entre as condições em que essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada.²⁶

Assim, existiriam dois tipos de crise, esta entendida como "o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade"²⁷, quais sejam: as crises *parciais* e as crises *totais*.

As crises parciais dizem respeito a fenômenos como os ciclos econômicos, que envolvem uma fase de crescimento econômico relativamente elevado, seguida pela estagnação ou depressão das atividades econômicas. Estas consistem uma face crônica do capitalismo. Segundo Wilson Barbosa:

A teoria da crise de Marx leva obviamente a uma teoria do ciclo, porque uma taxa de acumulação que se expande paga salários reais mais elevados para se manter; daí acelera-se a competição e a composição orgânica do capital aumenta; a partir de um certo ponto, a oferta supera as vendas; os que não ousam recuar, perdem; instala-se a depressão; reconstitui-se, assim, o exército de reserva, ao mesmo tempo em que se depreciam os valores do capital; ocorre, mesmo, uma destruição de forças produtivas, vindo a se recuperar as oportunidades para a expansão do lucro; retoma-se, então, um novo ciclo expansivo²⁸.

Paul Sweezy²⁹ identificou o que seriam dois subtipos específicos de crises econômicas na visão das crises parciais de Marx. Um estaria ligado à tendência decrescente da taxa de lucro; outro, à incapacidade dos capitalistas para venderem as mercadorias pelo seu valor, ou de realizá-lo.

A esses dois subtipos, somar-se-ia um terceiro, ligado ao aumento da extensão e complexidade da divisão do trabalho. Dada a estreita relação entre as empresas dos diferentes setores, que se dá no Capitalismo Industrial, há entre elas uma significativa interdependência, o que indica uma fragilidade sistêmica. A falência de uma empresa estratégica no sistema - uma instituição financeira ou um grande grupo industrial, por exemplo - afetaria várias outras empresas, podendo comprometer o conjunto de empresas de uma economia como um todo³⁰.

²⁶ MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (1894) Livro III, volume IV, página 176.

²⁷ BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983), página 83.

²⁸ BARBOSA, W. Uma Teoria Marxista dos Ciclos Econômicos in COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo: Humanitas, 1996, p. 313.

²⁹ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1942), capítulos X, XI e XII.

³⁰ Conforme SHAIKH (1978, p. 226 – 231), BARBOSA (in COGGIOLA, 1996, p.312.) e BOTTOMORE (1988, p.84).

Existe ainda um outro tipo de crise econômica para Marx. As crises que conduziriam a transformações de uma sociedade, e mostrariam o desvanecimento dos pressupostos que definem as relações sociais de produção ora vigentes, colocando em xeque a contradição fundamental desse tipo de sociedade, qual seja, a apropriação privada da produção social.

Assim, por se tratarem de fenômenos ligados ao desenvolvimento humano – posto que envolvem as relações sociais produtivas entres estes – as crises possuem historicidade e territorialidade, ou seja, são limitadas em tempo e espaço.

A concepção clássica de crise econômica deriva da noção de equilíbrio constituída em seu contexto histórico. Assim, as crises reconhecidas como tal pelo pensamento econômico do século XIX estão ligadas à noção de “desequilíbrio” econômico, a qual consistia simplesmente na identificação de eventuais condições desfavoráveis à acumulação irrefreada de capital, limitando-se a diagnosticar e resolver tais crises ao ajuste favorável ao capital em tais condições.

Assim, a concepção do fenômeno das crises como algo não apenas necessário, mas intrínseco ao próprio modo de produção, obteria maiores evidências empíricas com os desdobramentos da história europeia na chamada “Era dos Impérios” de 1870 a 1914 e na “Era da Catástrofe”, de 1914 a 1945³¹. No ápice da Segunda Revolução Industrial, situaram-se não apenas duas guerras mundiais (1914 e 1939), mas uma crise global (1929) e uma revolução (1917 na Rússia).

A intensificação do processo de acumulação de capital também traria consigo a centralização e concentração do mesmo, com o aumento da temperatura bélica entre os “espaços de poder” estabelecidos com a consolidação dos Estados Nacionais, fundamental e majoritariamente burgueses.

Ainda que servisse às conveniências de liquidez e investimentos de capital da metrópole britânica, o padrão-ouro não sobreviveria hegemônico aos questionamentos de outros países europeus que se industrializaram, assim como os EUA. Nesse período, a concepção de crise também sofreu uma ligeira evolução no lado que herdou e manteve – mesmo contra as evidências e incongruências com o interesse de classe – a tradição clássica. O enfoque no equilíbrio e a análise de crises como o estudo de anomalias que conduziriam ao

³¹ Conforme divisões estabelecidas por HOBBSAWM, E. em *Era dos Impérios: 1870- 1914*. Lisboa: Perspectiva, 1987 e *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995

desiquilíbrio deu lugar ao reconhecimento da necessidade de crescimento do produto com a manutenção, ainda que mínima, de alguma distribuição deste, a ser provida dentro da Agenda do Estado.

É importante observar que tal mudança se deu, em maior medida até, diante do ambiente político instaurado a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a presença de uma forte potência socialista, a URSS, em contraponto ao novo centro do Capitalismo, os EUA. Uma deterioração das condições de vida, e uma imiserção progressiva dos trabalhadores, sobretudo europeus, poderiam conduzir a processos revolucionários, que teriam o amparo, que não seria apenas ideológico, da URSS. Essa necessidade conduziu à construção da ilusão de um capitalismo “civilizado” nos moldes do Estado de Bem Estar Social, que se convencionou chamar de “Era de Ouro” (1945 a 1970).

Com o fim da sustentação de liquidez internacional – e do processo de reconstrução da Europa Ocidental – pelos EUA no início da década de 1970, com o fim do padrão-ouro fixo, instaurou-se, por parte das autoridades constituídas de seus Estados Nacionais, a necessidade de estipular-se outro arranjo. Tal rearranjo do espaço de poder, no caso, é bastante visível, uma vez deixada de lado a garantia de ajuste para o equilíbrio do crescimento econômico rumo a uma acumulação progressiva, tornava-se necessário o rearranjo do ambiente institucional com novos papéis para os agentes envolvidos.

Essa guinada também teve seu correlato no pensamento econômico, com a revalorização da ideia de equilíbrio em contraponto à crise, associada agora à instabilidade econômica. Isso, evidentemente não impediu que as crises continuassem com seu padrão de comportamento ligado às necessidades acumulativas, gerando um comportamento responsivo e preventivo de constituição de territórios comuns de defesa do interesse do capital, sobretudo com o final da URSS em 1991.

Para alguns autores³², o aumento da busca por realização do capital passaria a dominar o cenário das crises:

A tendência do capital financeiro é manter fora da esfera produtiva massas de capitais sob a forma dinheiro. É então que aparece a sua tendência propriamente parasitária. Tal como no entesouramento, estes capitais, como massas de valores, constituem uma retirada que refreia a reprodução global.

³² De acordo com DELILEZ, Jean Pierre. Os Monopólios. São Paulo: Editorial Estampa, 1972, pp.146.

A CRISE DO LUGAR

Entendido o território como *lugar de poder*, na definição clássica de Claude Raffestin³³ é cioso o fato que o poder sobre o território implica em poder sobre os recursos materiais deste, e vice-versa. Mesmo quando exista uma dicotomia na natureza do poder – por exemplo, *poder de direito* e *poder de fato* – é aceitável que se compreenda tal dicotomia como um todo, ao se realizar a análise das relações do poder com o meio.

Em uma dimensão produtiva, a estrutura se relaciona com o meio nos aspectos da produção e consumo, estabelecendo o que, dos recursos existentes pode ser considerado como útil, o caráter dessa utilidade, e a disponibilidade dos recursos a tal fim. Essa condição nunca é gratuita, mas sim o resultado de relações sociais de produção, o que equivale a dizer que a capacidade de gerar riqueza de uma sociedade, assim como sua capacidade de gerar resíduos, ou mesmo lixo, e mesmo o conceito dessa sociedade do que seja riqueza, resíduo ou lixo é produto de suas relações produtivas estabelecidas em sua base.

Já em uma dimensão política, entendido o território mais uma vez como *lugar de poder*, há uma dupla possibilidade. Pode-se compreender o meio ambiente como a dotação de recursos sobre a qual o poder exercerá seu *pathos* ou sua razão de ser. Nesse sentido, a política é o ambiente no qual se relacionam as forças sociais movidas por interesses dos quais faz parte não apenas o território em si, com sua denotação material, mas também seu significado imaterial, sua representação no imaginário coletivo. Assim, a cada força política corresponde um projeto (deliberado ou não) político de relação com o território³⁴. No caso, com o meio ambiente.

As crises afetam de maneiras distintas o território. É preciso considerar os elementos que constituem o ambiente econômico em si, e não apenas encarar a crise como um evento isolado do todo, nem entender-se o ambiente econômico como um sistema estático, ou “equilibrado”³⁵, no qual a crise se insere como elemento desagregador. Antes, é necessário conceber a crise – em suas múltiplas facetas – como um elemento pertinente e até funcional do sistema econômico no qual ocorre.

³³ Conforme RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

³⁴ Segundo LACOSTE, Y. *Geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.

³⁵ Com isso, não estamos negando o equilíbrio como condição sistêmica, mas apontando para seu caráter dinâmico, sujeito às mudanças de direção, sentido e intensidade das forças econômicas nele ingerentes.

Uma crise produtiva, por exemplo, tem suas razões nas condições em que se dá a produção, antes de afetar o equilíbrio de preços entre oferta e demanda. Dificilmente os aspectos daquelas condições de produção não terão impacto sobre outras produções, ou mesmo sobre os arranjos e rearranjos das preferências dos consumidores. Dada a existência de uma economia monetária, mesmo o uso da liquidez presente ou a propensão ao consumo podem ser afetados por elementos introduzidos por uma simples mudança nas condições produtivas. Nesse sentido, uma crise tem muito do impacto de uma inovação tecnológica, mas no sentido oposto do crescimento do produto.

Outro exemplo, este de natureza mais ampla, seria o de uma crise financeira. A falta de confiança nas transações econômicas pode ser um forte inibidor da prosperidade. Aliás, a prudência, se defende através das “*sound economic policies*” uma economia das crises financeiras que venham a lhe assolar, é em muitas ocasiões, quando excedida em seu uso, culpada de geração de capacidade ociosa, destruição de capital fixo e crescimento econômico abaixo do nível da demanda efetiva.

Há mais de um século da apresentação de sua teoria de crises, Marx preserva sua atualidade na apreensão de que as crises vinculam-se às contradições presentes em relações sociais de produção específicas, as quais envolvem o território em que seus dois aspectos materiais – população e meio ambiente – torna-se lógica a inferência de que, entendidas as crises como momentos de questionamento e mudanças sistêmicas (sejam pontuais ou estruturais), transformações correlatas nas relações sociais produtivas nesses pontos de esgarçamento das relações produtivas trariam não apenas a superação das crises, mas o estabelecimento de relações mais saudáveis da humanidade com seu meio³⁶.

A natureza das mudanças que poderiam ser empreendidas é objeto de discussão desde que é reconhecido o caráter insustentável do modelo de desenvolvimento capitalista baseado na sociedade industrial. Reconhece-se hoje, não apenas nos relatórios de órgãos internacionais da ONU, a impossibilidade de extensão *ad infinitum* do paradigma da sociedade industrial de elevado padrão de consumo, consolidado nos países centrais do Ocidente³⁷ para o restante do planeta.

³⁶ Segundo FOSTER, J. *Marx e a Ecologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³⁷ A este rol, é somado o Japão, que adotou tal padrão por especificidades políticas de estratégia de desenvolvimento.

Os dois pilares de sustentação empírica da expansão desse modelo de desenvolvimento – criação e ampliação de mercados e sucessivas inovações tecnológicas – ora apresentados como soluções para os impasses trazidos pelas crises nas teorias de clássicos como Adam Smith e David Ricardo, não saem mais do papel para a solução de problemas atuais³⁸. As iniciativas de teóricos da economia ambiental, os quais elaboraram conceitos como “custos ambientais”³⁹, a partir dos quais seria possível a formulação de políticas de fomento da sustentabilidade (a maior parte delas, de caráter fiscal) teriam uma eficiência variável entre o efeito paliativo de prazo determinado por variáveis monetárias e a mais absoluta inocuidade.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o papel da Europa na Ordem Mundial fazia-se claro: tratava-se de distribuir o outrora hegemônico território, entre os novos polos de poder, EUA e URSS. A divisão se deu, na maior parte dos casos, no nível dos Estados Nacionais em uma dispersão meridional (Ocidente-Oriente)⁴⁰.

Uma consequência importante da manutenção dos Estados Nacionais europeus foi a manutenção correlata da autodeterminação desses mesmos Estados em promover sua reconstrução e recuperação econômica como um bloco.

Por outro lado, uma consequência da “Era da Catástrofe” parece ter sido a consciência, em nível europeu, de que a ação conjunta integrada, ou a constituição de um “território europeu” seria mais adequada à sobrevivência do continente como um todo do que a competição e conflito internos.

De toda a forma, o desenvolvimento pleno dessa concepção, como um movimento político dos Estados Nacionais europeus, seria refreado pela Guerra Fria e pela atuação dos dois polos de poder, EUA e URSS, no continente, por quase meio século.

Com o arrefecimento dessa influência, ou ao menos a mudança da natureza dessa influência, em meados dos anos 1980, as conversações sobre a constituição de um lugar comum às nações europeias, assumiram um papel de maior seriedade.

No entanto, vale destacar a composição do bloco europeu a partir de dois territórios distintos, o dos países do sul, e dos países do Norte. O Sul é o elo mais fraco do bloco, porém,

³⁸ De acordo com INVERNIZZI, N. e FOLADORI, G. *As Nanotecnologias ajudam a superar a pobreza?* Inclusão Social, Vol. 1, No 2 (2006)

³⁹ PIGOU, A. *Wealth and Welfare*. Cambridge: John Wiley & Sons, 4th ed. 1955 (1912).

⁴⁰ Não é fora de propósito que uma das exceções tenha sido justamente a Alemanha, cuja partilha territorial no pós-guerra se deu no nível interno ao do Estado Nação entre os vencedores do conflito.

não é o único. As economias centrais como Alemanha e França, dependem dos mercados dos países do sul já que a expansão de seu poder fora do bloco, conta com adversários bem posicionados, sejam os países emergentes, em especial a China, sejam os países asiáticos, e os EUA⁴¹.

A integração produtiva e de mercados consumidores poderia, por um lado, trazer vantagens ao capital que já há muito se encontrava, através das corporações, com as barreiras nacionais extrapoladas. O fim da URSS também deixou a descoberto várias oportunidades de acumulação de capital nos países do extinto Pacto de Varsóvia. Sob esses aspectos, a integração territorial pareceria o passo mais adequado ao capital.

Contudo, a extensão dessa integração poderia trazer algumas questões de ordem no tempo. Em primeiro lugar, essa integração deveria obedecer a algum grau de hierarquia entre as nações participantes, ou como se estabeleceria no sistema representativo das decisões dessas mesmas nações?

Em segundo lugar, uma vez estabelecidas as relações institucionais, ou as “regras do jogo”, qual o procedimento adequado para se lidar com economias estruturalmente díspares, de maneira que pudesse ser considerada, sob algum critério, isonômica?

A coordenação de políticas comerciais, fiscais, monetárias, e cambiais envolvendo fatores de capital e trabalho, constitui uma terceira questão: como organizá-la de modo a satisfazer concomitantemente as demandas de acumulação de capital e de representatividade dos Estados Nacionais ?

Assim, a crise que se observa em 2007 e 2008, na Zona do Euro parece obedecer, no plano dos modelos explicativos, a uma relação dual: trata-se de uma crise territorial, mas também de uma crise dos territórios. O ambiente histórico que envolve a formação da União Europeia e a Zona do Euro pode ser descrito de acordo com Hobsbawm:

A Nação, “hoje”, visivelmente está em vias de perder uma parte importante de suas velhas funções, nominalmente aquela da constituição de uma “economia nacional” confinada territorialmente, que formava, ao menos nas regiões desenvolvidas do mundo, um bloco estabelecido na “economia mundial” mais ampla⁴².

Essa perda funcional é, segundo Hobsbawm, resultado do seguinte desencadeamento de eventos e processos:

⁴¹ Conforme AMIN, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. Pp.32-35.

⁴² De acordo com Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos* desde 1780, pp.206.

Desde a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente desde os anos 1960, o papel das “economias nacionais” tem sido corroído, ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais ou transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros internacionais e redes de transações econômicas que estão, para fins práticos, fora do controle dos governos dos Estados⁴³.

A corrosão de economias nacionais no território europeu conduziu, assim, as redes de transações econômicas e fluxos de capital para além do controle dos Estados. Isso não significou que a utilidade de um comitê gestor dos interesses do capital, tivesse perdido o seu sentido maior. Este apenas se ampliou para além das formas de representatividade consolidadas nos últimos duzentos anos. A criação, assim, de órgãos supranacionais, é reflexo disso, pois, segundo Hobsbawm:

Não apenas as velhas “economias nacionais” (desenvolvidas), principais blocos estabelecidos no sistema mundial, foram substituídas por associações ou federações maiores dos “estados nações”, tais como a Comunidade Econômica Europeia, e entidades internacionais controladas coletivamente como o Fundo Monetário Internacional, como ainda, a emergência dessas entidades é um sintoma de retrocesso no mundo das “economias nacionais”⁴⁴.

Para estes, “a ideologia das nações e do nacionalismo, é irrelevante” pois, o papel dos mesmos, a partir da segunda metade do século XX, e no primeiro decênio do novo século, seria mais disperso e voltado às particularidades extra econômicas:

(...) na Europa, lar tradicional do princípio da nacionalidade, um número bem maior de movimentos nacionais existentes atualmente, do que aqueles que é possível lembrar, desistiu, na prática, de idealizar a independência estatal como seu objetivo final. Aqui, a maioria de tais movimentos parece acontecer como reações à centralização do Estado, do poder cultural ou econômico – isto é, daquilo que está distante – contra a burocratização, ou ainda, expressa vários descontentamentos locais ou setoriais capazes de ser envolvidos em bandeiras coloridas⁴⁵.

Esse desvio de foco dos nacionalismos europeus, dessa forma, deu-se em duas frentes. Em primeiro lugar, na expansão capitalista para além das barreiras dos Estados Nacionais; e, em segundo lugar, em sua orientação para questões externas ao interesse do Capital, em sua grande maioria. De toda a forma, não é fora de propósito, identificar os movimentos europeus ligados às reivindicações dos trabalhadores vincularem-se eventualmente a discursos de

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ De acordo com Eric Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos* desde 1780, pp.210.

cunho ideológico nacionalistas, ou mesmo um eventual e pontual recrudescimento de sentimentos xenofóbicos localizados, ao longo do processo de consolidação de União Europeia. Mas também é necessário afirmar que estes permaneceram por todo o processo sob o controle das forças politicamente interessadas na integração.

TEORIAS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A integração de países em blocos econômicos, nos quais se coordenam políticas e medidas comerciais, financeiras, creditícias e até mesmo produtivas, é o resultado não apenas da expansão do capitalismo global, após a segunda metade do século XX, mas também da mitologia econômica do desenvolvimento. A construção de sociedades providas de bem-estar, acesso a consumo e recursos materiais tornou-se não apenas um desejo das sociedades industriais e de sua periferia, mas também das zonas mais remotas e excluídas do globo. Nesse sentido, o movimento crescente de formação de blocos econômicos observado a partir da segunda metade do século XX reflete o êxito ideológico da construção de uma sociedade global, na qual não existiriam barreiras, tendente à igualdade. Mas, como toda ideologia, seu contato com a prática revelou todo um conjunto de contradições que mostraram o outro lado da moeda que o mundo conheceu sob o nome de Globalização: exclusão, empobrecimento e massificação.

Uma análise de tais processos de formação de blocos econômicos nos permite destacar que os processos de integração dados a partir do pós-guerra no século XX tiveram como principal foco o interesse econômico, e desse, em particular, o interesse comercial e monetário. Adicionalmente, o sucesso futuro – inclusive econômico - de tais movimentos de integração passa necessariamente pelo transbordamento da perspectiva econômica, para que se promova, afinal, uma globalização multicultural e inclusiva, não apenas uma integração social e economicamente seletiva de mercados.

Para que se possa entender o processo de integração de um grupo de países em um bloco econômico, há que se conhecer primeiramente os conceitos e teorias que buscam explicar tal processo, assim as teorias sobre blocos econômicos convergem na explicação de

sua origem histórica a partir da existência de três fases⁴⁶. A primeira estaria relacionada às Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, que promoveram a expansão do capital mercantil por todo o mundo, fazendo deste um sistema de distribuição e consumo de mercadorias⁴⁷. A segunda fase, incluiria a Revolução Industrial do século XVIII, quando então o capitalismo europeu, passou a desenvolver tecnologias que permitiriam ganhos de produtividade e escala. Por último, a terceira fase seria marcada pela Internacionalização do Capital, através da expansão das corporações multinacionais, no século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A expansão do capitalismo, desse modo, em sua expansão territorial constituiu a base do fenômeno histórico conhecido como globalização, o qual teve, no final do período denominado de “Guerra Fria”, o incremento da disputa comercial entre empresas e países, com a formação de grandes blocos regionais possuidores de elementos fundamentais característicos.

Dessa forma, blocos econômicos teriam sido criados para promover o desenvolvimento do comércio de determinadas regiões, através da eliminação de barreiras alfandegárias, diminuindo custos de transação. Tal redução de custos aumentaria o poder de compra dentro do bloco, proporcionando uma suposta elevação no nível de vida da população dos países-membros, com o aproveitamento de economias de escala, ganhos de produtividade e vantagens comparativas, além da ampliação da concorrência.⁴⁸

A partir de tal perspectiva teórica⁴⁹, existiriam quatro tipos de integração econômica, descritos a seguir:

1. Zona de Preferências Tarifárias: adoção de níveis tarifários preferências entre dois ou mais países, ou seja, as tarifas cobradas entre tais países são mutuamente inferiores às praticadas nas transações com terceiros;
2. Zona de Livre Comércio: eliminação de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem no comércio entre os países integrantes do grupo;

⁴⁶ Segundo FERRER, A. *Historia de la globalización* V.II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1998.

⁴⁷ Nesse sentido, é interessante apontar a concordância de Immanuel Wallerstein (2004, p. ix)

⁴⁸ Conforme SÖDERSTEN, Bo. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

⁴⁹ Segundo BEÇAK, P. *Mercosul: uma experiência de integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000.

3. União Aduaneira: ocorre quando os países integrantes de uma Zona de Livre Comércio adotam uma tarifa comum para importações junto a mercados externos (Tarifa Externa Comum, TEC);

4. Mercado Comum: nele, além da livre circulação de mercadorias, há a livre circulação de fatores produtivos, como capital e trabalho.

A adoção de uma moeda comum e de uma política macroeconômica regional também comum constituiria um quinto e último modelo, qual seja, a União Econômica e Monetária. Adicionalmente, para que haja a formação de um bloco econômico é essencial a atuação de dois tipos distintos de organizações: (1) organizações internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e (2) outras instituições de cunho integracionista, como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço de 1957, a Comunidade Econômica Europeia, o Mercado Comum Europeu; além da própria União Europeia.

As instituições do primeiro grupo compõem um grupo de *Organizações Internacionais*, e as segundas podem servir de exemplo para o que se entende como *Organizações Supranacionais*⁵⁰. As organizações internacionais operam sob princípios de interdependência entre as partes componentes, forçando uma cooperação entre os governos dos países integrantes. Essa cooperação se dá na forma de políticas específicas para áreas de interesse ao grupo, através da assinatura de acordos e tratados. Porém, tais organizações não interferem nas decisões políticas dos Estados que delas participam, e suas decisões não possuem poder acima do poder de cada país membro. Não haveria um forte poder de sanções para punir o não cumprimento dos acordos. A base, portanto, para o funcionamento deste tipo de organização, estaria no interesse mútuo compartilhado e nas vantagens obtidas com a cooperação.

Para que ocorra o processo de integração entre diversos países, faz-se necessária a criação de instituições supranacionais com poder de impor sanções aos governos membros. De forma simplificada, pode-se afirmar que, neste caso, os Estados membros transferem parte de seu poder soberano às instituições supranacionais, criadas com o aval desses mesmos Estados visando obter vantagens para o grupo como um todo⁵¹.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Segundo KRUGMAN, P. E OBSTFELD, M. *Economia Internacional – Teoria e política*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2005, pp.451-453

Outra diferença a destacar entre os dois tipos de instituições está nos limites temporais fixados. Os tratados e acordos fixam seu término enquanto os instrumentos de integração não terminam, podendo em vez disso, se transformar em novas instâncias mais agregativas. Isso com o cumprimento de etapas sucessivas, o que favorece a continuidade.

As entidades integradoras costumam se basear na exclusividade de seus membros, algo que não acontece no caso de organizações do primeiro grupo onde um mesmo país pode pertencer a diversas organizações internacionais.

TEORIAS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Num primeiro nível de compreensão sobre as motivações que levaram à criação do bloco integrado europeu temos o que se conhece como *Visão Ortodoxa* – vinda dos estudiosos de Ciência Política como Bo Sörensen⁵², que defendem a inevitabilidade de um processo de integração europeu pós-guerra. Tal inevitabilidade se justifica pela integração representar um processo em evolução que se iniciou antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial. Adicionalmente, o processo teria necessariamente que se dar de forma gradual, com aumento de complexidade, à medida que etapas de integração fossem sendo cumpridas, etapas que, como se disse, iniciaram-se antes mesmo do início da guerra.

Num segundo tipo temos a *Visão Federalista* – cujo maior defensor é Walter Lipgens que afirma que a integração europeia se dá a partir de uma “vocação federalista” dos Estados europeus, e também como uma reação ao avanço soviético no Leste Europeu nos anos da Guerra Fria. Para Lipgens, a vocação federalista europeia se manifestou em diversos movimentos e seu expoente foi a *Union Européenne de Fédéralistes* (UEF) de 1946. Essa avança em número de adesões e negociações até seu colapso em 1954. Entre os defensores desta linha de pensamento encontra-se Jean Monnet – considerado o pai da integração europeia – que, como federalista, participou dos movimentos entre 1945 e 1948, porém, sob influência das ideias norte-americanas, mudou sua forma de visualizar o processo de integração europeu. Acabou por defender o integracionismo europeu⁵³.

A terceira interpretação é mais conhecida como *Visão Histórica* – defendida por historiadores como John Young, Saki Dockrill, Alan Milward e Frances Lynch, que não acreditam na possibilidade de uma Federação de Estados Europeus. Para eles, o processo de integração teve motivações claramente de defesa de interesses econômicos particulares. A

⁵² Conforme MILWARD, A.S. *The European Rescue of the Nation State*. London: Routledge, 1992. pp.56-78.

⁵³ Segundo DEDMAN, M.J. *The origins and development of the European Union, 1945-95*. London: Routledge, 1996, pp.7-15.

cada estado membro tal se tornou possível na medida em que não ameaçou realmente os desejos por poder dos envolvidos. Como prova, destacam que as instituições supranacionais criadas não colocaram em risco o poder de decisão e os interesses das potências envolvidas. Criaram apenas submissão para os países fracos ou dependentes no âmbito econômico. Ainda assim, as decisões tomadas dependem da aprovação de todos os membros, o que leva a uma aparência de igualdade de poder entre os Estados membros.

Por fim, o grupo acredita que o Mercado Comum Europeu, transformado em União Europeia pelo *Tratado de Maastricht* em 1992, não ultrapassa os limites da busca por soluções comerciais e econômicas, nunca ameaçando a esfera da soberania política. Desse modo, a integração europeia se deu no pós-guerra visando solucionar a reconstrução econômica dos Estados participantes e o fortalecimento das potências europeias arrasadas pela guerra, particularmente França e Alemanha.

Há ainda, entretanto, aqueles que discutem a dicotomia entre integração e marginalização no processo europeu. A respeito, Immanuel Wallerstein disse⁵⁴:

Tanto “Integração” quanto “Marginalização” são termos atualmente utilizados para discutir a respeito das estruturas sociais. São ambos conceitos centrais à ciências sociais no que se refere ao estudo da sociedade. O problema a respeito de tal discussão é que se acaba por confundir os dois conceitos ao se pensar a sociedade.

Assim, se o processo de integração europeu permitiu uma união de territórios com interesses comuns, o subproduto de tal integração foi a promoção da marginalização dos atores que, embora pertencentes ao grupo, se distinguem por serem diferentes, seja em força, seja em utilidade.

De forma unânime, as diferentes visões teóricas a respeito do processo de unificação europeu viam com otimismo o processo. As previsões feitas em 1995⁵⁵ apontavam para um processo crescente, no sentido de levar a uma integração cada vez mais complexa nos campos econômico e político. Tal não se concretizou, pois a integração política não foi adiante.

Às visões otimistas, no entanto, contrapunha-se o pessimismo:

O período de 1990 a 2025/2050 será provavelmente, um período de falta de paz, falta de estabilidade e falta de legitimidade. Em parte, a responsabilidade por isto será devido à decadência dos EUA como potência hegemônica do sistema mundo. Mas, principalmente pela decadência do sistema mundo como sistema mundo. (...) A Europa então constituirá um marco como segunda economia frente ao condomínio EUA-Japão, e o restante do mundo se relacionará com essas duas zonas de poder de formas diversas. Tal relação será definida a partir da análise de três fatores cruciais:

⁵⁴ Conforme WALLERSTEIN, I. *The End of the World as We Know It: social science for the Twenty-First Century*. Minneapolis: University of Minnesota, 1999. Pp.104. Tradução da autora.

⁵⁵ Segundo DEDMAN, M.J. *The origins and development of the European Union, 1945-95*. London: Routledge, 1996, pp.7-15.

(1) a essencialidade de suas indústrias, (2) a importância como fornecedores de commodities, ou (3) o potencial de seus mercados consumidores⁵⁶.

Já as previsões relativas ao fim da crise, revelam um predomínio de busca por um novo padrão de relação de poder, seja nas instituições, seja na reforma dos conceitos de nacionalismo, a ser substituído pelo cosmopolitismo de Habermas e Ulrik. No entanto, para Alain Touraine⁵⁷,

Somente percebemos duas possíveis saídas para a crise: uma pela catástrofe, ao menos na Europa, e a outra pela criação de uma nova vida social, não mais repousando sobre a distribuição dos produtos internos brutos nacionais, mas sobre a afirmação da defesa de direitos universais do homem como arma única possível contra o triunfo aparente de economia globalizada. Esta expressão que pode parecer apenas do imaginário, deve, pelo contrário, ser tomada ao pé da letra. Faz-se necessário reconstruir todas as instituições sociais e coloca-las a serviço da subjetivação dos atores e não mais do lucro.

(...)

Visto que uma crise econômica é, antes de tudo, a ruptura de um sistema social e econômico, isto é, a ruptura de relações sociais orientadas para determinadas finalidades e mantidas em funcionamento por intervenções públicas, a resposta mais eficaz a uma crise é a reconstrução das relações entre os atores econômicos, e a formulação de seus valores comuns e novas intervenções públicas.

⁵⁶ De acordo com WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000. Pp.435-441.

⁵⁷ Em TOURAINE, Alain. *Após a Crise. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011, pp.184,197.

CAPÍTULO 2. ANTECEDENTES DA UNIÃO EUROPEIA (1945 A 1990)

Com o fim da Segunda Grande Guerra, o cenário mundial ficou caracterizado por um equilíbrio geopolítico, consolidado em uma bipolaridade que unia, de um lado, Estados Unidos e, de outro, União Soviética. Nesse cenário, a Europa foi repartida entre os dois polos, tornando-se uma zona de influência estadunidense, em seu lado ocidental, e compondo o bloco socialista soviético, do lado oriental.

As criações políticas, militares e econômicas dadas em território europeu nos decênios seguintes – ONU, OTAN, Pacto de Varsóvia, COMECON, etc. – obedeceriam a essa lógica. Como rescaldo do então novo arranjo mundial, apresentava-se à Europa um papel de coadjuvante, e em certa medida, de mediador das tensões e conflitos oriundos da bipolaridade EUA-URSS.

Nesse quadro, a possibilidade de um arranjo europeu, prevendo integração entre os Estados Nação nele constituídos, apresentava um duplo caráter⁵⁸. Por um lado, viabilizava-se a reconstrução do continente devastado por duas guerras, entremeadas por uma crise. Nesse sentido, um esforço conjunto para a integração política e econômica do território possibilitaria uma escala mais próxima da dada no contexto então vigente por EUA e URSS, facilitando não somente a circulação de fluxos de capital, mas o empreendimento de planos de desenvolvimento. E intensificação do comércio exterior.

Por outro lado, o fruto dessa integração alinhada com os EUA poderia fornecer uma defesa mais rápida e eficiente a qualquer movimento da URSS, no sentido de ampliar sua influência no continente. Assim, é possível afirmar que *o processo de integração europeu é filho da Guerra Fria*.

A estratégia de integração impediria um novo aumento da competição entre os países europeus que resultasse em novos conflitos, que seriam prejudiciais a todos no continente e, até mesmo, ao mundo como um todo.

O final do cenário bipolar EUA-URSS nas décadas de 1980-90 provocou alterações nos rumos que o bloco econômico europeu tomaria, já que teria que absorver parte do antigo bloco oriental socialista. Após grandes debates sobre as possíveis consequências que a

58 Conforme ALMEIDA, R.L.A.. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

liberdade de trânsito de mercadorias, e principalmente, de mão de obra, trariam à estabilidade do grupo. Tal se deu. Este será o tema de outro capítulo, mas encerra o período que vamos examinar em seguida.

DAS IDEIAS INICIAIS AOS TRATADOS DE ROMA DE 1957

Das discussões entre os *federalistas*, que defendiam a criação de uma Federação de Estados europeus aos moldes dos Estados Unidos da América, com um só sistema político e economia unificada nos âmbitos fiscais e monetários; e os *unicionistas*, vencedores do debate sobre tal estratégia, mas que objetivavam obter a unificação monetária e econômica, foram-se configurando diversos passos intermediários que veremos a seguir. Porém, a União Europeia não atingiu os estágios propostos por ambos os lados, num processo considerado incompleto. Isso que não houve êxito na arena política, com uma constituição única aprovada por todos os seus membros. Nem sequer a união monetária se deu com todos os integrantes previstos, haja vista a exceção concedida a Reino Unido e Dinamarca, que preferiram manter suas moedas nacionais.

A ideia de uma Europa unificada não surgiu especificamente após o término da Segunda Guerra Mundial. Apesar de o processo ter se iniciado nesse período, há registro de movimentos anteriores ao começo do conflito quando, entre 1918 e 1939, se formularam diversos planos para unificação.

Assim, por exemplo, em 1923, ocorreu a fundação da União Pan-Europeia pelo conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi. Era um movimento popular, que não visava à formação de uma entidade política, mas que procurava estabelecer os princípios de uma unificação das nações europeias. Outra iniciativa do período foi a criação da Associação para a Cooperação Europeia, que surgiu em 1920, em Genebra e chegou a ter filiais em Paris, Berlim e Londres⁵⁹.

Antes do início da Segunda Guerra, houve ainda a defesa de uma união alfandegária europeia, para fazer frente ao aumento da entrada no continente das exportações japonesas e dos EUA, à estagnação econômica, ao nacionalismo crescente e às medidas protecionistas que estavam em voga. A ideia, embora sem ressonância prática à época, influenciou importantes

⁵⁹ Conforme MILWARD, *The reconstruction of Western Europe, 1945-1951*. London: Routledge, 1984, pp16-19.

pensadores, como Konrad Adenauer e George Pompidou⁶⁰. Em outro momento, setembro de 1929, o ministro de assuntos estrangeiros francês, Aristide Briand, apresentou uma proposta formal junto à Liga das Nações, para que se criasse um arranjo semelhante, mas mais complexo, nos moldes de uma confederação, entre os Estados Membros da organização. A sua proposta resultou na elaboração de um documento, o *Memorando de Briand* em primeiro de maio de 1930⁶¹.

Esse documento defendia a criação de um comitê político permanente entre as Nações⁶²:

Influenciados por sua posição geográfica para viver juntos, os povos da Europa, para que possam desfrutar de segurança e prosperidade, devem estabelecer um regime permanente de reponsabilidade conjunta para a organização racional da Europa. O entendimento entre as nações europeias deve ser realizado no plano da autonomia e independência política total. Além disso, seria impossível associar a ideia de dominação política com uma organização que é deliberadamente colocada sob o controle da Liga das Nações.[...]

No entanto, a sugestão não teria o apoio da Inglaterra, Alemanha e França, e o assunto seria posto de lado até o final da guerra seguinte. Curiosamente, em 1941, os líderes antifascistas aprisionados por Benito Mussolini, publicaram um documento conhecido como *Manifesto Ventotene*, onde afirmavam que somente uma Federação Europeia poderia elaborar uma nova estrutura capaz de garantir a paz e estabilidade no continente, frente à incapacidade da Liga das Nações de o fazer. Mais uma vez, não houve eco à sugestão naquele momento⁶³.

Outro marco importante na série de eventos que culminaram com a formação do bloco europeu integrado economicamente ocorreu em agosto de 1941, quando da assinatura da *Carta do Atlântico* por Roosevelt e Churchill. Essa carta permitiu o acesso norte-americano aos recursos do Império Britânico, em troca do apoio daquele país aos exércitos aliados. Assim, o acordo marcou o início de uma aliança que seria reproduzida ao longo das décadas seguintes, no que se relaciona às relações entre os países da Europa – especialmente do bloco ocidental – e os EUA. Ainda antes do término da guerra, em 11 de novembro de 1942, o general Charles de Gaulle fez um discurso onde afirmou que os europeus deviam se juntar de uma forma mais permanente e forte. Dois anos depois, os líderes de Bélgica, Luxemburgo e

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Segundo informações de BLAIR, A. *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2nd ed, 2010, pp.13-16.

⁶² Conforme documento “*The Brian Memorandum*” disponível no endereço <http://www.let.leidenuniv.nl/history/rtg/res1/briand.htm> acesso em 10-maio-2014. (Tradução da autora).

⁶³ De acordo com de Blair, em *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2nd ed, 2010, pp.13-16.

Países Baixos anunciaram que desejavam estabelecer uma união aduaneira, mas isso somente ocorreria em 1948. Também famoso e importante para a integração europeia, foi o discurso de Winston Churchill em Zurique, a 19 de setembro de 1946, quando afirmou⁶⁴:

Devemos construir uma espécie de Estados Unidos da Europa. [...] O primeiro passo para a recriação da família europeia deve ser uma parceria entre a França e a Alemanha. Somente assim pode a França recuperar a liderança moral da Europa. Não pode haver renascimento da Europa sem o espírito de uma grande França e o espírito de uma grande Alemanha. A estrutura dos Estados Unidos da Europa, se bem e verdadeiramente construída, será de forma a tornar a resistência do material de um único estado menos importante. As pequenas nações contarão tanto como as grandes e terão a honra de dar sua contribuição para a causa comum [...] Em todo este trabalho urgente, França e Alemanha devem caminhar juntas. Grã-Bretanha, o Commonwealth Britânico, a América, e confio que a Rússia Soviética devem ser os amigos e patrocinadores da nova Europa e devem defender seu direito de viver e brilhar.

O número de iniciativas desse tipo iria se consolidar ao fim da guerra como reação à possibilidade de novos conflitos, e a ideia de um acordo entre os países da Europa Ocidental se fortaleceu com o início das discussões que resultaram no acordo de Bretton Woods. Estas iriam decidir os rumos econômicos internacionais pós-guerra, com a posterior criação do Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento⁶⁵.

Para as nações europeias, ceder ao uso de uma moeda internacional ligada à economia de um país, e um país como os EUA que se apresentava como um forte ator no quadro que se esboçava, seria um risco a ser mantido sob controle. No entanto, o aumento das pressões resultantes da Guerra Fria deixou claro que não era hora de se criar uma terceira força que pudesse contrariar os EUA, de quem dependiam no momento. E, assim, foi feita a opção pelo movimento oposto, uma maior aproximação da potência que as poderia defender da URSS.

Para os EUA, a situação de seus aliados no velho continente, com suas economias esgarçadas pela guerra, necessitava de uma resposta rápida e, em 1947, perante o lançamento da *Doutrina Truman* que poderia levar a novos conflitos na região, justificava-se a ajuda financeira necessária a proporcionar a defesa de tais nações europeias. O socorro veio na forma de um plano de assistência econômica, o *Plano Marshall*. Conforme o próprio Secretário de Estado do governo, General George Marshall afirmou,

⁶⁴ Conforme documento disponível em Blair, A. *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2nd ed, 2010, pp.116. (tradução da autora)

⁶⁵ De acordo com LIPGENS, W.A. *History of European Integration*, V.1.: Oxford: Claredon Press, 1982, pp.44-58.

As necessidades da Europa para os próximos três ou quatro anos, em termos de comida estrangeira e outros produtos essenciais, principalmente da América, são muito superiores à sua capacidade atual de pagar por eles, e ela deve ter ajuda adicional substancial ou enfrentar a deterioração econômica, social e política.⁶⁶

Adicionalmente, tal plano previa o aumento do comércio entre as nações europeias e a criação de um mercado aos moldes dos EUA, como uma forma de acelerar a recuperação econômica dos países envolvidos. No caso, o número de tais países dependeria da vontade dos mesmos em aderir ao plano, mas somente os países da Europa Ocidental se interessaram.

Desta forma, implementou-se o *Plano Marshall* e, os países europeus alvos de suas metas se viram diante de uma ajuda que representava simultaneamente uma parceria, uma submissão e também o início oficial da "Guerra Fria", entre os blocos socialista e capitalista. Naquele mesmo ano, ocorreu a *Conferência para a Cooperação Econômica Europeia*, que aprovou o *Programa de Recuperação Econômica Europeia*, dando origem ao CCEE (Comitê de Cooperação Econômica Europeia) e à OECE. Esta última com o objetivo implícito de supervisionar a aplicação da ajuda financeira do Plano Marshall. Este, entre 1948 e 1951, liberou recursos na casa de 12,5 bilhões de dólares para a Europa⁶⁷. Através de um método de cooperação intergovernamentalista, a OECE diminuía as barreiras e taxas alfandegárias entre seus países membros e dava início a um movimento que permitiria a integração econômica de parte de seus membros.

Finalmente, ainda em 1948, entraria em vigor a *Convenção Aduaneira* do BENELUX e seus países membros – França, Grã-Bretanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos – assinaram o *Tratado de Bruxelas* cujos objetivos incluíam a cooperação militar, econômica, social e cultural. O objetivo principal era criar mecanismos de defesa para garantir a segurança mútua, frente a um possível ataque dos países do bloco socialista⁶⁸. O “inimigo” agora estava localizado na figura de um grupo considerado “externo” ao “cenário europeu”. Os países do Leste – e a própria Alemanha em suas duas partições – não pertenciam ao que se considerava como a “Europa Democrática”, alvo do processo de integração econômica. Nesse sentido, no ano seguinte seria assinado o *Tratado do Atlântico Norte*, que criou a Aliança

⁶⁶ Segundo o *Department of State Bulletin*, 15-06-1947, pp.1159. Disponível no endereço <https://archive.org/details/departmentofstat4360unit> acesso em 21-05-2014. (tradução da autora).

⁶⁷ De acordo com MILWARD, A. *The reconstruction of Western Europe, 1945-1951*. London: Routledge, 1984, pp.94.

⁶⁸ Conforme ALMEIDA, R.L.A.. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa:Edições Sílabo, 2005.

Atlântica e daria origem à formação da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN). Os objetivos eram claros, e a aliança sempre teria como foco a defesa de seus integrantes do possível perigo que viria do Leste.

No entanto, ao final da década de 1940, não era mais possível manter a Alemanha em situação de exclusão e estava claro que era necessário fortalecer o papel do território ocidental na recuperação econômica europeia. Para tanto, havia que alterar as imposições do final da guerra ao território ocidental. Konrad Adenauer, primeiro chanceler alemão da criada República Federal da Alemanha, via como essencial que o país participasse em termos de igualdade com os demais membros do grupo de aliados ocidentais e, para tanto, teria que deixar de ser um território ocupado para se tornar um país com maior liberdade de ação. Inglaterra e EUA apoiavam tal visão, e desde 1946 já haviam unificado suas zonas de controle da parte ocidental para facilitar o processo, mas a França não concordava com um abrandamento do controle sobre sua região⁶⁹.

O Ruhr, com suas reservas de carvão e minério de ferro, era vital para o processo de recuperação econômica francesa. Não seria fácil abrir mão de seu domínio. Foi nesse contexto que Robert Schuman, ministro francês de assuntos estrangeiros, apresentou seu plano em 9 de Maio de 1950⁷⁰. O chamado *Plano Schuman* propunha que a produção de carvão e aço tanto de França quanto Alemanha passasse a ser subordinada a uma autoridade superior comum e que essa autoridade representasse uma organização aberta aos demais países do grupo:

[...]O agrupamento de produção de carvão e de aço vai garantir de imediato a formação de bases comuns de desenvolvimento econômico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino das regiões que têm sido dedicadas à fabricação de armas, de quem se tornam vítimas constantes. A produção comum assim estabelecida deixará claro que qualquer guerra entre a França e Alemanha se torna não apenas impensável, mas materialmente impossível. O estabelecimento desta poderosa entidade, aberta à participação de todos os países que nela queiram participar será, finalmente, capaz de tornar disponível em igualdade de condições os elementos fundamentais da produção industrial, dará uma base real para a unificação econômica⁷¹.

Mais tarde, Jean Monnet comentaria a declaração:

⁶⁹ De acordo com MILWARD, A. *The reconstruction of Western Europe, 1945-1951*. London: Routledge, 1984, pp.21.

⁷⁰ Conforme informação de LIPGENS, W.A. *History of European Integration*, V.1.: Oxford: Claredon Press, 1982, pp.44-58.

⁷¹ Conforme discurso proferido em 9 de maio de 1950 por Robert Schuman. Disponível no endereço <http://ec.europa.eu> acesso em 02-06-2014. (tradução da autora).

As propostas Schuman são revolucionários ou não são nada. O primeiro princípio indispensável dessas propostas consiste na delegação de soberania em um campo limitado, mas decisivo. Qualquer plano que não envolva este primeiro princípio indispensável não pode fazer nenhuma contribuição útil para a solução dos graves problemas que enfrentamos. O que deve ser buscado é uma fusão dos interesses dos povos europeus⁷².

Assim, criava-se uma visão funcionalista de como a integração poderia ser obtida. Não mais uma federação, mas uma transferência gradual de soberania para que se criasse uma autoridade supranacional que controlaria e garantiria o funcionamento do acordo. O próprio Monnet via nessa forma de integração, o caminho mais seguro para que, aos poucos, se criasse um efeito dominó e os demais setores econômicos também se integrassem. Deste modo, a assinatura em 1951 em Paris, do Tratado que cria a CECA – Comissão Europeia do Carvão e do Aço.

Os principais pontos observados no tratado objetivavam a introdução de livre circulação do carvão e do aço, bem como o livre acesso às fontes de produção. Além disso, há artigos específicos que buscam assegurar a vigilância do mercado, o respeito pelas regras da concorrência e a transparência dos preços⁷³. Já os objetivos não declarados no documento, mas propagados nos discursos a seu respeito, eram a expansão da produção industrial dos países membros como forma de aquecer a economia dos mesmos, gerar empregos e, assim, aumentar o padrão de vida e os níveis de consumo necessários à recuperação econômica europeia ocidental. As primeiras medidas após a entrada do tratado em vigor, em 1952, foram a eliminação imediata de todas as taxas de importação e exportação de ferro e carvão, bem como o fim dos subsídios nacionais de apoio a essas commodities.

A Alta Autoridade que regia a comunidade era um colegiado independente, que tinha por tarefa assegurar a realização do que estava proposto no Tratado. Era composto por nove membros (não podendo o número de membros com nacionalidade de um mesmo Estado ser superior a dois) designados por seis anos. Sua função era a de tomar decisões, formular recomendações e emitir pareceres. Eram assistidos por um comitê consultivo composto por representantes dos produtores, dos trabalhadores, dos utilizadores e dos comerciantes. Havia uma Assembleia composta por 78 deputados, delegados dos Parlfamentos nacionais: 18 no caso da RFA, França e Itália, 10 para Bélgica e Países Baixos e 4 de Luxemburgo. Já o

⁷² Segundo BLAIR, A. *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2ed, 2010, pp.21. (tradução da autora)

⁷³ Idem.

Conselho, integrava seis representantes delegados dos Governos nacionais. A presidência do Conselho era exercida rotativamente por cada membro, por um período de três meses. O Conselho destinava-se a sincronizar a ação da Alta Autoridade e a política econômica geral dos governos participantes. Havia ainda um Tribunal de Justiça era composto por sete juízes nomeados, de comum acordo, pelos Governos dos Estados-Membros, por seis anos⁷⁴.

Adicionalmente, a Alta Autoridade agia com base na informação que as empresas lhe deviam apresentar; e na previsão da produção do carvão e do aço. Com tais informações, faziam-se previsões para orientar a ação dos interessados e determinar a ação da CECA. Entretanto, esta efetuava estudos sobre a evolução dos preços e dos mercados.

O financiamento da CECA fazia-se com base em taxas sobre a produção do carvão e de aço e através de empréstimos. As primeiras para a manutenção administrativa e os segundos apenas podiam ser utilizados para a concessão de empréstimos.

Em matéria de fixação dos preços, o Tratado proibia as discriminações exercidas pelo preço, as práticas desleais em matéria de concorrência e as práticas discriminatórias que consistiam em aplicar condições desiguais a transações comparáveis. Estas regras eram igualmente válidas no domínio dos transportes.

Além disso, em certas circunstâncias, como em caso de crise manifesta, a Alta Autoridade podia fixar os preços, máximos ou mínimos, dentro da Comunidade ou em relação aos países terceiros.

Os salários e a mobilidade da mão de obra constituíam outro capítulo do Tratado. Embora os salários tivessem continuado a ser de competência nacional, a Alta Autoridade, em certas condições especificadas no Tratado, podia intervir para corrigir salários anormalmente baixos e suas reduções. Havia ainda programas destinados a atenuar as consequências negativas que o progresso técnico da indústria podia causar à mão de obra (indenizações, subsídios e reconversão profissional). E previa o fim, por parte dos Estados, das restrições ao emprego qualificado em razão da nacionalidade. Em relação às outras categorias de trabalhadores, em caso de escassez desse tipo de mão-de-obra, os Estados Membros deviam proceder às adaptações necessárias em matéria de imigração para facilitar a contratação de trabalhadores estrangeiros.

⁷⁴ Conforme informações disponíveis em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm, acesso em 07-07-2014.

A importância da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço reside no fato de que a partir dela, de sua estrutura e de suas soluções, foi-se consolidando o formato do que viria a ser mais tarde, a União Europeia.

No Tratado, há um trecho que afirma a decisão das autoridades dos países signatários no sentido de:

[...] substituir as rivalidades de épocas passadas pela fusão de interesses essenciais, criando e estabelecendo uma comunidade que seria a base de uma outra comunidade mais abrangente e profunda entre os povos há muito tempo divididos por conflitos sangrentos, e estabelecer as fundações para as instituições que dariam a direção para um destino que passava a ser compartilhado⁷⁵.

O tratado contou com as assinaturas de França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos (os três últimos como componentes do BENELUX). Jean Monnet foi chamado a assumir sua presidência no ano seguinte. Iniciava-se assim a retomada pelos países europeus, do controle sobre seus insumos mais importantes para o processo industrial, a energia do carvão e o aço, como matéria prima indispensável num formato inédito, o de cooperação na exploração de uma região que havia sido motivo de disputas entre França e Alemanha desde o século XIX⁷⁶. A consequência mais óbvia de se medir foi o salto de produtividade quando entre 1952 e 1962, a produção de ferro passou de 62 milhões de toneladas para 92 milhões de toneladas⁷⁷.

Nos anos que se seguiram, foi aprovado o *Tratado da Comunidade Europeia de Defesa* com o objetivo de criar um exército em comum, mas em 1954, perante a recusa francesa de cumprir o tratado, o mesmo foi desfeito. As principais reservas francesas ao exército comum estavam na participação alemã em pé de igualdade aos demais países membros. Em 1953, ocorreu a aprovação de um projeto de Tratado relativo à formação da *Comunidade Política Europeia* (CPE) que também fracassaria poucos meses depois.

A resposta à suposta ameaça vinda do Leste se tornaria ainda mais premente quando os países do chamado bloco socialista, em 1955, assinam o *Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental*, conhecido como *Pacto de Varsóvia*. Nesse mesmo ano, o conselho da

⁷⁵ Conforme informações disponíveis em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm, acesso em 07-07-2014.

⁷⁶ De acordo com informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm, acessado em 06-06-2014.

⁷⁷ Como informa Martin DEDMAN em *The origins and development of the European Union, 1945-1995-a history of European Integration*. Londres: Routledge, 1996. pp.64.

CECA criou uma nova comunidade, visando a formação de um mercado comum industrial e de uma organização idêntica para energia nuclear. Vale destacar a importância do controle da tecnologia atômica como trunfo político e estratégico de defesa, em presença do quadro mundial de Guerra Fria.

Há que lembrar que os seis países membros possuíam características únicas e não concorrentes em suas economias o que favorecia uma cooperação entre eles. Por um lado, Alemanha Federal e a Bélgica contavam com recursos minerais e indústrias de base; a França possuía grande produção agrícola; os Países Baixos, bem como a Itália, tinham um desenvolvimento considerável nas indústrias de bem duráveis e produção de alimentícios. Por fim, Luxemburgo se destacava pela produção de aço e serviços financeiros que começavam a despontar como destaque na economia do pequeno principado⁷⁸. Ao final de 1956, as relações comerciais entre eles já assumiam um estreitamento, onde a importância da RFA começava a se destacar, como se pode observar nas Figuras 2.1 e 2.2:

Figura 2.1: Exportações entre os seis países da futura CEE em 1956.

Fonte: Elaborado pela autora com dados de Gottschalk⁷⁹.

⁷⁸ De acordo com informações de Steven MCGIFFEN. *The European Union: a critical guide*. London:Pluto Press, 2005 pp. 56-57.

⁷⁹ De acordo com GOTTSCHALK, Egon Felix. *A Comunidade Econômica Europeia e os problemas de integração econômica dos mercados*. São Paulo: FIESP, 1959. P.30.

Figura 2.2: Importações entre os seis países da futura CEE em 1956.
 Fonte: Elaborado pela autora com dados de Gottschalk⁸⁰.

Foi nesse mesmo ano, 1956, que se iniciaram os trabalhos de elaboração dos tratados de criação da CEE (Comunidade Econômica Europeia). No ano seguinte, os dezessete estados-membros da OECE iniciaram negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Em simultâneo, foram assinados os *Tratados de Roma*, que instituíram a CEE (Comunidade Econômica Europeia) e a CEEA (Comissão Europeia de Energia Atômica) iniciando o processo da unificação europeia em sua forma mais longa.

Na década de 1960, teria início outra associação entre os países europeus, a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), com clara liderança do Reino Unido, incluía Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Finlândia, e Islândia que somente entraria no grupo em 1970. O maior interesse dos membros era obter vantagens comerciais e eliminação de tarifas alfandegárias entre eles. Porém, a entrada da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido na CEE, em 1972, enfraqueceria o grupo, que seria reduzido no final do século XX a Noruega, Islândia e Suíça⁸¹.

⁸⁰ De acordo com GOTTSCALK, Egon Felix. *A Comunidade Econômica Europeia e os problemas de integração econômica dos mercados*. São Paulo: FIESP, 1959. P.30.

⁸¹ Conforme informações de POLLARD, Sidney. *The International Economy since 1945*. Londres: Routledge, 1997.

Nessa época, os EUA começaram a perceber que talvez o bloco europeu pudesse se fortalecer economicamente e apresentar uma concorrência nos mercados que ora dominavam. Assim, a equipe de Kennedy, em 1961, propôs a reestruturação da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) para Organização Econômica para a Cooperação e Desenvolvimento (OECD), com a sua participação e do Canadá junto ao grupo. Outra forma que os EUA percebiam como facilitadora de seu acesso ao grupo europeu, era através da adesão da Grã-Bretanha, mas os franceses iriam frustrar tal adesão por toda a década⁸².

DOS TRATADOS DE ROMA AO FIM DE BRETTON WOODS (1957-1970)

Os Tratados de Roma, assinados em 1957, criaram as bases de duas comunidades, uma com fins econômicos, a Comunidade Econômica Europeia - CEE, e outra com fins bélicos, ou de defesa, como foi definido à época, a Comissão Europeia de Energia Atômica - CEEA. No entanto, dos dois tratados, o que criava a CEE era muito mais ambicioso, detalhado e estruturado. A ambição de tal projeto estava visível, por exemplo, em seu segundo artigo:

A CEE irá promover, através da comunidade, um desenvolvimento harmonioso de atividades econômicas, uma expansão econômica contínua e equilibrada, um aumento da estabilidade, um crescimento acelerado do padrão de vida de suas populações, além de relações harmoniosas entre os seus estados membros⁸³.

Para que os tratados pudessem entrar em vigor, criou-se em 1958, a Assembleia Parlamentar Europeia que em 1962, se tornaria o Parlamento Europeu. As primeiras eleições diretas e universais para tal Parlamento, no entanto, ocorreriam somente dezessete anos depois, em 1979, o que mostra a dificuldade em se colocar em prática uma medida em que soberanias nacionais teriam que se submeter, em algum grau, às decisões tomadas de modo supranacional.

O entusiasmo inicial dos primeiros anos após a assinatura do tratado, esfriaria quando o crescimento econômico europeu se acelerou. Assim, por exemplo, se entre 1955 e 1964, o

⁸² Segundo VAN DER WEE, Herman. *Prosperity and Upheaval, the world economy 1945-1980*. London: Penguin, 1991. Pp.382-390 (tradução da autora).

⁸³ De acordo com Andreas STAAB. *The European Union Explained*. Indianapolis: Indiana University Press, 2011, pp.10-13

PIB da República Federal Alemã apresentou um crescimento de 40,3%, a esfera política se mostrou repleta de empecilhos e falta de vontade para completar um plano de integração das principais nações europeias. Prova disso foi a posição adotada por um dos principais heróis da Segunda Guerra Mundial, aos olhos de seus conterrâneos, Charles de Gaulle. Ele vetou a entrada da Grã-Bretanha na CEE em 1961, com o argumento de que essa nação “não possuía uma verdadeira vocação europeia” e seria apenas “um cavalo de troia dos EUA” no meio da Comunidade. Essa mesma atitude se repetiria em 1967 quando, De Gaulle, vetou novamente a adesão inglesa à CEE⁸⁴.

O contexto internacional da década de 1960 incluía várias mudanças profundas na sociedade ocidental. A aprovação dos Direitos Civis nos EUA, a Guerra do Vietnã, a construção do muro que dividiu Berlim, a crise dos mísseis de Cuba, e o primeiro acordo entre URSS e EUA para a limitação de atividades nucleares. Além dos movimentos estudantis de 1968, ajudaram a dar novo impulso à ideia de uma unificação da Europa Ocidental.

A renúncia de De Gaulle e sua substituição por Pompidou também impulsionou uma nova atitude favorável à integração. No caso, Irlanda, Dinamarca e Reino Unido, finalmente tiveram a oportunidade de aderir ao grupo dos seis e entraram com seus pedidos de adesão no final da década.

Em 1969, realizou-se a Conferência de Haia, onde três palavras de ordem foram definidas como prioritárias: *aprofundamento*, *alargamento* (ou expansão) e *completude*. A ideia era por em prática, cada vez mais fortemente, os ideais da unificação. Assim, *aprofundamento* significava aumentar o grau de integração para além do campo econômico, e a primeira experiência teria que se dar na área da política externa. *Alargamento* se referia à adesão dos três países que mudariam a “Europa dos Seis” para “Europa dos Nove”. Por fim, era necessário completar os processos aprovados nos tratados e levar a termo a unificação do mercado comum, colocando em prática a livre movimentação de bens, serviços, capital e pessoas entre os estados membros. O discurso era promissor, mas a década de 1960 se encerrou sem que houvesse medidas práticas de transformação desse discurso em realidade.

⁸⁴ Como informa Martin DEDMAN em *The origins and development of the European Union, 1945-1995-a history of European Integration*. Londres: Routledge, 1996. pp.65.

UM NOVO IMPULSO AO PROCESSO DE UNIFICAÇÃO (1971-1989)

Os anos 1970 ficaram conhecidos como “esclerose” das negociações dentro da CEE, pois a década se iniciaria com o abandono unilateral dos EUA do acordo de Bretton Woods. Isso elevou ainda mais o valor da libra inglesa e do marco da RFA. Ademais, a primeira crise do petróleo somada às condições cambiais levaria os Nove a enfrentarem uma recessão que aumentou o desemprego. Por outro lado, ao sentirem que o dólar não mais blindaria suas taxas de câmbio, os membros da CEE começaram a acelerar o processo de unificação monetária, descrito em maiores detalhes no próximo capítulo.

Entretanto, o colapso do acordo de Bretton Woods, durante os anos de 1971-1973, levou a uma expansão dos investimentos em títulos públicos internacionais e empréstimos bancários. Estes começaram a apresentar volumes de transações que alavancaram a internacionalização dos mercados de capitais.

(...) quando os mercados de capitais rapidamente se internacionalizaram, juntando-se à complexidade das relações econômicas internacionais, proclamou-se a globalização genuína de uma economia mundial que agora se dizia integrada e interdependente⁸⁵.

A adesão da Inglaterra, finalmente aceita após duas recusas, causou mais problemas do que soluções para a Comunidade. Por um lado, uma das principais preocupações dos Seis era com a produção e o abastecimento de produtos vindos da agricultura, e a Inglaterra pouco ou nada contribuiria nesse setor para aumentar o fornecimento da comunidade. Por outro lado, o país teria que se tornar o segundo maior contribuinte dos fundos para subsidiar os produtores agrícolas. Tal troca levaria anos de discussão e acusações dos políticos britânicos que não a achavam justa. Além disso, a necessidade de unificar normas e regras de nomeação de produtos, formas de embalagem e outros detalhes ligados ao mercado comum, engessariam o processo que já era lento.

O termo “esclerose” se aplica bem ao quadro, se analisarmos o Tribunal de Justiça Comum que foi criado pelo Tratado de Roma de 1957. Vinte anos depois ainda não funcionava, travancado por minúcias e regulações que nunca chegavam a um consenso⁸⁶.

⁸⁵ De acordo com HIRST e THOMPSON. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998. Pp.39.

⁸⁶ Conforme Andreas STAAB. *The European Union Explained*. Indianapolis: Indiana University Press, 2011, pp.15.

No entanto, em 1979, ocorreram as primeiras eleições diretas para escolha dos membros do Parlamento Europeu e houve um novo alento para a causa da unificação. Ao final do ano seria divulgado o Relatório de Progresso em direção à União Europeia elaborado pela Comissão Europeia, num tom mais otimista e já se aventava a entrada de mais membros no bloco⁸⁷.

Na década seguinte, o quadro de paralisia se reverteria para o de ação. EUA e Japão estavam diante de uma década de crescimento econômico e a CEE aceitaria novos membros, os países Ibéricos. Na realidade, a adesão espanhola era bem vinda para a questão agrícola, já Portugal possuía como vantagem a posição geográfica estratégica⁸⁸.

Ao mesmo tempo em que o Conselho Europeu ganhou legitimidade com o Parlamento Europeu, o quadro oposicionista britânico chegou a um término com chegada de Margareth Thatcher ao poder. Apesar de criticar os processos do bloco que seriam burocráticos demais, a premier britânica viu no mercado comum uma oportunidade para os seus produtos. Os 340 milhões de consumidores europeus representavam um mercado bem mais promissor do que os 60 milhões de britânicos. A América Latina estava enfrentando problemas que prejudicavam as exportações inglesas.

Por fim, em 1986 foi assinado o *Ato Único Europeu* que traduzia em ações práticas os desejos da conferência de Haia, de 1969. Novas políticas de pesquisa integrada e desenvolvimento tecnológico, aliadas a um prazo para completar a unificação do mercado em 1992 e uma política de cooperação entre os países membros pontuaria o documento que continha também uma reforma institucional. Era o aumento do poder do Parlamento Europeu e a introdução do voto de maioria qualificada. Ainda assim, o mercado que se queria unificar em três anos, especificava a liberdade de trânsito de bens, serviços e capitais. A questão da mão de obra precisava ainda de maiores detalhamentos⁸⁹.

No quadro 2.1, temos a relação dos principais tratados assinados no âmbito da CEE no período anterior à década de 1990.

⁸⁷ De acordo com DINAN, Desmond. *An ever closer union? And introduction to the European Community*. Colorado, USA: Lynne Rienner, 1994, pp.69-87

⁸⁸ Idem, pp. 23.

⁸⁹ Conforme Steven MCGIFFEN. *The European Union: a critical guide*. London:Pluto Press, 2005 pp.4-6.

Quadro 2.1: Tratados de formação da União Europeia

Ano	Tratado	Descrição
1950	Declaração Schuman	Propõe a criação de uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)
1951	Tratado de Paris	Instituiu um mercado comum do carvão e do aço entre Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.
1957	Tratados de Roma	Trata da formação uma Comunidade Econômica Europeia (CEE) com base num mercado comum.
1965	Tratado de Bruxelas	Este Tratado substitui os três Conselhos de Ministros (CEE, CECA e Euratom), por um lado, e as duas Comissões (CEE, Euratom) e a Alta Autoridade (CECA), por outro, por um Conselho único e uma Comissão única. Para além desta fusão administrativa, verifica-se o estabelecimento de um orçamento de funcionamento único.
1986	Ato Único Europeu	O Ato Único Europeu constitui a primeira grande reforma dos Tratados. Permite o alargamento dos casos de votação por maioria qualificada no Conselho, o reforço do papel do Parlamento Europeu (procedimento de cooperação) e o alargamento das competências comunitárias. Introduce o objetivo de realização do mercado interno até 1992.

Fonte: Elaborado pela autora com dados disponíveis em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm, acesso em 02-10-2013.

Com a queda do muro de Berlim em 1989, o presidente francês Mitterrand propôs a criação de uma *Confederação Europeia* com os países do Leste. A sugestão mostrava boa vontade por parte do MCE. Somente dois anos depois, com a dissolução do *Pacto de Varsóvia* e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, levando ao fim do cenário de poder bi polarizado existente, a Europa avançaria no sentido de englobar países da antiga Cortina de Ferro em seu mercado único.

A década iria se encerrar com a Comissão Delors e os passos efetivos para a unificação monetária. Assim como a efetivação do Mercado Comum Europeu (MCE). Internamente ao bloco, parcerias transnacionais, como a Airbus, levariam os empresários a repensar o modelo de concorrência intra-europeu, para um modelo europeu de concorrência externa à comunidade econômica.

No quadro 2.2 pode-se observar como, nos anos da Guerra Fria, proliferaram organizações no continente. A busca por vantagens obtidas por meio da cooperação foram exploradas de diversos modos e em combinações, cuja maioria não sobreviveria aos anos 1990.

Quadro 2.2: Principais organizações europeias de 1949 a 1990

Nome	Fundação	Países Membros	Situação Atual
Conselho de Auxílio Econômico Mútuo – COMECON	1949	Albânia (1949), Bulgária (1949), Tchecoslováquia (1949), Hungria (1949), Polônia (1949), Romênia (1949), URSS (1949), República Democrática Alemã (1950), Mongólia (1962), Cuba (1972), Vietnam (1978)	Extinto em 1991
Comunidade Europeia de Defesa – CED	1952 (Tratado de Paris)	República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Países Baixos e Luxemburgo.	A França não ratificou o tratado e nunca se formou.
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA	1952 (Tratado de Paris)	República Federal da Alemanha (1952), Bélgica (1952), França (1952), Itália (1952), Luxemburgo (1952), Países Baixos (1952)	Transformada em Comunidade Europeia em 1986.
Comunidade Europeia de Energia Atômica – CEEA ou EURATOM	1958 (Tratado de Roma)	República Federal da Alemanha (1958), Bélgica (1958), França (1958), Itália (1958), Luxemburgo (1958), Países Baixos (1958)	Transformada em Comunidade Europeia em 1986.
Comunidade Econômica Europeia – CEE	1958 (Tratado de Roma)	República Federal da Alemanha (1958), Bélgica (1958), França (1958), Itália (1958), Luxemburgo (1958), Países Baixos (1958)	Transformada em Comunidade Europeia em 1986.
Associação Europeia de Comércio Livre – AECL	1960 (Convenção de Estocolmo)	Áustria (1960), Dinamarca (1960), Reino Unido (1960), Noruega (1960), Portugal (1960), Suécia (1960), Suíça (1960), Finlândia (1961), Islândia (1970)	Abandonaram Áustria (1995), Dinamarca (1973), Reino Unido (1973), Portugal (1986), Suécia (1995), Finlândia (1995). Permanecem: Noruega, Islândia e Suíça.
Comunidades Europeias = CECA+CEEA+CEE	1973	República Federal da Alemanha (1958), Bélgica (1958), França (1958), Itália (1958), Luxemburgo (1958), Países Baixos (1958), Dinamarca (1973), Reino Unido (1973), Irlanda (1973), Grécia (1981), Groelândia (1985), Portugal (1986) e Espanha (1986)	Transformada em Comunidade Europeia em 1986
Comunidade Europeia	1986 (Ato Único Europeu)	República Federal da Alemanha (1958), Bélgica (1958), França (1958), Itália (1958), Luxemburgo (1958), Países Baixos (1958), Dinamarca (1973), Reino Unido (1973), Irlanda (1973), Grécia (1981), Groelândia (1985), Portugal (1986) e Espanha (1986)	Transformada em União Europeia em 1993

Fonte: Elaborado pela autora com dados disponíveis em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm, acesso em 02-10-2013.

O FIM DA GUERRA FRIA E A NOVA CONFIGURAÇÃO EUROPEIA (1987 A 1990)

As conferências de Reykjavik em 1986 e Washington, em 1987, marcaram oficialmente o fim do período conhecido como Guerra Fria. Contudo, segundo o historiador Eric Hobsbawm⁹⁰, o final efetivo do conflito entre as duas superpotências originado da ordem mundial resultante dos conflitos de 1914-1918 e 1939-1945, somente ocorreu com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991.

Para Hobsbawm, às esferas militar, política, ideológica, cultural, e mesmo do que poderia ser chamado de “visão do mundo”, integrava-se necessariamente uma esfera competitiva na área econômica. Portanto, o autor afirma que a “debacle” soviética iniciada nos anos de estagnação de Brezhnev (1964-1982), apenas ganhou corpo na administração da massa falida que foi o período Gorbachev de 1986 a 1990. Nestes períodos, a estratégia de seguir uma maior integração com o bloco capitalista deu-se com o surgimento de problemas estruturais na URSS que foram ignorados por seus dirigentes, e levaram à sua própria ruína em 1991.

O colapso da URSS causou uma onda de choque no restante do continente europeu que pode ser entendida a partir de três perspectivas, a saber: (1) aquela relativa à Europa do Pacto de Varsóvia, ou Europa Oriental, política e economicamente ligada ao projeto socialista da URSS; (2) da Europa resultante do projeto social democrata de “Welfare State”, incorporando elementos da economia de mercado a uma forte presença e participação do Estado na composição da rede de suporte social; e (3) a Europa do Tratado de Roma e do Mercado Comum Europeu, ligada nos mesmos termos que o grupo de países citados na primeira perspectiva, porém, aos EUA e ao capital monopolista.

O Processo de Reunificação da Alemanha

Apesar de algumas controvérsias a respeito de qual evento teria sido o principal marco no processo de término da divisão das duas Alemanhas, a maioria dos estudiosos do assunto concorda com a data de 9 de Novembro de 1989. Foi quando Günter Schabowski, porta-voz oficial do SED (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands – Partido Socialista Unificado da

⁹⁰ De acordo com HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995, p.246.

Alemanha) erroneamente, declarou em entrevista ao vivo à imprensa, que todas as leis impeditivas das viagens ao exterior haviam sido revogadas de forma imediata. A declaração gerou um movimento intenso da população em direção ao muro e, perante uma aglomeração de mais de 100.000 berlinenses orientais, Egon Krenz acabou por confirmar o anúncio feito anteriormente, levando à derrubada do muro naquela mesma noite .

No entanto, seria ingênuo atribuir o processo de reunificação alemão a um erro cometido por um funcionário equivocado. O episódio apenas coroou uma série de eventos internos e externos que podem ter seu início datado em maio daquele mesmo ano, quando o governo reformista da Hungria decidiu desarticular sua estrutura militar fronteiriça. Desse modo, abriu suas fronteiras com a Áustria⁹¹.

A abertura da fronteira austro-húngara, no início do verão na Europa, levou um grande número de jovens – seguidos por famílias completas – da RDA a fazer o caminho em direção à RFA via Hungria, e em seguida através de Praga e Varsóvia. Em poucas semanas, os números divulgados por autoridades dessas cidades chegavam a um total de mais de um milhão de emigrados. Essa saída maciça fortaleceu os grupos políticos opositores à SED e uma onda de protestos se seguiu em diversas cidades da RDA.

A proximidade desses eventos com os preparativos para a celebração do quadragésimo aniversário da fundação do país em 6 e 7 de outubro deixaram o governo de Erich Honecker com três possibilidades de ação: (1) negociar com a oposição uma saída; (2) reprimir a oposição e os protestos com violência, o que iria acirrar os ânimos internacionais, já exaltados pelos episódios da Praça da Paz Celestial em Pequim, ocorridos em 4 e 5 de junho de 1989; ou (3) mudar os componentes do governo e deixar o poder nas mãos dos reformistas seguidores de Mikhail Gorbachev⁹².

Em 26 de setembro, Honecker decidiu pela segunda opção e autorizou o uso da força para reprimir manifestações opositoras ao regime que viessem a ocorrer após as celebrações de aniversário do país. Assim, em seu discurso comemorativo de 6 de outubro de 1989, afirmou que a RDA era um “posto avançado da paz e do socialismo”, prevendo que “a RDA cruzará o umbral do ano 2000 com a certeza de que o socialismo é o futuro”⁹³ .

⁹¹ Conforme informações de Martin DEDMAN em *The origins and development of the European Union, 1945-1995-a history of European Integration*. Londres: Routledge, 1996. pp.93-97.

⁹² Segundo informações de KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013

⁹³ Idem.

Adicionalmente, rejeitou enfaticamente uma eventual reunificação da nação alemã, criticando o revanchismo e o intervencionismo de Bonn, denunciando o ressurgimento do nazismo na RFA, e advertiu todos aqueles que duvidavam da força e das vantagens do socialismo, afirmando que “em sua quinta década, o Estado dos operários e camponeses alemães continuará comprovando – mediante suas ações para o bem-estar do seu povo e mediante seus esforços pela paz, segurança e cooperação internacional – que sua fundação em Outubro de 1949 foi um divisor de águas na história do povo Alemão e da Europa” .

Mas o discurso não revelava os sinais vindos da URSS, que desde 1981 diminuía progressivamente o apoio econômico à RDA. Como exemplo, podemos citar os consecutivos desvios de petróleo soviético destinado à RDA, que acabaram sendo vendidos à RFA em troca da moeda forte tão necessária a Moscou, mas criando um déficit energético crescente no abastecimento da indústria da Alemanha Oriental. Esta que precisava recorrer ao uso de carvão de baixa qualidade nacional para suprir sua demanda.

A crescente dificuldade de fechamento das contas do governo da RDA tornava cada vez mais necessária a captação de empréstimos. A fonte soviética fechara-se em 1986, quando Gorbachev afirmou que cada país do Pacto de Varsóvia deveria agir do seu próprio modo e que não haveria mais intervenções por parte da União Soviética . Ainda assim, o SED e Honecker mostravam-se apegados às soluções tradicionais e em 1989, a escolha feita foi contra a abertura da economia e pela repressão aos movimentos que reivindicavam reformas.

Embora no mesmo período as lideranças do SED tenham sido alertadas por Gorbachev de que “Quem chega tarde demais, a vida castiga” a repressão militar foi autorizada e em 7 de outubro, somente em Dresden, foram efetuadas cerca de 1.000 detenções durante um único protesto .

Apesar disso, as manifestações contra o governo continuaram, e em 17 de outubro, foi anunciada a renúncia de Honecker, motivada por problemas de saúde segundo a declaração oficial. No mesmo dia, Egon Krenz, considerado herdeiro natural na Secretaria Geral do SED, foi anunciado para o cargo de chefe de Estado na Câmara do Povo – o Parlamento da RDA – com data de posse prevista para 24 de outubro.

Ao assumir o cargo, Egon Krenz tentou apaziguar reformistas e conservadores afirmando que:

(...)a RDA é um Estado socialista dos operários e dos camponeses. É a organização política dos trabalhadores da cidade e do campo, sob a liderança da classe trabalhadora e seu partido marxista-leninista [...] ninguém deveria desenhar falsas

conclusões a partir do desenvolvimento político da RDA. A República Democrática da Alemanha é um Estado socialista soberano, e tudo o que acontece aqui é resultado da decisão soberana do nosso país e seus cidadãos. As propostas e 'sugestões' da OTAN objetivando a abolição do socialismo por meio de reformas continua não tendo chance!⁹⁴

O discurso não impediu, no entanto, que em 4 de novembro, uma manifestação de 500 mil pessoas expressasse seu repúdio ao governo. Como resultado, quatro dias depois, em 8 de novembro, os 18 membros do Politburo do SED colocaram seus cargos à disposição e se acordou que as vagas seriam preenchidas por reformistas, chefiados pelo prefeito de Dresden, Hans Modrow, que assumiu o posto de Primeiro-Ministro em 17 de novembro.

No dia seguinte, Krenz aprovou a lei de viagens que ainda deveria ser submetida ao parlamento para entrar em vigor. Essa foi a mesma lei pivô do incidente que levou à derrubada do muro de Berlim, como descrito no início deste texto.

Pelo lado da Alemanha Ocidental, em 28 de novembro de 1989, já havia interesse na absorção dos estados orientais e o chanceler Helmut Kohl apresentou um plano de dez pontos sobre a política alemã (Deutschlandpolitik) ao *Bundestag*, onde expunha a sua visão da dimensão interna de um futuro estado unificado. Segundo Kohl, após a eleição de um governo democrático na República Democrática Alemã (RDA) as duas Alemanhas deveriam criar "*estruturas confederativas entre os dois Estados na Alemanha de forma a criar uma federação*". Embora sem mencionar a política externa do futuro estado alemão unificado, deixou claro seu alinhamento com o bloco econômico europeu. Reconhecendo que o "*sucesso dos movimentos de reforma [na Polônia e na Hungria] foi uma condição prévia para o movimento reformista na RDA*"⁹⁵.

Desse modo, Kohl aceitava que a unificação alemã teria que ser vista no contexto da integração europeia, onde as Alemanhas seriam como os dois lados da mesma moeda. Adicionalmente, as negociações sobre a unificação alemã teriam de levar em consideração a expansão da Comunidade Europeia para incluir os países do leste, "*A CE não pode terminar no [rio] Elba [...] Ela tem que permanecer aberta ao Oriente*".

A resposta estadunidense à proposta de Kohl veio através de um discurso do presidente George Bush na sede da OTAN em Bruxelas, no dia 4 de dezembro de 1989, onde

⁹⁴ Segundo informações de KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013. Pp.268-269.

⁹⁵ Conforme artigo disponível no endereço <http://publico.pt/mundo/noticia/thatcher-e-mitterrand-temiam-ha-20-anos-a-reunificacao-alema-1400264>, acessado em 10/01/2013.

afirmou que a entrada da Alemanha unificada na Organização e o reconhecimento da fronteira alemã com a Polônia eram condições prévias do apoio americano à unificação. Esta só seria aceita por Washington se a Alemanha renunciasse a pretensões de neutralidade no cenário político mundial e declarasse claramente o seu apoio à OTAN.

A estratégia da Administração Bush procurava assegurar que as tropas norte-americanas permanecessem na Europa, nas bases da RFA e confirmando os Estados Unidos como uma potência no continente. Prepararia caminho para que Moscou aceitasse a unificação .

No entanto, as reações externas ao processo de reunificação alemã foram de defesa ao processo. A URSS era o país que, à primeira vista, mais perderia. Além disso, França e Inglaterra se preocupavam com o ressurgimento do gigante que originara duas guerras mundiais, há menos de meio século.

Depois de várias negociações, o acordo com a URSS quanto aos aspectos externos da unificação, incluindo a permanência da Alemanha na OTAN, foi finalmente assinado, quando da visita de Kohl e de Genscher ao Cáucaso, entre 14 e 17 de julho de 1990.

Os soviéticos aceitaram o acordo em função de três pontos cruciais: (1) o efeito desastroso para as deficitárias contas soviéticas das despesas decorrentes da manutenção de seus exércitos na RDA; (2) uma posição de oposição à permanência da Alemanha unificada na OTAN poderia colocar em risco o clima internacional pacífico necessário para que Gorbachev prosseguisse com sua política externa; e (3) a necessidade desesperada de recursos financeiros do governo soviético poderia ser aplacada através das contribuições financeiras do governo alemão. Este que arcaria com os custos de remoção das tropas soviéticas do solo da RDA e pagaria somas indenizatórias pela Segunda Guerra Mundial. Adicionalmente, através de intermediação dos EUA, a Alemanha unificada seria um membro soberano da OTAN, mas sem o direito de possuir armas nucleares, o que acalmava os temores dos soviéticos mais reticentes quanto à reunificação .

Por outro lado, Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, opôs-se à ideia de unificação, por medo do ressurgimento do nacionalismo alemão e uma política externa agressiva no continente. Documentos secretos que vieram a público em 2012 revelaram conversas não oficiais entre ela e Gorbachev, onde pedia a intervenção soviética para impedir o processo. O Reino Unido só alterou a sua posição após pressão direta do governo norte-americano, e o estreitamento da relação Londres-Washington foi aceito como forma de contrabalançar o inevitável acréscimo do poderio alemão.

Dentro da Comunidade Econômica Europeia (CEE), a França foi o país que mais resistiu à possibilidade da unificação. O Presidente François Mitterrand não escondeu sua aversão à ideia de uma Alemanha unificada e do papel político relevante que tal país assumiria no espaço Euro-atlântico, já que isso seria sempre feito à custa do poder da França. No entanto, a maioria dos autores considera que a França somente aceitou a unificação alemã quando o governo de Kohl concordou com a União Econômica e Monetária. Desse modo, uma Alemanha forte era desejável desde que dentro da integração europeia. Para Paris, "*a única coisa pior do que a dominação pela Alemanha dentro da CEE seria a dominação alemã fora da CEE*"⁹⁶.

O resultado mais prático dessa visão francesa seria a assinatura do Tratado de Maastricht, em fevereiro do ano seguinte e o início dos procedimentos previstos no tratado para a efetiva unificação monetária, conforme será analisado no próximo capítulo.

Para os estudiosos do processo que resultou numa única Alemanha, o preço pago foi o compromisso de garantir a força da moeda única,

Após a reunificação, a Alemanha tornou-se dominante na Europa no plano econômico. O compromisso franco-alemão que fundou o Euro foi concebido para que essa nova relação de forças políticas atuasse no sentido de reforçar a construção europeia⁹⁷.

A partir do momento em que as resistências externas foram sendo vencidas e o processo de reunificação das duas Alemanhas se acelerou no plano interno. Os grandes partidos dos dois países se uniram e a RFA auxiliou financeiramente seus parceiros políticos da RDA. Nas eleições que foram realizadas em seguida, ocorreu a vitória maciça dos protegidos do chanceler Kohl – a “Aliança pela Alemanha” somou 48% dos votos e 193 dos assentos no Parlamento⁹⁸. Por fim, é importante registrar que tal eleição confirmou Helmut Kohl como chanceler da Alemanha então reunificada, até o ano de 1998.

⁹⁶ Segundo informações de KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013. Pp.283-289.

⁹⁷ De acordo com Michel Aglietta em *Zona do Euro, Qual o futuro?*, pp.76-77

⁹⁸ Idem.

Tratados de reunificação

A unificação propriamente dita foi ratificada através de três tratados a saber: (1) econômico, monetário e social (assinado em 18 de maio de 1990), (2) político-administrativo (assinado em 31 de agosto de 1990), e (3) conhecido como acordo Dois Mais Quatro (assinado em 12 de setembro de 1990).

O primeiro, denominado *Tratado que institui a União Monetária, Econômica e Social entre a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha*, entrou em vigor em 1 de julho de 1990, com a adoção do Marco da República Federativa como moeda comum, em paridade de um para um com o Marco da República Democrática Alemã. Adicionalmente, a base para tal união monetária, econômica e social entre a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã consistia na criação de um regime de direito privado de propriedade.

Nesse tratado, ambas as partes declararam aderir à ordem liberal, democrática, federal e social, assim como ao princípio do Estado de direito e ao princípio da propriedade privada. A RDA comprometeu-se formalmente a conformar o seu direito de acordo com tais objetivos e onde antes se tinha a "propriedade do povo", agora seria alterada para propriedade privada e uma economia de mercado .

O Segundo Tratado de Unificação, assinado em setembro de 1990, determinou a incorporação do território da antiga RDA, então reorganizado administrativamente em cinco novas províncias: Mecklenburg- Vorpommern, Brandenburg, Sachsen-Anhalt, Sachsen e Thüringen – além do particular caso da região metropolitana de Berlim. Adicionalmente determinou o fim da ocupação do território oriental e a manutenção da Alemanha unificada dentro da OTAN.

O terceiro acordo foi assinado em Moscou, em 12 de setembro de 1990 entre as duas Alemanhas, a então União Soviética, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos. Conhecido como o *Tratado dos Dois Mais Quatro* , em alusão às duas Alemanhas, e os quatro países vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, o documento procurava assegurar a paz no continente e evitar que a nova Alemanha reunificada se tornasse uma potência capaz de por em risco o equilíbrio de forças que parecia existir à época. Com apenas sete artigos, as quatro potências vencedoras concordavam em renunciar a seus “direitos” anteriores sobre o território alemão, incluindo os direitos relativos à cidade de Berlim. Dessa forma, a Alemanha seria

unificada em 15 de Março de 1991, com Berlim como capital e todas as tropas estrangeiras seriam gradativamente retiradas do país.

Em termos de poderio bélico, a Alemanha limitou suas forças armadas combinadas ao máximo de 345 mil homens, incluindo exército e a aeronáutica. Adicionalmente, renunciou à fabricação, posse e controle de armas nucleares, biológicas e químicas, aceitando os termos do *Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares*. Assim, o território alemão poderia ter forças estrangeiras armadas, armas nucleares, ou os portadores de armas nucleares em seu território, desde que tais forças não fossem suas.

Outro termo importante do tratado foi a confirmação das fronteiras existentes à época com a Polônia e a Rússia, além de aceitar as demais mudanças territoriais que a Alemanha tinha sofrido desde 1945, renunciando a reivindicações futuras de territórios (a leste da linha Oder-Neisse), pertencentes à Alemanha antes de 1937. A Alemanha também concordou em assinar um tratado em separado com a Polônia, reafirmando a fronteira entre ambos, o que foi feito em 14 de novembro de 1990.

Os países da Cortina de Ferro

Com a ascensão de Mikhail Gorbachev à Secretaria Geral do Partido Comunista Soviético, em 1986, o movimento de liberação das diretivas moscovitas aos demais políticos europeus orientais ganhou um status de irreversível. Conjuntamente a esse movimento, ocorreu o término de qualquer forma de apoio que Moscou pudesse oferecer em termos militares ou econômicos aos governos socialistas da Cortina de Ferro. Tais governos, uma vez desamparados desse apoio, foram caindo, um por um, já que a classe dirigente capitulou frente a políticas do tipo liberal-burguês, ou movimentos contrarrevolucionários apoiados por extratos urbanos que idealizavam a vida no ocidente como sendo pautada por valores burgueses como “liberdade” e “opulência”.

Independente da natureza dos processos de deposição dos governos do Pacto de Varsóvia, um conjunto de condições pode ser encontrado em comum a todos: (1) população extremamente qualificada e especializada em áreas de produção de bens e serviços intensivos em mão de obra; (2) tal contingente populacional altamente qualificado como mão de obra, encontrava-se totalmente despreparado para o colapso da rede de proteção social que o planejamento socialista lhe havia conferido até então e viu-se com nada mais com que contar

do que a venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência; (3) o estoque de capital abundante na infraestrutura urbana e rural ligada à produção de base, em boa parte devida ao sucesso do planejamento socialista nessas áreas; e (4) concentração efetiva da posse dos meios produtivos por quadros que, em muitos casos, eram compostos por antigas defecções dos partidos socialistas locais. Com isso conferiam o status de direito à posse de fato que já exerciam.

A abertura de mercado dos antigos países da Cortina de Ferro possibilitou um contato repentino com uma nova realidade econômica. Tal provocou um forte movimento de acumulação de capital, engendrado nessas economias e com consequentes impactos na Europa Ocidental.

Os países do Leste Europeu pleitearam e foram recebidos no seio do Bloco Econômico da Europa Ocidental com entradas de capital financeiro dos integrantes do segundo grupo que exigiram reformas estruturais nas economias do primeiro grupo. O discurso de Jacques Delors já antevia em 1989, o interesse na adesão dos antigos países da Cortina de Ferro a um Mercado Único Europeu:

Os Doze⁹⁹ não podem controlar a História, mas estão agora em posição de influenciá-la novamente. Eles não desejavam que a Europa fosse cortada ao meio em Ialta e se tornasse refém da Guerra Fria. Eles não desejam, e não vão fechar a porta aos demais países europeus. (...) Os levantes dos últimos meses nos países da Europa Oriental estão mudando a natureza de nossos problemas (...) Todos os países da Europa se beneficiarão do estímulo e das vantagens de um mercado único(...) A Comunidade tem que ajudar os países da Europa do Leste a modernizar suas economias (para poderem se unir às economias do bloco).¹⁰⁰

A chamada questão do alargamento ou da ampliação¹⁰¹ levaria dez anos para tornar efetiva a entrada de novos países no Bloco Econômico Europeu, mas com critérios mais brandos do que haviam sido impostos pela Europa dos Nove aos países Ibéricos e Grécia quando de sua adesão na década anterior. Tal questão suscitou controvérsias e debates,

⁹⁹ Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Irlanda e Reino Unido compõem o chamado grupo *Europa dos Nove*. O grupo *Europa dos Doze* inclui Portugal, Espanha e Grécia e configura o Bloco Europeu no início da década de 1990.

¹⁰⁰ Discurso de Delors em 1989 conforme citado em BEREND, I. *From the Soviet Bloc to the European Union. The Economic and Social Transformation of Central and Eastern Europe since 1973*. New York: Cambridge University Press, 2009.p. 84 (tradução da autora).

¹⁰¹ Mais detalhes deste processo no capítulo 4.

principalmente por parte da França e Reino Unido, que se sentiam ameaçados por uma Alemanha que se tornaria economicamente o ator mais forte do jogo continental.¹⁰²

Os temores de que tal expansão fosse prejudicar o bloco, se provaram infundados e entre 1990 e 1998. As exportações dos países da UE para os antigos países socialistas, aumentaram sete vezes; as importações quintuplicaram. Assim, em 1999,

Sobretudo a Alemanha e a Áustria, mas também a Finlândia e a Itália possuíam uma participação acima da média das transações da UE para os países candidatos, com destaque para a Polônia, República Tcheca e Hungria. Os países da Europa Central e do Leste haviam conseguido deslocar o eixo de sua interligação comercial, tradicionalmente voltado aos territórios da antiga URSS, para a União Europeia.¹⁰³

Os objetivos para a criação do Bloco Europeu incluíam o enfrentamento da ameaça que os países do chamado Socialismo Real representariam à paz do continente. Contudo, o final do período chamado de Guerra Fria e o consequente término de tal ameaça, provocaram uma mudança nos objetivos. O discurso oficial da União Europeia passou a incitar a união de toda a Europa sob um mesmo objetivo econômico. Este atenderia aos interesses dos países mais ricos do bloco. Tal união seria uma etapa necessária ao passo de integração política, que, a princípio, parecia ser a meta final a ser alcançada pelo continente europeu.

Países seguidores do Welfare State

Não é difícil inferir a existência e composição desses modelos “híbridos” de socialismo e capitalismo, dentro de uma lógica de polarização entre duas potências militares com interesses declarados na disputa pelo controle territorial e político da Europa. Com o fim do equilíbrio de forças, o ajuste dos países ligados à social democracia europeia se deu no sentido do alinhamento com o bloco capitalista e com o corpo doutrinário do Consenso de Washington. Ou seja, com a adoção de políticas de desmonte da rede de proteção social promovida pelo Estado, aliada à abertura irrestrita da economia ao exterior. De fato, o fim da Guerra Fria parece ter confirmado a hipótese de que a existência de tais economias –

¹⁰² Conforme artigo disponível no endereço <http://publico.pt/mundo/noticia/thatcher-e-mitterrand-temiam-ha-20-anos-a-reunificacao-alema-1400264>, acessado em 10/01/2013.

¹⁰³ Conforme WEISE, Christian, *Aspectos econômicos da ampliação da União Europeia para a Europa Central e Oriental* IN União Europeia, alcance e transtornos da integração regional. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. Pp.73-88

chamadas de Estados de Bem Estar Social – ao longo da segunda metade do século XX, se deveu muito mais à condição objetiva de se oferecer ao operariado desses países, uma alternativa ao processo revolucionário, que pudesse vir a ameaçar o alinhamento com o bloco ocidental.

Pressões para cortes de gastos governamentais nas áreas de saúde, educação e seguridade social foram adotados, bem como cortes nos benefícios trabalhistas da população. Este passou a concorrer com as levas de candidatos dos países do Leste europeu.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma análise dos países europeus que ficaram sob influência mais direta dos EUA no período pós-guerra permite perceber que estes tiveram uma dupla condição de zona de influência militar e ponto de investimentos diretos do império estadunidense. As iniciativas de integração entre tais países, por mais que se especule sobre motivações de caráter autônomo, ou tentativas posteriores de maior independência em relação a Washington nos anos seguintes, esbarraram invariavelmente na dependência desses investimentos estabelecidos durante a reconstrução do continente no período pós guerra.

Uma análise da média das taxas de variação do PIB dos doze países que terminaram a década de 1980 como membros do Mercado Comum Europeu, no gráfico 2.1, permite verificar que houve uma desaceleração do crescimento econômico após 1979, cuja tendência continuou pela década de 1980.

Gráfico 2.1: Média das taxas de variação do PIB dos países do MCE, de 1970 a 1990.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da base EUROSTAT relativos a Alemanha, Bélgica, França, Itália, Irlanda, Espanha, Portugal, Países Baixos, Grécia, Dinamarca, Reino Unido e Luxemburgo.

No gráfico 2.2, pode-se observar a média do PIB per capita dos doze países do MCE que, ao final de 1980, exibiam uma tendência ascendente. Apesar do arrefecimento da economia, a população desfrutava de mais renda, maior acesso a produtos e com menores custos. O grupo dos doze possuía diferenças marcantes no seu interior, porém todos estavam favoráveis a um maior estreitamento das relações dentro da CEE. A entrada dos antigos países do bloco socialista era vista com reservas, mas o otimismo dominava a população do bloco.

Gráfico 2.2: Média do PIB per capita dos países do MCE, de 1970 a 1990.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da base EUROSTAT relativos a Alemanha, Bélgica, França, Itália, Irlanda, Espanha, Portugal, Países Baixos, Grécia, Dinamarca, Reino Unido e Luxemburgo.

O fim da Guerra Fria nos anos 1990 trouxe novas condições à dinâmica interna de relações do grupo dos doze e com os demais. Em primeiro lugar, a integração que tinha aspectos comerciais, fiscais e aduaneiros, adquiriu progressivamente aspectos jurídicos, políticos e territoriais. Em segundo lugar, estendeu-se a amplitude dessa integração. Se antes era um clube restrito à elite econômica do continente, depois tornou-se uma comunidade e, por fim, União Europeia, saindo do escopo de grupo restrito de países para o abarcamento de uma grande diversidade política, cultural, social e econômica.

A unificação da Alemanha, no segundo semestre de 1990, teve um impacto econômico profundo não apenas no país, mas também no restante da CEE. O processo deu origem a uma forte expansão no orçamento alemão, com o objetivo de apoiar os investimentos privados na Alemanha Oriental durante o difícil período de ajustamento. Os efeitos mais imediatos da

reunificação¹⁰⁴ incluíam a queda acentuada da produção da Alemanha do leste. No entanto, a demanda interna da antiga RDA se expandia fortemente sendo financiada em grande parte por transferências de crédito. Porém a expansão da demanda oriental ocorria num momento em que a capacidade produtiva da porção ocidental já estava em seu máximo.

O surto da procura alemã provocou um aumento rápido das importações do país e um desvio das exportações em 1990 e na primeira metade de 1991 levando a uma melhoria da posição comercial bilateral de todos os países da Comunidade com a Alemanha, tendo-se em alguns casos verificado-se aumento bastante superior a 1% do PIB. Simultaneamente, a forte procura na Alemanha alimentou as pressões inflacionárias internas. O combate a essa inflação foi feito através de uma série de aumentos das taxas de juro, que afetaram os níveis das mesmas taxas noutros países da Comunidade, haja visto o processo de implantação do Sistema Monetário Europeu que estava em andamento¹⁰⁵.

Na Alemanha já unificada, a expansão no orçamento causada diretamente pela junção da RDA e RFA absorveu o excedente da poupança interna anterior, e o balanço de transações correntes se alterou de um excedente de 5 % do PIB em 1989 para um défice superior a 1% em 1991¹⁰⁶.

Em termos de poder político, a Alemanha unificada não teve grandes mudanças no seu peso de decisão nos organismos da CEE. O aumento de cerca de um terço da população lhe deu uma representatividade de 25% da população da futura Zona do Euro e o número de votos no parlamento permaneceu igual com a inclusão de 18 observadores, representando os 18 *Länder* (estados) da antiga Alemanha Oriental. No entanto, seu poder econômico se faz sentir quando se observa o peso que seu PIB tem na União Europeia (cerca de 25%), ou da Zona do Euro (32%)¹⁰⁷.

Em contrapartida, alguns¹⁰⁸ estudiosos do assunto defendem a ideia de que a implantação da moeda única – o Euro – só obteve sucesso graças ao papel desempenhado pela

¹⁰⁴ Segundo informações dos relatórios do Comitê dos gestores de bancos centrais dos anos de 1991 a 1993, disponíveis no endereço <http://www.ecb.europa.eu/pub/html/index.en.html> acessado em 24-01-2014.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Segundo dados das séries históricas do BCE, disponíveis em <http://www.ecb.europa.eu/stats/html/index.en.html>, acessados em 02-02-2014.

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ Conforme CARVALHO, Patrícia Nasser e Senhoras, Elói Martins. *Das Uniões Monetárias aos Dez Anos do EURO: Um Tributo Histórico na Antiga Ópera de Frankfurt* disponível no endereço: www.revistaintellektor.cenegri.org.br acesso em 12-01-2014.

Alemanha unificada, já que desde o início da unificação monetária, o país teria influído diretamente na estabilidade cambial no bloco. Outro argumento em defesa da importância da participação da Alemanha no processo de unificação monetária europeu reside no fato do *Bundesbank* transferir a sua credibilidade como banco estável, diretamente ao BCE, na medida em que as economias europeias fixavam as suas moedas em relação ao marco alemão. Assim, a política monetária comum do BCE foi desenhada seguindo os ditames do Banco Central Alemão, um dos maiores cotistas do BCE, diga-se de passagem. A partir da entrada em circulação da moeda única, as políticas do *Bundesbank* e do BCE já caminhavam na mesma direção e em igual compasso. Assim, a Alemanha, juntamente com a França, ambas se tornaram os elementos mais fortes dentro do bloco europeu.

Vale ainda destacar um fator externo como fortalecedor da dinâmica de unificação do grupo. A oposição e competição com os demais blocos deu lugar à concepção de “complementaridade” entre economias. Ou seja, se os dois blocos anteriores se haviam tornado intensivos em trabalho, agora o bloco capitalista podia perfeitamente se tornar intensivo em capital e auferir vantagens de uma maior integração econômica.

Capítulo 3. FORMAÇÃO DA ZONA DO EURO: 1990 – 2002

O processo de formação de um bloco de países integrados, com unificação de políticas monetárias, dentro do continente europeu, constitui mais uma etapa em direção à Unificação Europeia. No presente capítulo, apresenta-se como se deu a constituição da Zona do Euro. Para tanto, interpretam-se os documentos elaborados e assinados entre os países participantes. Ao final, realiza-se a análise de alguns indicadores macroeconômicos, para verificar as mudanças ocorridas na estrutura desses países no período de implantação da União Econômica e Monetária, entre 1990 e 2002.

CONJUNTURA MUNDIAL

A década final do século XX observou grandes mudanças no cenário mundial: o fim do regime segregacionista conhecido como *Apartheid* na República Sul Africana, seguido pela eleição de Nelson Mandela como presidente em 1994; o final da URSS e da Guerra Fria; a formação da Comunidade de Estados Independentes; a reunificação da Alemanha em 1991, a divisão da Tchecoslováquia em 1992, e a mudança nas fronteiras internas do continente europeu após o rompimento do pacto que mantinha o bloco de países socialistas do Leste.

Entre esses eventos, cabe destacar a queda do muro de Berlim, o qual fez com que a comunidade europeia viesse a lidar com mudanças em um dos seus países membros de maior destaque. Dessa forma, iniciaram-se as negociações com a Alemanha unificada que resultariam em sua participação, sob o novo formato, em 1990, com uma população de um quarto do total do bloco¹⁰⁹ como se abordou no capítulo anterior.

Mas outros eventos de destaque marcaram o período. Guerras e conflitos aumentaram em termos numéricos, assumindo características distintas do que se assistia durante a Guerra Fria. Não mais um cunho ideológico de um mundo dividido em Socialismo e Capitalismo,

¹⁰⁹ Em 1990, a Alemanha unificada possuía 79.433.831 habitantes, já os demais países do bloco possuíam um total de 263.611.268 habitantes. O segundo país mais populoso era a França com 56.708.820 habitantes segundo dados disponíveis em http://stats.oecd.org/OECDStat_Metadata/ShowMetadata.ashx?Dataset=POP_FIVE_HIST & Show OnWeb =true &Lang =en acesso realizado em 12-06-2013.

mas o peso maior agora estava nas rivalidades advindas das nacionalidades e lutas por territórios justificadas por razões também nacionalistas.

O conflito mais conhecido da época foi a Guerra do Golfo, ou a Primeira Guerra do Golfo, transmitida pelas televisões no mundo todo, ao vivo, em show de tecnologia e propaganda que certificou e divulgou ao mundo a superioridade absoluta do poderio militar estadunidense. A beligerância se iniciou em 2 de agosto de 1990, na região do Golfo Pérsico, com a invasão do Kuwait por tropas do Iraque e envolveu de um lado a coalização de forças de países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha e países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e o Egito, e do lado oposto, o Iraque. Menos de sete meses depois, em fevereiro de 1991, foi declarado o cessar-fogo, com derrota do Iraque, que sofreu sanções econômicas impostas pela ONU. A independência do Kuwait foi restaurada.

Com o fim dos regimes socialistas, a partir da desintegração da URSS, as lutas motivadas por diferenças étnicas, culturais e religiosas nas antigas repúblicas integrantes do bloco socialista passaram a ter destaque. Assim, por exemplo, as seis repúblicas que formavam a Iugoslávia começaram movimentos, mais ou menos concomitantes, de luta por independência. Na Bósnia e Herzegovina cresceu o nacionalismo sérvio que queria instituir a chamada “Grande Sérvia”, formada por Sérvia e Montenegro, parte da Croácia e quase toda a Bósnia. Quando os bósnios decidiram pela independência do país e os sérvios não aceitaram, os combates entre os dois grupos intensificaram-se. Três anos depois, em 1995, o conflito se encerrou com mais de 97.000 vítimas de todas as nacionalidades envolvidas. Cerca de 83% das vítimas, no entanto, eram civis bósnios, 10% eram civis sérvios e mais de 5% eram civis croatas¹¹⁰.

No último ano do século, uma outra guerra se iniciou no território europeu. Desta vez, o aumento da tensão entre separatistas de origem albanesa e o governo central da Iugoslávia, aumentou ao longo de 1998 e, no ano seguinte, perante denúncias de massacres de civis por parte do exército iugoslavo, a OTAN atacou a Iugoslávia, no que ficou conhecido como a Guerra do Kosovo. Inicialmente os alvos dos ataques que duraram 79 dias, foram os chamados alvos militares, mas houve bombardeios a estúdios de televisão, pontes, fábricas e o sistema de transmissão de energia elétrica. O término da guerra levou à saída dos soldados do exército iugoslavo da província, e o retorno dos refugiados de origem albanesa.

¹¹⁰ Conforme informações disponíveis em <http://birn.eu.com/en/page/home>, acesso em 12-02-2014.

Vários outros conflitos atingiram todos os continentes do planeta no final do século vinte. Em Ruanda, África, um genocídio de cunho nacionalista matou mais de um milhão de pessoas. Jordânia e Israel assinaram um tratado de paz em 1994; Irlanda do Norte começou seu processo de paz em 1995; o Paquistão invadiu a região da Caxemira na Índia em 1999. E, apesar de tudo, o temor do caos que seria provocado pela virada do ano 2000 nos computadores de todo o mundo não se justificou.

O novo século, no entanto, veria o surgimento de um novo tipo de justificativa para a guerra, a proclamada Guerra ao Terror, ou “Guerra contra o Eixo do Mal”, iniciada em 2001 pelos EUA. Portanto, o novo século, continuou com a trajetória iniciada no final do anterior. Para Eric Hobsbawm¹¹¹,

(...) no século XXI, as guerras provavelmente não serão tão mortíferas quando foram no século XX. Mas a violência armada, gerando sofrimentos e perdas desproporcionais, persistirá, onipresente e endêmica – ocasionalmente epidêmica – em grande parte do mundo. A perspectiva de um século de paz é remota.

Com o aumento dos conflitos, os EUA aumentaram a emissão de moeda, aliviando a pressão internacional por liquidez. Perante tal cenário, os países da UE perceberam que estava na hora de concretizar seus planos de unificação monetária.

A CONSTITUIÇÃO DA MOEDA ÚNICA: EURO

Após o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, as divisas dos diferentes países eram regidas pelo chamado padrão dólar, conforme o acordo firmado em Bretton Woods em 1944. No entanto, a supremacia da moeda estadunidense e as desvalorizações forçadas das moedas europeias levaram os dirigentes de algumas nações partícipes do padrão dólar a buscar medidas que reduzissem este desequilíbrio relativo às suas moedas, frente à “moeda internacional”.

O uso da moeda estadunidense representava para as potências do velho continente, ao mesmo tempo em que uma submissão à influência da antiga colônia britânica, também risco

111

HOBBSAWM em *Globalização, Democracia e Terrorismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.35.

de vulnerabilidade por problemas econômicos que pudessem vir daquele país. A crise de 1929 ainda não havia sido esquecida. Porém, a Guerra Fria exigia uma tomada de posição que criava uma aliança natural com os Estados Unidos, levando à aceitação de sua moeda como moeda internacional.

Em 1969, iniciaram-se os planos para a criação de uma moeda única na Europa. Tais propostas resultaram no chamado *Plano Barre*, elaborado em conjunto pelos então seis membros componentes da Comunidade Econômica Europeia (CEE): Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

O documento, concebido sob a reunião de Roma, em fevereiro de 1969, apresentava uma série de operacionalizações das propostas de integração fiscal, monetária e cambial dos países europeus. Uma de suas propostas, ainda sob o sistema de Bretton Woods, era a criação de uma política integrada de câmbio entre os países membros, amparada por um fundo comum de crédito destinado a suprir as flutuações entre as moedas nacionais. Nele, também se observa a primeira sugestão de um numerário comum aos países membros, o *European Currency Unit* (ECU). No *Plano Barre*, observa-se o desejo de criar uma autoridade monetária europeia acima dos bancos centrais. No esboço de acordo proposto ao final do documento constam os seguintes artigos:

Artigo 1: Consultas prévias deverão ocorrer quando da tomada de decisões importantes, medidas e declarações de um Estado-Membro no domínio da política econômica atual, quando afetarem as economias dos outros Estados Membros e disserem respeito a questões como: (i) a evolução dos preços, a renda e do emprego, (ii) política orçamental geral, (iii) taxas que possam afetar preços na passagem das fronteiras.

Artigo 2: Estas consultas deverão ocorrer no âmbito do Comitê Monetário, Comitê de Política Econômica de curto prazo, e Comissão de Política Orçamentária. Os procedimentos apropriados devem ser especificados após aprovação do Comitê Monetário¹¹².

Elementos estruturais, como as diferenças entre as cestas de comércio exterior dos países, misturavam-se à conjuntura do maio de 1968 francês, para sugerir ao grupo que ora discutia a integração entre si que havia a necessidade de constituição de poderes reguladores, ao menos nas políticas macroeconômicas básicas fiscais, monetárias e cambiais. Nesse sentido, a sugestão de uma *clearing house*, ou de um sistema de compensação cambial entre as moedas europeias, financiado com crédito comum e baseado em numerário comum,

¹¹² Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs, consultado em 18-10-2012. Tradução da autora.

representam um passo na tentativa de superar a dependência em relação aos EUA, estabelecida com o sistema de Bretton Woods, em 1944.

Em síntese, pode-se definir o *Plano Barre*¹¹³ como um conjunto de diretrizes para que se levasse a cabo uma União Europeia, com moeda comum, ausência de barreiras alfandegárias entre seus membros, mobilidade de mão de obra e estabilidade no nível de preços e taxa de câmbio. Elaborado pelos chefes de governo e Bancos Centrais dos seis países membros, o documento serviu de base para os posteriores, que viriam a concretizar a união monetária. No entanto, as negociações avançaram lentamente e somente no ano de 1971 ocorreram novas conversações relativas à adoção da moeda única. Nesse ano foi elaborado o Plano Werner, como proposta de convergência das economias nacionais dos países membros da CEE para tal fim.

O novo documento consistia em 68 páginas produzidas pela Comissão da Comunidade Europeia, presidida por Pierre Werner¹¹⁴, e votadas em março de 1970. Nomeado como *Plano Werner*¹¹⁵, esse documento contém um endosso às recomendações do *Plano Barre*, e um planejamento em três etapas para a unificação monetária. A primeira etapa encontra-se detalhada com duração e decisões conforme se pode verificar abaixo:

A primeira fase terá início em 1 de janeiro de 1971 e irá abranger um período de três anos. Além da ação aprovado pelo Conselho na sua decisão de 8 e 9 de junho 1970, implicará na adoção das seguintes medidas: (I) Os procedimentos de consulta terão um caráter preliminar e obrigatório e exigirão o aumento da atividade dos órgãos comunitários, em particular o Conselho e a Comissão, bem como, o Comitê de Gestores dos bancos centrais. Estas consultas incidirão, principalmente, na definição de políticas econômicas de médio prazo, políticas econômicas de curto prazo, política orçamentaria e política monetária¹¹⁶.

O texto não detalha as demais etapas a serem adotadas, porém define a responsabilidade por sua definição no parágrafo 11:

11. De acordo com o artigo 236 do Tratado de Roma: uma conferência intergovernamental será convocada em prazo útil, antes do final da primeira fase, objetivando elaborar as modificações necessárias para a completa realização da união econômica e monetária. A reunião extraordinária do Conselho será convocada

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Luxemburgo.

¹¹⁵ Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço <http://europa.eu/legislationsummaries/economicandmonetaryaffairs>, consultado em 18-10-2012.

¹¹⁶ Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço <http://europa.eu/legislationsummaries/economicandmonetaryaffairs>, consultado em 18-10-2012. Tradução da autora.

para que se elabore um balanço dos progressos alcançados na primeira fase e estabeleça um programa de ações específicas para as fases seguintes a ocorrerem nos próximos anos¹¹⁷.

No final de 1970, ocorreu um encontro de Chefes de Estado e de Governo em Haia, para discutir a criação de uma união econômica e monetária e o *Plano Werner* foi aprovado.

O colapso do sistema de Bretton Woods e a decisão americana de permitir a flutuação do dólar em agosto de 1971 provocaram uma onda de instabilidade nos mercados cambiais, que prejudicou as paridades entre as moedas europeias. O projeto de união monetária foi então suspenso.

Em março de 1972, o Grupo dos Seis tentou reativar o processo de integração monetária criando a “Serpente no Túnel”: um mecanismo de flutuação combinada das moedas (a “serpente”) no interior de margens de flutuação estreitas em relação ao dólar (o “túnel”). Esse sistema consistia em uma fórmula alternativa ao sistema monetário de Bretton Woods. Tinha como mecanismo o uso de margens de flutuação de 2,25% entre as diversas moedas europeias pertencentes ao sistema. Desse modo, pretendia-se desenvolver um grupo autônomo de taxas de câmbio entre os países da CEE que levasse à posterior eliminação das margens de flutuação entre as moedas dos países membros. Em 1972, o Grupo dos Seis se expandiu com a entrada da Irlanda, Dinamarca e Reino Unido.

Desse modo, o Grupo dos Nove¹¹⁸ criou o Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM), cujas reservas se destinavam a ajudar os bancos centrais nacionais a manter a paridade da sua moeda no mecanismo da Serpente Monetária, agora alinhada ao dólar fora do sistema de convertibilidade. Contudo, as constantes modificações unilaterais dos tipos de câmbio, e as diferenças entre as economias dos países membros levaram ao fim da Serpente Monetária Europeia, em 1978. O sistema estava desestabilizado pelas crises petrolíferas, pela debilidade do dólar e pelas divergências entre as políticas econômicas. Havia perdido a maior parte dos seus membros, para finalmente ficar reduzida a uma zona do "marco", reagrupando a Alemanha Ocidental, o Benelux e a Dinamarca¹¹⁹.

Os esforços no sentido de criar uma zona de estabilidade monetária foram retomados em março de 1979, por iniciativa da França e da Alemanha, com a criação do Sistema

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido.

¹¹⁹ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_Euro_practical_aspects/l25007_pt.htm acesso em 07-07-2013.

Monetário Europeu (SME) baseado no conceito de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis. As moedas de todos os Estados Membros, à exceção do Reino Unido, participaram no mecanismo de taxas de câmbio.

O SME tinha como objetivo primário interligar as moedas e evitar grandes flutuações entre os seus respectivos valores. Para tanto, foi criado o Mecanismo Europeu das Taxas de Câmbio (MET), através do qual as taxas de câmbio da moeda de cada Estado Membro obedeciam a ligeiras flutuações (+/-2,25%) para cada lado do valor de referência. Este valor, fixado por acordo em relação ao conjunto de todas as moedas participantes, foi chamado Unidade de Moeda Europeia (ECU), seguindo a sugestão britânica de 1975 e era calculado de forma ponderada, segundo a dimensão da economia de cada Estado Membro¹²⁰.

No final dos anos 1980, o mercado de cada um dos Estados Membros cresceu para patamares semelhantes e o objetivo de criação do Mercado Único Europeu tornou-se mais viável. Mas o comércio internacional neste Mercado Único poderia ser prejudicado pelo risco das taxas de câmbio – apesar da relativa estabilidade introduzida pelo MET – e pelos crescentes custos de transação. A solução, mais uma vez foi depositada na esperança de criação de uma moeda única.

Em fevereiro de 1986, a Comissão Europeia presidida por Jacques Delors aprovou o *Ato Único Europeu* (AUE)¹²¹ alterando o Tratado de Roma que, em 1945, havia criado o Grupo dos Seis. As alterações visavam a total abertura de fronteiras entre os Estados membros para a circulação de bens, de capitais e de pessoas. O objetivo da mudança era remover as barreiras institucionais e econômicas entre os Estados Membros da CEE e estabelecer como meta a formação do Mercado Comum Europeu (MCE). Adicionalmente, o *Ato Único Europeu* determinava a criação da União Econômica e Monetária (UEM) recuperando as recomendações dos *Planos Werner* e *Barre*. O tratado buscava aprovar e regulamentar a transformação da Comunidade Econômica Europeia em União Europeia, incluindo definições como o tempo de vigência dos mandatos dos participantes das instituições a serem criadas com vistas a tais transformações para seis anos. Adicionalmente, estabeleceu a data limite para adoção das medidas relativas ao Mercado Interno dos Países Membros. Elegeu ainda

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs, consultado em 18-10-2012.

como foco das ações a serem tomadas, as áreas social, tecnológica, de meio ambiente, de energia atômica, além da área econômica.

Dois anos depois, em 1989, é elaborado o chamado *Relatório Delors*¹²², ou “*Report on economic and monetary union in the European community*”, apresentado à comunidade europeia no dia 17 de abril de 1989, quando foi publicado pelo Comitê para o Estudo da União Econômica e Monetária, cujo presidente era o político e economista francês, Jacques Delors.

Por sua importância, torna-se necessário descrever o *Relatório Delors* em maiores detalhes. Composto de três capítulos, o inicial “*Past and present developments in economic and monetary integration in the Community*”, faz um resumo dos passos dados até o momento no processo de unificação monetária, conforme a síntese a seguir:

Parte 1 - denominada “*The objective of economic and monetary union*” traz, informações sobre os movimentos feitos nas décadas de 1970 e 1980 para o estabelecimento da União Econômica e Monetária, destacando a criação do Sistema Monetário Europeu (SME) e da Unidade de Conta Europeia (UCE).

Parte 2 - denominada “*The European Monetary System and the ECU*” recorda a utilização abaixo do potencial do SME causada pela não adesão de alguns países membros ao mecanismo de taxa de troca, bem como a falta de convergência das políticas fiscais, levando a orçamentos deficitários em alguns membros. Já a ECU é lembrada como tendo obtido elevado sucesso e adesão dos países membros, subindo em 6% a participação de títulos europeus nas transações do mercado internacional de títulos e expandindo a emissão de títulos de dívida lastreados na ECU, como forma de diversificação de portfólio.

Parte 3 - sob o título “*The Single European Act and the Internal Market Programme*”, resume o Ato Único Europeu e seus resultados.

Parte 4 - relata as expectativas quanto à consolidação do mercado único tido como fator preponderante na eliminação de possíveis tensões sobre a política monetária. Destacando as duas premissas necessárias à concretização do mercado único: (1) aumento da convergência das performances econômicas dos países membros, e (2) intensificação das políticas conjuntas de implantação do processo.

¹²² Idem.

No segundo capítulo do relatório, “*The final stage of economic and monetary union*” tem-se cinco seções: a primeira, “*General considerations*” defende a formulação de políticas conjuntas para a livre movimentação dos fatores produtivos (Capital e Trabalho). Nas duas seções seguintes, caracteriza-se o que seria a união monetária e econômica, destacando a necessidade de: (1) completa conversibilidade entre moedas, (2) instituição de um mercado com livre mobilidade de capitais, e, por fim, (3) a completa equiparação das economias, com a eliminação das margens de flutuação nas paridades.

Para a obtenção desses pontos, estabeleceram-se como metas: (1) um mercado único com livre mobilidade de bens, capital e pessoas; (2) políticas generalizadas de fortalecimento dos mecanismos de mercado; (3) formulação de políticas com foco nas mudanças estruturais e do desenvolvimento da união; e (4) adoção de políticas macroeconômicas comuns aos países membros para atingir os estágios de desenvolvimento que permitissem uma maior concisão nos panoramas econômicos da União.

Há ainda um arcabouço institucional para legitimar o estabelecimento das uniões econômica e monetária na comunidade europeia, com destaque para a criação de um novo agente monetário – o Sistema Europeu de Bancos Centrais – com maior agilidade de decisão frente a mudanças no mercado financeiro internacional. Este capítulo se encerra, destacando o ganho de poder de barganha que uma unificação de Estados europeus obteria frente ao resto do mundo, nos processos de determinação de políticas internacionais.

O terceiro capítulo do *Relatório Delors* detalha os passos para a implantação da união econômica e monetária na comunidade europeia. Tais passos são estruturados em três fases. Adicionalmente, informa quais etapas deverão ser postas em prática, antes mesmo de se iniciar os estágios de implantação da unificação. Entre estas etapas, pode-se destacar a discussão sobre a possibilidade de alteração na ECU para ampliar a eficiência do instrumento e averiguar uma maior integração das políticas monetárias através da ECU.

As fases propostas pelo *Relatório Delors* para a implantação efetiva da União Econômica e Monetária estariam assim expostas:

- (1) Uma fase inicial, objetivando o fortalecimento e convergências das performances econômicas dos países, acompanhadas por políticas monetárias coordenadas. Esta fase se caracterizaria por acordos e tratados entre os países membros para implantar tal coordenação.

(2) Fase de monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na etapa anterior, de reestruturação das instituições existentes, assim como de criação de novos agentes de monitoramento e formulação de políticas em comum.

(3) Etapa de substituição das moedas nacionais por uma moeda única.

O período entre a publicação do *Relatório Delors* e o marco seguinte no estabelecimento da união monetária, o *Tratado da União Europeia*, foi de três anos. No intermédio desse triênio, o evento mais significativo na mudança do contexto histórico mundial foi a reunificação da Alemanha, conforme abordamos anteriormente.

Em 1992, as três fases previstas pela Comissão Delors em seu relatório, foram formalizadas no *Tratado de Maastricht*, no qual se definiram os critérios para a convergência econômica dos países membros e adesão a uma moeda única. Esse tratado marca a transição da Comunidade Econômica Europeia (CEE) para a União Europeia (UE).

Tais critérios de adesão à União Europeia e de adoção do Euro foram definidos em três documentos a saber: (1) O *Tratado de Maastricht* de 1992, que entrou em vigor em 1 de novembro de 1993; (2) Os chamados *Critérios de Copenhague*, elaborados no mesmo ano pelo Conselho Europeu para detalhar os objetivos gerais do *Tratado de Maastricht*; e (3) O documento de negociação de cada país candidato no momento de pedido de adesão¹²³.

O primeiro documento, conhecido como *Tratado da União Europeia*¹²⁴, ou *Tratado de Maastricht*, foi o resultado de uma conferência intergovernamental dos países membros e introduziu o Protocolo relativo aos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu, bem como, o Protocolo relativo aos Estatutos do Instituto Monetário Europeu. Entrou em vigor em 1 de novembro de 1993.

O Tratado agregou numa só entidade, a União Europeia, as três comunidades europeias anteriores (Euratom, CECA, CEE) e as cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, da defesa, e da justiça. A Comunidade Econômica Europeia passou a ser designada como União Europeia. Além disso, foi instituída a União Econômica e

¹²³ As datas de pedido de adesão dos países foram: 1972 para Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; 1981 para Grécia; 1985 para Portugal e Espanha; 1995 para Áustria, Finlândia, e Suécia; 2004 para Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, e República Checa; e 2007 para Bulgária e Romênia.

¹²⁴ Arquivo oficial de Legislações da União Europeia disponível no endereço http://europa.eu/legislationsummaries/economic_and_monetary_affairs, consultado em 18-10-2012.

Monetária (UEM), e novas políticas comunitárias na área da Educação e Cultura são instituídas.

Assinado pelos 12 países participantes do bloco, o Tratado apresenta na sua versão consolidada, 55 artigos agrupados em seis títulos ou capítulos.

Estruturado como a figura de um templo grego¹²⁵, o documento possui três pilares:

- 1- O pilar central foi denominado de “pilar comunitário”, e representa o mercado único, a União Europeia, a União Econômica e Monetária, a PAC, os fundos estruturais e de coesão, bem como as instituições que permeiam todas essas instancias.
- 2- Os pilares laterais, estavam baseados não nos poderes supranacionais mas na cooperação entre os governos e envolviam (1) a Política Exterior e Segurança Comum (PESC), e (2) Justiça e Assuntos Internos (JAI). Como segundo pilar, baseado na cooperação entre os governos, estabeleceu-se uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que permitiu empreender ações comuns em matéria de política externa. O Conselho Europeu, com suas decisões passou a definir os princípios e orientações gerais da PESC.
- 3- O terceiro pilar, baseado na cooperação intergovernamental, baseou-se na Justiça e na administração de temas de interesse comum para todos os estados membros como terrorismo, imigração clandestina, políticas de asilo, tráfico de drogas, crime e a cooperação judicial.

A diferença entre os pilares reside na forma como se tomam as decisões. Assim, nos pilares de cooperação entre os governos, as decisões deverão tomar-se por consenso e as competências da Comissão, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça são escassas. Já no chamado pilar comunitário, as decisões são tomadas por maioria e o papel das instituições comunitárias é essencial. Ainda em relação a este pilar, o tratado define alguns pontos importantes: como o reconhecimento de uma cidadania europeia, e a operacionalização da União Econômica e Monetária (UEM) a ser estruturada nas três fases baseadas no *Relatório Delors* e descritas a seguir:

¹²⁵ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/treaties/index_en.htm, acesso em 03-04-2013.

- 1- A primeira fase, iniciada em 1990, seria concluída em 31 de dezembro de 1993 e teria como objetivo completar a livre circulação de capitais entre os países membros.
- 2- De 1 de janeiro de 1994 a 1 de janeiro de 1999, ocorreria a segunda fase na qual os países membros deviam coordenar as suas políticas econômicas objetivando atender aos “*critérios de convergência*”.
- 3- A terceira fase começaria em primeiro de janeiro de 1999, e marcava a criação da moeda única, o Euro, que teria fixada nessa data a sua equivalência com as moedas nacionais dos países participante, bem como, seria a data para o estabelecimento de um Banco Central Europeu (BCE).

O *Tratado da União Europeia*¹²⁶ destaca como um de seus objetivos, a busca por uma homogeneidade econômico-social das diversas regiões e países comunitários que a compõem. Para tanto, regulamenta o chamado *Fundo de Coesão*, com o objetivo de proporcionar ajuda financeira a ser aplicada nos setores de meio ambiente, transportes e infraestrutura de base. Este fundo estava destinado aos estados membros da União que tivessem um PNB per capita inferior a 90% da média europeia e implantassem as “políticas de convergência”, ou seja, controle da inflação, controle do déficit das contas públicas e redução da dívida pública. Os principais beneficiários destas políticas e fundos foram Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda. O grupo passou a ser conhecido como “Países da Coesão”.

Outras áreas definidas ao longo do texto são referentes à política econômica e monetária, política industrial, redes transeuropeias e política de transportes, políticas educacionais, defesa dos consumidores, pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, e cooperação para a preservação do meio ambiente¹²⁷. Assim, o tratado aborda pontos importantes como no caso do oitavo artigo, onde estabelece a possibilidade da execução e regulação de acordos com Estados não membros pelas instituições da União. O décimo artigo, define que a União deve operar na forma de uma democracia representativa, e no artigo seguinte determina que as operações da União deverão ser expostas de forma transparente ao povo europeu.

¹²⁶ Segundo informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/treaties/index_en.htm, acesso em 03-04-2013.

¹²⁷ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/treaties/index_en.htm, acesso em 03-04-2013.

No que se refere às instituições, o artigo 13 introduz as seguintes medidas: o Parlamento aumenta os seus poderes, o Conselho de Ministros passa a denominar-se Conselho da União Europeia; a Comissão recebe o nome oficial de “Comissão das Comunidades Europeias”, o Tribunal da Justiça, o Tribunal de Contas e o Comitê Econômico e Social reforçam as suas competências, cria-se o Comitê das Regiões, com caráter consultivo e prevê-se a criação do Banco Central Europeu, ao iniciar-se a terceira fase da UEM. Nos artigos seguintes, define as funções de cada uma dessas instituições concedendo ao Parlamento Europeu e ao Conselho a função legislativa e orçamentária (artigo 14) e atribui ao Conselho Europeu a função de incentivar e regular o desenvolvimento da União sem, no entanto, agir como poder legislativo (artigo 15).

O Tribunal de Justiça da União Europeia recebe a função de garantir o respeito ao Direito na interpretação e aplicação dos tratados no artigo 19. E nos artigos 21 a 46, o Tratado determina que as medidas e posições tomadas com relação às políticas externas sejam unânimes para todos os países membros, mantendo a estratégia de políticas de segurança comuns a todos os membros.

Vale destacar que para alguns, como Marsh¹²⁸, no entanto, o *Tratado de Maastricht* e as propostas colocadas em vigor com sua assinatura, seguiram todo o modelo do sistema financeiro da Alemanha, país mais forte do grupo. E fortaleceriam a divisão entre países pobres e ricos do bloco.

Na versão completa do *Tratado da União Europeia*¹²⁹ constam diversos protocolos adicionais dos quais chamam à atenção dois que regulamentam a situação do Reino Unido e da Dinamarca no que se refere à unificação monetária. O primeiro permite ao Reino Unido optar a qualquer momento pela entrada na terceira fase de implantação da moeda única.

Assim, o tratado isenta o país de aderir ao uso do Euro e permite que mantenha a libra como moeda oficial. Adicionalmente, mantém sua autonomia relativa às políticas monetárias e fiscais adotadas.

No protocolo relativo à Dinamarca, o tratado faculta a entrada do país na zona do Euro, com a realização de uma consulta à população do país. Tal consulta não foi realizada

¹²⁸ De acordo com MARSH, David. *The battle for the new global currency*. London:Yale University Press, 2009. p.12.

¹²⁹ Conforme documento divulgado pelo Official Journal C 191, de 29 de julho de 1992, disponível em <http://europa.eu/legislationsummarie>, acessado em 24-06-2013.

até o momento, numa clara demonstração do país em manter sua moeda nacional sem, no entanto deixar de se beneficiar do Mercado Único.

Existe uma terceira exceção, que está relacionada com a Suécia. Quando aderiu à União Europeia em 1995, o país não atendia aos critérios necessários para a adoção da moeda única e o povo sueco rejeitou o Euro através de referendo, preferindo preservar sua moeda nacional. Todos os demais países, ao se candidatarem à União Europeia, automaticamente iniciado o processo de adesão à moeda única, e quando atendem plenamente às exigências dos *Crítérios de Copenhague*, passam a integrar a Zona do Euro.

PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UEM (1990-1993)

Embora a Fase I tivesse começado em 1979 com a criação do SME, o seu início oficial é de 1990. Tal se deu com a abolição do controle sobre as taxas de câmbio, libertando assim os movimentos de capitais no interior da CEE. Portanto, oficialmente, a Primeira Fase da UEM teve início no dia 1 de julho de 1990 e caracterizou-se pela eliminação de todas as barreiras internas à livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais nos Estados membros da União Europeia.

Ainda nessa primeira fase, atribuíram-se responsabilidades ao Comitê de Gestores dos Bancos Centrais dos Estados membros. Em março de 1990, foi definida e regulamentada a prática de realização de consultas relativas à política monetária entre os gestores para a coordenação entre Estados membros, visando controlar a estabilidade de preços e a unificação de medidas. Para tanto, foi elaborado o documento conhecido como a *Resolução 141 de 1990 do Conselho Europeu*¹³⁰. O documento estabelecia uma supervisão multilateral a ser efetuada nos países membros, cobrindo todos os aspectos da política econômica, a curto e médio prazo objetivando obter a estabilidade de preços, controle de finanças públicas e condições monetárias favoráveis como balanços de pagamentos favoráveis, bem como, a exigência de manutenção da abertura de mercados internos aos fluxos de produtos e fatores.

¹³⁰ Council Decision 90/141/EEC of 12 March 1990 on the attainment of progressive convergence of economic policies and performance during stage one of economic and monetary union [Official Journal L 78 of 24.03.1990] disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_Euro_practical_aspects/l25006_en.htm acesso em 15-08-2013.

Operacionalmente, através de análises e decisões tomadas em sessões restritas, mas com deliberações tornadas públicas, a supervisão multilateral se dava com base em relatórios periódicos dos países sobre as condições econômicas nacionais, com detalhamento das perspectivas e informações detalhadas das políticas monetária e orçamental; em seguida eram feitas as avaliações periódicas da situação econômica da Comunidade como um todo e gerado um relatório anual a ser avaliado e aprovado pelo Comitê Econômico e Social.

A fim de promover a coerência das políticas econômicas e monetárias entre os países pertencentes ao bloco, o presidente do Comitê dos Gestores dos Bancos Centrais participava das reuniões do Conselho e poderia convocar reuniões extraordinárias do Comitê de Gestores de Bancos Centrais para decisões ou detalhamentos que, posteriormente apresentava ao Conselho.

Os governos dos países deveriam informar aos seus ministros e parlamentos, sobre as recomendações do Conselho para substanciar a elaboração das políticas econômicas nacionais. Desse modo, tanto os Gestores dos Bancos Centrais participavam da elaboração das recomendações no nível da comunidade, quanto da elaboração das políticas econômicas em seus próprios países, garantindo sua unicidade.

SEGUNDA FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UEM (1994-1998) ¹³¹

A criação do Instituto Monetário Europeu (IME) em 1994 marcou o início da Segunda Fase da UEM e, o Comitê de Gestores dos Bancos Centrais foi extinto. Cabe esclarecer que o IME não tinha qualquer responsabilidade pela condução da política monetária da União Europeia (UE), a qual continuava a ser da competência das autoridades nacionais, adicionalmente, o IME não podia realizar intervenções cambiais. Suas funções eram de duplo caráter: (1) Reforçar a cooperação entre os bancos centrais e a coordenação das políticas monetárias (ainda que durante essa segunda fase a política monetária continuasse a ser definida no âmbito nacional); e (2) realizar as tarefas necessárias à instituição do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), a quem caberia determinar e conduzir a política

¹³¹ Segundo informações disponíveis no endereço http://europa.eu/pol/emu/index_pt.htm acessado em 12-05-2013.

monetária única a partir do início da terceira fase, e proceder à introdução da moeda única também nessa Terceira Fase da UEM.

O Instituto funcionava com recursos próprios advindos dos Bancos Centrais dos estados membros participantes da UE em sistema de quotas de participação como se pode ver no quadro 3.1. Cerca de 40% do orçamento anual previsto estava alocado a despesas com pessoal, 25% com alocação e manutenção de instalações físicas e os 35% restantes se destinavam ao pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos grupos de trabalho que se reuniam nos países membros.

Quadro 3.1: Quotas de Participação dos Bancos Centrais no IME.

Alemanha	24,20%
França	18,30%
Itália	17,05%
Inglaterra	16,45%
Espanha	9,50%
Países Baixos	4,55%
Bélgica	3,00%
Grécia	2,15%
Portugal	1,95%
Dinamarca	1,80%
Irlanda	0,90%
Luxemburgo	0,15%

Fonte: Relatório do IME de 1994.

Uma das principais funções do IME era avaliar e emitir relatórios sobre o cumprimento dos indicadores de convergência dos países membros da UEM. As condições a serem avaliadas incluíam o grau de estabilidade do nível de preços; a sustentabilidade das finanças públicas alcançada pela ausência de déficit orçamentário; a estabilidade da taxa de câmbio da moeda nacional; e a evolução das taxas de juros de longo prazo. Tais relatórios deveriam também considerar a evolução do ECU, os resultados da integração dos mercados, a situação e a evolução dos balanços de transações correntes e examinar a evolução dos custos unitários do trabalho entre outros índices de preços.

Adicionalmente, o IME gerenciava as operações de empréstimo dentro da comunidade seguindo o mecanismo de Apoio Financeiro em Médio Prazo. Este mecanismo previa a concessão de empréstimos a Estados Membros que enfrentassem dificuldades em seus balanços de pagamento. Assim, o IME efetuava os pagamentos resultantes destas operações ativas e passivas, verificava as datas de vencimento fixadas nos respectivos contratos para o

pagamento de juros e reembolso do capital, relatando para a Comissão as operações efetuadas. No ano de 1994, o IME cumpria essa função relativamente a dois países: Grécia e Itália.

Em junho de 1997, o Conselho Europeu se reuniu em Amsterdã e aprovou o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (PEC) que criou o MET II, sucessor do SME e do MET. Este somente entraria em vigor após o lançamento do Euro na sua forma monetária.

O PEC¹³² continha instruções engessadoras do orçamento dos Estados, visando evitar endividamento dos mesmos. O documento era composto por três partes: (1) a primeira parte visava estabelecer um ‘braço preventivo’ relativo a problemas orçamentários; (2) na segunda parte, especificava-se um regimento dos procedimentos de supervisão das situações orçamentais; e (3) na terceira parte, conhecida como o ‘braço corretivo’ a ser aplicado no caso de um país membro apresentar uma situação de “déficit excessivo”.

Os principais objetivos do PEC em relação ao orçamento dos estados membros eram obter um compromisso no sentido de respeitar um saldo orçamental próximo do equilíbrio ou de superávit, além de especificar o que seriam circunstâncias excepcionais, e sanções aos déficits excessivos. O PEC definiu como valor de referência para teto máximo de déficit público, 3% do PIB. E, definia como situação excepcional, que permitiria valores superiores a esse, uma recessão econômica grave (com taxa de crescimento anual negativa do PIB ou de uma redução cumulativa da produção durante um período prolongado de crescimento anual muito baixo)¹³³.

Operacionalmente, cada Estado membro devia apresentar à Comissão Econômica, seus programas de estabilidade (para os participantes da área do Euro) e programas de convergência (para os que ainda não fazem parte da área do Euro). Em ambos os casos, os programas visavam estabelecer a meta orçamentária para os próximos anos e eram avaliados pela Comissão, sofrendo recomendações do Conselho, específicas para cada Estado. Este era o “braço preventivo” do PEC.¹³⁴

Adicionalmente, o PEC criou um “Semestre Europeu” no início de cada ano para que os países membros pudessem colocar em prática, suas políticas orçamentais. Em seguida a esse período, a Comissão Europeia avaliava as contas apresentadas pelos Estados e elaborava

¹³² Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/treaties/index_en.htm, acesso em 03-04-2013.

¹³³ De acordo com informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/stability_and_growth_pact_l25019_pt.htm, acesso em 16-08-2013.

¹³⁴ Idem.

um relatório com informações sobre a situação da economia do país. Caso ocorresse um caso de “déficit excessivo”, o relatório devia pontuar todos os fatores¹³⁵ relacionados às suas causas e medidas de correção.

Já o chamado “braço corretivo” do pacto, se relacionava ao regulamento¹³⁶ que apresenta as sanções a serem tomadas no caso de um “déficit excessivo”. Inicialmente, estas assumiam a forma de um depósito não remunerado junto à União Europeia. O montante desse depósito incluía uma componente fixa correspondente a 0,2 % do PIB do país; e uma componente variável correspondente a um décimo da diferença entre o déficit (expresso em percentagem do PIB do ano durante o qual o déficit foi considerado excessivo) e o valor de referência (3 %).

Nos anos seguintes, o Conselho poderia intensificar as sanções, exigindo depósitos suplementares correspondentes ao décimo da diferença entre o déficit expresso como percentagem do PIB do ano anterior e o valor de referência de 3 % do PIB. Caso o “déficit excessivo” não fosse corrigido após dois anos, os depósitos passam a ser considerados como multas e, juntamente com os juros a eles relacionados, são distribuídos pelos Estados membros que não tenham um “déficit excessivo”, de modo proporcional à sua participação no PIB total do bloco¹³⁷.

Ainda em 1998, em reunião do Conselho Europeu em Bruxelas, foram aprovados os onze países que poderiam adaptar o Euro em 1999¹³⁸. Eram estes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, e Portugal.

Os Chefes de Estado ou de Governo de tais países nomearam, através de acordos políticos, os componentes da Comissão Executiva do BCE. Em relação às taxas de câmbio, nesse mesmo ano, os ministros da área financeira dos Estados membros que iriam adotar o Euro, entraram em acordo com os gestores dos respectivos bancos centrais nacionais, a

¹³⁵ Nomeadamente: o potencial de crescimento; as condições conjunturais; a execução das políticas que visem incentivar a pesquisa e inovação; a evolução do orçamento no médio prazo, com os esforços de equilíbrio orçamental; e dados relativos a mudanças no sentido de diminuir as políticas assistenciais de aposentadorias e pensões.

¹³⁶ Conhecido como Regulamento (CE) n.º 1467/97 do Conselho, de 7 de julho de 1997, relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos. Disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/stability_and_growth_pact/125020_pt.htm acessado em 16-08-2013.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_Euro_practical_aspects/125007_pt.htm acesso em 07-07-2013.

Comissão Europeia e o IME. Tal acordo visava estabelecer quais as taxas centrais bilaterais no MTC das moedas dos Estados membros participantes a serem utilizadas para a conversão das moedas nacionais em euros.

Com a instituição do BCE em 1 de junho de 1998, o IME cessou as suas funções. Em conformidade com o artigo 123 (ex-artigo 109-L) do *Tratado que Institui a Comunidade Europeia*¹³⁹, o IME entrou em liquidação no momento em que o BCE iniciou a atividade.

Ainda nesta fase, os Estados membros deveriam compatibilizar suas legislações nacionais com esse Tratado e os estatutos do *Sistema Europeu de Bancos Centrais* (SEBC)¹⁴⁰, em especial no que diz respeito à independência dos seus bancos centrais.

Da mesma forma, era esperado que cada país se adequasse aos chamados “*critérios de convergência*” ou *Critérios de Copenhague*, a saber: (1) manutenção das divisas nos limites fixados pelo MET por período não inferior a dois anos; (2) taxas de juros de longo prazo não superiores a 2% das taxas dos três países membros que obtivessem melhor desempenho no período; (3) inflação inferior a um valor de referência (num período até 3 anos os preços não poderiam ser superiores a 1,5% dos do Estado melhor posicionado); e (4) o endividamento público deveria ser inferior a 60% do PIB (ou caminhar neste sentido), com déficit do orçamento público obrigatoriamente inferior a 3%¹⁴¹.

No final dessa fase, o BCE começou a operar com a missão de dirigir a política monetária da União Europeia e fiscalizar as atividades do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

TERCEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UEM (1999-2002)

Tendo confirmada sua data de início durante o Conselho Europeu de Madrid, em 15 e 16 de dezembro de 1995, a terceira fase de implantação da UEM começou em 1 de janeiro de

¹³⁹ O Tratado de Roma de 1957 foi sendo modificado ao longo dos anos a cada novo tratado e acordo assinado, deste modo, ao original foram adicionadas as decisões posteriores e o documento resultante recebe esta denominação e representa a versão consolidada das decisões dos países membros relativas à norma da União Europeia, suas instituições e órgão componentes.

¹⁴⁰ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/economic_and_monetary_affairs/introducing_Euro_practical_aspects/l25007_pt.htm acesso em 07-07-2013.

¹⁴¹ Segundo informações disponíveis no endereço http://europa.eu/pol/emu/index_pt.htm acessado em 12-05-2013.

1999, com a fixação irrevogável das taxas de câmbio das moedas dos iniciais 11 Estados membros participantes da Zona do Euro, para o valor do último dia útil de 1998. Adicionalmente ocorreu a introdução do Euro como moeda única, ainda na forma não monetária.

Nessa data, tem-se também a passagem da responsabilidade pela condução da política monetária da área do Euro para o Conselho do BCE. Oficialmente, a transferência dessa função ocorreu na reunião do Conselho Europeu, com a presença de Chefes de Estado ou de Governo, em maio de 1998, onde foram confirmados os onze Estados definidos na fase anterior¹⁴² já que haviam cumprido os critérios de convergência exigidos para a adoção da moeda única. No entanto, o BCE ainda operaria em conjunto com os Bancos Centrais nacionais para fixação das metas monetárias até o ano de 2002, quando passou a operar sozinho.

Nesse período em que a moeda única ainda não estava em circulação na sua forma monetária, os valores em Euro eram usados na contabilidade e as empresas podiam fazer as chamadas transações seguras em euros, uma vez que as taxas de câmbio entre as divisas eram fixas. Para acostumar a população à nova moeda, valores em euros surgiam nas contas bancárias acompanhando os valores nas moedas nacionais. A transição para o Euro em sua forma monetária ocorreu em primeiro de janeiro de 2002, com a introdução das notas e moedas de Euro. O Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MET) deu lugar ao MET-II, funcionando como o anterior, mas agora no contexto de um Euro realmente existente.

Para o início da circulação da moeda em 2002, foram impressas mais de 14 bilhões de notas, valendo cerca de 633 bilhões de euros, e 52 bilhões de moedas foram cunhadas, gastando 250.000 toneladas de metal. Em primeiro de janeiro de 2002, as caixas eletrônicas dos bancos começaram a fornecer a nova moeda um minuto depois da meia-noite e os cidadãos, poucos dias depois, estavam utilizando a nova moeda de forma corriqueira apesar de algumas resistências da população mais idosa que não compreendia as mudanças nominais de preços e protestou contra possíveis perdas de poder aquisitivo¹⁴³.

No seu primeiro dia de negociação na Bolsa de Frankfurt, em 4 de janeiro de 1999, o Euro estava cotado a 1,1789 US dólares. A partir desse dia, sua cotação desceu, e um ano

¹⁴² Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, e Portugal. Em 2000, a Grécia foi aprovada e se tornou o décimo segundo país a entrar na Zona do Euro.

¹⁴³ De acordo com informações disponíveis no endereço http://ec.europa.eu/economy_finance/Euro/adoption/ acessado em 08-07-2013.

depois caiu abaixo da paridade Euro dólar, continuando em queda até 26 de outubro de 2000, dia em que a nova moeda atingiu o seu valor mais baixo, de 0,8225 US dólares. Ao longo do ano, o valor cambial médio foi de US\$0,95. Até à introdução da moeda física, em 2002, o Euro não se recuperou, subindo então de \$0,90 para \$1,02 no final de 2002¹⁴⁴.

Embora com oscilações, no início de 2003, a população acreditava que a nova moeda era forte e mais estável que as antigas moedas nacionais. Tais condições aliadas à facilidade com que as transações comerciais podiam ser feitas em qualquer país membro, ajudaram a estabelecer a credibilidade do Euro entre seus usuários. Assim, o processo de unificação monetária foi concluído sem sobressaltos e com aceitação popular.

A Eslovênia tornou-se o décimo terceiro país da área do Euro em janeiro de 2007. Chipre e Malta adotaram a moeda única em primeiro de janeiro de 2008, a Eslováquia, em primeiro de janeiro de 2009 e a Estônia, em primeiro de janeiro de 2011. Nas datas em que estes países entraram para a Zona do Euro, os respectivos bancos centrais passaram automaticamente a integrar o Euro Sistema.

Os demais Estados Membros ainda não participantes da unificação monetária aderiram à União Europeia após 2004. No momento da sua adesão, os países não atendiam as condições para a entrada na área do Euro. Portanto, seus Tratados de Adesão possuem cláusulas que determinam prazos e etapas para fazer os ajustes necessários. Entre estes países, os mais próximos a cumprir os critérios de convergência são a Letônia e a Lituânia, com datas de adesão estimadas para janeiro de 2014 e 2015, respectivamente. Bulgária, Croácia, Hungria, Polônia, Romênia, e República Tcheca ainda não têm uma data prevista para adotar o Euro¹⁴⁵.

Para que os países candidatos possam adotar a moeda única, o *Tratado de Maastricht* determina que, pelo menos uma vez a cada dois anos, ou a pedido do candidato, a Comissão Econômica e Financeira e o Banco Central Europeu, devem avaliar os progressos realizados pelo país. Com base na avaliação, é efetuada uma consulta ao Parlamento Europeu, e após

¹⁴⁴ Segundo informações disponíveis no endereço http://europa.eu/pol/emu/index_pt.htm acessado em 12-05-2013. Em 2003, o Euro atingiu \$1,24 em relação ao dólar. Em novembro de 2004 ultrapassou a marca de \$1,30 e atingiu 30 de dezembro de 2004 com um valor recorde de \$1,3668. Ao longo de 2005, o Euro desceu para \$1,18 em dezembro, e em novembro registou um valor mais baixo do que o seu ponto de partida. Em 2006, subiu de \$1,1813, em 2 de janeiro, para \$1,2958, em 5 de junho. No final do ano, a moeda disparou para o seu recorde mais alto, batendo a marca de \$1,30 e parecendo manter-se nesse nível.

¹⁴⁵ Conforme informações disponíveis no endereço http://ec.europa.eu/economy_finance/Euro_adoption/ acessado em 08-07-2013.

consulta aos Chefes de Estado ou de Governo – decide-se se o país reúne as condições necessárias e pode adotar o Euro. Se a decisão for favorável, o Conselho toma as medidas legais necessárias e, após consulta ao BCE, define a taxa de conversão em que a moeda nacional será substituída pelo Euro, que, assim, se torna irrevogavelmente fixa.

ANÁLISE DO AMBIENTE ECONÔMICO DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO (1990 A 2002)

A seguir analisam-se os indicadores relativos às três fases de implantação da União Econômica e Monetária, conforme acordado no *Tratado de Maastricht*, objetivando verificar as alterações observadas nas estruturas econômicas dos países candidatos à integração monetária. Dessa forma, priorizou-se o estudo das variáveis que foram objeto de maiores mudanças em virtude da busca pelo cumprimento dos critérios de convergência, conhecidos como *CrITÉrios de Copenhague*.

Evolução da População, Produto, e Consumo Privado

Visando facilitar a análise dos dados em função dessa representatividade, optou-se por manter a ordem de apresentação dos países nas tabelas a seguir, em ordem decrescente de participação populacional no grupo dos doze formadores iniciais da Zona do Euro.

Tabela 3.1: Participação da população no total do Grupo (Zona do Euro), por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002)

País (1)	1ª Fase 1990-1993 (1)	2ª Fase 1994-1998 (2)	3ª Fase 1999-2002 (3)	Média 1990-2002 (4)
Alemanha	27,00	27,16	26,95	27,04
França	19,77	19,77	19,92	19,84
Itália	19,15	18,89	18,67	18,89
Espanha	13,15	13,10	13,22	13,15
Países Baixos	5,08	5,15	5,22	5,15
Grécia	3,46	3,54	3,58	3,53
Bélgica	3,38	3,37	3,36	3,37
Portugal	3,37	3,34	3,35	3,35
Áustria	2,62	2,64	2,63	2,63
Finlândia	1,69	1,70	1,70	1,70
Irlanda	1,19	1,21	1,25	1,22
Luxemburgo	0,13	0,14	0,14	0,14

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de EUROSTAT.

Segundo a Tabela 3.1, Alemanha, França, Itália e Espanha, conjuntamente, representam aproximadamente 80 % da população total da Zona do Euro. Tal justifica sua força em termos de voto no Parlamento Europeu, e demais instituições da União Europeia. Em termos agregados, não se observam alterações na composição populacional entre as nações da região da Zona do Euro.

Tabela 3.2: Taxa média anual de variação Porcentual do PIB, por país, por fase de implantação da UEM

País (1)	1ª Fase (1990 a 1993) (2)	2ª Fase (1994-1998) (3)	3ª Fase (1999-2002) (4)
Alemanha	5,92	3,23	3,35
França	4,15	4,30	5,69
Itália	4,03	4,27	3,21
Espanha	4,61	5,48	7,29
Países Baixos	5,47	5,84	6,57
Grécia	3,57	4,45	7,34
Bélgica	4,43	3,75	5,71
Portugal	4,91	5,26	5,65
Áustria	7,69	3,49	3,72
Finlândia	6,47	6,35	5,35
Irlanda	7,24	10,54	9,95
Luxemburgo	8,15	4,85	8,82

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁴⁶.

Ao se analisar as mudanças econômicas no período de 1990 a 1993 – primeira fase de implantação da UEM – observa-se uma reestruturação dos ritmos de crescimento econômico dos países envolvidos na zona do Euro. Praticamente todos arrefecem suas taxas de crescimento em 1993, para algo próximo a um terço ou à metade dos valores observados em 1990, como consta na Tabela 3.2.

É possível atribuir-se o efeito de refreamento da intensidade de crescimento econômico às tentativas de coordenação de políticas econômicas dos países-membros, especialmente as de caráter fiscal e monetário, o que teve impactos sobre o suprimento das respectivas demandas efetivas dos mesmos.

A retomada do ritmo de crescimento econômico em patamar mais homogêneo marca o comportamento da variação percentual do PIB na segunda fase de implantação da moeda comum. Neste período, de 1994 a 1998, as médias de crescimento ficam entre 3% e 6%, com exceção da Irlanda, que apresenta um crescimento médio anual de 10,56%, no período. De

¹⁴⁶ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

maneira geral, com exceção novamente da Irlanda, isso representa que, essa segunda fase de coordenação das políticas econômicas visando a implantação da UEM, é caracterizada pelo surgimento de um poder arbitral entre as políticas fiscais, cambiais e monetárias. Observa-se um arrefecimento do ritmo dos países que cresciam mais na primeira fase, notadamente Alemanha e Áustria, e uma intensificação do crescimento nos países que antes cresciam a taxas inferiores a 3%, em 1993, como Finlândia e Portugal. Contudo, não é possível formular ainda a hipótese de que já nessa segunda fase, a Zona do Euro poderia ser considerada uma unidade territorial, do ponto de vista econômico.

Na terceira e última fase de implantação do Euro, de 1999 a 2002, percebe-se o reforço da tendência à homogeneização das taxas de crescimento dos países membros. É possível dividir o conjunto de países em dois grupos distintos: um primeiro, que cresce entre 3% a 5%; e um outro, que cresce nas faixas de 6% a 9% anuais. A Irlanda apresenta extrapolação com variações excepcionais de 12%, em 2000, por exemplo. Mas é importante notar-se a criação desses “grupos” ou “sub-blocos” dentro do grupo em função das oscilações que ocorreriam nos anos seguintes. Nivelam-se os ritmos de crescimento do produto desses grupos na Zona do Euro a partir do primeiro, ou seja, por baixo.

Tabela 3.3: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, média do período 1990-2002.

País (1)	Agricultura, Pesca, Extrativismo (2)	Indústria (3)	Construção (4)	Serviços financeiros e imobiliários (5)	Comércio e outros serviços (6)
Alemanha	-33,9	-21,1	-13,8	28,0	6,0
França	-40,9	-21,8	-22,1	14,3	8,6
Itália	-71,7	-17,7	-19,3	31,1	-0,3
Espanha	-27,4	-22,3	-2,5	19,5	5,0
Países Baixos	-46,4	-22,7	-2,2	28,4	3,7
Bélgica	-46,1	-23,5	-8,3	23,2	5,5
Portugal	-63,7	-15,1	31,0	4,7	15,4
Áustria	-50,1	-12,7	7,2	29,1	-0,5
Finlândia	-51,6	7,0	-25,4	28,0	-1,3
Irlanda	-74,9	1,7	37,6	50,3	-12,0
Luxemburgo	-60,4	-48,3	-19,1	50,4	-5,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁴⁷.

Visto como um todo, o período de 1990 a 2002 representa uma fase de financeirização e transferência da relevância da composição do produto para ativos imobiliários, conforme se

¹⁴⁷ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

observa na Tabela 3.3, onde claramente se percebe um crescimento da participação do setor de serviços financeiros e imobiliários em todos os países do grupo.

Tabela 3.4: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 1ª Fase de implantação da UEM (1990 a 1993)

País (1)	Agricultura, Pesca, Extrativismo (2)	Indústria (3)	Construção (4)	Serviços financeiros e imobiliários (5)	Comércio e outros serviços (6)
Alemanha	-18,2	-15,6	11,3	11,6	4,7
França	-26,2	-7,3	-8,5	3,2	5,5
Itália	-8,0	-7,3	-3,4	7,1	1,9
Espanha	-12,0	-10,4	-13,6	4,6	8,0
Países Baixos	-19,6	-7,5	-1,6	9,4	1,7
Bélgica	-14,4	-13,0	-3,5	10,0	3,7
Portugal	-27,6	-7,7	1,1	-2,7	10,7
Áustria	-27,2	-9,4	9,8	9,3	2,4
Finlândia	-18,9	1,4	-41,6	19,6	2,6
Irlanda	-8,0	0,4	-8,7	6,3	0,1
Luxemburgo	-23,5	-21,9	5,5	12,2	3,4

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁴⁸.

O impacto setorial da coordenação de políticas econômicas durante a primeira fase de implantação do Euro, entre 1990 e 1993, pode ser observado na Tabela 3.4.

De modo geral, há um refreamento dos setores mais primários, que perdem espaço para os serviços financeiros e imobiliários. Isso mostra o movimento de financeirização da maior parte das economias dos países-membros. Exceção digna de nota é o binômio Alemanha-Áustria, que experimenta crescimentos acentuados em seus respectivos setores de construção. Na outra ponta da análise, é notável que Portugal seja o único país no período a não perceber crescimento do setor de serviços financeiros e imobiliários, na participação de seu produto interno bruto (PIB).

Conforme se observa na Tabela 3.5, a evolução da variação percentual da participação setorial no PIB dos países da Zona do Euro, nota-se uma possível razão do crescimento diferenciado da Irlanda, à primeira vista, no destacado crescimento do setor industrial no período. Também é possível apontar um movimento no grupo de países com maior crescimento econômico no sentido de intensificar sua financeirização, em detrimento dos demais setores. No caso particular da Alemanha, é notável a liquidação do setor de construção em favorcimento dos serviços financeiros e imobiliários. Pode-se, portanto, falar-se em financeirização de ativos, nessa segunda fase de implantação da união monetária.

¹⁴⁸ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

Tabela 3.5: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 2ª Fase de implantação da UEM (1994 a 1998).

País (1)	Agricultura, Pesca, Extrativismo (2)	Indústria (3)	Construção (4)	Serviços financeiros e imobiliários (5)	Comércio e outros serviços (6)
Alemanha	-0,1	-1,6	-20,0	4,8	1,4
França	-1,5	-0,8	-13,4	3,5	-0,1
Itália	-43,8	-0,5	-11,6	5,7	-0,5
Espanha	1,2	0,5	1,2	4,3	-2,1
Países Baixos	-16,6	-7,9	-4,1	12,7	-1,0
Bélgica	-15,5	1,1	-5,7	6,0	-2,7
Portugal	-29,8	1,2	20,1	5,8	-1,6
Áustria	-24,0	1,0	-1,5	8,2	-2,1
Finlândia	-30,0	5,9	19,3	5,1	-4,5
Irlanda	-43,8	12,4	13,7	11,8	-8,2
Luxemburgo	-12,5	-6,9	-4,4	0,5	3,4

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁴⁹.

Quanto ao comportamento setorial na terceira fase de implantação, segundo a Tabela 3.6, nota-se uma mudança em relação aos períodos anteriores. O setor de construção divide-se na distribuição entre os países. Há países que sofrem queda na participação do setor, das quais, as mais acentuadas são as de Alemanha e Áustria, enquanto Espanha e Irlanda lideram um segundo grupo, que observa crescimento na participação do setor no PIB. A liquidação do setor primário e a participação crescente do setor de serviços financeiros e imobiliários se mantiveram, no período.

Tabela 3.6: Variação percentual da Participação Setorial no PIB, por país, na 3ª Fase de implantação da UEM (1999 a 2002).

País (1)	Agricultura, pesca, extrativismo (2)	Indústria (3)	Construção (4)	Serviços financeiros e imobiliários (5)	Comércio e outros serviços (6)
Alemanha	-6,7	-1,0	-16,3	2,1	1,6
França	-10,7	-7,7	3,9	4,5	0,4
Itália	-29,4	-5,8	10,0	6,3	-0,4
Espanha	-10,1	-8,6	20,1	9,1	-2,1
Países Baixos	-12,8	-3,3	3,3	-2,7	3,4
Bélgica	-8,9	-6,1	-4,8	3,6	1,6
Portugal	-16,5	-8,8	3,5	-0,6	5,1
Áustria	-8,2	-2,0	-11,0	6,9	0,1
Finlândia	-8,4	-1,7	-7,3	5,0	0,5
Irlanda	-34,6	-5,2	15,4	13,9	-2,0
Luxemburgo	-17,2	-8,9	10,7	0,1	1,6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de OCDE¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

Observadas as taxas de variação do consumo privado durante as três fases de implantação da UEM, constata-se que, Alemanha e Áustria apresentam redução do consumo privado. Dos demais países, à exceção de Portugal, todos demonstram uma intensificação do aumento de consumo privado, em termos de porcentagem do PIB durante todo o período. como se pode verificar na Tabela 3.7.

Tabela 3.7: Variação do Consumo Privado em porcentagem do PIB, média anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª. Fase 1990-1993 (2)	2ª. Fase 1994-1998 (3)	3ª. Fase 1999-2002 (4)
Alemanha	3,06	1,35	1,30
França	0,94	1,76	2,80
Itália	0,85	2,16	1,48
Espanha	1,67	2,62	4,12
Países Baixos	2,07	3,51	2,94
Bélgica	1,91	2,10	1,67
Portugal	4,13	2,71	2,98
Áustria	2,70	1,61	1,80
Finlândia	-2,97	3,72	2,61
Grécia	1,75	2,61	3,55
Irlanda	2,25	6,14	7,13
Luxemburgo	2,63	3,70	4,46

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵¹.

Poupança e Formação Bruta de Capital Fixo

A poupança líquida dos doze países candidatos à unificação monetária se mostra inalterada durante o período preparatório para a adoção da moeda única, como consta da Tabela 3.8. Porém destacam-se como exceções Portugal e Grécia, que apresentaram queda em suas poupanças líquidas ao final do período.

¹⁵¹ Idem.

Tabela 3.8: Poupança líquida, valores em porcentagem do PIB, por país, anos selecionados, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase			
	1990 (2)	1993 (3)	1994 (4)	1998 (5)	1999 (6)	2002 (7)
Alemanha	9,68	7,26	7,33	8,44	8,26	9,58
França	7,98	5,35	5,89	8,85	9,70	7,39
Itália	7,13	5,31	5,60	7,08	6,66	6,05
Espanha	9,46	6,90	6,38	9,47	9,25	9,79
Países Baixos	10,97	9,61	11,03	10,77	12,51	10,83
Grécia	0,10	0,10	0,10	0,09	0,08	0,93
Bélgica	10,39	10,35	11,60	10,67	11,20	10,01
Portugal	10,64	4,82	3,91	5,16	4,45	0,81
Áustria	11,37	6,93	6,81	6,66	6,05	5,25
Finlândia	5,83	4,24	0,14	9,37	10,89	12,39
Irlanda	7,79	7,17	7,15	14,36	13,25	10,27

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵².

A análise das diferentes fases de implantação da UEM relativas à Formação Bruta de Capital Fixo, na Tabela 3.9 revela que somente Espanha, Grécia e Luxemburgo apresentam elevação dessa capacidade.

Tabela 3.9: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB, valor médio anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
	1990-1993 (2)	1994-1998 (3)	1999-2002 (4)
Alemanha	23,01	21,59	20,31
França	19,61	17,35	18,56
Itália	21,08	19,11	20,46
Espanha	23,34	21,69	25,68
Países Baixos	21,96	21,43	21,48
Grécia	20,73	18,58	22,46
Bélgica	21,14	20,19	20,50
Portugal	24,52	24,39	26,87
Áustria	24,39	24,28	23,37
Finlândia	22,20	17,94	19,61
Irlanda	16,63	18,82	22,58
Luxemburgo	21,59	20,81	22,33

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵³.

Já os dados desagregados por área de investimento mostram que os investimentos ocorridos na Grécia durante o período de implantação da UEM, se concentraram em equipamentos de transporte como navios e aviões (de 10% do total de FBCF em 1990 para

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

17% em 2002)¹⁵⁴. Em segundo lugar, o país apresentou aumento no investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura (ambos com aumento de 3% na participação do total no período analisado).

No caso da Espanha, ocorreu uma elevação do investimento para ampliação de áreas cultivadas e para exploração de produtos de origem animal (de 33% do valor total da variável em 1993 para 45%, em 2002). Por fim, Luxemburgo ampliou o investimento nos setores de construção de infraestrutura que apresentavam uma participação de 36% em 1995, e de 45% em 2002. Em conformidade com os “*critérios de convergência*” constantes do *Tratado que Institui a Comunidade Europeia*. Tais critérios receberam o nome de “*Critérios de Copenhague*”, conforme citado anteriormente. Assim, os países que desejassem adotar a moeda única deveriam, segundo o 4º critério, apresentar déficit orçamental inferior a 3%.

Políticas Fiscais

Na Tabela 3.10 observam-se os esforços empreendidos pelas políticas fiscais no sentido de aproximar seus gastos com a arrecadação, e desse modo, reduzir o déficit das contas públicas.

Tabela 3.10: Contas do Governo, média anual em porcentagem do PIB, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª Fase: 1990 a 1993		2ª Fase: 1994 a 1998		3ª Fase: 1998 a 2002	
	Arrecadação (2)	Gasto (3)	Arrecadação (4)	Gasto (5)	Arrecadação (6)	Gasto (7)
Alemanha	44,06	46,89	45,55	49,59	45,37	47,22
França	47,71	51,84	49,80	53,98	50,14	52,21
Itália	43,58	54,34	45,47	51,30	44,82	47,14
Espanha	36,48	45,75	37,52	43,27	38,42	39,17
Países Baixos	51,58	55,31	47,37	50,72	45,44	45,44
Grécia	30,80	43,50	38,38	44,93	41,77	45,83
Bélgica	46,16	53,63	48,34	51,73	49,39	49,52
Portugal	35,45	42,00	37,20	41,46	38,66	42,33
Áustria	50,52	53,49	51,22	55,08	50,49	51,83
Finlândia	55,85	58,16	55,78	58,94	53,76	49,25
Irlanda	41,41	44,18	39,18	39,37	34,95	32,99
Luxemburgo	40,54	38,99	42,92	40,30	43,51	39,12

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Base de dados disponível no endereço <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/> acesso em 15-05-2013.

¹⁵⁵ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

Os esforços no sentido de atender os critérios de conversão também podem ser observados na Tabela 3.11, com os valores médios anuais das taxas que os países adotaram durante as três fases de implantação da UEM.

Tabela 3.11: Taxas como percentual do PIB, valores médios anuais, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002)

País (1)	1ª Fase: 1990-1993 (1)	2ª Fase: 1994-1998 (2)	3ª Fase: 1999-2002 (3)
Alemanha	36,17	36,74	36,68
França	42,39	43,82	44,29
Itália	39,53	41,21	41,76
Espanha	32,96	32,60	34,19
Países Baixos	44,45	41,07	38,80
Grécia	27,05	31,28	33,65
Bélgica	42,22	44,03	44,75
Portugal	28,25	29,67	30,88
Áustria	40,92	42,85	43,83
Finlândia	44,61	46,41	45,64
Irlanda	33,35	32,30	29,63
Luxemburgo	34,91	38,03	39,12

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵⁶.

Merecem destaque os aumentos efetuados pela Grécia (passando de taxas médias de 27% na primeira fase para 33,65% na terceira). Em contrapartida, a Alemanha manteve suas taxas inalteradas, em torno de 36%. Já países como Bélgica, Países Baixos e Irlanda, ao contrário dos demais, diminuíram as mesmas em torno 2% para o primeiro e 4% para os outros dois, no entanto atingindo o equilíbrio das contas públicas na terceira fase, como visto na Tabela 3.10.

Tabela 3.12: Média anual da remuneração dos títulos públicos de longo prazo (10 anos), por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª Fase 1990-1993 (2)	2ª Fase 1994-1998 (3)	3ª Fase 1999-2002 (4)
Alemanha	7,88	6,03	4,83
França	9,09	6,69	4,90
Itália	12,82	8,77	5,13
Espanha	13,11	9,32	5,05
Países Baixos	8,03	6,03	4,97
Grécia	24,91	14,28	5,71
Bélgica	8,80	6,44	5,12
Portugal	13,74	8,35	5,14
Áustria	8,05	6,18	5,07
Finlândia	12,26	7,94	5,01
Irlanda	9,02	6,91	5,06

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da EUROSTAT¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

A depreciação dos títulos públicos de longo prazo pode ser observada na Tabela 3.12. Apesar de todos os países do grupo apresentarem quedas significativas da remuneração de tais títulos, destacam-se principalmente Portugal, Espanha, Itália e Grécia, conhecidos como “os países do grupo do Sul”. Tal depreciação representa uma queda na capacidade de alavancagem de investimentos desses países, ao longo do período analisado.

Esse comportamento reflete a padronização das políticas monetárias no cumprimento das exigências para a unificação monetária, mais propriamente o segundo critério de convergência que estipulavam taxas de juro de longo prazo não superiores a 2% das taxas dos três países membros que obtivessem melhor desempenho econômico no período.

Comércio Internacional

Um dos objetivos principais da integração econômica consiste no aumento das transações comerciais entre os países membros do grupo. Assim, uma análise do comércio externo dos países pertencentes à Zona do Euro na sua fase de implantação da moeda única (1990-2002) pode ser observada na Tabela 3.13. O volume de transações de comércio exterior é, sem dúvida, dominado pelo grupo dos países da União Europeia. Ao longo das três fases de implantação da UEM, tem-se uma intensificação dessas transações por parte de praticamente todos os países do grupo. Já o comércio interpaíses da Zona do Euro atinge um patamar de equilíbrio ao final do período, comprovando a eficácia das medidas adotadas para estabelecimento do mercado único. A única exceção a destacar é o caso da Grécia, que perde espaço para suas exportações nos países do grupo e também diminui o ritmo de suas importações dentro da Zona do Euro.

A análise da evolução das transações dos países membros da Zona do Euro em relação aos Estados Unidos permite observar um crescimento para a maioria dos países do bloco, seja em termos de exportações, seja de importações, destacando-se a Irlanda nesse contexto.

¹⁵⁷ Base de dados disponível no endereço <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/> acesso em 22/10/2012

Tabela 3.13: Média anual da composição percentual de importações e exportações por destino, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	Parceiro (2)	Importações	Exportações				
		1990-1993 (3)	1994-1998 (4)	1999-2002 (5)	1990-1993 (6)	1994-1998 (7)	1999-2002 (8)
Alemanha	EUA	6,49%	7,20%	8,00%	6,64%	7,96%	10,19%
	União Europeia	53,18%	54,49%	59,75%	56,36%	56,00%	62,82%
	Zona do Euro (12)	39,68%	37,58%	40,54%	41,76%	37,30%	42,66%
	Resto do Mundo (*)	40,34%	38,31%	32,25%	37,00%	36,03%	26,98%
França	EUA	8,73%	8,41%	8,63%	6,54%	6,59%	8,37%
	União Europeia	55,84%	56,94%	63,33%	58,63%	58,10%	65,86%
	Zona do Euro (12)	44,96%	44,76%	50,71%	46,39%	43,82%	50,08%
	Resto do Mundo (*)	35,43%	34,65%	28,03%	34,83%	35,31%	25,77%
Itália	EUA	5,31%	4,88%	4,91%	7,30%	7,78%	9,65%
	União Europeia	58,50%	59,81%	62,36%	60,54%	58,49%	61,38%
	Zona do Euro (12)	48,71%	47,39%	50,09%	49,54%	44,86%	46,28%
	Resto do Mundo (*)	36,19%	35,31%	32,73%	32,16%	33,73%	28,96%
Espanha	EUA	7,76%	6,38%	4,85%	5,09%	4,35%	4,49%
	União Europeia	60,26%	63,56%	66,42%	69,80%	69,90%	73,51%
	Zona do Euro (12)	50,19%	52,26%	55,44%	59,24%	58,09%	60,04%
	Resto do Mundo (*)	31,98%	30,06%	28,73%	25,11%	25,75%	22,00%
Países Baixos	EUA	7,91%	8,66%	10,34%	3,62%	3,47%	4,82%
	União Europeia	52,83%	50,58%	52,03%	62,18%	60,65%	72,68%
	Zona do Euro (12)	40,29%	35,80%	37,37%	49,29%	46,54%	55,66%
	Resto do Mundo (*)	39,27%	40,76%	37,64%	34,20%	35,88%	22,50%
Grécia	EUA	3,82%	3,60%	4,13%	4,92%	4,30%	5,51%
	União Europeia	64,15%	66,27%	61,50%	71,26%	64,82%	60,33%
	Zona do Euro (12)	53,56%	53,36%	49,71%	54,87%	45,09%	35,84%
	Resto do Mundo (*)	32,03%	30,13%	34,37%	23,82%	30,88%	34,16%
Bélgica	EUA	6,14%	6,94%	7,16%	4,34%	4,49%	6,10%
	União Europeia	73,42%	73,56%	71,94%	78,50%	78,65%	77,14%
	Zona do Euro (12)	60,68%	60,10%	58,90%	66,94%	65,43%	62,48%
	Resto do Mundo (*)	20,45%	19,50%	20,90%	17,16%	16,87%	16,76%
Portugal	EUA	3,38%	3,21%	2,87%	4,13%	4,74%	5,54%
	União Europeia	70,81%	72,78%	77,97%	77,84%	77,48%	82,10%
	Zona do Euro (12)	61,06%	63,48%	68,94%	60,63%	61,11%	67,09%
	Resto do Mundo (*)	25,81%	24,01%	19,15%	18,03%	17,78%	12,35%
Finlândia	EUA	6,74%	7,51%	7,08%	6,35%	7,13%	8,33%
	União Europeia	58,30%	58,17%	59,18%	62,53%	58,52%	60,35%
	Zona do Euro (12)	32,93%	31,61%	32,93%	33,36%	28,81%	32,64%
	Resto do Mundo (*)	34,97%	34,32%	33,74%	31,11%	34,35%	31,32%
Irlanda	EUA	15,12%	16,51%	15,95%	8,53%	10,17%	16,79%
	União Europeia	66,65%	55,67%	57,76%	71,73%	65,95%	64,23%
	Zona do Euro (12)	21,22%	18,04%	20,53%	37,23%	36,97%	37,92%
	Resto do Mundo (*)	18,22%	27,82%	26,29%	19,74%	23,87%	18,98%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁵⁸. (*) Exclui os países da UE e EUA.

¹⁵⁸ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-05-2013.

As relações comerciais com o resto do mundo mostram queda de transações em geral, o que pode ser justificado pelas medidas de estímulo às trocas dentro do bloco europeu.

Um olhar mais detalhado para as quatro maiores economias do grupo¹⁵⁹ analisado permite destacar que a Alemanha caminha para um maior déficit comercial com os países da Zona do Euro, já que aumenta suas importações desse grupo, mas não altera significativamente suas exportações para o mesmo grupo. Já a França tem uma melhora nesse quesito, na medida em que aumenta suas transações de venda para os EUA, diminuindo suas compras desse país. A Itália apresenta uma pressão de aumento do seu déficit comercial com a Zona do Euro e também com a União Europeia, ao aumentar suas importações desses grupos. Por fim, a Espanha caminha em direção a um saldo comercial crescente com os EUA e um déficit comercial com a Zona do Euro.

Ao agregar as parcerias comerciais entre os 12 países que comporiam a união monetária, ou Zona do Euro, durante o período estudado, obtém-se a figura 3.1, a seguir, onde se destaca o papel da Alemanha como principal parceiro comercial dos demais países, à exceção da Espanha cujo principal parceiro é a França.

Figura 3.1: Parceria principal em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média anual dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁶⁰.

¹⁵⁹ As quatro maiores economias do grupo incluem Alemanha, França, Itália e Espanha e o critério para sua escolha recai sobre a participação no total do grupo, em termos de PIB. A média no período (1990-2002) da participação do país no PIB do grupo que formaria a Zona do Euro ficou da seguinte forma: 1º. Alemanha (29,4%), 2º França (20%), 3º Itália (19,7%), 4º Espanha (10,8%), 5º Países Baixos (5,7%), 6º Bélgica (3,7%), 7º Áustria (2,8%), 8º Grécia (2,6%), 9º Portugal (2,3%), 10º Finlândia (1,6%), 11º Irlanda (1,2%) e 12º Luxemburgo (0,3%) segundo dados da OECD.

¹⁶⁰ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 27-05-2013.

A análise dos valores médios anuais das transações entre os mesmos países permitiu estabelecer qual o segundo principal parceiro de cada um e chegou-se ao exposto na figura 3.2, a seguir. Desse modo, a Alemanha se torna principal parceiro da Espanha, única exceção observada na Figura 1, e pode-se destacar a importância de França, Itália e Bélgica, além da Espanha que concentra as transações do vizinho ibérico.

Figura 3.2: Segundo maior fluxo em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁶¹.

Por fim, o terceiro nível de parceria revela na figura 3.3, a seguir, o domínio de França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Espanha nesse cenário.

Figura 3.3: Terceiro maior fluxo em volume de transações do Comércio Exterior interpaíses da Zona do Euro – média dos valores(*) de 1990 a 2002. (*) cálculo em US dólares.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁶².

¹⁶¹ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 28-05-2013.

Assim, pode-se concluir que entre os doze países iniciais a integrar a Zona do Euro, Alemanha, França, Bélgica, Itália, Países Baixos e Espanha são os principais agentes do grupo, com destaque especial para a Alemanha que ocupa posição de principal parceiro de praticamente todos os demais, seguido pela França. Se ambos representam cerca de 47% da população do grupo e praticamente metade do PIB da Zona do Euro, entende-se sua preponderância sobre os demais países do grupo no quadro das relações comerciais internas à Zona do Euro.

Mercado de Trabalho e Programas Sociais

Os níveis de emprego observados nos países candidatos à unificação monetária no período de preparação para a UEM são mantidos em patamares, se não crescentes, pelo menos estáveis, como se pode observar na Tabela 3.14.

No entanto, Alemanha e Grécia apresentam um aumento de cerca de dois pontos percentuais em suas taxas de desemprego, destoando do grupo. O Tratado de Amsterdã, assinado em 1993, incluía em suas cláusulas, a proposta de criação de uma política comunitária de emprego, tema que seria novamente abordado no Tratado de Lisboa de 2007.

Tabela 3.14: Taxa de Desemprego (*) média anual, por país, por fase de implantação da UEM (1990 a 2002).

País (1)	1ª Fase: 1990-1993 (2)	2ª Fase: 1994-1998 (3)	3ª Fase: 1999-2002 (4)
Alemanha	6,19	8,88	8,14
França	8,65	10,29	8,25
Itália	10,60	11,49	10,08
Espanha	18,16	21,46	12,82
Países Baixos	6,66	6,08	2,74
Grécia	8,25	10,20	10,87
Bélgica	10,07	12,48	7,36
Portugal	4,58	6,53	4,33
Áustria	3,64	3,97	3,73
Finlândia	9,36	13,96	9,47
Irlanda	14,59	11,39	4,68
Luxemburgo	1,32	2,40	1,92

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁶³.

(*) Cálculos utilizando o total de desempregados em relação ao total da população economicamente ativa (PEA).

(**) Taxa de variação percentual da população economicamente ativa (PEA) ao longo do período de 1990 a 2002.

¹⁶² Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 28-05-2013.

¹⁶³ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 30-10-2012.

Em relação aos programas de cunho assistencial e de segurança social, Grécia, Portugal, e em menor escala, a Itália, observaram aumentos na média de gastos públicos com tais medidas sem, no entanto, conseguir resultados significativos na melhoria da distribuição de renda para a década de 1990 e início de 2000, o que informa uma baixa eficácia de tais políticas.

Tabela 3.15: Média do Gasto Público em Programas Sociais, em porcentagem do PIB, por país, por fase de implantação da UEM.

País (1)	1ª Fase 1990-1993 (2)	2ª Fase 1994-1998 (3)	3ª Fase 1999-2002 (4)
Alemanha	24,30	26,64	26,83
França	26,35	29,26	29,08
Itália	20,45	21,56	23,40
Espanha	21,38	21,20	20,13
Países Baixos	25,80	22,86	20,13
Grécia	16,48	17,84	19,90
Bélgica	25,80	26,20	25,75
Portugal	13,88	16,66	19,10
Áustria	24,73	26,62	26,80
Finlândia	29,93	29,74	24,75
Irlanda	18,38	16,94	14,30
Luxemburgo	19,63	20,74	21,40

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de OCDE¹⁶⁴.

As médias de gastos de cada país com programas sociais pode ser observada na Tabela 3.15, onde à exceção da Irlanda, há uma busca por atingir patamares próximos de gastos em todos os demais países, sem dúvida como forma de atender as demandas constantes na carta de intenções assinada no Tratado de Maastrich em 1993 e reiteradas no Tratado de Amsterdã de 1997.

Os critérios para a convergência que possibilitavam a unificação monetária, no entanto, não incluíam qualquer tipo de menção a unificação de políticas de emprego, programas de assistência social, ou mesmo de fomento à demanda. Esta seria garantida pelos novos países entrantes no grupo, principalmente aqueles que possuíam população ávida por consumo após os anos de economia planejada, e pelo aumento de concessão de crédito.

¹⁶⁴ Base de dados disponível no endereço <http://stats.oecd.org/>, acesso em 23-05-2013.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A formação da Zona do Euro, ao que parece, consistiu etapa intermediária de um processo mais amplo de integração do território europeu, pelo que se pode depreender da documentação observada no período entre o pós-guerra (1945-1973) e a chamada “era do desmoronamento” (1973-1991). Precedida por uma integração comercial, e como fechamento de um processo de padronização das instituições ligadas às relações econômicas, a integração monetária representada pela criação do Euro daria consistência ao ambiente para uma então provável integração política e territorial da Europa.

As vantagens oferecidas por este cenário aos grupos de interesse econômico envolvidos no ambiente europeu seriam óbvias: ampliação do volume de comércio, possibilidade de aumento na produtividade de fatores produtivos, expansão e integração de mercado e a criação de um ambiente institucional sólido para os negócios inter-regionais.

Por outro lado, a integração econômica comprometeria gravemente os interesses localizados dos mesmos grupos, em vários aspectos, eliminando os custos de transação e ganhos de escala, além de afetar a autonomia de política econômica dos Estados-nação. Ainda que a vontade de reconstruir algo em conjunto fosse bastante forte, e até mesmo reconhecível como honesta, a autonomia dos Estados-nação derivados das contingências da Era dos Impérios (1870–1914) ainda era-lhes muito cara.

Como resultado, no processo de integração europeia, existiram três tipos de países, a saber: (1) países interessados em uma integração ampla e funcional; (2) países não interessados na integração a princípio, mas suscetíveis se colocados em posição vantajosa; e (3) países interessados em uma integração, ainda que secundária, à Zona do Euro. Os países do primeiro tipo, associados aos países do segundo, constituíram o arcabouço institucional do Euro, controlando o processo político de construção de acordos e normas ligadas à união monetária. Restaria aos países do terceiro tipo a anuência a uma inserção com representatividade e poder de barganha reduzidos no sistema.

Assim foi construído o processo de instituição do Euro. Países como Alemanha e França dominaram o processo positivo. Em sentido oposto, Inglaterra e Dinamarca, além da Suécia, repuseram contraponto a este, obtendo diferentes graus de autonomia em um processo originalmente concebido como universal. Um terceiro grupo simplesmente aquiesceu à agenda resultante do embate entre esses dois lados. O resultado foi um processo composto por três etapas, as quais podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

I: Ajuste (1990–1993). Tal etapa se caracterizou pelo ajuste das cestas de comércio exterior e de política fiscal, com o objetivo de padronizar os ritmos de crescimento dos países participantes da Zona de União Monetária.

II: Convergência (1994–1998). Uma vez realizado o conjunto de ajustes comerciais e fiscais, os países convergiram suas políticas cambiais, monetárias e de investimento.

III: Implantação (1999–2002). Etapa caracterizada pela criação da moeda única, e consolidação das funções do Banco Central Europeu.

No período 1990–2002, de modo geral, é possível afirmar que houve financeirização e uma chamada “imobilização ativa” do produto. De maneira geral, ocorreu redução do setor primário. Aparentemente, as políticas de ajuste e convergência monetária nivelaram o dinamismo das economias por baixo. Ao mesmo tempo, a queda na capacidade de alavancagem de novos investimentos, dada pela redução da remuneração dos títulos públicos, conduziu a uma progressiva escassez de investimentos. Este levou a um aumento futuro nas taxas de juros, o que acabou por se verificar na década seguinte.

Quanto ao desenvolvimento do produto, em caráter geral também, observa-se um refreamento do setor primário na fase I (1990–1993); uma redução no setor industrial, que parece resultante de uma primeira competição predatória pelos mercados abertos, na fase II (1994–1998), com financeirização plena, ou seja, predomínio completo do setor financeiro, na fase III (1999–2002).

Durante a implantação do Euro, apenas Áustria e Alemanha têm observado uma redução na participação do consumo privado no Produto Interno Bruto. Isso significaria, à primeira vista, que a estrutura de composição do produto, quanto aos agregados, teria criado apenas espaço para o governo ou para os estoques de capital naqueles dois países. Mas, a observação dos dados fiscais indica que tal não se refletiu em aumento da participação do governo na composição do PIB dos dois países, ou mesmo na formação bruta de capital. É provável que tal redução tenha relação com o comércio externo à Zona do Euro.

Ao final do período de implementação da moeda única, alguns países – notadamente Portugal e Grécia – sofreram redução em suas taxas de poupança líquida. Isso indica um movimento tendencial rumo à estagnação. Nesse sentido, outros países apresentaram uma significativa queda em sua formação bruta de capital, como Alemanha e França, por exemplo, o que reforça a construção do quadro de estagnação então presente.

A criação da Zona do Euro parece ter servido a dois propósitos mais imediatos, quais sejam: (1) diminuir a dependência da moeda estadunidense para as transações dentro do bloco; e (2) intensificar as relações comerciais entre os países integrantes. Há uma concentração progressiva da demanda em países como Alemanha e França, entre 1990 e 2002. Contudo, não houve resolução de problemas que se faziam presentes desde os anos 1970 na economia europeia – o desemprego e a redução progressiva da rede de proteção social derivada do Estado de Bem-Estar – os quais foram apresentados pelos governos dos países membros como resolvíveis pela integração econômica e monetária. A taxa de desemprego permaneceu na casa dos dois dígitos por todo o período 1990-2002. Tais resultados levaram à busca por novas soluções e através do *Tratado de Lisboa*, assinado em 2007, que, a princípio traria como prioridade, políticas relativas à capacitação de mão de obra e diminuição do desemprego nos países da moeda única.

CAPÍTULO 4. A ZONA DO EURO (2000 – 2010)

Após a implantação da moeda única, os países da Zona do Euro viveriam uma década conturbada, que se encerraria com uma crise financeira e econômica, colocando sob questionamento, o sucesso da unificação. No presente capítulo, são apresentados os principais elementos do cenário resultante da unificação de políticas monetárias e fiscais de um grupo crescente de países europeus, dentro do contexto conturbado do início do século XXI. Questões como a adesão dos países do antigo bloco socialista, e a suspensão do processo de implantação da constituição europeia são alguns dos pontos que ajudam a construir o cenário para a crise que será apresentada posteriormente.

CONJUNTURA MUNDIAL

A primeira década do século XXI foi marcada por eventos muito significativos na arena política internacional. O marco inicial que teria desencadeado as principais mudanças nesse novo século foi o ataque ao *World Trade Center* nova-iorquino e ao prédio do Pentágono, a 11 de setembro de 2001. Assim, houve motivo e justificativa para os conflitos militares entre os Estados Unidos e outras nações, principalmente no Oriente Médio, sob o pretexto de uma “Guerra ao Terror” após o ataque ao World Trade Center, símbolo da pujança de Wall Street e dos mercados financeiros.

Inicialmente, a resposta dada pelos EUA e seu aliados foi um ataque militar ao Afeganistão. Indo contra as determinações da ONU, os EUA invadiram o Afeganistão em outubro de 2001. A invasão marcou o início da guerra contra o terrorismo, patrocinada pelos EUA e OTAN contra aqueles considerados inimigos do modelo estadunidense de democracia e economia liberalizada. Conflitos como este, permeiam todo o período e contemplam além da citada Guerra do Afeganistão (2001), uma nova invasão militar estadunidense contra o Iraque (2003), além do apoio declarado dos EUA a Israel na Nova Guerra do Líbano (12-jul a 14-ago de 2006).

A região do Oriente Médio também foi palco de vários conflitos no âmbito interno. Por exemplo, as disputa entre *Hamas* e *Fatah* na Palestina, entre sunitas e xiitas no Iraque, o Talibã e líderes tribais no Afeganistão, e o conflito permanente envolvendo a Palestina e

Israel, deflagrado desde a criação do estado sionista, no final da Segunda Guerra Mundial. Na primeira década, Israel concretizou a construção de um muro ao redor dos denominados “Territórios Palestinos Ocupados da Cisjordânia e Jerusalém Oriental”, com extensão aproximada de 760 km.

Na Europa, o primeiro decênio do século XXI contou com a exacerbação de visões religiosas, nacionalistas, xenófobas ou racistas, que levaram a diversos episódios de intolerância, perseguição, destruição de templos das mais diversas religiões e mortes em países europeus. A princípio motivados pelas séries de atentados ocorridos em 2002¹⁶⁵, 2004¹⁶⁶, 2005¹⁶⁷ os europeus aderiram à *Guerra ao Terror*, adotando medidas que a que a *Human Rights Organization* descreveu como:

(...) leis antiterroristas regionais e nacionais conjuntas com políticas que permitem a detenção indefinida de suspeitos de terrorismo estrangeiros; em longos períodos de detenção incomunicável, com institucionalização da tortura, passando a considerar válido o uso de provas obtidas por meio desse método deplorável.¹⁶⁸

Foi o fim da Europa aberta aos exilados que afluíam da África, Ásia e Américas até então. A partir daí, as medidas foram se intensificando e cinco anos mais tarde, em seu relatório anual de 2010, a *Human Rights* afirmou:

Vários países da UE continuam praticando medidas antiterroristas que violam os direitos humanos, incluindo detenção de pessoas justificada por segurança nacional, deportação de estrangeiros aos países de origem mesmo sabendo que correm risco de morte e tortura nesses países. Praticam também ataques aos direitos de liberdade de expressão e de privacidade. A migração e asilo político estão se transformando em armas de controle de fronteiras em detrimento de preocupação com os direitos humanos desses grupos e diversos estados membros estão adotando medidas para criminalizar os imigrantes ilegais, detê-los e diminuir o acesso a asilo político. A popularidade crescente de partidos de extrema direita, comprovada nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, em junho, aumenta a preocupação com o racismo e xenofobia, principalmente dirigidos contra grupos de ciganos, muçulmanos e judeus.¹⁶⁹

¹⁶⁵ Atentado a bomba em um centro comercial nos arredores de Helsink, na Finlândia, com saldo de seis mortos e mais de 80 feridos.

¹⁶⁶ Atentados a bomba com em quatro trens de Madri e em outras localidades dos subúrbios da capital espanhola matando 191 pessoas e deixando dois mil feridos.

¹⁶⁷ Atentados ao metrô de Londres que resultaram numa série de explosões na manhã de 7 de julho de 2005.

¹⁶⁸ Conforme World Report. 2006, disponível no endereço <http://www.hrw.org/world-report-2006/european-union> acesso em 12-01-2014, tradução da autora.

¹⁶⁹ Idem, tradução da autora.

No âmbito econômico, como dito anteriormente, a década se inicia com o episódio do ataque de 11 de setembro nos EUA, que foi relacionado como causa de instabilidade nos mercados financeiros mundiais, com aumento de demanda por liquidez nos bancos de quase todo o mundo. O relatório do Eurosistema¹⁷⁰ daquele ano traria em destaque a seguinte informação:

Os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 tiveram amplas implicações nos mercados financeiros, levando os principais bancos centrais do mundo a agir de modo a apoiar o normal funcionamento destes mercados. No dia dos ataques, o Eurosistema anunciou a sua prontidão para apoiar o normal funcionamento dos mercados e ceder liquidez, se necessária. Logo depois, foram efetuadas duas operações nesse sentido (...) Na primeira operação, as propostas ascenderam a €69.3 mil milhões, (...) Na segunda, €40.5 mil milhões.¹⁷¹

Em 2002, iniciou-se uma nova crise nos Estados Unidos. Tratava-se do colapso da bolsa *Nasdaq* das empresas de tecnologia operadas, principalmente, no mundo virtual. A crise começou quando da divulgação de lucros empresariais menores do que o esperado, e da consequente queda nos preços das ações. Além disso, diversos casos de irregularidades contábeis nos balanços divulgados pelas empresas lançaram dúvidas quanto à confiabilidade dos dados relativos aos lucros empresariais. Em particular, a empresa de telecomunicações *WorldCom* divulgou a maior correção (para baixo) de lucros da história empresarial dos Estados Unidos, levando a uma queda generalizada dos preços das ações e à instabilidade no mercado. Em síntese, a queda dos preços das ações dos Estados Unidos em 2002 foi particularmente alta no setor da tecnologia, tendo o índice *Nasdaq* registrado uma queda global de 32% naquele ano¹⁷².

No ano seguinte, em março de 2003, os EUA e países aliados realizaram uma nova invasão do Iraque, provocando um aumento nos preços do petróleo que desestabilizou os preços internos na UE. Enquanto isso, em palco europeu, tropas da UE efetuaram diversas incursões em nome da paz na região dos Balcãs, na antiga República Iugoslava da Macedônia e, depois, na Bósnia e Herzegovina.

¹⁷⁰ Entende-se por Eurosistema a união do BCE com os BCNs dos países membros.

¹⁷¹ Relatório do Banco Central Europeu do ano 2001. Disponível no endereço <https://www.ecb.europa.eu/pub/html> acesso em 10-03-2014.

¹⁷² Segundo Relatório do Banco Central Europeu de 2002, pp.26-27. Disponível no endereço <https://www.ecb.europa.eu/pub/html> acesso em 10-03-2014.

O ano de 2004 destacou o crescimento da economia de China (cerca de 12% em 2003 e 20% em 2007)¹⁷³ contra um crescimento não tão expressivo da União Europeia (4,7% em 2004 e 5,3% em 2007)¹⁷⁴. Além disso, o preço do barril de petróleo continuou sua trajetória de crescimento, se no ano anterior estava cotado a US\$ 33, ao final de 2004, atingiu US\$ 55¹⁷⁵. As principais consequências desse aumento foram: (a) uma maior discussão a respeito da segurança do fornecimento de petróleo, e (b) o desajuste entre oferta e procura de diferentes tipos de petróleo. De acordo com a Agência Internacional de Energia¹⁷⁶, a procura mundial de petróleo aumentou 3.4% em 2004, a taxa de crescimento mais elevada registrada em três décadas. Pelo lado da oferta, no início de 2004, os participantes no mercado esperavam que ocorressem cortes na produção da OPEP, mas estes não se concretizaram. Em vez disso, a produção total de petróleo bruto em 2004 aumentou¹⁷⁷.

Os preços das matérias-primas não energéticas, que já haviam sofrido aumentos em 2003, atingiram um pico no primeiro semestre de 2004, devido à forte especulação nos mercados financeiros. Em média, os preços dessas *commodities* sofreram um aumento de 22% em relação ao ano anterior¹⁷⁸.

Em 2005, o Protocolo de Quioto entrou em vigor, mas UE e os Estados Unidos se recusaram a ratificá-lo. O Congresso norte-americano reescreveu a Lei de Falências, passando a exigir das empresas uma maior transparência na divulgação de resultados, o que restringiu o crédito às mesmas. Essa lei beneficiou as empresas de seguros e cartões de crédito, que passaram a cobrar taxas mais elevadas. Ainda nesse ano, os episódios de furacões no Golfo do México (particularmente o furacão Katrina), provocaram atrasos e diminuição de produtividade na extração de petróleo na região, provocando novos aumentos do preço da *commodity* no mercado mundial¹⁷⁹.

¹⁷³ Crescimento do PIB, conforme dados da OECD.

¹⁷⁴ Idem, conforme dados da Eurostat.

¹⁷⁵ Segundo Relatório do Banco Central Europeu de 2002, pp.26-27. Disponível no endereço <https://www.ecb.europa.eu/pub/html> acesso em 10-03-2014.

¹⁷⁶ Informações disponíveis no endereço <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/name,3757>, acesso em 12-04-2014.

¹⁷⁷ Segundo Relatório do Banco Central Europeu de 2002, pp.26-27. Disponível no endereço <https://www.ecb.europa.eu/pub/html> acesso em 10-03-2014.

¹⁷⁸ De acordo com a análise do Relatório do Banco Central Europeu de 2004. pp.23-26.

¹⁷⁹ De acordo com informações disponíveis no endereço <http://bespacoliberdade.wordpress.com/2010/12/28/> acesso em 10-02-2014.

O ano de 2008 foi marcado pelo desencadear da crise financeira. Destaca-se, no entanto, que a crise já se iniciara em 2007, com episódios de falência¹⁸⁰ de bancos, como o *Ownit Mortgage Solutions Inc.*, e o *Mortgage Lenders Network Inc.* Entretanto, o Banco Central Europeu só citou a crise a partir de outubro de 2008 em seus relatórios. Isso levou a uma posterior mudança de atitude e a instituição reconheceu os sinais já presentes nos episódios que ocorriam no mercado bancário estadunidense em 2007. Em relação às medidas tomadas para deter a expansão da crise financeira, o BCE afirmou:

Em resposta à crise financeira mundial e às suas consequências para as instituições financeiras europeias, governos, bancos centrais e outras autoridades públicas a nível europeu implementaram medidas com vista a estabilizar os mercados financeiros e a economia em geral. Estas operações governamentais incluem nacionalizações (parciais), injeções de capital (recapitalizações), aquisição e/ou troca de ativos financeiros e concessão de avais (relativamente a depósitos e novas emissões de dívida por parte dos bancos, bem como a crédito interbancário)¹⁸¹.

No ano seguinte, o então novo presidente dos EUA, Barack Obama, tomou posse com um plano de resgate da economia em conjunto com os países da Europa e Japão, que tentavam evitar a retração econômica. Após diversas reuniões multilaterais, surgiram grupos como o G20, contando com a presença de países ditos “emergentes” como Brasil, Índia, México e África do Sul. Alguns meses depois, já em 2010, ocorreu a “guerra cambial”, com algumas nações sendo acusadas de desvalorização de moedas, como forma de resolver problemas internos, e baratear seus produtos no mercado internacional. Primeiro, foi a China, acusada de deixar o *yuan* mais fraco do que “deveria” para beneficiar seu comércio externo. No final do ano, após o *Federal Reserve* ter anunciado uma injeção de US\$ 600 bilhões na economia, os EUA enfrentaram a mesma acusação¹⁸².

Em maio de 2010, a União Europeia e o FMI concordaram em fornecer um empréstimo emergencial de 110 bilhões de euros à Grécia, de modo a evitar a concordata do país. Como contrapartida, a Grécia deveria executar um rígido programa de cortes nos gastos públicos, com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário de quase 13% para menos de 3%. Isso em um quadro em que a taxa oficial de desemprego era de 18%, e de acordo com índices oficiais 20% dos gregos viviam abaixo da linha da pobreza. Os cortes exigidos seriam nos

¹⁸⁰ Segundo informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acesso em 10-02-2014.

¹⁸¹ Conforme Relatório do BCE de 2008, pp.78.

¹⁸² Segundo informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acesso em 10-02-2014.

programas de saúde e previdência social. Destaca-se que 60% dos aposentados gregos cadastrados nos maiores fundos previdenciários estatais do país precisavam sobreviver com menos de €600 por mês em 2010, um dos menores valores da Zona do Euro à época¹⁸³.

Longe de se encerrar, a crise financeira estava em pleno desenrolar e os países da Zona do Euro continuariam a ver suas economias em recessão pelos próximos anos.

A UNIÃO EUROPEIA E OS PAÍSES DO LESTE

No âmbito da União Europeia, foram necessárias adaptações às mudanças de conjuntura provocada pelo fim da *Guerra Fria* e a entrada dos países da antiga “cortina de ferro” no grupo unificado. O episódio, chamado *alargamento* ou *ampliação da União Europeia* gerou várias controvérsias e para resolver as questões jurídicas e institucionais foi necessário realizar adaptações no *Tratado de Adesão* dos dez novos Estados Membros, assinado em Atenas, em abril de 2003. Adicionalmente, foi preciso também alterar o *Tratado de Luxemburgo*, sobre a adesão da Romênia e da Bulgária, assinado em abril de 2005.

Desde primeiro de janeiro de 2007, data da última ampliação, as bases da União são, portanto, os tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia, com as últimas alterações introduzidas pelos tratados de Nice, de Atenas e de Luxemburgo.

O primeiro documento a tratar da questão foi o *Tratado de Nice*¹⁸⁴ com o objetivo de viabilizar a reforma institucional necessária à entrada dos países do Leste. Adotado na sequência do Conselho Europeu de Nice, em dezembro de 2000, e assinado em 26 de fevereiro de 2001, este tratado objetivava adaptar o funcionamento das instituições europeias antes da adesão de novos Estados Membros¹⁸⁵.

Em 29 de outubro de 2004, em Roma, os 25 membros da União Europeia assinaram o *Tratado da Constituição Europeia*, que deveria entrar em vigor no dia 1 de novembro de 2006. O tratado previa, entre outros pontos¹⁸⁶: (1) alterar o processo de eleição do presidente

¹⁸³ Conforme Markus SALZMANN, *A situação social na Grécia* em World Socialist Web Site, em 4 de março de 2010. Disponível no endereço <http://www.wsws.org/pt/2010/mar2010/por1-m04.shtml> acessado em 10-05-2014.

¹⁸⁴ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/nice_treaty_pt.htm, acesso em 10-05-2014.

¹⁸⁵ De acordo com as informações disponíveis em http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/nice_treaty_pt.htm acesso em 25-05-2014.

¹⁸⁶ Idem, pp.37-38.

do Conselho Europeu (que passaria a ocupar o cargo por dois anos e meio em vez de cinco anos); (2) mudar o processo de escolha dos membros do Parlamento Europeu e governos subscritores; (3) autorizar a eleição de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia – o que faria os países membros renunciarem à autonomia da política externa que passaria a ser unificada e, portanto, única; (4) o aumento do número de deputados do parlamento europeu; (5) mudanças na tomada de decisões legislativas com necessidade de aprovação tanto do Conselho como do Parlamento Europeu; (6) a alteração do sistema de votos no sentido da aprovação só ocorrer com, no mínimo, 55% dos votos; (7) o fim do direito a vetos; (8) a incorporação de uma carta de direitos dos cidadãos; e (10) o estabelecimento de novas medidas de coordenação econômica mais restritivas nos âmbitos orçamental e fiscal (justificadas pela busca de estabilidade de preços e formação de superávit primário dos governos)¹⁸⁷. O tratado foi aprovado, mas, para que pudesse entrar em vigor, precisaria ser ratificado por todos os Estados Membros, através de consultas à população, na maioria dos casos.

Em 2005, começaram a se realizar os referendos para ratificar o *Tratado Constitucional* com respostas positivas na Espanha, Eslovênia, Grécia, Hungria e Itália, e recusas por parte da França e Países Baixos. Assim que se divulgou o resultado da consulta à população francesa, o governo inglês resolveu anular o referendo em seu território. Com esses resultados, o projeto foi suspenso. Decidiu-se repensar o texto e os objetivos por trás da unificação dos países europeus. Porém este não seria o fim das medidas propostas pela Constituição que, mais tarde teria seus pontos principais transformados em tratado e, portanto, assinado pelos chefes de Estado e de Nação, sem necessidade de consulta à população.

Em 2007, mais dois países da Europa oriental, Bulgária e Romênia, aderiram à União Europeia, elevando o número de Estados Membros para 27. A Croácia, a antiga República Iugoslava da Macedônia e a Turquia também se candidataram à adesão. Os 27 Estados Membros da UE assinaram o *Tratado de Lisboa*, que entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009.

¹⁸⁷ Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm acessado em 10-05-2014.

A AMPLIAÇÃO DA ZONA DO EURO

No ambiente da Zona do Euro, em janeiro de 2002, onze países da União Europeia puseram em circulação, dentro de seus territórios, a moeda única, Euro, em sua forma monetária, no que seria o último passo para a criação da maior área de unificação monetária da história. No final de 2010, o grupo havia incorporado mais cinco países na Zona do Euro, e a União Europeia tinha 11 membros, fora da unificação monetária. Dois destes Estados Membros, a Dinamarca e o Reino Unido, notificaram que não participariam na Terceira Fase da UEM e, portanto só passariam pelos mecanismos de convergência se o desejassem. Isso equivale a dizer que Reino Unido e Dinamarca possuem o privilégio de escolher se desejam, e quando desejam, utilizar a moeda única.

Assim, ao final da primeira década do século XXI, nove países estavam sendo avaliados de acordo com a série de critérios padrão¹⁸⁸ para verificar se, e quando poderiam adotar a moeda única. Para os nove, não há opção de escolha já que pelo Tratado de Adesão que assinaram para poder integrar a União Europeia, são obrigados a tal. Os nove países candidatos em 2010, eram: Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, República Tcheca, Romênia e Suécia. Destaca-se que a Suécia está utilizando o recurso de aguardar uma consulta popular a respeito da adesão à Zona do Euro.

A cada dois anos, os países em processo de adoção do Euro passam por uma avaliação do BCE que emite um relatório (chamado de Relatório de Convergência) para informar ao Conselho da União Europeia (também chamado somente de Conselho) sobre os progressos alcançados pelos candidatos à União Econômica e Monetária.

Para elaborar o relatório, o BCE¹⁸⁹ usa dois tipos de critérios: os econômicos e os de adequação legal. Para definir o estado da convergência econômica dos países, são analisados cinco indicadores, a saber: (1) preços, (2) saldos das contas públicas, (3) dívida pública, (4) taxas de câmbio, e (5) taxas de juro de longo prazo. Adicionalmente, são levados em conta uma série de indicadores econômicos considerados úteis pelo BCE. A análise observa a série dos dez últimos anos, e não utiliza a comparação entre os candidatos, mas o desempenho

¹⁸⁸ Critérios de Copenhague conforme descritos no capítulo 3.

¹⁸⁹ De acordo com informações do *Relatório de Convergência de 2008*, pp. 7-32.

individual frente aos chamados *Critérios de Copenhague*¹⁹⁰ citados no capítulo três. A seguir, temos um maior detalhamento dos cinco itens acima:

- 1- Evolução dos preços na verdade é a busca pelo controle do nível dos preços¹⁹¹:
“Por critério de estabilidade dos preços entende-se que cada Estado Membro deve registrar uma estabilidade dos preços sustentável e, no ano que antecede a análise, uma taxa média de inflação que não exceda em mais de 1,5% a verificada, no máximo, nos três Estados Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços. A inflação será calculada com base no índice de preços no consumidor (IPC) numa base comparável, tomando em consideração as diferenças nas definições nacionais”.
- 2- Evolução orçamental refere-se a *“sustentabilidade das finanças públicas (do Estado Membro), que será traduzida pelo fato de ter alcançado uma situação orçamental sem déficit excessivo, determinado nos termos do n.º 6 do artigo 126¹⁹²”*.
- 3- A evolução da dívida pública em relação ao PIB não pode exceder um valor de referência (fixado em 60% do PIB, segundo estabelecido no Protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos), exceto se essa relação estiver em tendência de diminuição significativo em direção ao valor de referência¹⁹³.
- 4- Em relação à evolução das taxas de câmbio, busca-se *“que cada Estado Membro respeitou as margens de flutuação normais previstas no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sem tensões graves durante pelo menos os últimos dois anos anteriores à análise, e nomeadamente não desvalorizou por iniciativa própria a taxa de câmbio central bilateral da sua moeda em relação ao Euro durante o mesmo período”*¹⁹⁴.
- 5- Sobre a evolução das taxas de juros de longo prazo, o artigo 4.º do Protocolo 13 relativo aos critérios de convergência do Tratado de Funcionamento da União

¹⁹⁰ Citados anteriormente no capítulo 3.

¹⁹¹ Conforme o *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*, disponível no Jornal da União Europeia de 26-10-2012, pp.281.

¹⁹² Idem pp.281 (Protocolo 13) Relativo aos critérios de convergência.

¹⁹³ Idem pp.279 (Protocolo 12) Sobre o procedimento relativo aos déficits excessivos.

¹⁹⁴ Idem pp.281 (Protocolo 13) Relativo aos critérios de convergência.

Europeia estabelece que: “*entende-se que, durante o ano que antecede a análise, cada Estado Membro deve ter registado uma taxa de juro nominal média de longo prazo que não exceda em mais de 2% a verificada, no máximo, nos três Estados Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços. As taxas de juro serão calculadas com base títulos do governo de longo prazo ou outros títulos semelhantes, tomando em consideração as diferenças nas definições nacionais*”.

A avaliação do ambiente jurídico em relação à convergência procura identificar as mudanças que devem ser feitas na legislação do país candidato, para permitir o funcionamento das instituições monetárias em submissão ao Eurosistema¹⁹⁵. Adicionalmente, as leis do país devem ser alteradas para permitir a obediência às determinações das autoridades europeias em relação às políticas fiscal e monetária. Alguns dos aspectos a serem obedecidos dizem respeito a: (1) possibilidade legal da independência do Banco Central Nacional (BCN); (2) possibilidade do sigilo de informações em posse do BCN em relação às instituições e autoridades do país; (3) a proibição do BCN financiar o governo central, órgãos ou empresas públicas.

NOVOS ENQUADRAMENTOS

Os novos enquadramentos significam na prática: (1) a independência do BCN deve ser entendida como a proibição de que este seja sujeito ao comando ou influência de membros do governo nacional, empresas ou órgãos de qualquer espécie do país; (2) em relação à independência financeira, cada BCN deve possuir condições financeiras de desempenhar não só as suas funções dentro do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), mas também as suas funções a nível nacional (por exemplo, pagamento de seus funcionários, gastos de manutenção e da sua operação, etc); (3) a proibição de financiamento monetário impede a concessão de crédito pelo BCN a instituições, órgãos do país, autoridades regionais, autoridades públicas, outros organismos do setor público ou empresas públicas, bem como

¹⁹⁵ O Eurosistema é composto pelo Banco Central Europeu (BCE) e os Bancos Centrais Nacionais (BCNs).

impede a compra direta de títulos de dívida dessas entidades. Em resumo, os bancos centrais dos países ao se integrarem ao Eurosistema deixam de pertencer à máquina pública do país, não mais respondendo aos interesses e demandas nacionais, mas tornam-se representantes do BCE e dos interesses e demandas das autoridades monetárias europeias.

O primeiro país a entrar na Zona do Euro, logo após a entrada do grupo pioneiro, foi a Grécia, em janeiro de 2001. Além de cumprir os critérios de convergência, o Banco da Grécia transferiu para o BCE o montante de €97.679.000, referentes aos 95% da sua participação no capital, para completar os 5% iniciais que já havia creditado anteriormente. Segundo o Relatório do BCE de 2000-2001, o Banco da Grécia também transferiu ativos de reserva num valor total equivalente a €1.278.260.161 em ouro, dólares dos EUA e ienes japoneses. A Grécia passou então a possuir 2,15% das quotas do BCE.

Até 2003, a divisão do capital do BCE encontrava-se distribuído como se pode observar na Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Quotas de participação dos países nas reservas de capital do BCE em 2003.

País (1)	Participação em % (2)
Alemanha	30,24%
França	20,78%
Itália	18,39%
Espanha	10,98%
Países Baixos	5,28%
Bélgica	3,54%
Áustria	2,91%
Grécia	2,54%
Portugal	2,37%
Finlândia	1,72%
Irlanda	1,05%
Luxemburgo	0,18%

Fonte: Relatório do BCE 2003, página 212.

Vale lembrar que em 1994, ao início da UEM, as quotas de participação dos bancos centrais nacionais no IME eram: Alemanha com 24,2%, França com 18,3%, Itália com 17,0%, Reino Unido com 16,45%, Espanha com 9,5%. Países Baixos com 4,55%, Bélgica com 3,0%, Grécia com 2,15%, Portugal com 1,95%, Dinamarca com 1,8%, Irlanda com 0,9% e Luxemburgo com 0,15%¹⁹⁶. O que deixa claro os rearranjos feitos quase uma década depois, da divisão do capital na instituição.

¹⁹⁶ Conforme o Quadro 3.1 elaborado com dados do Relatório do IME de 1994.

O movimento seguinte na ampliação da União Europeia ocorreu em 2004, com a adesão de dez novos países que, em 2002, levaram o presidente do BCE, Willem F. Duisenberg¹⁹⁷, a declarar no prefácio do seu relatório anual:

A dimensão histórica desta ampliação tem três vertentes. Primeiro, marca claramente o fim das clivagens do pós-guerra na Europa e, como tal, reveste-se de um profundo significado político. Segundo, esta onda de ampliação é a maior que ocorrerá na UE. Por último, como a maior parte dos futuros Estados Membros ainda se encontra num processo de transição para verdadeiras economias de mercado, as disparidades são muito maiores do que aquando das anteriores ampliações.

No entanto, o clima entre os técnicos e especialistas não era tão otimista. No corpo do relatório, a dimensão política ficou mais aparente do que a dimensão económica:

Ao se pensar no número de países aderentes, esta ampliação foi a mais importante na história da integração europeia. Contudo, o peso económico dos novos Estados Membros é relativamente pequeno em comparação com ampliações anteriores. Em consequência, a adesão dos novos Estados Membros não mudou fundamentalmente as características-chave da economia da UE. Contudo, a diversidade económica na UE aumentou, uma vez que as características institucionais e estruturais dos novos Estados Membros são diferentes em muitos aspetos dos restantes Estados Membros. A maioria dos novos Estados Membros tem estado envolvida num processo de transição de uma economia central planificada para uma economia de mercado, compreendendo mudanças fundamentais a nível institucional e estrutural nas suas economias. Num horizonte de mais longo prazo, a ampliação deverá contribuir positivamente para o crescimento económico na UE; na verdade, já foi observado um impacto positivo durante a década de preparação para a ampliação¹⁹⁸.

Em outro estudo, a análise sobre os efeitos das novas adesões sobre o comportamento da taxa de empresas mostra também uma preocupação com a entrada dos chamados “países do Leste”:

A ampliação está causando uma guerra fiscal entre os países. Em maio de 2004, estudos empíricos comprovam que os novos Estados Membros possuem taxas mais reduzidas do que os Antigos Estados Membros. Assim, antecipamos que a diferença de taxas agravará a concorrência entre as nações no sentido de atrair empresas para seus territórios. O caso já está em estudo na Corte de Justiça Europeia¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Relatório do BCE de 2002, pp.3.

¹⁹⁸ Idem, pp.32.

¹⁹⁹ De acordo com MCCOMBIE e Rodriguez GOMES. The European Union, Current problems and prospects. UK: Palgrave, 2007. Pp.84.

ADAPTAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Em termos jurídicos, a expansão precisou ser contemplada pelo *Tratado de Nice*. As conclusões do Conselho Europeu de Helsinque de 1999 mostravam a necessidade de mudanças nos documentos e leis da UE para que esta estivesse em condições de acolher os países candidatos que estivessem preparados para a adesão. Uma vez que apenas dois dos países candidatos eram mais populosos do que a média dos Estados Membros na época, esperava-se que o peso político dos países com menos população registrasse um aumento considerável. Teoricamente, o *Tratado de Nice*²⁰⁰ procurava aumentar a eficiência das instituições da UE para enfrentar a inclusão de tantos novos países de uma só vez. Os principais pontos de mudanças foram, dentre outros: (1) A questão dos votos; (2) a nova configuração da Comissão Europeia. (3) a nova configuração do Parlamento Europeu; (4) a reforma do sistema judicial; e (5) a proteção dos direitos fundamentais.

O ponto (1) da questão dos votos no Conselho propunha uma nova forma de computo dos votos no Conselho, da composição da Comissão e, da distribuição dos lugares no Parlamento Europeu. A revolta dos “pequenos” se fez notar através de discursos e do documento: *Resolução do Parlamento Europeu sobre o Conselho Europeu de Nice de 7 a 11 de Dezembro de 2000*. Neste, é declarado um repúdio claro ao aumento de poder dos “grandes” em geral, e da Alemanha em particular, como se nota no trecho abaixo:

Sobre a Cimeira de Nice, O Parlamento Europeu: (...) Considera que os resultados desta Cimeira são preocupantes para a democracia, as liberdades individuais, as identidades e as soberanias nacionais e o direito dos povos europeus de dispor de si próprios; Sobre a reforma dos Tratados: Denuncia a criação de um Estado europeu centralizado sob o domínio, de facto, de um único Estado-Membro, que obteve um lugar preponderante indevido em todas as Instituições da UE; Manifesta a sua indignação perante o lugar deixado aos “pequenos” Estados e aos futuros membros da UE e recorda que o único processo de decisão que respeita os interesses de todos é o da unanimidade, com direito de veto, de acordo com o sistema “um Estado = um voto”; Considera que o Governo francês, de carácter bicéfalo, foi desacreditado quer como Presidência da União, pela arrogância com que conduziu as negociações, quer como delegação nacional, pela ausência total de uma tomada em consideração das aspirações dos seus cidadãos; (...). Denuncia o peso conferido à Alemanha pelo processo da “cláusula demográfica”, que quebra de facto a igualdade de votos entre este país, por um lado, e a França, a Itália e o Reino Unido por outro; Recusa esta ponderação, prejudicial de todos os pontos de vista, e solicita o regresso em todos os domínios ao processo de unanimidade; Salienta, dentro da mesma ordem de ideias, que é inaceitável atribuir à Alemanha uma sobre-representação no Parlamento europeu; exige uma supressão do limite máximo do número de representantes do PE

²⁰⁰ Conforme os documentos e comentários disponíveis no endereço http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuid=FTU_1.1.4.html acessado em 25-05-2014.

e, no mínimo, a manutenção das representações dos Estados-Membros; Insurge-se contra a modificação do artigo 7º do Tratado da União Europeia, que permitirá sancionar o resultado de eleições democráticas num Estado-Membro, quando esse resultado não agradar à Europa de Bruxelas; Considera estas disposições extremamente graves para a democracia, o respeito dos povos e das Nações; e Recusa-se a avalizar este Tratado (de Nice). Exige que os cidadãos europeus sejam consultados através de um referendo sobre o Tratado de Nice, em todos os Estados-Membros²⁰¹

Novas rodadas de negociação seriam necessárias para que se chegasse a um meio termo relativo à distribuição dos votos entre os estados membros, e a aceitação do Tratado de Nice. Assim, decidiu-se alterar o peso relativo dos Estados Membros para poder criar uma *maioria qualificada* que passaria a ser definida da seguinte forma: para que uma medida fosse aprovada, tornou-se necessário que a *maioria qualificada* a aprovasse e essa maioria deveria representar pelo menos, 62 % da população total da União. Deste modo, na realidade, conseguiu-se anular os efeitos da entrada dos novos países que poderia alterar o equilíbrio de forças existente na UE.

Para que se entenda a manobra de forma mais clara é importante perceber que, até a entrada dos dez novos membros, os cinco maiores países da UE – Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha – possuíam 78,9% do total de população do bloco. Após a adesão dos dez países do Leste, essa porcentagem mudaria para 62,5%. Já os antigos países socialistas representavam, em 2005, 18,5% da população total da União Europeia. Assim, havia necessidade de salvaguardar a maioria representada pelos “cinco grandes” frente aos “pequenos” que, somados, haviam passado de 21,1% em 2000 para 37,5% em 2005. Curiosamente, os “cinco grandes” mantiveram sua supremacia ao colocar o marco de 62% de representação como determinante do que seria a *maioria qualificada* no tratado²⁰².

Sobre o ponto (2) relacionado à Comissão Europeia, sua composição desde 2005, contava com um comissário por Estado-Membro. Mas o próprio Conselho pode decidir, por unanimidade, o número de comissários e as modalidades de uma rotação paritária, desde que a composição de cada Comissão reflita, na sua constituição, o peso demográfico dos Estados Membros. Mais uma vez, tem-se o domínio dos países mais populosos do grupo, ou seja, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha. Já em relação à organização interna, o

²⁰¹ Conforme PROPOSTA DE RESOLUÇÃO de 12 de Dezembro de 2000 (PE299.373), B5-0940/2000 disponível no endereço <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B5-2000-0940+0+DOC+XML+V0//PT>, acessado em 20-08-2014.

²⁰² Cálculos da autora com base nos dados de demografia constantes na base de dados oficial da União Europeia, EUROSTAT, disponíveis no endereço http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database acessado em 25-05-2014.

Tratado de Nice atribuiu poderes ao Presidente da Comissão para distribuir as responsabilidades aos comissários e redistribuí-las no decurso do mandato. O Presidente escolhe ainda os vice-presidentes e decide o seu número.

No ponto (3) relativo ao Parlamento Europeu, o *Tratado de Amsterdã* havia fixado o número máximo de deputados em 700. Em Nice, o Conselho Europeu resolveu alterar esse número em função da adesão de dez novos países. Assim, a nova composição do Parlamento foi alterada e o número máximo de deputados foi fixado em 732²⁰³. O número de assentos dos cinco maiores países do bloco em termos demográficos – Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha – que até 2003 era de 67,7% do total, passou progressivamente para 52,9% em 2004, 49,3% em 2007 e 49,6% em 2009. Já os dez novos Estados Membros, possuíam em 2004, 20,6% dos assentos no Parlamento, e 26% em 2007 e 2009²⁰⁴.

A evolução do número de assentos de cada país no Parlamento pode ser analisada na Tabela 4.2 onde se destaca que o único país, cuja variação percentual de ocupação no período aumentou, foi a Alemanha, o que mostra claramente para onde a balança de poder está alinhada neste órgão. Seguindo a mesma linha de observação, dos seis membros originais, Luxemburgo e Países Baixos não tiveram alteração em sua representatividade, o que já não ocorreu com França, Itália e Bélgica.

²⁰³ Passou a ser obrigatório, por exemplo, o parecer favorável do Parlamento para estabelecer movimentos de cooperação entre os países em áreas de interesse da Comissão. Além disso o Parlamento tem também de ser consultado nos casos em que o Conselho se pronuncie sobre casos de violação de direitos fundamentais num Estado-Membro. Neste caso o Parlamento passa a ter poderes supranacionais, ou seja, acima das autoridades nacionais.

²⁰⁴ Cálculos da autora com base nos dados de demografia constantes na base de dados oficial da União Europeia, EUROSTAT, disponíveis no endereço http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database acessado em 25-05-2014.

Tabela 4.2: Número de assentos no Parlamento Europeu por país

País (1)	1979 (2)	1981 (3)	1986 (4)	1994 (5)	1995 (6)	2004 (7)	2007 (8)	2009 (9)	Variação % (10)
Alemanha	81	81	81	99	99	99	99	99	22,2%
França	81	81	81	87	87	78	78	72	-11,1%
Itália	81	81	81	87	87	78	78	72	-11,1%
Reino Unido	81	81	81	87	87	78	78	72	-11,1%
P. Baixos	25	25	25	31	31	27	27	25	0,0%
Bélgica	24	24	24	25	25	24	24	22	-8,3%
Dinamarca	16	16	16	16	16	14	14	13	-18,8%
Irlanda	15	15	15	15	15	13	13	12	-20,0%
Luxemburgo	6	6	6	6	6	6	6	6	0,0%
Grécia		24	24	25	25	24	24	22	-8,3%
Espanha			60	64	64	54	54	50	-16,7%
Portugal			24	25	25	24	24	22	-8,3%
Suécia					22	19	19	18	-18,2%
Áustria					21	18	18	17	-19,0%
Finlândia					16	14	14	13	-18,8%
Rep. Tcheca						24	24	22	-8,3%
Estônia						6	6	6	0,0%
Chipre						6	6	6	0,0%
Lituânia						13	13	12	-7,7%
Letônia						9	9	8	-11,1%
Hungria						24	24	22	-8,3%
Malta						5	5	5	0,0%
Polónia						54	54	50	-7,4%
Eslovênia						7	7	7	0,0%
Eslováquia						14	14	13	-7,1%
Bulgária							18	17	-5,6%
Romênia							35	33	-5,7%
Total EU	410	434	518	567	626	732	785	736	79,5%

Fonte: <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/0005bfbcb/N%C3%BAmero-de-assentos-por-Estado-Membro.html> conforme acesso em 25-05-2014. A coluna (10) é de responsabilidade da autora e apresenta a variação percentual entre o número inicial de assentos do país e o mesmo dado em 2009.

A reforma do sistema judicial, no ponto (4), tratou basicamente de mudanças no Tribunal de Justiça da União Europeia que passou a poder se reunir de diferentes formas: em secções (compostas por três ou cinco juízes), numa Grande Secção (onze juízes) ou como Tribunal Pleno. Essas mudanças foram justificadas pelo aumento de membros que tornaria impraticável reunir sempre em plenária todos os juízes para todas as decisões.

Em relação ao ponto (5), a proteção dos direitos fundamentais, foi decidido que o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e depois de obter o parecer favorável do Parlamento, poderia determinar a existência do risco de perda de direitos fundamentais no âmbito de um dos seus países membros, e interferir no âmbito político interno do país, desde que com o apoio do Parlamento.

Em termos práticos, a entrada dos dez novos membros significou um aumento de quase 20% da população da UE. A atividade econômica nos países que constituem a UE25, medida pelo PIB, totalizava €9752 bilhões em 2003, para os quais, os novos Estados Membros contribuíram com 4,5%. Em termos comparativos, a entrada da Espanha e Portugal na Comunidade Europeia em 1986, aumentou o PIB total da Comunidade em mais de 8%, e a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia, em 1995, aumentou o produto em mais de 7%. A estrutura de produção nos novos Estados Membros, foi diagnosticada pelos técnicos²⁰⁵ como tendo um peso maior da agricultura (3,2% do PIB) e indústria (31,9% do PIB) e menor dos serviços (64,9% do PIB) do que a média dos restantes países da UE. As diferenças entre setores tendiam a ser mais pronunciadas nos novos Estados Membros do que na UE15 em termos da distribuição do emprego nestes setores. Ainda assim, a ampliação deu origem apenas a ligeiras alterações nas percentagens destes grandes setores no PIB da UE e na distribuição do emprego.

Nos novos Estados Membros da Europa Central e de Leste, as taxas de desemprego haviam crescido ao longo da última década do século XX, devido às profundas mudanças estruturais associadas à transição de uma economia planejada para uma economia de mercado. Assim, a taxa de desemprego média mais elevada nos novos Estados Membros elevou a média na UE25.

Apesar dos dados informados pelos organismos da UE confirmarem que a adesão dos novos Estados Membros não alterou a média ponderada do déficit público do bloco, nem drenou recursos dos demais países, tais economias possuíam pequena dimensão se comparadas ao bloco. Ainda assim, muito se escreveu na imprensa e academia sobre os possíveis impactos da adesão dos “primos pobres do Leste” na economia do bloco:

A entrada de dez países em maio de 2004 transformou a natureza da União Europeia, deslocando para o Leste seu centro de gravidade, reduzindo significativamente sua renda per capita, e levantando, no processo, um conjunto de questões relacionadas à política territorial que serão abordadas nos capítulos seguintes. Antes dessa ampliação sem precedentes, era possível tratar as questões relacionadas com a admissão de novos estados membros como um assunto que poderia, em sentido amplo, ser discutido separadamente de outras questões políticas controversas na UE. A partir do momento em que se tornou claro que a locomotiva da ampliação não seria descarrilhada, de toda a forma – para empregar uma das metáforas de transportes que os integracionistas tanto gostam – toda a discussão política da UE passou a ser pautada por essa questão particular²⁰⁶.

²⁰⁵ Relatório BCE 2004, pp.34.

²⁰⁶ De acordo com MCGIFFEN, *The European Union, a Critical Guide*. London: Pluto Press, 2005. pp.44.

O antigo bloco socialista era visto pelos países do sul como uma ameaça. Rui Lourenço de Almeida apresenta os argumentos para tal:

Não se pode ignorar que a União Europeia, depois de concluídas as adesões, será o maior espaço político e cultural do mundo, com quase 30 países, mais de 20 línguas e mais de 500 milhões de pessoas. A superfície terrestre da UE terá aumentado 58%. As consequências não são difíceis de imaginar se olharmos um mapa. Desde já se pode verificar o peso que terão o Norte, o Centro e o Leste europeus e a consequente perda de importância dos países do Sul.

Para as autoridades do BCE, a ampliação não levou a mudanças significativas na estrutura financeira do conjunto da UE, embora a intermediação financeira estivesse, em média, mais concentrada pelos bancos nos novos Estados Membros do que na UE15. Na maior parte dos novos membros, o setor financeiro era relativamente pequeno, medido pelo total dos ativos do setor bancário e pela capitalização no mercado de títulos. E, o nível da intermediação financeira, isto é, a canalização de novos fundos através das instituições financeiras para financiar o investimento, aumentou de forma rápida. Isso é facilmente explicado, se pensarmos que a estrutura financeira de tais países na era socialista era muito reduzida.

Por outro lado, após a primeira reação de submissão inquestionável dos novos membros às diretrizes da UE, o quadro se alterou. Segundo Ivan Berend, em 2006, a maioria dos países do Leste não empreendia políticas de regulação de preços ou controle das contas governamentais. O déficit búlgaro, por exemplo, passava de 15% do PIB, os déficits da Estônia, Lituânia e Romênia, estavam acima dos 10% do PIB. Consequentemente, segundo o autor²⁰⁷

A maioria dos candidatos decidiu manter suas mãos livres para executar políticas monetárias mais flexíveis e poder lidar com a pressão interna. Esses países são pressionados internamente a usar políticas sociais e econômicas que trazem como consequência um maior distanciamento das exigências para a entrada na zona monetária unificada. No caso, Polônia, República Tcheca e Hungria parecem ter escolhido caminhar lentamente em direção à unificação monetária.

Em 2007, foi a vez da Eslovênia se tornar o 13º Estado Membro a adotar o Euro e o *Banka Slovenije* o 13.º BCN a aderir ao Eurosistema. A transição do *tolar* esloveno para o Euro foi tranquila e sem resistência da população que passou a usar 94,5 milhões de notas de

²⁰⁷ Conforme BEREND, Ivan. *From the Soviet Bloc to the European Union*. Cambridge: Cambridge Univ.Press, 2009. Pp.106 (Tradução da autora).

Euro²⁰⁸. Este processo teve início com uma fase de fornecimento prévio das notas e moedas no final de novembro de 2006, seguida de um período de dupla circulação do Euro e do tolar por duas semanas, e no final do ano, a substituição estava completa.

Para o BCE²⁰⁹, a convergência foi também impulsionada pela política monetária. Em 2001, a Eslovênia adotou um novo quadro de política monetária, na tentativa de obter estabilidade de preços. O objetivo anterior de maior liquidez através de emissão monetária foi suspenso e introduzindo-se uma política monetária baseada em dois pilares, a saber, a evolução monetária e a evolução da economia real. Simultaneamente, a política monetária foi complementada com uma política cambial orientada à paridade da taxa de juro sem cobertura. Essas medidas fizeram descer o tolar frente ao Euro, o que permitiu ao *Banka Slovenije* manter taxas de juro suficientemente elevadas para apoiar a desinflação. Depois de 28 de junho de 2004, data em que a Eslovênia aderiu ao Mecanismo de Taxas de Câmbio II (MTC II), o BCE recomendou a entrada do país na Zona do Euro.

A próxima ampliação se deu em 2008, com dois pequenos países, Chipre e Malta. Estes tiveram seus Bancos Centrais incluídos no Eurosistema. Com esta nova inclusão, as quotas do BCE passaram a se configurar como apresentado na Tabela 4.3. A posição hegemônica da Alemanha, seguida pela França, Itália e Espanha permitem prever quem iria determinar os rumos tomados pela instituição.

Tabela 4.3: Quotas de participação dos países nas reservas de capital do BCE em 2008.

País (1)	Participação em % (2)
Alemanha	29,4%
França	20,6%
Itália	18,0%
Espanha	10,8%
Países Baixos	5,6%
Bélgica	3,5%
Áustria	2,9%
Grécia	2,6%
Portugal	2,5%
Finlândia	1,8%
Irlanda	1,3%
Eslovênia	0,5%
Luxemburgo	0,2%
Chipre	0,2%
Malta	0,1%

Fonte: Relatório do BCE 2008, página 249.

²⁰⁸ Segundo o Relatório do Banco Central Europeu de 2006, pp.66.

²⁰⁹ De acordo com informações do Relatório do BCE de 2006, pp.65-68.

O TRATADO DE LISBOA

Em conjunto aos documentos já citados, há que se destacar o *Tratado de Lisboa*²¹⁰ que entrou em vigor em primeiro de dezembro de 2009 alterando os tratados da União Europeia e da Comunidade Europeia. A inspiração para o novo tratado veio do *Tratado Constitucional* de 2004, com a maioria das reformas institucionais e políticas previstas neste último sendo inseridas no *Tratado de Lisboa*, sob nova roupagem. Por exemplo, onde o *Tratado Constitucional* revogava os tratados fundadores da UE para os substituir por um único texto que seria a Constituição Europeia, o *Tratado de Lisboa* relaciona o rol de alterações e estas passam a entrar em vigor após a assinatura do tratado pelas partes envolvidas. Esta estratégia não tem consequências a nível jurídico, mas é muito importante em termos simbólicos e políticos. Desiste-se da ideia de uma constitucionalização da Europa, continuando a legislação europeia a ser estabelecida pelos tratados internacionais, que entram em vigor a partir da assinatura dos representantes dos Estados Membros, sem que haja consulta à população dos países envolvidos.

A UE continua, assim, a basear-se em dois tratados fundadores: o *Tratado da UE* e o *Tratado que institui a Comunidade Europeia*. No entanto, este último passa a ser designado por “*Tratado sobre o Funcionamento da UE*”²¹¹. Nele, constavam os seguintes objetivos:

1. *Aumentar e facilitar a tomada de decisões através do fortalecimento do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais*, Entendendo-se tal reforço como um peso maior na decisão política do Parlamento Europeu que passaria a ter o mesmo poder que o Conselho Europeu. Além disso, o documento busca determinar as competências e a relação entre os Estados Membros e a União Europeia. Pela primeira vez, um tratado reconhece claramente a possibilidade de um Estado Membro sair da União.
2. *Definir regras de votação onde se priorizou o uso da chamada maioria qualificada*. Onde esse tipo de decisão passa a ser utilizada em outras esferas, além do Conselho, e a partir de 2014, o cálculo da maioria qualificada passa a se

²¹⁰ De acordo com informações disponíveis no endereço http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm acessado em 09-05-2014.

²¹¹ Conforme informações encontradas no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0033_pt.htm acesso em 12-05-2014.

basear na dupla maioria de Estados Membros e de população. Na prática, para a aprovação de uma medida, deve-se obter o voto favorável de 55 % dos Estados Membros que, ao mesmo tempo, precisam representar pelo menos, 65 % da população da União. Desse modo, beneficiam-se os estados maiores do grupo. Vale lembrar que Alemanha, França, Espanha e Itália representam mais de 65% da população do bloco²¹².

3. *Definir melhor as questões relacionadas com segurança:* introdução da Carta dos Direitos Fundamentais no direito primário europeu, a criação de “novos mecanismos de proteção” para os cidadãos europeus²¹³. Há também um item referindo-se à Solidariedade entre Estados Membros onde se prevê que a União e os seus Estados Membros ajam em conjunto no caso de um Estado Membro ser vítima de um atentado terrorista ou de uma catástrofe natural ou provocada pela ação humana. Em nome da segurança, o tratado determina que a União passa a ter poder para intervir nas esferas da liberdade, segurança e justiça com o objetivo de lutar contra o crime, ataques estrangeiros, ou terroristas. Neste caso, o Estado Nação passa a estar submetido às decisões e intervenção da União. Claramente uma etapa intermediária, no sentido da unificação total de política de segurança, bem como, da política externa dos países membros, como se pode verificar no ponto a seguir.
4. *Política externa conjunta.* Os diferentes instrumentos de política externa da União passam a ser centralizados. Para tanto, tem-se a criação de dois novos cargos: Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice Presidente da Comissão que representam uma suposta ação externa unificada da União Europeia sob o objetivo de reforçar a política europeia de segurança e defesa dos Estados Membros, segundo o tratado.

A justificativa para todas essas mudanças nas instituições da UE residia no aumento do número de Estados Membros e a necessidade de uma agilidade maior por parte da tomada de decisões, seja pelo cenário político internacional de “Guerra ao Terror”, seja pelo cenário

²¹² Em 2000, uma proposta semelhante havia sido derrubada por um movimento dos “pequenos” que se sentiam prejudicados pelo método de votação proposto. Cinco anos depois, não haveria mais qualquer resistência ou mesmo nota de repúdio à decisão que foi aprovada.

²¹³ Em detrimento dos estrangeiros e imigrantes que perdem seus direitos frente às chamadas “medidas de contra terrorismo” como as citadas no começo deste capítulo.

econômico da crise financeira de 2007/2008. O *Tratado de Lisboa* alterou, assim, as regras relativas à composição da Comissão, do Parlamento Europeu, dos Comitês das Regiões e Económico e Social Europeu. Adicionalmente, mudou o processo de decisão no Conselho eliminando o sistema de votação ponderada, anteriormente usado, pela votação pela maioria qualificada que tantos debates havia gerado no encontro de Nice, em 2000. Eliminou a antiga estrutura em pilares, voltando a repartir as competências entre a UE e os Estados Membros. Simplificou também os processos legislativos sob um discurso de que a reforma iria permitir uma maior velocidade na aprovação de mecanismos legais, tão necessários para a celeridade de resposta às possíveis solicitações do Alto Representante, e demais decisões em que basta Alemanha, França, Itália e Espanha, estarem de acordo para que se tenha a aprovação destes.

Uma das alterações mais importantes refere-se ao reforço dado à UE no âmbito do controle de fronteiras, asilo e imigração, sob a justificativa de defesa contra atos terroristas. Mas, ao mesmo tempo, dificulta a entrada de estrangeiros no território da UE, e com consequências diretas no mercado de trabalho.

Por fim, a ação da UE no plano internacional é reforçada com uma unificação das políticas externa e de segurança. Estas passam a ter uma personalidade jurídica que permite negociar e ser parte contratante nos tratados internacionais. Assim, na esfera mundial, a UE passa agora a ser representada pelo *Alto Representante para os Negócios Estrangeiros* seguindo uma *Política Externa Unificada para Assuntos de Segurança*. Claramente, o objetivo desta ação é criar uma defesa europeia comum, sendo que no próprio tratado já se delineia a ação conjunta de polícias, e formação de exércitos conjuntos.

A competência da União em matéria de política externa e de segurança comum, abrange todos os domínios da política externa, bem como todas as questões relativas à segurança da União, incluindo a definição gradual de política comum de defesa que poderá conduzir a uma defesa comum²¹⁴.

Entretanto, observa-se uma preocupação em definir a relação entre essa União Europeia com política externa unificada e acordos anteriores como a OTAN:

Os compromissos e a cooperação neste domínio [política comum de segurança e defesa] respeitam os compromissos assumidos no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que, para os Estados que são membros desta organização,

²¹⁴ Conforme o *Tratado de Lisboa*, pp 33-35. Documento disponível on line, no número C306 do Jornal Oficial da União Europeia, de 17-dezembro-2007.

continua a ser o fundamento de sua defesa coletiva e a instância apropriada para a concretizar²¹⁵.

Chama a atenção que o documento, ao longo do Título I, Artigo 2, especifica como sendo a finalidade específica da União Europeia, atuar nos seguintes domínios: (1) proteção e melhoria da saúde humana, (2) indústria, (3) comércio, (4) turismo, (5) educação, formação profissional, juventude e esporte, (6) proteção civil e (7) cooperação administrativa. Já a atuação em relação às políticas econômicas dos Estados Membros, esta é descrita como sendo apenas de coordenação e orientação por parte de União.

OS FLUXOS DE MÃO DE OBRA

O início do século XXI foi marcado por uma preocupação das autoridades da UE em relação à questão do emprego, do envelhecimento, e a taxa de crescimento da população. Assim, de acordo com as projeções, as taxas totais de fertilidade na Zona do Euro permaneceriam abaixo do nível de substituição da população com cerca de duas crianças por mulher no período até 2050. Ao mesmo tempo, a esperança média de vida aumentaria cinco anos durante o período entre 2005 e 2050. A combinação destes dois fatores implica em uma desaceleração da taxa de crescimento da população na região e, a partir de 2015, uma diminuição da sua população total²¹⁶.

Além disso, a proporção de pessoas mais velhas (com idade igual ou superior a 65 anos) na população deverá aumentar, e a proporção da população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) deverá diminuir, primeiro gradualmente e depois a uma taxa mais rápida a partir de 2015. Isso vai provocar um aumento da dependência da terceira idade na Zona do Euro (ou seja, a razão entre a população com idade igual ou superior a 65 anos em relação à população com idade entre 15 e 64 anos), com previsão para cerca de 26% em 2005 e 30% da população

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Conforme informações de United Nations 2002 World Population Prospects disponível no endereço <http://www.un.org/esa/population/publications/wpp2002/WPP2002-HIGHLIGHTSrev1.PDF> acesso em 12-03-2014.

total em 2015 e para mais de 52% em 2050, um aumento total de 26 % ao longo do período de 2005 a 2050²¹⁷.

As projeções geraram estudos do BCE que, em seu relatório de 2004²¹⁸ afirmou que as previsões demográficas teriam um efeito grave sobre as economias da Zona do Euro.

A diminuição prevista da população em idade ativa poderá criar pressões descendentes sobre a taxa de crescimento do produto potencial da Zona do Euro, a não ser que possa ser compensada por maiores contributos de outros fatores de crescimento, tais como aumentos da participação no mercado de trabalho, da produtividade do trabalho e/ou da utilização produtiva de outros recursos tais como o capital.²¹⁹

Não há nenhuma referência no texto a movimentos migratórios ou compensação do envelhecimento da população da Zona do Euro, a partir da entrada de estrangeiros. Assim, as preocupações com o futuro demográfico da região passam por tentativas de formalizar institucionalmente as alterações legais que impeçam a concretização das previsões citadas, seja através de mudanças nos benefícios aos idosos para seguros de saúde privados, aposentadorias por meio de capitalização em instituições bancárias; seja na postergação da idade de aposentadoria dos cidadãos, e sugestões de redução da jornada de trabalho para meio turno para aumentar as vagas de emprego. Isso sem que se mencione a queda na renda dos trabalhadores, com a diminuição das horas trabalhadas.

A ESTRATÉGIA DE LISBOA

Em termos de planos para melhoria da área de emprego, em março de 2000, o Conselho Europeu elaborou um documento conhecido como *Estratégia de Lisboa*. Com o objetivo de impulsionar os níveis de emprego e de produto para que o bloco pudesse desenvolver a “*economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de*

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Relatório do Banco Central Europeu de 2004. Pp. 59-62

²¹⁹ Idem p.60

*um crescimento econômico sustentável, acompanhado da melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social*²²⁰.

Dessa forma, foram determinadas três metas gerais a serem alcançados num período de dez anos: (1) aumentar a competitividade da economia europeia através do domínio da sociedade da informação e da pesquisa e desenvolvimento; (2) combater a exclusão social; e (3) fortalecer o crescimento econômico dos países do bloco.

Nos relatórios do BCE de 2000-2001, as reformas estruturais destinadas a aumentar a flexibilidade dos mercados de trabalho na Zona do Euro são defendidas como geradoras de benefícios econômicos na medida em que diminuiriam custos. Adicionalmente, as causas para o desemprego eram vistas como uma combinação de salários “irrealmente elevados” com falta de capacitação da mão de obra que necessitava de maior treinamento nas áreas de tecnologia. O discurso seria o mesmo durante a década de 2000 a 2010.

Tabela 4.4: Taxa de desemprego nos países da Zona do Euro, 2000-2010.

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
U.E.	8,9	8,6	9,0	9,1	9,3	9,0	8,2	7,2	7,0	9,0	9,6
Zona do Euro	8,5	7,9	8,3	8,8	9,1	9,0	8,4	7,5	7,5	9,5	10,0
Espanha	11,9	10,6	11,5	11,5	11,0	9,2	8,5	8,2	11,3	17,9	19,9
Eslováquia ²²¹	18,9	19,5	18,8	17,7	18,4	16,4	13,5	11,2	9,6	12,1	14,5
Irlanda	4,2	3,9	4,5	4,6	4,5	4,4	4,5	4,7	6,4	12,0	13,9
Grécia	11,2	10,7	10,3	9,7	10,5	9,9	8,9	8,3	7,7	9,5	12,6
Portugal	4,5	4,6	5,7	7,1	7,5	8,6	8,6	8,9	8,5	10,6	12,0
França	9,0	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9	8,9	8,0	7,5	9,1	9,3
Itália	10,0	9,0	8,5	8,4	8,0	7,7	6,8	6,1	6,7	7,8	8,4
Finlândia	9,8	9,1	9,1	9,0	8,8	8,4	7,7	6,9	6,4	8,2	8,4
Bélgica	6,9	6,6	7,5	8,2	8,4	8,5	8,3	7,5	7,0	7,9	8,3
Eslovênia	6,7	6,2	6,3	6,7	6,3	6,5	6,0	4,9	4,4	5,9	7,3
Alemanha	8,0	7,9	8,7	9,8	10,5	11,3	10,3	8,7	7,5	7,8	7,1
Malta	6,7	7,6	7,4	7,7	7,2	6,9	6,9	6,5	6,0	6,9	6,9
Chipre	4,8	3,9	3,5	4,1	4,6	5,3	4,6	3,9	3,7	5,4	6,3
Luxemburgo	2,2	1,9	2,6	3,8	5,0	4,6	4,6	4,2	4,9	5,1	4,6
Países Baixos	3,1	2,5	3,1	4,2	5,1	5,3	4,4	3,6	3,1	3,7	4,5
Áustria	3,6	3,6	4,2	4,3	4,9	5,2	4,8	4,4	3,8	4,8	4,4

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente da coluna 12. Os dados em tom mais claros referem-se aos países antes de sua adesão efetiva à Zona do Euro.

Nos anos seguintes, o BCE observaria que as reformas estruturais sugeridas não se concretizaram de forma uniforme em todos os países da Zona do Euro, como se pode observar

²²⁰ Segundo informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm, acesso em 11-04-2014

²²¹ Os dados dos países que entraram por último na Zona do Euro estão em cor mais clara nos anos anteriores à adesão.

na Tabela 4.4. A justificativa para os técnicos do BCE residiam no fato de que as alterações nos mercados de trabalho dependiam mais fortemente das iniciativas nacionais e não existiam medidas unificadas e equivalentes para todos os países membros. Ainda assim, em 2001, com taxas médias de desemprego na Zona do Euro em torno de 8%, alguns países introduziram reformas destinadas a reduzir a carga fiscal sobre o trabalho, a fim de aumentar o número de vagas de emprego e estimular a contratação por parte das empresas. Diversos países membros também começaram a aplicar medidas destinadas a estimular o processo de procura de emprego, quer pela diminuição de valores e tempo de cobertura dos subsídios de desemprego, quer pela modernização e aumento da eficiência dos serviços prestados pelas agências de emprego estatais.

No entanto, a persistência de níveis elevados de desemprego e de uma participação reduzida no mercado de trabalho em diversos países da Zona do Euro indicou a ineficiência das medidas o que levou o BCE a diagnosticar “*que são necessárias novas e mais abrangentes reformas do mercado de trabalho*”²²². Entre essas novas medidas estavam a adoção da flexibilização salarial, redução das jornadas de trabalho, diminuição da carga tributária incidente sobre o emprego, e maior incentivo aos desempregados a buscarem emprego, o que na realidade significava o fim do salário desemprego.

Em 2003, apesar das reformas feitas por vários países, as taxas de desemprego continuaram em torno de 9% da população economicamente ativa e o BCE mudou o enfoque do seu discurso e afirmou tal persistência caracterizava uma situação de desemprego estrutural, recomendando sua redução através da formação continuada para a melhoria da empregabilidade dos trabalhadores mais velhos, considerados como sendo pouco qualificados; e maior liberdade de mobilidade das aposentadorias e benefícios de saúde entre os países membros para estimular a migração da mão de obra. A culpa, na opinião das autoridades econômicas, estava nos trabalhadores que estariam mal qualificados para atender as exigências dos empregadores. Já as medidas que facilitassem o pagamento de benefícios ao trabalhador fora de seu domicílio, representaria um incentivo ao deslocamento da mão de obra entre os países do bloco e, portanto, poderiam aumentar a competição entre os trabalhadores e favorecer um novo “equilíbrio natural” espontâneo desse mercado.

Os resultados atingidos até 2004 no âmbito da *Estratégia de Lisboa* foram considerados medíocres. A taxa de desemprego no total de UE e Zona do Euro ultrapassou os

²²² Idem, p.38.

9%, mesmo com diversos países tendo seguido o receituário das autoridades com alteração dos seus sistemas de tributação e de benefícios a fim de reduzir os custos de trabalho e encorajar a oferta de vagas de emprego. As taxas dos impostos sobre a renda diminuíram nos escalões médio e inferior da renda, e as contribuições para a segurança social dos empregadores e empregados foram reduzidas, em especial para os indivíduos com salário mínimos. Alguns Estados Membros reforçaram o papel das agências de emprego temporário e flexibilizaram a legislação de proteção ao emprego, para favorecer os contratos temporários de emprego. Foi também alterada a regulamentação sobre os horários de trabalho, permitindo um cálculo mais flexível do horário de trabalho máximo em toda a UE. O direito ao trabalho de meio-período foi expandido²²³. Ainda assim, não houve melhora e os 9% comprovavam a ineficácia do que se havia proposto.

Perante tais resultados, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia decidiram preparar uma revisão da *Estratégia de Lisboa* e, sob a coordenação do então Primeiro-Ministro da Holanda, Wim Kok, foi elaborado o *Relatório Wim Kok* que, concluiu que, durante os primeiros anos de implementação da estratégia, pouco progresso tinha sido alcançado e, recomendava restringir as metas apenas a duas: crescimento do produto e emprego. O relatório destacou também que os Estados Membros da UE precisavam se apropriar dos objetivos da *Estratégia* e realmente implementá-los pois até então, não haviam envidado esforços consistentes para obter resultados significativos:²²⁴ Mais uma vez, as receitas eram certas mas os pacientes não estavam tomando de forma adequada o remédio prescrito.

A nível das suas políticas internas, devido à falta de vontade política e a dificuldades no processo de decisão, a UE não conseguiu dar uma resposta adequada às preocupações dos seus cidadãos em vários domínios. Os resultados da Convenção sobre o Futuro da Europa serão essenciais, uma vez que precisamos de um sistema de governação que estabeleça um melhor equilíbrio entre as necessidades paralelas de eficácia e de legitimidade democrática. A UE tem de se reinventar a si própria. No entanto, o contexto atual não é de modo algum o ideal para novas ambições ou para grandes ideias, dado o sentimento crescente de insegurança entre os cidadãos europeus e o medo crescente do desconhecido.

Com base no relatório, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros, reunidos no Conselho Europeu de 2005, decidiram relançar a *Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego* com três metas principais: (1) foco prioritário no crescimento

²²³ Relatório do Banco Central de 2004. pp. 76-78

²²⁴ Relatório KOK, pp.9.

econômico e emprego; (2) apresentação pelos Estados Membros de programas nacionais de ação e nomeação de um Coordenador Nacional da *Estratégia de Lisboa* a nível governamental; e (3) implantação de instrumentos a nível nacional que permitissem a elaboração de um instrumento de monitoramento dos progressos obtidos. Para para que fosse possível elaborar o *Relatório Anual da Estratégia de Lisboa*, com os resultados consolidados no nível europeu.

Os objetivos seriam novamente alterados no ano seguinte para incluir o discurso de sustentabilidade. Desse modo, as metas passaram a ser: (1) maior investimento em educação e pesquisa, (2) maior apoio a pequenas e médias empresas, (3) aumento das taxas de emprego, e (4) definição de uma estratégia comum de energia sustentável.

Apesar de ambos os documentos, *Tratado de Lisboa* e *Estratégia de Lisboa* usarem a capital portuguesa em sua denominação, os caminhos que recomendam são bem distintos. A *Estratégia* busca resolver a crise de emprego que assola os países do bloco desde os anos 1990, e oscila entre medidas de precarização ainda maior do mercado de trabalho e diminuição crescente da proteção ao trabalhador através de justificativas diversas como:

(1) a inviabilização do sistema de proteção no longo prazo, dada a previsão de envelhecimento da população – curiosamente a mesma lógica não se aplicaria ao sistema privado de capitalização em que os investimentos teriam que ser cada vez de maior risco para compensar as necessidade também crescentes de desembolsos ao final do plano, num universo com cada vez menos aderentes aos planos de capitalização, dada a população cada vez mais envelhecida, com um número cada vez maior de aposentados retirando suas parcelas mensais, o que, obviamente levaria à quebra da empresa, caso o retorno das aplicações do capital do fundo não fosse assustadoramente crescente. Vale lembrar que retornos elevados sempre são associados a taxas crescentes de risco, nem sempre na mesma razão;

(2) os altos salários irrealistas que estão descolados de uma suposta produtividade descendente – lembrando que a estratégia das empresas europeias tem sido a busca incessante de aumentar a intensidade da produção no fator capital, em detrimento do trabalho, aliada ao deslocamento das plantas para países

periféricos, com abundância de trabalhadores e fracas regulamentações sobre as condições de trabalho e remuneração do mesmo; e

(3) a falta de capacitação dos trabalhadores que deveriam passar por treinamentos e atualizações, obviamente não patrocinadas pelo Estado, já que isso desviaria ainda mais recursos para áreas que são acusadas de serem ineficientes.

Por outro lado, há diversas referências ao aumento da mobilidade da mão de obra entre os países, a defesa de facilitação do recebimento de aposentadorias e benefícios independentemente da região em que se encontrem os beneficiários, desde que dentro do bloco. Mais uma medida incongruente a menos que todos os países da União Europeia unificassem suas políticas de proteção social, ou, as eliminassem completamente. Curiosamente, as autoridades se valem da disparidade entre os países, no que diz respeito ao custo de vida e aos benefícios pagos para que haja uma mobilidade do fator trabalho.

Já o *Tratado de Lisboa* envereda pela concretização do que foi recusado pelos referendos populares: a Constituição europeia. Desse modo, sem alarde, o Tratado contem a maioria das propostas do antigo *Tratado Constitucional* sem a pecha de ser uma Constituição, o que talvez preserve a falsa noção de nacionalismo que voltou com tanta ênfase no final do século XX.

Um dos tópicos deste tratado que pode ser considerado dos mais assustadores e, ao mesmo tempo, menos comentados e divulgados é a unificação das decisões de política externa que, a título de exemplo, teria eximido os europeu das discussões do início da década sobre o apoio ou não à invasão do Iraque pelos EUA. Caso tal cenário se desse após 2010 e a entrada em vigor do Tratado, a decisão seria apenas uma e não haveria a disparidade que ocorreu em 2003.

Não se observaram mudanças nos níveis de desemprego que em 2005 ainda estavam em 9% para a Zona do Euro e a União Europeia. Vale lembrar que 2006 foi o ano em que a Alemanha foi sede da Copa do mundo de Futebol, o que levou à construção de diversas obras de suporte ao evento. Ainda assim, o país apresentava índices de desemprego acima da média da Zona do Euro desde 2003.

No ano seguinte, o BCE²²⁵ justificaria as altas taxas de desemprego, mais uma vez:

²²⁵ Relatório do Banco Central de 2006. pp.172.

No que respeita às reformas estruturais, nos últimos anos, os países da Zona do Euro tornaram-se cada vez mais conscientes da necessidade de se adaptarem aos desafios do aumento da concorrência mundial, do envelhecimento da população e da aceleração da evolução tecnológica. A importância da adaptação a estes desafios é salientada pelo crescimento relativamente baixo da produtividade do trabalho na Zona do Euro comparado com o dos Estados Unidos: o crescimento médio anual da produtividade do trabalho entre 1999 e 2006 situou-se em 1.1% na Zona do Euro e 2.2% nos Estados Unidos. Esta situação requer, em particular, a implementação muito ativa de reformas estruturais no domínio da investigação e desenvolvimento, educação e formação profissional e a conclusão do Mercado Único.

O ano do início da crise financeira nos Estados Unidos foi o mesmo em que os índices de desemprego na União Europeia começaram a baixar. Os quatro maiores atores da Zona do Euro – Alemanha, França, Espanha e Itália – tiveram quedas em suas taxas e indicaram tendências de aumento de vagas de emprego, porém a crise financeira que atingiria a Europa no ano seguinte reverteria essa tendência. Para o BCE, a situação ainda iria se agravar, já que as empresas estavam cautelosas em demitir. Havia expectativas de que a crise fosse temporária. Dessa forma, as medidas buscavam a redução da produção e diminuição de horas de trabalho (em 1,7% para o segundo semestre de 2007 e 1,2% para o ano de 2008)²²⁶. As recomendações das autoridades para combater o problema seguiam o mesmo receituário dos anos anteriores:

(...) por conseguinte, é essencial que cada país da Zona do Euro minimize as distorções do mercado induzidas pela regulamentação nacional, e que no conjunto da Zona do Euro sejam eliminadas as barreiras ainda existentes à integração do mercado. Para tal é necessário, nomeadamente, diferenciação salarial suficiente, maior mobilidade do trabalho e mercados do produto, de trabalho e financeiros mais flexíveis. As novas reformas irão melhorar a capacidade de adaptação da Zona do Euro, estimular o crescimento económico e criar oportunidades de emprego adicionais²²⁷.

RESULTADOS OBTIDOS

O primeiro relatório consolidado da Comissão Europeia sobre o progresso obtido até então (“*A Year of Delivery – Time to move up a gear*”)²²⁸ viria à luz ainda em 2007. Segundo esse relatório, 75% das iniciativas propostas no âmbito da dimensão comunitária da *Estratégia de Lisboa*, teriam obtido progressos significativos, com destaque para a área

²²⁶ Segundo dados do BCE, disponíveis no endereço [https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/stapobo / spb200807 en.pdf](https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/stapobo/spb200807en.pdf), pp.9, acesso em 10-05-2014.

²²⁷ Idem, p.176

²²⁸ Disponível no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/index_pt.htm, acesso em 10-05-2014.

financeira e o acordo referente ao “7º Programa-Quadro para Pesquisa”. Em aberto, restavam as metas de mobilidade, dos sistemas de aposentadorias e benefícios entre países membros, a total liberalização dos mercados de energia e transportes, e a renovação do sistema europeu de proteção da propriedade intelectual, além, é claro, da melhoria nos indicadores de emprego. Este último ponto continuava em níveis ainda altos. A queda de 9,0% para 7,5% não parecia um sucesso e, mais uma vez, a culpa pelo desemprego era atribuída aos trabalhadores sem qualificação adequada, aos salários que seriam altos demais, e aos subsídios que os governos pagavam aos desempregados. Estes estariam desestimulando os mesmos a procurar emprego.

Na reunião da Comissão Europeia, ficou estabelecido um novo ciclo da *Estratégia* que se encerraria em 2010. Como novidade foi proposto que os Estados Membros intensificassem o intercâmbio de informações entre si e utilizassem um método conjunto das políticas que implantassem no nível nacional.

Tabela 4.5: Taxa de desemprego na faixa etária abaixo de 25 anos, nos países da Zona do Euro, 2000 a 2010.

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Espanha	22,9	21,0	22,2	22,6	22,0	19,7	17,9	18,2	24,6	37,8	41,6
Eslováquia	37,3	39,6	38,1	33,8	33,4	30,4	27,0	20,6	19,3	27,6	33,9
Grécia	29,1	28,0	26,8	26,8	26,9	26,0	25,2	22,9	22,1	25,8	32,9
Itália	26,2	23,1	22,0	23,6	23,5	24,0	21,6	20,3	21,3	25,4	27,8
Portugal	10,5	11,5	14,3	17,8	18,9	19,8	20,1	20,4	20,2	24,8	27,7
Irlanda	6,7	7,2	8,4	8,7	8,7	8,6	8,7	9,1	13,3	24,0	27,6
França	19,6	16,3	17,2	19,2	20,8	21,3	22,4	19,8	19,3	24,0	23,7
Bélgica	16,7	16,8	17,7	21,8	21,2	21,5	20,5	18,8	18,0	21,9	22,4
Finlândia	21,4	19,8	21,0	21,8	20,7	20,1	18,7	16,5	16,5	21,5	21,4
Chipre	9,9	8,2	8,0	8,8	10,2	13,9	10,0	10,2	9,0	13,8	16,6
Luxemburgo	6,6	6,2	7,0	11,2	16,4	14,6	15,5	15,6	17,3	16,5	15,8
Eslovênia	16,3	17,8	16,5	17,3	16,1	15,9	13,9	10,1	10,4	13,6	14,7
Malta	13,7	18,8	17,1	17,4	16,6	16,5	15,9	13,9	12,2	14,4	13,1
Alemanha	8,7	8,4	9,9	11,6	13,8	15,6	13,8	11,9	10,6	11,2	9,9
Áustria	5,3	5,8	6,7	8,1	9,7	10,3	9,1	8,7	8,0	10,0	8,8
Países Baixos	6,1	5,0	5,4	7,3	9,0	9,4	7,5	7,0	6,3	7,7	8,7

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente da coluna 12. Dados mais claros referem-se aos anos anteriores à adesão à Zona do Euro.

Mesmo assim, as tendências não mudaram e o desemprego continuou a aumentar, principalmente para os trabalhadores abaixo de 25 anos, como se pode observar na Tabela 4.5. A Espanha, que já apresentava uma taxa acima da média da Zona do Euro desde 2000 – atingiu os 17,9% em 2009 e 19,9% em 2010 no desemprego total – com impressionantes 41% dos jovens abaixo de 25 anos sem emprego em 2010. Além da Espanha, os outros três principais países da Zona do Euro – Alemanha, França e Itália – apresentaram taxas de desemprego total abaixo da média do grupo. França e Itália porém se destacaram no

desemprego de jovens, com taxas que atingiram mais de 20% em 2010, algo que já ocorria desde 2004.

O desemprego entre os mais jovens, o também chamado primeiro emprego apresentava sinais de crise desde 2000. Países como Irlanda, Portugal, Luxemburgo, Alemanha, Áustria e Países Baixos mantinham uma situação de desemprego jovem próxima dos 10%. Para as autoridades do BCE, no entanto, o mercado de trabalho em 2010 poderia ter sido mais atingido pela crise financeira²²⁹:

A diminuição do emprego não foi a única manifestação de uma redução acentuada da procura de trabalho. No segundo trimestre de 2009, a área do Euro assistiu à maior queda homóloga do total de horas trabalhadas desde o início de 2001. Embora uma grande parte desta queda tenha reflectido reduções acentuadas do número de empregados (particularmente perdas de empregos de tempo integral) em toda a área do Euro, em meados de 2009 uma percentagem semelhante teve origem na diminuição substancial das horas médias trabalhadas semanalmente pelos indivíduos empregados. (...)

Já em relação às diferentes taxas para os países da área do Euro, a explicação dada pelas autoridades monetárias foi²³⁰:

(...) parte da grande disparidade entre países pode ser considerada uma consequência da correção acentuada de anteriores bolhas no setor da construção, tendo a Irlanda e a Espanha sido afetadas desproporcionalmente pela contração abrupta dos respetivos setores da construção, anteriormente grandes e dinâmicos. Pode também ser explicada pelos enquadramentos institucionais muito diferentes e pelas reações divergentes à recessão por parte dos governos da área do Euro.

As recomendações dessas mesmas autoridades, mais uma vez, foram a flexibilização do número de horas trabalhadas – prescritas como solução universal que podia ser comprovada no caso da Alemanha e Itália. Estas teriam utilizado essa estratégia em suas indústrias para manter os empregados, com redução de jornadas de trabalho. Ademais, foi também sugerido novamente, o uso de contratos de trabalho temporários.

Em meio à crise financeira, os objetivos da *Estratégia de Lisboa* pareciam cada vez mais distantes da realidade. Entre os problemas detectados pela Comissão Europeia, num diagnóstico mais abrangente – já que sugeria problemas pelo lado da oferta de vagas em vez de diagnosticar apenas as responsabilidades da demanda como fazia o BCE – destacavam-se como causas, a queda no número de empregos no setor terciário da economia, que deveria ser

²²⁹ Relatório BCE 2010. pp. 176

²³⁰ Idem, pp.178

a maior fonte de oferta de emprego; os desequilíbrios regionais crescentes, desde a ampliação de 2004; a presença de um desemprego de longa duração com características de estrutural. Havia uma participação insuficiente das mulheres na atividade econômica; a questão do envelhecimento da população, todos motivos para não se cumprirem as metas da *Estratégia*.

Como medidas auxiliares foram, então, divulgados alguns compromissos das autoridades do bloco para que os países pudessem atingir as metas no prazo esperado. Entre os quais destaca-se: (1) aumentar a disponibilidade de acesso à tecnologia digital e internet de banda larga como forma de capacitar a população e aumentar a competitividade laboral; (2) criar uma rede de programas nacionais e comuns aos países do bloco, direcionados à pesquisa e inovação para obter maior coordenação de pesquisas em comum; (3) implantar um sistema com menor burocracia para que as empresas se sentissem atraídas a atuar no território da UE; (4) integrar de forma completa os mercados financeiros já que, para a Comissão, os mercados de capital de risco representariam um elemento importante para captação de empresas e geração de empregos na área. Por fim, a Comissão defendeu que os países cumprissem integralmente o *Pacto de Estabilidade e Crescimento*, como ferramentas de superação da crise financeira e recessão econômica²³¹.

O discurso da busca por diferenciais de tecnologia e pesquisa foi, mais uma vez, utilizado como perspectiva de um futuro de maior competitividade e sucesso das empresas europeias que, então, passariam a contratar mais mão de obra, desde que a mesma estivesse capacitada para tal. A empregabilidade estaria no empenho do trabalhador em se qualificar, e não no número de vagas disponibilizado pelas empresas.

Em seu relatório de 2006, o BCE chegou a destacar a concorrência que os chamados “países emergentes” estariam fazendo aos produtos do bloco e da importância de estudar os diferenciais apresentados por tais produtos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma vez instaurada a moeda única, o movimento conjunto observado no período é o de assegurar o poder de compra da mesma, ajustando-se, por meio de políticas fiscais e

²³¹ De acordo com os documentos disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c10241_pt.htm

monetárias, os países da Zona do Euro. Isso significou política fiscal expansionista para a dívida e restritiva para o gasto público, juntamente com uma política monetária restritiva, com elevação do custo de crédito.

Esse tipo de combinação de política fiscal e monetária promoveu a estabilidade da moeda única, à custa de elevação do desemprego e criação da capacidade ociosa nos estoques produtivos dos países membros. Tal efeito, nocivo para os trabalhadores, e à grande parte da população da Zona do Euro, era de todo o interesse, por sua vez, de três setores específicos a saber: (1) o sistema financeiro; (2) os oligopólios ligados aos mercados de bens e serviços; e (3) o capital monopolista em geral.

O poder de compra do Euro, à custa do endividamento exponencial dos países periféricos, viria em benefício de grandes grupos bancários privados, os quais, com a queda nas atividades econômicas produtivas, também se assenhoriaram, com o desemprego crescente, dos meios produtivos que ainda não se encontravam sob a sua posse.

A elevação do desemprego, e o aumento do exército industrial de reserva, baratearam os custos do trabalho nos países que ainda mantinham resquícios do Estado de Bem Estar Social, sendo que estes prontamente se desfizeram de tais proteções aos trabalhadores.

O mesmo raciocínio se aplica ao desmanche observado do setor público nos países periféricos da Zona do Euro, como por exemplo, Grécia e Portugal. Ao final, em nome da manutenção da estabilidade monetária, concentrou-se e centralizou-se a riqueza produzida na Zona do Euro, durante o período referido.

Observou-se, também, um aprofundamento de medidas que buscam unificar áreas como a Justiça – inclusive de sentenças, tipos de crimes e procedimentos jurídicos – a política externa, segurança interna e defesa, uso da energia, padronização de todos os tipos de documentos, embalagens e etc. tornando o poder de decisão, cada vez mais, supranacional. Tudo isso a partir do conceito de tabula rasa, ou seja, desconsiderando completamente as particularidades, peculiaridades, especificidades geográficas, culturais, sociais, históricas, ou mesmo, econômicas do território europeu. Evidentemente, uma decisão dessas não poderia resultado de consenso – ou consulta à população. A maioria dela havia votado contra essas mesmas medidas, quando da tentativa frustrada de uma constituição única –, mas sim de uma imposição do capital, no caso, nas mãos de alemães, franceses, italianos e espanhóis, no caso específico da Zona do Euro.

CAPÍTULO 5. A ECONOMIA DA ZONA DO EURO: 2000-2010

Durante toda a primeira década do terceiro milênio, os países da Zona do Euro seguiriam as determinações do Conselho Financeiro e Econômico e do Banco Central Europeu em relação às políticas fiscais e monetárias. Estas, encontravam-se unificadas segundo as diretrizes do *Pacto de Estabilidade e Crescimento*, que seria modificado ao longo da década, para se adaptar aos interesses dos países de maior peso político e econômico do grupo. Em um sentido mais amplo, estas refletiam o cabedal ideológico de uma teoria econômica²³², pautada pela primazia da estabilidade monetária, e pelos rendimentos crescentes em margem, em detrimento da expansão das atividades econômicas, e do aumento do nível de emprego. Seu resultado não poderia ser outro que não, à custa dos últimos aspectos fossem obtidos os primeiros.

Assim, com base nos relatórios do Banco Central Europeu, e na base de dados oficial da União Europeia – a EUROSTAT -, neste capítulo realiza-se a análise de alguns indicadores macroeconômicos, para verificar as mudanças ocorridas na estrutura dos países integrantes da Zona do Euro entre 2000 e 2010.

ALINHAMENTO DE POLÍTICAS MONETÁRIAS E FISCAIS

Após a consolidação da Zona do Euro, as principais decisões de política monetária e fiscal dos países membros passaram a sofrer ingerência direta das autoridades transnacionais, de forma a cumprir os critérios definidos nos tratados assinados até então. Adicionalmente às definições de política monetária e fiscal do BCE e Conselho Econômico e Financeiro (ECOFIN), um dos principais instrumentos de controle das economias dos países da Zona do Euro, o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (PEC) já havia sido criado durante a terceira fase da União Econômica e Monetária (UEM), iniciada em 1999. Esse seria o norteador das

²³² Nomeadamente, a Escola Austríaca do Ciclo Econômico. Subproduto das mentes doentias de Ludwig von Mises (1881-1973), Friedrich von Hayek (1889-1992) e Leonel Robbins (1898-1984), cujo porta-voz privilegiado foi assessor de Margareth Thatcher, Madsen Perie (1940-).

medidas de política fiscal e monetária de 1999 em diante, sempre exigindo o controle do nível de preços, e o equilíbrio das contas governamentais dos países membros.

Política Monetária

O assunto “controle da variação do nível de preços” está presente em todos os relatórios do Banco Central Europeu, entre 2000 e 2010, ocupando várias páginas de recomendações e análises sobre o quanto a perda de controle da inflação poderia por fim à confiança na moeda única. Essa parece ser a principal preocupação do órgão, junto com afirmações relativas aos salários que estariam muito acima dos valores compatíveis com o mercado, descolamento esse fruto de políticas de proteção ao trabalho e programas sociais. Os mesmos estariam provocando déficits nas contas do governo. Assim, o controle de preços e “liberalização” dos salários ao sabor do mercado pareciam ser a receita padrão para todos os países membros que não cumprissem o determinado nas regras que haviam assinado. Tal não impedia a mudança de regras, caso houvesse necessidade, como se vê a seguir.

É importante ressaltar que a perspectiva pela qual se encarava a variação de preços pelas autoridades monetárias da Zona do Euro, não vislumbrava as diferenças estruturais entre economias notadamente distintas, padronizando a visão do controle de preços, a partir do nível de emissão monetária e pelo refreamento da atividade econômica. Ou seja, sob a perspectiva monetarista.

Ao final do primeiro ano de circulação do Euro, em 2002, o BCE²³³ alertava em seu relatório anual que a inflação média, medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC), havia ficado em 2,2%. E embora estivesse abaixo do ano anterior, e fosse considerada aceitável pelos níveis de exigência da autoridade monetária, ainda assim demandava atenção. Outro indicador de perigo, dessa vez relacionado aos mercados financeiros, era a disponibilidade do agregado M3²³⁴. Sobre o assunto, o BCE alertava que a taxa de crescimento anual média do agregado M3 havia aumentado para um valor superior a 7% em 2001. Esse evento era consequência da elevada volatilidade nos mercados financeiros

²³³ Conforme o Relatório do BCE de 2002.

²³⁴ O agregado monetário M3 engloba o agregado M1 (de liquidez imediata, ou seja, o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista nos bancos comerciais), o M2 (engloba, além do M1, os depósitos para investimento a prazo de até três anos) e inclui também investimentos em ações, participação em fundos do mercado monetário, bem como títulos de dívida com prazo até dois anos.

comprovando que os investidores estavam dando sinais de preferência por ativos líquidos de curto prazo e por ativos financeiros com menor grau de risco. Adicionalmente, refletia que as taxas de juro estavam baixas na Zona do Euro em 2002. O forte crescimento monetário levou a uma maior acumulação de liquidez na Zona do Euro. Esse excesso de liquidez poderia provocar inflação no longo prazo. O que iria determinar se o dado deveria causar maiores preocupações, ou não, seria se o crédito ao consumo tivesse aumentado. Mais crédito ao consumo implicaria maior demanda e, consequente, aumento dos preços. Como em 2001 e 2002 o crédito não aumentou, o BCE preferiu apenas manter um alerta.

Ainda assim, realizou-se uma reunião em Barcelona, a 15 e 16 de março de 2002, na qual o Conselho Europeu solicitou maior coordenação das políticas econômicas dos países membros da Zona do Euro.

Os Chefes de Estado ou de Governo, em resposta, convidaram a Comissão a apresentar propostas até a Primavera de 2003. Além disso, decidiu-se que deveria se uniformizar o processo de coordenação de política, de modo a substituir orientações e recomendações, por medidas concretas mais objetivas. Era o fim do que restava da liberdade de uso de políticas macroeconômicas individuais. Em resposta, em setembro do mesmo ano, a Comissão emitiu um documento onde propunha uniformizar os ciclos anuais de coordenação de política econômica e de emprego criando os seguintes instrumentos²³⁵: (1) As Orientações Gerais de Política Econômica (OGPE) e as Orientações para o Emprego que deveriam passar a ser feitas a cada três anos em vez de anualmente; (2) o acompanhamento da implantação das orientações deveria ser anual; e (3) deveria existir um ciclo único de coordenação de políticas, de acordo com o qual, o Conselho Europeu verificaria a implementação das políticas e daria orientações gerais, criando um “Pacote de Orientações”. O pacote seria lançado na reunião de Primavera anual.

A contrapartida dos Estados Membros deveria ser o cumprimento de cinco pontos: (1) manutenção do valor de referência de 3% do PIB em termos nominais; (2) para os países cujo orçamento ainda não fosse equilibrado ou excedentário, teriam que obter uma melhoria anual da situação orçamental de pelo menos 0,5% do PIB por ano; (3) Não deveriam ser usadas

²³⁵ De acordo com o Relatório do BCE de 2003, pp.26-28.

políticas orçamentais pró-cíclicas²³⁶ pelos países durante as recuperações econômicas; (4) sob determinadas condições específicas, e desde que o valor de referência de 3% do PIB não fosse posto em questão, poderiam ser autorizados ligeiros desvios do requisito próximo do equilíbrio ou excedentário. O único propósito desses desvios seria permitir aos países, o financiamento de reformas estruturais, visando o aumento do emprego e do crescimento potencial, com um consequente reforço orçamental a médio prazo; e (5) deveria se atribuir mais peso à avaliação da dívida pública, no processo de supervisão orçamental.

Curiosamente, buscava-se aumentar o nível de emprego, mas a salários menores, ou “mais compatíveis” com o mercado, segundo o discurso usado no documento.

Na mesma reunião de Barcelona de 2002, ficou estabelecido que o Plano de Ação para os Serviços Financeiros – *Financial Services Action Plan* (FSAP) deveria ser colocado em prática até 2005. Criado em 1999, o plano tinha por objetivo controlar as imperfeições que surgissem no mercado europeu de serviços financeiros. Das 42 medidas constantes do Plano de Ação original, tinham sido adotadas 31 até ao final de 2002, incluindo as relativas às garantias e à comercialização à distância de serviços financeiros. Mas faltava efetivar estruturas de regulamentação, supervisão e estabilidade financeiras para esse mercado de serviços. O assunto ficaria congelado até 2010, quando novamente se tentaria estabelecer os parâmetros para uma unificação do mercado de serviços financeiros.

Em 3 de dezembro de 2002, o Conselho ECOFIN, aprovou um relatório que ficaria conhecido como “quadro Lamfalussy”²³⁷. Este deveria ser adotado para o mercado de títulos, mas poderia vir a ser usado em outros setores e mercados financeiros. O documento propunha três novos comitês reguladores: (a) o primeiro para supervisionar e regulamentar bancos, conglomerados financeiros e empresas de pensões e seguros; e (b) outros dois comitês de supervisão, mais focados nos bancos e empresas de pensões e seguros. Até 2010, continuavam as discussões sobre como implantar tais elementos reguladores.

Em 2003, no cenário de guerra contra o Iraque, o BCE diagnosticava que o crescimento monetário na Zona do Euro não ameaçava a estabilidade de preços, já que esse crescimento havia se dado num contexto de elevado nível de incerteza internacional. Assim,

²³⁶ Políticas orçamentárias pró-cíclicas são aquelas que agem no sentido de favorecer as forças dinâmicas predominantes na fase do ciclo econômico. Por exemplo, numa fase em que os investimentos estão elevados, altera-se a eficiência marginal do capital, através de uma isenção fiscal ou subsídio que estimule a entrada de mais investimentos.

²³⁷ Documento disponível no endereço <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2008-0359+0+DOC+XML+V0//PT> acessado em 17-05-2014.

concluía-se que os investidores haviam migrado para ativos mais líquidos ou de prazo curto e o excesso de liquidez não fora deslocado para a área de crédito ao consumo que poderia elevar o nível de preços²³⁸. Já a análise relativa ao desempenho das bolsas de ações em 2003, diagnosticava que a queda nos preços das ações devia-se à guerra com aumento da incerteza e da aversão ao risco. Ademais, a aparente “fuga” mundial das ações foi também motivada pelas crescentes preocupações relativas à qualidade dos lucros das empresas, em consequência dos escândalos relacionados aos balanços contábeis que tiveram que ser “corrigidos” em grandes empresas²³⁹.

As *Orientações Gerais de Política Econômica*, adotadas, em 2003, pelo Conselho ECOFIN, não só miravam as finanças públicas, mas também colocavam ênfase considerável sobre as reformas estruturais alinhadas com a *Estratégia de Lisboa*²⁴⁰.

O Eurosistema

Uma das principais funções do Eurosistema (Banco Central Europeu mais Bancos Centrais Nacionais) é a execução da política monetária através de três categorias de instrumentos: (1) operações de mercado aberto; (2) operações de facilidades permanentes, e (3) sistema de reservas mínimas. As operações de crédito precisam ser garantidas por ativos determinados previamente pelo BCE e, em 2004 o BCE elaborou uma lista²⁴¹ desses ativos de garantia que passaria a ser única para todos os componentes do Eurosistema. Adicionalmente, divulgou quais seriam os serviços de gestão de reservas feitos pelas instituições do sistema²⁴², que incluíam desde a guarda de valores e de liquidação, a serviços de numerário e investimento. Exemplos dos novos serviços incluíam (i) a disponibilização de uma modalidade de investimento *overnight* automática, para que os clientes pudessem investir nos fundos diretamente com o prestador de serviços; (ii) a facilitação de programas automáticos de empréstimo de títulos²⁴³; e (iii) a execução de ordens e instruções permanentes, de acordo com as preferências de investimento específicas dos clientes. Cada vez mais se procurava

²³⁸ De acordo com dados do Relatório do BCE de 2003, pp.16-24.

²³⁹ Relatório do BCE de 2003, pp.68-72,

²⁴⁰ Detalhado no capítulo anterior.

²⁴¹ Relatório do BCE de 2004, pp.93.

²⁴² Idem, pp.119-120.

²⁴³ O documento, no entanto, não especifica como seriam estabelecidos os limites para essas operações, ou quais critérios para avaliação do risco dos papéis envolvidos, ou ainda os riscos de solvência destes.

facilitar o acesso aos mercados especulativos e atrair investidores. Nesse sentido, o BCE divulgava em seu relatório como os serviços seriam mais eficientes:

Um dos aspectos-chave do novo enquadramento consiste na prestação de serviços de elevada qualidade para os ativos de reserva denominados em euros de clientes através de um ponto de acesso único na Zona do Euro. Este conceito é comparável à forma como os serviços de gestão de reservas são oferecidos pelos principais bancos centrais em todo o mundo. Os bancos centrais do Eurosistema que funcionam como pontos de acesso único são conhecidos por “prestadores de serviços do Eurosistema” e oferecem o conjunto completo de serviços de gestão de reservas abrangidos pelo novo enquadramento. Em consequência da implementação do conceito de ponto de acesso único, os clientes podem agora liquidar e deter em custódia um conjunto extensivo de títulos de rendimento fixo denominados em euros, emitidos em toda a Zona do Euro, utilizando uma única conta de guarda de títulos. Foi estabelecido um elevado grau de harmonização, com cada prestador de serviços do Eurosistema a oferecer o mesmo leque de serviços de gestão de reservas, sujeitos a termos e condições harmonizados e em conformidade com os padrões gerais do mercado²⁴⁴.

No entanto, nem todos os Bancos Centrais Nacionais poderiam prestar esse tipo de serviços e captar esses investidores. Apenas seis foram autorizados para tal: o *Bundesbank* alemão, o *Banco de España*, o *Banque de France*, *Banca d'Italia*, *Banque Centrale du Luxembourg* e *De Nederlandsche Bank*, holandeses. Mais uma vez, os países mais antigos no bloco predominavam, com destaque para os quatro de maior população que, assim, estavam representados.

Em 2005, o papel do Euro como moeda internacional continuou a expandir-se. Este foi utilizado em títulos de dívida internacionais, como moeda de âncora e de intervenção; e como moeda de depósito, em países externos à Zona do Euro²⁴⁵. Embora esse aumento tenha ocorrido primordialmente nos novos Estados Membros da UE, os países de regiões vizinhas da UE também estavam recorrendo ao Euro. Adicionalmente, a moeda única aumentou sua participação como predominante no mercado de empréstimos e depósitos internacionais, nos mercados cambiais e nos mercados de reservas oficiais, bem como no comércio internacional²⁴⁶.

²⁴⁴ Relatório BCE de 2004, pp.119-120.

²⁴⁵ Segundo Souza em *Moeda e Câmbio*, são funções da moeda: (1) meio de troca, (2) meio de pagamento, (3) numerário, (4) reserva de valor, e (5) direito de saque sobre o produto social. As funções monetárias referidas são as duas últimas, a de reserva de valor e direito de saque sobre o produto social. No caso específico do Euro, ao ser utilizado como moeda de âncora, cumpriu a função de reserva de valor. Ao se comportar como moeda de depósito, o Euro constitui-se como direito de saque sobre o produto social.

²⁴⁶ Relatório BCE de 2005, pp. 159-160.

Por exemplo, o Irã adotou a moeda do bloco europeu para efetuar suas vendas de petróleo e depositava o resultado em bancos europeus²⁴⁷.

Em 2006, os preços do petróleo iriam influenciar o nível de preços nos países da Zona do Euro, porém sem ultrapassar a margem dos 3% do PIB. Nesse ano, os preços do petróleo atingiriam US\$78 por barril no início de agosto, e o preço do petróleo bruto que tinha encerrado 2005 a US\$60 se manteve nesse mesmo nível durante todo o ano.

Em seu relatório de 2006²⁴⁸, o BCE chamou a atenção para o crescente endividamento das famílias sustentado por condições de financiamento favoráveis, com destaque para o aumento da procura por empréstimos destinados à aquisição e reforma de moradias. A procura por empréstimos pelas famílias acelerou-se nos primeiros meses do ano, atingindo um pico na Primavera, com uma taxa semelhante de 9,8%, chegando a 8,2% em dezembro. Mais uma vez, o perigo foi associado com um possível descontrole dos preços e inflação.

Os técnicos informaram que o forte crescimento dos empréstimos para aquisição de habitação estava relacionado com um afrouxamento nos critérios aplicados pelos bancos para a aprovação de crédito. Segundo os dados fornecidos pelos bancos, a concorrência por parte de outros bancos, e uma percepção de menores riscos em termos de expectativas relativas à atividade econômica geral, justificavam a maior oferta de crédito²⁴⁹.

Por outro lado, a análise da situação bancária mostrava que a base de financiamento dos bancos da UE era constituída principalmente por depósitos de clientes. Ou seja, uma base de menor risco e de maior liquidez do que a situação que se desenrolava do outro lado do Atlântico. O aumento de comercialização de instrumentos de depósito mais complexos

²⁴⁷ Segundo <http://www.thehindubusinessline.in/bline/2003/06/17/stories/2003061702380500.html> publicado em 17-06-2003 "Iran offers oil to Asian union on easier terms - C. Shivkumar - BANGALORE, June 16 (...) Iran's oil and gas exports destined mostly for Europe are already denominated in euros. Iran produces about 3.5 barrels and is the second largest oil exporter among the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC). About 30 per cent of the Iran's oil exports are destined for European markets. The other two large consumers of Iranian Oil are India and China. Even in the case of Indian only a small quantum of the oil imports come through the ACU mechanism. As a result of the large exports to Europe, Dr Mojarrad said 60 per cent of Iran's foreign reserves were held in the form of euros. Iran's current foreign exchange reserves are estimated to be equivalent to \$20 billion. But, he added, the switch to the Euro, which as done during the last few months had helped the country to negate the effects of a depreciating dollar and falling international oil prices. He said that if the country had continued its receipts in US dollars, it would have meant large losses, which would have translated into domestic inflation. This was because large volumes of its imports are also sourced from Europe. The Iranian central bank was keen to avert that situation and had consequently adopted the Euro-denominated payments to ensure that the losses were minimized. The country had also resorted to managing its reserves to minimize the effects of the depreciating dollar, he added(..)". acesso em 02-03-20014.

²⁴⁸ Relatório BCE de 2005, pp. 45-46.

²⁴⁹ Idem, pp.47.

poderia elevar os riscos bancários e era desaconselhado pelo BCE. Assim, o BCE emitiu alertas aos bancos sobre estes estarem se tornando cada vez mais dependentes de instrumentos como as obrigações hipotecárias e mercados de títulos. Tais ofereciam vantagens de escala, porém eram mais dispendiosos do que o financiamento através de depósitos e poderiam criar problemas de gestão de liquidez por parte das instituições no futuro²⁵⁰.

Adicionalmente, o BCE usou o seu relatório de 2006 para enviar um alerta sobre a perda de espaço nos mercados internacionais para os países emergentes. O mercado de títulos da dívida pública estaria começando a enfrentar sinais de desgaste, em função das taxas mais elevadas dos emergentes. Até mesmo as exportações de bens estariam sofrendo ameaças:

(...) os países emergentes estão a adquirir importância como concorrentes na exportação, não só em setores de baixa tecnologia e intensivos em trabalho – como sugerem as respectivas dotações de fatores – mas também, cada vez mais, em bens intensivos em tecnologia e capital. Ao mesmo tempo, a Zona do Euro perde terreno em alguns setores tradicionais fortes, incluindo máquinas e equipamento. Esta tendência é corroborada por sinais de um forte aumento das importações de bens de investimento dos novos Estados Membros da UE, que parecem estar, em parte, a destronar as importações entre os países da Zona do Euro²⁵¹.

As recomendações, no entanto, defendiam as linhas de defesa de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos respeitando as regras de um “livre mercado”²⁵²:

O sucesso de novos ajustamentos às mudanças estruturais não será possível com base num aumento do protecionismo, uma vez que isso apenas daria origem a períodos de ajustamento mais prolongados. Será mais provável que se alcance um ajustamento com sucesso, se forem asseguradas as necessárias mudanças estruturais num contexto que permita minimizar as perdas de bem-estar transitórias (como aumentos temporários do desemprego) e promover a transferência flexível de recursos para as novas áreas em expansão. Esta será a melhor resposta de uma economia aos desafios da globalização. De novo, tal requer reformas estruturais na Zona do Euro, bem como maiores despesas em P&D, a fim de facilitar a inovação necessária ao desenvolvimento de novas e promissoras áreas de especialização.

No ano seguinte, os efeitos da crise financeira estadunidense seriam detectados após agosto, e o BCE²⁵³ informou que:

Os mercados monetários do Euro foram afetados a partir de agosto por uma correção a nível mundial muito significativa, com episódios de turbulência aguda e um nível

²⁵⁰ Relatório BCE de 2005,, pp.152.

²⁵¹ Idem, pp. 59.

²⁵² Idem, pp.62.

²⁵³ Relatório BCE 2007, pp. 16.

elevado de volatilidade. A escassez de liquidez no mercado monetário do Euro em 9 de agosto levou o BCE a ceder €95 bilhões à taxa de juro direta de 4.00% pelo prazo overnight. O BCE voltou a realizar operações semelhantes, com montantes decrescentes, nos dias seguintes. Nas semanas e nos meses seguintes, o BCE também realizou operações de refinanciamento de prazo alargado suplementares, bem como operações ocasionais de regularização. Além disso, cedeu liquidez em dólares dos EUA em paralelo com a *Term Auction Facility* (facilidade de leilão a prazo) do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque. No final do ano, o BCE tomou medidas especiais a nível da liquidez para fazer face às necessidades específicas do sistema bancário. Em resultado das operações do BCE, a taxa de juro overnight voltou aos níveis estáveis, próximo da taxa direta fixada pelo Conselho do BCE, observados antes do início da turbulência. Contudo, continuam a existir tensões nos prazos mais longos no mercado monetário.

Ao final do ano, algumas medidas seriam sugeridas pelos técnicos como forma de evitar maiores instabilidades. Entre elas destacam-se: (1) necessidade dos bancos reforçarem os respectivos sistemas de gestão do risco; (2) necessidade de aumentar a transparência de todos os participantes nos mercados; (3) necessidade de avaliar o papel global das agências de avaliação de risco. O diagnóstico era pessimista para o caso da persistência da crise:

O sistema financeiro da Zona do Euro permaneceu resistente em 2007, mas a sua capacidade de absorver choques foi seriamente testada ao longo da segunda metade do ano. Para além das consequências possíveis da turbulência nos mercados de crédito, os riscos futuros para o sistema bancário da Zona do Euro relacionam-se sobretudo com a possibilidade de desenvolvimentos adversos no ciclo de crédito, com implicações negativas para a qualidade dos ativos dos bancos e os respectivos encargos por imparidade dos empréstimos. Além disso, a possibilidade de uma correção desordenada dos desequilíbrios mundiais permanece uma fonte de risco a médio prazo para a estabilidade financeira mundial²⁵⁴.

Mais uma vez, o BCE alertava bancos e instituições financeiras, mas de forma ineficaz. Talvez pela falta clara de sanções, prazos ou metas, como era tão bem especificado para os governos em relação às políticas fiscais, como veremos no próximo item.

A integração monetária nos BCNs, no entanto, não diminuiria ao longo de 2007 e foi criada – e aprovada pelo Conselho da UE em 15 de outubro de 2007 – a *Área Única de Pagamentos em Euros* (SEPA), visando aumentar a coordenação dos serviços de pagamento integrados em todos os países da Zona do Euro. Já o risco de descontrole do nível de preços foi considerado mediano, levando ao aumento da taxa básica de juros pelo BCE em 0,5% entre março e junho. Como consequência, a taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento do Eurosistema aumentou para 4,0% em junho de 2007. No final do ano, em dezembro, as projeções para a inflação indicavam um aumento para um intervalo entre

²⁵⁴ Idem, pp. 14 .

2,0% e 3,0% para o próximo ano, e um intervalo entre 1,2% e 2,4% em 2009. O culpado, mais uma vez, seria o aumento dos preços do petróleo e das *commodities*, com ênfase nos insumos alimentares. Já em relação ao lado monetário, houve pouca evidência de que a turbulência financeira registrada desde agosto de 2007 tivesse influenciado a expansão do agregado monetário M3 e o acesso a crédito²⁵⁵.

A instabilidade no mercado financeiro aumentou durante 2008. O BCE²⁵⁶ foi forçado a injetar liquidez no setor bancário, através dos Bancos Centrais Nacionais, para manutenção de reservas mínimas, aumentando os prazos médios das operações de refinanciamento do Eurosistema. Em cooperação com o FED, estendeu essa injeção de liquidez, em dólares dos EUA. Já no nível europeu, foi lançada a *Declaração de Paris* dos países da Zona do Euro de 12 de outubro de 2008 – posteriormente aprovada pelo Conselho Europeu em 16 de outubro – que definiu um plano de ação visando coordenar as medidas para restabelecer a confiança e melhorar as condições de financiamento na economia. Ao mesmo tempo, as condições macroeconômicas deterioraram-se de forma crescente, abalando ainda mais os mercados financeiros. As definições de política monetária foram condensadas nos mesmos pontos dos anos anteriores: estabilidade de preços, diminuição das dívidas públicas, e aumento contínuo da injeção de liquidez nos mercados monetários, através de operações levadas a cabo pelos BCNs.

A receita era clara: aumentar a “sobra” de caixa dos governos, para poder sustentar os níveis de lucratividade dos bancos que sofriam as consequências dos papéis que haviam escolhido como aplicações “de baixo risco”, e alto retorno. Uma incongruência já que risco e retorno caminham juntos.

As respostas para enfrentar os efeitos da crise financeira aumentaram em 2009, com várias propostas para aumentar o controle da estabilidade financeira em nível europeu e mundial. O relatório do *Grupo de Alto Nível*²⁵⁷ presidido por Jacques de Larosière, publicado em fevereiro de 2009, apresentou um conjunto de recomendações para um novo quadro institucional da UE para a supervisão financeira. As propostas diriam respeito, em primeiro lugar, ao estabelecimento de um *Comitê Europeu do Risco Sistêmico* (CERS) e a um *Sistema Europeu de Supervisores Financeiros*, que serão detalhados em próximo capítulo. A

²⁵⁵ Idem pp.112.

²⁵⁶ Conforme informações do Relatório BCE de 2008, pp. 50-51.

²⁵⁷ Equipe de experts convocada para analisar o desenrolar da crise financeira e seus impactos na UE em geral, e na Zona do Euro em especial.

discussão sobre regulamentação dos mercados e instituições financeiras estava novamente em pauta, mas, como antes, as discussões não chegariam a pontos concretos.

Em 2009, após a intensificação da crise financeira no Outono de 2008, o Eurosistema continuou a funcionar numa conjuntura conturbada. Em relação às pressões inflacionárias, o BCE tomou uma postura mais tolerante e não as considerou como merecedoras de medidas especiais, dada a situação econômica de recessão na área do Euro e no resto do mundo. Assim, decidiu reduzir novamente as suas taxas básicas de juro. Após uma queda total de 1,75 % no quarto trimestre de 2008, entre janeiro e maio de 2009, foi novamente reduzida a taxa das operações principais de refinanciamento em 1,5 %, um nível inédito na história da área do Euro²⁵⁸.

Naquela conjuntura, em 2010, o BCE optou por manter essa taxa no nível de 1,0%, a mais baixa da série completa, para as principais operações de refinanciamento. Essa atitude estava de acordo com a avaliação de que as perspectivas de médio prazo para a inflação permaneceriam alinhadas com a estabilidade de preços em 2010. Não se considerava assim que as expectativas de crescimento mais favoráveis e a dinâmica de curto prazo da inflação ameaçassem a estabilidade de preços no médio prazo. Todos os esforços seriam, portanto, concentrados no sentido de reforçar o setor financeiro²⁵⁹.

Curiosamente, a ameaça que permeava todas as análises, recomendações e documentos do BCE até então – a inflação – passou a não ser mais o perigo a ser controlado e foi deixado de lado. Adicionalmente, a situação recessiva passou a ser vista como favorável ao controle de preços. Aparentemente, as autoridades estavam satisfeitas com o quadro que se apresentava, apesar de seus efeitos sobre o emprego, as políticas sociais e a recessão que estava em andamento.

Frente à possibilidade de entrar na clássica armadilha da liquidez já preconizada por John Maynard Keynes, nos anos 1930, ou seja, uma situação em que o sistema financeiro entra em colapso por não ter a quem conceder empréstimos para realizar o ganho do capital, as autoridades de política monetária afrouxaram os garrotes fiscal e monetário dos bancos centrais nacionais. A alternativa seria a eclosão muito mais precoce da crise financeira.

²⁵⁸ Relatório do BCE de 2009, pp.16-17.

²⁵⁹ Relatório do BCE de 2010, pp.14-15..

Política fiscal: o Pacto de Estabilidade e Crescimento

Com o objetivo de “evitar desequilíbrios orçamentais”, e, por conseguinte, exigindo sempre uma meta de superávit das contas públicas após a introdução da moeda única, o *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (PEC)²⁶⁰ tornou-se a diretriz maior a ser seguida pelos países da Zona do Euro. As metas a serem alcançadas eram o controle do orçamento do governo, a coordenação das políticas econômicas; e a aplicação do procedimento relativo aos *déficits excessivos*. Em 2005, esses regulamentos foram alterados para se adaptarem à conjuntura então vigente.

Para os países candidatos à adesão ao Euro, uma das condições essenciais consistia na apresentação do programa de convergência. Após a entrada na Zona do Euro propriamente dita, os Estados Membros assumiam formalmente o compromisso de manter uma situação de equilíbrio orçamental, com preferência por superávit primário. Como parte das tarefas para atingir essa meta, cada país, anualmente, deve apresentar ao Conselho e à Comissão, um programa de estabilidade que passa a ser examinado e avaliado a cada ano pelo BCE.

Um dos pontos mais importantes do PEC é a previsão da aplicação de sanções pelo Conselho para os países que não adotarem medidas corretivas em situação de *déficit excessivo*. Como explicado anteriormente, o *déficit excessivo* é mais do que uma definição subjetiva de teoria econômica, ele explicita o valor de 3% do PIB..

No caso da União Europeia, esse termo é um rótulo que inicia uma série de procedimentos e penalidades para o país que for rotulado nessa situação. Quando se rotula um país com essa classificação, numa fase inicial, é aplicada uma sanção, que tomará a forma de depósito de certa quantia, sem incidência de juros remuneratórios, junto à Comunidade. Mas poderá ser convertida em fundo perdido, se o *déficit excessivo* não for corrigido nos dois anos seguintes. A aplicação das sanções não é automática e depende de uma avaliação das

²⁶⁰ Composto por uma resolução do Conselho Europeu (de 17 de junho de 1997) e dois regulamentos do Conselho, de 7 de julho de 1997

circunstâncias pelo Conselho²⁶¹. Assim, temos uma categorização associada a uma penalidade e um prazo de correção, como se fosse um crime. Porém, diferente deste, há uma avaliação subjetiva pelo Conselho que, como visto anteriormente, possui uma tendência de favorecimento natural dos cinco maiores países do bloco.

O chamado *Procedimento em caso de déficit excessivo* está previsto no artigo 126.º do *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* e obriga os Estados Membros a evitar déficits nos orçamentos nacionais. A Comissão avalia e o Conselho decide se existe ou não um *déficit excessivo*, depois elabora um relatório, contendo recomendações para que o governo daquele país elimine o déficit em prazo também determinado pelo Conselho. Se o país não seguir essas recomendações, o Conselho aplica sanções ou multas e, ainda solicita ao *Banco Europeu de Investimento* (BEI) uma revisão da sua política de empréstimos para esse determinado país, podendo mesmo proibir novos financiamentos ao BCN do país em questão. A princípio, o valor de referência para a existência de um déficit público é de 3 % do PIB²⁶².

Ao analisarmos o Gráfico 5.1, com a evolução do saldo das contas públicas dos países iniciais da Zona do Euro ao final de 2002, primeiro ano de circulação do Euro na sua forma monetária, todos os países do grupo apresentavam déficit, exceto Luxemburgo e Finlândia. Os demais tinham os seguintes déficits em porcentagem do PIB: Alemanha (3,8%), França (3,3%), Itália (3,2%), Portugal (3,5%) e Grécia (4,8%), todos acima dos 3% estabelecidos²⁶³. Tais resultados foram considerados pelas autoridades monetárias como sinais claros de deterioração orçamentária de vários Estados Membros, e levaram a revisões estatísticas para tentar minimizar os valores deficitários constantes nos relatórios²⁶⁴. Não havia sequer a

²⁶¹ O Tratado da União Europeia incluiu um conjunto de artigos que constituem a base do quadro de supervisão orçamental da União Europeia. O Artigo 101º estabelece a proibição de linhas de crédito ou a aquisição em mercado primário de dívida pública pelo BCE ou pelos bancos centrais nacionais. O Artigo 102º proíbe o acesso privilegiado de entidades englobadas nas administrações públicas a instituições financeiras. O Artigo 103º isenta a UE e os Estados Membros de serem responsabilizados ou assumirem compromissos das administrações públicas de um dado Estado Membro (regra de "no bail-out"). Por fim, o Artigo 104º refere-se às fases do procedimento dos déficits excessivos: 1- Define um déficit excessivo como acima de 3% do PIB., e de 60% para o endividamento acumulado. Adicionalmente, o regulamento do Conselho nº3605/93, de 22 de novembro de 1993, define o déficit como as necessidades líquidas de financiamento das administrações públicas, tal como decorrem do Sistema Europeu de Contas, e a dívida como o valor nominal, no final do ano, da dívida bruta consolidada das administrações públicas. Conforme informações disponíveis no endereço http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/excessive_deficit_procedure_pt.htm, acesso em 12-05-2014.

²⁶² De acordo com Antônio Martins da Silva, em *História da Unificação Europeia – a Integração comunitária (1945-2000)*. pp.222-224.

²⁶³ Segundo o Relatório do BCE de 2002, pp.32-34.

²⁶⁴ De acordo com o mesmo relatório segundo capítulo X referente À informações estatísticas, pp.172-176.

consideração de um problema, mas procurava-se uma distorção estatística para justificar a situação quase unânime dentro do bloco de países que descumpria as regras criadas pelo próprio grupo.

Gráfico 5.1: Evolução do saldo das contas públicas de países selecionados da Zona do Euro em % do PIB, 2000-2010

Fonte: Conforme dados da EUROSTAT, elaborado pela autora.

Outras medidas de “calibração” parecem ter sido usadas quando em de janeiro de 2003, o Conselho ECOFIN decidiu tomar medidas relativas à situação de França e Alemanha, que se encaixavam na categoria de *déficit excessivo*. Como de praxe, emitiu uma recomendação para que os governos dos dois países regularizassem a situação e ambos se comprometeram a resolver o problema. De posse de tais “compromissos” não mais se considerou que houvesse uma situação de risco de *déficit excessivo* e não se emitiu nenhuma sanção, não havendo nenhum depósito a ser feitos pelos dois países principais da Zona do Euro. O episódio revelou a fragilidade de aplicação do *Pacto de Estabilidade e Crescimento* que, segundo o próprio ECOFIN estaria sujeito a uma crise de “falta de poder de decisão”. Ademais, o caso era a prova de falta de isenção na definição do quem estaria em situação de *déficit excessivo* e evidenciava a necessidade de mudanças²⁶⁵. Estas se iniciaram em 2004, e foram completadas em 2005, com a aprovação pelo Conselho Europeu de um novo documento "*Melhorias na implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento*".

²⁶⁵ Destaca-se que em 2003, os principais quotistas do BCE eram a Alemanha (30,24%), França (20,78%), Itália (18,39%), e Espanha (10,98%).

As principais alterações que esse documento efetuou foram uma definição do objetivo orçamental de médio prazo (MTO) (*medium-term budgetary objective*) e do processo de convergência para que este fosse alcançado. O objetivo orçamental de médio prazo foi definido usando o saldo ajustado do ciclo e de medidas temporárias em percentagem do PIB. O seu valor passou a levar em conta a razão entre a dívida e o crescimento do produto potencial, podendo ser diferenciado entre os Estados Membros. Adicionalmente, o MTO usava a margem de segurança em relação ao limite para o déficit de 3% do PIB. Os países que não atingissem o MTO teriam de se aproximar do valor estabelecido por via de um ajustamento que seria mais acentuado em períodos de crescimento econômico e que poderia ser mais limitado nos períodos de menor crescimento. Como referência, o saldo ajustado do ciclo deveria aumentar 0,5% do PIB por ano.

A implantação de reformas estruturais, em particular a introdução de esquemas de capitalização e contratos privados nos programas de segurança social, passou a ser aceito como uma boa justificativa para desvios temporários das metas a serem atingidas, caso o país comprovasse estar tomando tais medidas²⁶⁶. Ou seja, quando o país mostrava estar diminuindo seus custos com cortes nas áreas de atendimento social, as sanções podiam ser suspensas. O mesmo não ocorreria se o corte fosse, por exemplo, na suspensão de pagamentos de custos de financiamento. Tal atitude revela uma clara imposição do Conselho Europeu para diminuir ainda mais o papel do Estado. Na realidade, o MTO foi definido para que o critério fosse diferenciado e particularizado para cada país, beneficiando França, Alemanha, Itália e permitindo sanções contra países como Grécia, Irlanda, e Portugal²⁶⁷.

Outras definições interessantes nessa revisão do PEC referem-se ao que seriam "circunstâncias excepcionais" e "fatores relevantes", a serem usados como atenuantes na

²⁶⁶ Segundo a Resolução do Conselho Europeu de 17 de junho de 1997 (97/C236/01), Regulamento do Conselho (CE) nº 1466/97 de 7 de julho e Regulamento do Conselho (CE) nº 1467/97 de 7 de julho e Regulamento do Conselho (CE) nº 1055/05 e Regulamento do Conselho (CE) nº 1056/05, ambos de 27 de junho disponíveis no endereço <http://www.bportugal.pt/pt-pt/obancooeurosisistema/sistemaeuropeudebancoscentrais/pactodeestabilidadeecrescimento/Paginas/default.aspx> acessado em 12-05-2014

²⁶⁷ Segundo o relatório do BCE de 2005, o MTO era calculado em termos do saldo ajustado do ciclo econômico de cada país em percentagem do PIB. O seu valor deveria levar em conta a razão entre a dívida e o crescimento do produto potencial. Desse modo passou a permitir uma margem de segurança em relação ao limite de 3% do PIB. Os países que não atingissem esse objetivo teriam que aproveitar períodos de crescimento econômico para fazer os ajustes e poderiam ficar na margem de segurança particular de cada país, nos períodos de recessão ou fraco crescimento econômico. Como referência, o saldo ajustado do ciclo e de medidas temporárias deveriam aumentar 0,5% do PIB por ano.

avaliação de eventuais situações de *déficit excessivo*, além de uma modificação dos prazos nas várias fases do procedimento corretivo deste.

Assim, "circunstâncias excepcionais" passaram a ser entendidas como um déficit acima do valor de referência dos 3% do PIB, e não seriam considerados excessivos, os valores que viessem a resultar de uma taxa de crescimento anual do PIB real negativa, ou de uma perda acumulada de produto, devida a um período prolongado de crescimento anual do PIB real abaixo do potencial. A recessão seria considerada como relevante para a avaliação.

Por "outros fatores relevantes" definiram-se vários aspectos relacionados com as perspectivas econômicas e orçamentais de médio prazo. Estes só poderiam ser invocados no caso de se ultrapassar o valor de referência de forma temporária e por uma magnitude reduzida.

Em relação aos ajustes fiscais, o prazo limite continuava a ser de um ano após a sua identificação. No entanto, a existência de "circunstâncias especiais" – como uma recessão ou reforma estrutural profunda em andamento – poderia justificar o prolongamento do prazo de correção por mais um ano. Mais uma vez, as reformas estruturais poderiam, via de regra, ser sinônimo de eliminação da agenda do Estado.

Em setembro de 2004, a Grécia apresentou valores do déficit e da dívida para o período de 2000 a 2003, consideravelmente acima dos anteriormente divulgados. A razão do déficit ultrapassou o valor de referência de 3% do PIB. Posteriormente, foram divulgados valores para o período de 1997 a 1999, que também apresentavam déficits superiores a 3% do PIB. Isso levou a uma reanálise dos dados gregos por parte do BCE²⁶⁸.

Em 2006²⁶⁹, foram novamente disparados os procedimentos relativos aos *déficits excessivos* para diversos Estados Membros (Alemanha, Grécia, França, Itália e Portugal além de República Tcheca, Chipre, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia e Reino Unido). Ainda assim, a avaliação da sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas nos Estados Membros da UE foi considerada promissora e o Comitê de Política Econômica da UE (CPE) e a Comissão Europeia voltaram sua atenção para o lado demográfico, publicando um relatório que avaliava o impacto do envelhecimento da população no orçamento.

²⁶⁸ Até a presente data, a base de dados do Banco Central Grego e a base de dados da Eurostat não possuem os dados completos relativos ao endividamento grego na década de 1990. Não consta das páginas das duas instituições uma justificativa para tal ausência.

²⁶⁹ De acordo com o Relatório do BCE de 2006, pp.170.

GERENCIANDO PROBLEMAS

O relatório que atualizou os relatórios do CPE/Comissão de 2001 e 2003 relativos ao envelhecimento, apresentou estimativas dos encargos orçamentais induzidos pelo envelhecimento da população para os Estados Membros da UE, com base em pressupostos ligados ao comportamento das principais variáveis demográficas e macroeconômicas. Para a Zona do Euro, e para a UE no seu conjunto, o estudo indicava que seria necessária uma melhoria da situação orçamentaria estrutural de cerca de 3,5% do PIB, referência de 2005 para que se alcançasse uma posição sustentável.

Em 2008, o aumento da turbulência financeira ao longo do ano, conduziu à diminuição da confiança no setor financeiro, e em outubro, o Conselho ECOFIN se manifestou para reforçar que o PEC continuava a ser o enquadramento apropriado. Deveria ser aplicado na íntegra por todos os países do grupo, independentemente dos sobressaltos vindos do outro lado do Atlântico²⁷⁰.

Ainda que parecesse não dar tanta importância às agitações no mercado financeiro, já na segunda metade de 2007, o Conselho da UE dera início a três planos de resposta à turbulência nos mercados financeiros, surgida em agosto daquele mesmo ano. Os planos especificavam medidas como: i) resposta à turbulência financeira; ii) reforço dos acordos da UE de estabilidade financeira; e iii) revisão do processo Lamfalussy,²⁷¹ sobre regulamentação e supervisão financeiras. Adicionalmente, em outubro de 2008, o Conselho Europeu aprovou os princípios de um plano de ação para atender os quatro objetivos principais, a saber: (1) assegurar condições de liquidez para as instituições financeiras; (2) facilitar o financiamento dos bancos privados através dos BCNs; (3) fornecer às instituições financeiras recursos de capital adicionais; e (4) permitir a recapitalização dos bancos em dificuldade. Além disso, foi estabelecido um núcleo de coordenação dos esforços de resposta à crise financeira, com representantes do país que presidisse a UE, o Presidente da Comissão Europeia, o Presidente do BCE (juntamente com os restantes bancos centrais da UE), e os governos dos Estados Membros. Claramente a mensagem era de que a crise não deveria influenciar os países

²⁷⁰ Relatório BCE 2008, pp.180-182.

²⁷¹ O Processo Lamfalussy é um estudo da União Europeia para o desenvolvimento da regulação do mercado de serviços financeiros. Iniciado em março de 2001, é conhecido pelo nome do chairman do Comitê de Aconselhamento da UE que o criou, Alexandre Lamfalussy. Ainda em estudo, não foi implantado (informações de <http://www.euroogle.com/?definition=1063>).

membros na sua busca constante por superávit primário. Mas esses mesmos países deveriam evitar que o sistema financeiro entrasse em colapso. Nada mais apropriado do que utilizar esse mesmo superávit para atingir o objetivo.

Apesar de diversas recomendações e alertas por parte do Conselho ECOFIN, de abril a dezembro daquele ano²⁷², vinte países da UE estavam em *déficits excessivos*, 13 dos quais na área do Euro. Como resultado, o Conselho decidiu aumentar o prazo original para a correção da situação de um para dois anos. Curiosamente, no caso da Grécia, o prazo não foi aumentado. A justificativa veio pelo país ter sido considerado como não tendo tomado medidas eficazes em resposta à recomendação do Conselho de abril de 2009. E, portanto, as sanções foram aplicadas.

No final de 2009, o Conselho ECOFIN publicou suas conclusões relativas ao Relatório de Sustentabilidade de 2009 da Comissão Europeia, onde se avaliava a sustentabilidade das finanças públicas nos países da UE. De acordo com o relatório, 13 Estados Membros da UE apresentavam situação de risco elevado em relação à sustentabilidade das suas finanças públicas (os países da área do Euro: Irlanda, Grécia, Espanha, Chipre, Malta, Países Baixos, Eslovênia e Eslováquia, e os países não pertencentes à área do Euro: República Tcheca, Letônia, Lituânia, Romênia e Reino Unido); enquanto nove países foram considerados como em situação de risco médio (Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Áustria e Portugal na área do Euro; bem como Hungria e Polônia fora da área do Euro). A Finlândia foi o único país da Zona do Euro avaliado como de baixo risco, em termos de sustentabilidade das suas finanças públicas²⁷³.

Em comparação com o Relatório de Sustentabilidade de 2006, dez países passaram a inserir-se numa categoria de maior risco (Irlanda, Espanha, Letônia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Áustria, Polônia, Eslováquia e Reino Unido), principalmente devido à deterioração da respectiva situação orçamental. Apesar de a incerteza em torno das situações orçamentais estruturais e das projeções orçamentais a longo prazo ser maior do que o habitual, em resultado da crise econômica e financeira, o Conselho ECOFIN concluiu que a deterioração das finanças públicas relacionada com a crise aumentou “*substancialmente os desafios à sustentabilidade*”. Portanto, o Conselho recomendou o uso de uma estratégia de três vertentes que havia sido elaborada e autorizada pelo Conselho Europeu de 2001, em Estocolmo: i) a

²⁷² Conforme o Relatório do BCE de 2010, pp.169-171.

²⁷³ Segundo informações do Relatório do BCE de 2009, pp.72-74.

redução do déficit e da dívida; ii) o aumento das taxas de emprego; e iii) reformas dos sistemas de proteção social. Essas “exigências” haviam sido feitas em contexto completamente distinto do turbilhão de 2009. Porém, aparentemente, as autoridades não se sensibilizavam com a nova conjuntura.

Em 2010, o Conselho ECOFIN continuou a endurecer sua cobrança em relação à Grécia e emitiu uma recomendação com orientações gerais para as políticas econômicas, que foi subsequentemente tornada pública. Além disso, identificou uma lista de medidas estruturais e orçamentais que a Grécia devia obrigatoriamente adotar para corrigir o respectivo *déficit excessivo* até 2012. A Grécia foi também convidada a apresentar ao Conselho e à Comissão Europeia, um relatório detalhando como iria adotar tais medidas; e com um cronograma de execução das mesmas, com exigência de divulgação periódica do andamento das medidas que estariam sendo tomadas.

Em maio de 2010, os Chefes de Estado ou de Governo dos países da área do Euro foram a público reafirmar seu compromisso em assegurar a estabilidade, unidade e integridade da área do Euro. Concordaram em tomar todas as medidas necessárias para acelerar a consolidação orçamental, sempre que necessário. Desse modo, estariam afastando os medos e desconfiças relativas aos mercados de títulos e investimentos, garantindo a solidez das economias europeias, pelo menos pelo seu lado monetário.

Outra medida desse mesmo ano, como forma de combate às incertezas advindas da crise, foi o relançamento do Mercado Único. Mario Monti, um antigo membro da Comissão Europeia, a convite de Durão Barroso, preparou um relatório sobre o futuro do Mercado Único, numa tentativa de animar os Estados Membros e eliminar uma “fadiga de integração”. Esta levava cada vez mais ao surgimento de notícias na mídia sobre a possibilidade de este ou aquele país sair da União Europeia e, mesmo, abandonar a moeda única. Adicionalmente, Monti apresentou algumas propostas como a conclusão da implantação do Mercado Único de Serviços.

Com base nesse relatório, a Comissão propôs um conjunto de medidas destinadas a relançar o Mercado Único sob a forma de um “*Ato para o Mercado Único*”, cujo objetivo principal seria estimular o crescimento e impulsionar o emprego nos Estados Membros. Após consulta pública, a Comissão iria apresentar propostas legislativas nesse sentido. Entre as prioridades propostas, encontra-se a criação de uma patente da União Europeia, o acesso das pequenas e médias empresas a fontes de financiamento de capital, e o reconhecimento mútuo das qualificações profissionais entre os diferentes Estados. Com o objetivo aparente de

facilitar a mobilidade da mão de obra entre eles, as medidas, no entanto, precisavam de regulamentação que as tornassem viáveis.

Apesar das tentativas de desviar as atenções para propostas menos desgastadas, a primeira década se encerrou com situações de déficit em praticamente todos os países e recomendações de alerta para a maioria deles.

Longe de terminar, a crise estava ainda sem data para seu término e o uso exaustivo do velho receituário de corte das despesas públicas para aumentar a sobra de caixa a ser usada como fonte de liquidez para as instituições financeiras cada vez mais sedentas de retornos recordes, não estava sendo lá muito capaz de resolver o problema. Se é que se pode supor que esse fosse o objetivo por trás do discurso.

ANÁLISE DO AMBIENTE ECONÔMICO DA ZONA DO EURO (2000 A 2010)

Para uma melhor percepção dos indicadores dos países da Zona do Euro, pode-se dividi-los em três grupos: um primeiro grupo com os seis países fundadores do bloco europeu: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos; um segundo grupo com os países que aderiram à União Europeia nas décadas de oitenta e noventa do século vinte; por fim, no terceiro grupo temos os países que passaram a utilizar o Euro na primeira década do novo século: Malta, Chipre, Eslovênia e Eslováquia.

Gráfico 5.2: Participação percentual de cada país no PIB total da Zona do Euro em 2010.

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Gráfico elaborado pela autora.

Evidencia-se pelo Gráfico 5.2 que o PIB da Zona do Euro tem como principais componentes a Alemanha, França, Itália e Espanha que, somados totalizaram 76,79% do mesmo. O segundo grupo mencionado anteriormente representa 22,5% e o terceiro grupo participa com apenas 1,5%. Em termos de população, mais uma vez o primeiro grupo concentra 71% da população da Zona do Euro, o segundo grupo representa 26,5% e o terceiro, 2,5%.

Como discutido ao longo do capítulo, o primeiro grupo veio concentrando, ao longo de toda a década, o poder de decisão nas diversas esferas da Zona do Euro, seja na posse maioritária de quotas do BCE, assentos no Parlamento Europeu, votações de maioria qualificada do Conselho e Comissões. A seguir apresentam-se os indicadores macroeconômicos dos países da Zona do Euro com destaque para o desempenho dos membros desse primeiro escalão de países membros.

Evolução da População, Produto, e Consumo

A população da Zona do Euro, como mencionado anteriormente neste capítulo e explicitado na Tabela 5.1, está concentrada nos quatro principais países do grupo: Alemanha, França, Itália e Espanha concentram mais de 75% dos cidadãos do grupo, assim é importante observar que todos estão apresentando taxas de crescimento ascendentes.

Tabela 5.1: Evolução da População dos países da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (2)	2005 (3)	2010 (4)	Participação no total (%) (5)
Alemanha	82.163.475	82.500.849	81.802.257	24,9%
França	60.545.022	62.772.870	64.658.856	19,7%
Itália	56.923.524	57.874.753	59.190.143	18,0%
Espanha	40.049.708	43.296.338	46.486.619	14,1%
Países Baixos	15.863.950	16.305.526	16.574.989	5,0%
Grécia	10.903.757	11.073.713	11.183.516	3,4%
Bélgica	10.239.085	10.445.852	10.839.905	3,3%
Portugal	10.249.022	10.494.672	10.573.479	3,2%
Áustria	8.002.186	8.201.359	8.375.290	2,5%
Eslováquia	5.398.657	5.372.685	5.390.410	1,6%
Finlândia	5.171.302	5.236.611	5.351.427	1,6%
Irlanda	3.777.565	4.111.672	4.549.428	1,4%
Eslovênia	1.987.755	1.997.590	2.046.976	0,6%
Chipre	690.497	733.067	819.140	0,2%
Luxemburgo	433.600	461.230	502.066	0,2%
Malta	380.201	402.668	414.027	0,1%
Total	312.779.306	321.281.455	328.758.528	

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. A Tabela está organizada de forma decrescente em função da coluna (4).

A entrada de imigrantes nos países da Zona do Euro pode ser observada na Tabela 5.2 comprovando que Alemanha, Espanha e Itália atraíram vários estrangeiros no período. No caso específico da Espanha, pode-se destacar que, embora os imigrantes que entraram o país em 2010 representem apenas 0,8% da população, no ano de 2005, essa relação era de mais do dobro, com 1,7% da população espanhola composta por estrangeiros. A Alemanha tem um decréscimo nessa relação que se inicia com 1% da população alemã sendo composta de imigrantes em 2000, passa para 0,8% em 2005 e termina o período com 0,5%.

Em relação ao ano de 2010, Itália e Alemanha foram os principais atratores de estrangeiros representando o destino de 45% do total de imigrantes vivendo na Zona do Euro. Espanha (19%) e França (16,2%) estavam em segundo lugar, e os demais países ficam num terceiro lugar com menos de 20% segundo a base de dados oficial do bloco, a EUROSTAT. Esses dados mostram que a crise, a princípio não atingiu o primeiro e segundo grupos de países, pelo contrário, estes se tornaram receptores de mão de obra vinda dos demais países da Zona do Euro e de fora dela.

Tabela 5.2: Entrada de imigrantes nos países da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (2)	2005 (3)	2010 (4)	Média 2000-2010 (5)
Alemanha	841.158	707.352	404.055	690.405
Espanha	362.468	719.284	360.705	589.860
Itália	226.968	325.673	458.856	380.993
Bélgica	89.388	132.810	135.281	129.405
Áustria	81.676	114.465	70.978	92.187
Irlanda	57.400	102.000	52.339	79.126
Portugal	57.660	49.200	27.575	51.453
Finlândia	16.895	21.355	25.636	22.129
Chipre	12.764	24.419	20.206	17.123
Eslovênia	6.185	15.041	15.416	16.657
Luxemburgo	11.765	14.397	16.962	14.357
Eslováquia	2.274	9.410	13.770	9.915

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados relativos a França, e Grécia, Malta não disponíveis. A Tabela ordenada em função da coluna (4) em modo decrescente.

A evolução do produto pode ser visualizada na Tabela 5.3, onde se destaca um refreamento do crescimento da Alemanha no começo da década, para retomar novamente o ritmo após 2006. A crise afeta todos os países e, no caso alemão, o país se recupera apenas em 2010. Espanha, Grécia e Irlanda continuam a redução de seu produto durante os anos após o início da crise.

Tabela 5.3: Evolução percentual do PIB dos países da Zona do Euro, 2000 a 2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Alemanha	3,1	1,5	0,0	-0,4	1,2	0,7	3,7	3,3	1,1	-5,1	4,0
Áustria	3,7	0,9	1,7	0,9	2,6	2,4	3,7	3,7	1,4	-3,8	1,8
Bélgica	3,7	0,8	1,4	0,8	3,3	1,8	2,7	2,9	1,0	-2,8	2,3
Chipre	5,0	4,0	2,1	1,9	4,2	3,9	4,1	5,1	3,6	-1,9	1,3
Eslováquia	1,4	3,5	4,6	4,8	5,1	6,7	8,3	10,5	5,8	-4,9	4,4
Eslovênia	4,3	2,9	3,8	2,9	4,4	4,0	5,8	7,0	3,4	-7,9	1,3
Espanha	5,0	3,7	2,7	3,1	3,3	3,6	4,1	3,5	0,9	-3,8	-0,2
Finlândia	5,3	2,3	1,8	2,0	4,1	2,9	4,4	5,3	0,3	-8,5	3,4
França	3,7	1,8	0,9	0,9	2,5	1,8	2,5	2,3	-0,1	-3,1	1,7
Grécia	4,5	4,2	3,4	5,9	4,4	2,3	5,5	3,5	-0,2	-3,1	-4,9
Irlanda	10,6	5,0	5,4	3,7	4,2	6,1	5,5	5,0	-2,2	-6,4	-1,1
Itália	3,7	1,9	0,5	0,0	1,7	0,9	2,2	1,7	-1,2	-5,5	1,7
Luxemburgo	8,4	2,5	4,1	1,7	4,4	5,3	4,9	6,6	-0,7	-5,6	3,1
Malta	nc	0,0	2,4	0,7	-0,3	3,6	2,6	4,1	3,9	-2,8	3,3
Países Baixos	3,9	1,9	0,1	0,3	2,2	2,0	3,4	3,9	1,8	-3,7	1,5
Portugal	3,9	2,0	0,8	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,9

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora.

A evolução da composição setorial no PIB dos países da Zona do Euro, pode ser vista a seguir. Iniciando-se com o setor primário na Tabela 5.4, com atividades agrícolas, de exploração animal, pesca e extrativismo, pode-se notar o contínuo encolhimento desses setores em todos os países. Destaca-se a Irlanda que de 3,6% em 2000 vai para 1,5%, em 2010 e Grécia onde o setor primário encolhe de 6,6% em 2000 para 3,2% em 2010.

Tabela 5.4: Participação do setor da agricultura, pesca e extrativismo vegetal no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Irlanda	3,6	1,8	1,4	1,1	1,5
Luxemburgo	0,7	0,4	0,4	0,3	0,3
Grécia	6,6	4,9	3,1	3,1	3,2
Bélgica	1,3	0,8	0,7	0,7	0,8
Espanha	4,2	3,1	2,5	2,4	2,6
Chipre	3,8	2,9	2,3	2,4	2,4
Portugal	3,6	2,7	2,4	2,3	2,3
Italia	2,8	2,2	2,0	1,9	1,9
Estônia	4,8	3,5	2,8	2,5	3,3
França	2,5	2,0	1,8	1,5	1,8
Países Baixos	2,5	1,9	1,7	1,5	1,8
Alemanha	1,1	0,8	1,0	0,8	0,8
Eslovênia	3,4	2,6	2,3	2,4	2,5
Malta	2,2	2,3	1,5	1,7	1,7
Áustria	1,9	1,5	1,6	1,4	1,5

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

Tabela 5.5: Participação do setor da indústria no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Luxemburgo	10,9	8,8	7,9	5,4	5,7
Malta	20,7	15,1	15,3	12,8	12,8
Chipre	9,7	8,4	6,9	6,7	6,3
França	15,2	12,6	11,3	10,6	10,3
Espanha	17,9	15,3	13,8	12,3	13,0
Bélgica	18,7	16,6	15,0	13,4	13,8
Portugal	17,1	14,6	13,7	12,6	13,4
Eslovênia	24,4	23,0	21,4	18,8	19,2
Italia	20,1	17,8	17,6	15,8	16,5
Países Baixos	14,6	13,5	12,8	11,7	12,2
Irlanda	25,8	20,1	18,7	21,7	21,6
Grécia	10,9	9,5	8,9	8,9	9,9
Áustria	20,1	19,2	19,0	17,9	18,3
Estônia	17,0	16,5	15,7	14,2	15,9
Alemanha	22,3	22,0	22,2	19,5	21,9

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

O setor secundário, explorado na Tabela 5.5, contempla atividades da indústria de transformação e também encolheu para todos os países do grupo, com maiores impactos para a Espanha (queda de 27%) e França (queda de 32%). Os países que tiveram as menores quedas são Alemanha (1,8%) e Áustria (9%). Estes dados parecem evidenciar a tendência, já observada na década de 1990, de mudança do dinamismo econômico para o setor terciário.

Tabela 5.6: Participação do setor de seguros e atividades financeiras no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Irlanda	7,5	10,3	10,1	11,3	10,8
Países Baixos	6,1	7,7	5,7	7,4	8,3
Portugal	5,6	6,3	7,7	7,0	6,9
Chipre	7,4	6,9	7,8	8,2	8,6
Italia	4,8	4,9	5,3	5,3	5,5
Malta	6,3	5,7	4,5	6,3	7,2
Eslovênia	4,9	4,6	4,7	5,1	5,6
Bélgica	6,1	6,0	5,3	6,1	6,6
Luxemburgo	25,0	25,7	25,5	25,4	26,9
França	4,5	4,2	3,6	4,5	4,8
Alemanha	4,4	4,9	3,8	4,4	4,6
Espanha	4,6	4,6	5,4	5,9	4,6
Estônia	4,0	3,6	4,0	4,1	3,9
Áustria	5,6	5,3	5,4	4,8	4,9
Grécia	5,6	4,9	4,6	4,5	4,7

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

A Tabela 5.6 comprova a afirmação anterior. Entre as atividades do setor terciário, o crescimento das atividades de seguros e entidades financeiras fica patente, com aumento da

participação em quase todos os países exceto Áustria (queda de 12%) e Grécia (queda de 16%).

Tabela 5.7: Participação do setor da construção no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
França	5,0	5,6	6,6	6,4	6,1
Italia	5,1	6,2	6,4	6,3	6,0
Bélgica	5,2	5,1	5,8	5,8	5,7
Espanha	10,3	13,6	13,6	13,0	10,7
Chipre	8,8	11,0	13,2	10,4	8,9
Estônia	5,9	8,6	9,8	7,2	5,9
Eslovênia	6,7	6,6	8,5	7,9	6,5
Países Baixos	5,7	5,5	5,9	6,0	5,3
Luxemburgo	6,5	6,6	6,3	6,4	5,9
Malta	5,3	5,2	4,7	4,8	4,8
Áustria	7,7	7,2	7,1	7,0	6,7
Alemanha	5,3	4,1	4,2	4,4	4,6
Portugal	8,2	7,5	7,3	6,7	6,3
Grécia	7,2	7,0	6,8	5,1	3,5
Irlanda	7,3	10,2	7,1	2,9	1,9

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

O setor da construção costuma indicar se há expansão econômica ou não e, no caso da Tabela 5.7 podemos observar quedas na participação da construção no PIB. Como exemplo pode-se citar a Irlanda (74%), Grécia (51%), e Portugal (23%). A expansão da atividade ocorre na França (22%) e Itália (17%), embora com sinais de retração no final da série.

Tabela 5.8: Participação do setor imobiliário no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Grécia	11,4	11,5	13,1	14,0	14,0
Italia	10,9	12,4	12,8	13,4	13,3
Espanha	6,2	6,7	6,9	6,4	7,4
Chipre	9,5	9,9	9,9	10,9	11,2
Áustria	8,3	9,5	9,0	9,5	9,7
França	11,7	12,8	13,7	13,4	13,2
Malta	5,5	6,8	6,0	6,4	6,1
Alemanha	10,9	11,5	12,0	12,4	12,0
Portugal	7,8	8,0	8,3	8,1	8,5
Eslovênia	7,9	7,6	7,3	8,4	8,1
Luxemburgo	9,6	9,2	9,3	9,8	9,4
Bélgica	9,5	9,2	9,5	9,3	9,1
Irlanda	7,0	6,9	8,2	5,6	6,0
Estônia	12,8	10,6	10,4	11,2	10,4
Países Baixos	8,2	7,3	8,0	6,5	6,1

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

Ao observarmos a Tabela 5.8 visualizamos que, embora o setor da construção tenha se retraído em países como a Grécia e Portugal (conforme Tabela 5.7), a participação das atividades do setor imobiliário se expandiram, mostrando um possível aquecimento da demanda sobre uma oferta em retração. Isso evidencia uma escolha por ativos de menos liquidez e risco, aumentando a especulação imobiliária. Assim, há aumento da participação do setor em quase todos os países.

As atividades terciárias apresentadas na tabela 5.9 têm queda de participação na geração do PIB da maioria dos países do Euro, com destaques para Países Baixos (12%), Alemanha (9,3%), Itália (7,3) e crescimento para Bélgica (4%), e Espanha (2,5%).

Tabela 5.9: Participação do setor do comércio, transportes, hotelaria e restaurantes no PIB dos países no total da Zona do Euro, anos selecionados.

País (1)	2000 (1)	2005 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Malta	27,3	24,5	22,6	21,5	20,8
Chipre	26,9	24,2	24,1	23,4	23,2
Países Baixos	21,3	19,8	19,3	18,5	18,6
Estônia	24,4	24,6	22,6	21,4	21,8
Alemanha	16,1	16,3	15,9	15,8	14,6
Itália	21,9	20,9	20,3	20,4	20,3
Irlanda	17,9	16,7	16,2	16,4	16,7
Grécia	27,2	26,7	26,9	24,9	25,6
Áustria	22,9	22,3	22,4	22,5	22,5
Luxemburgo	17,2	16,9	16,9	16,1	17,0
França	18,2	18,4	18,4	18,3	18,4
Portugal	23,1	23,2	23,0	23,8	23,6
Espanha	23,6	23,2	23,1	23,5	24,2
Bélgica	19,2	20,9	20,7	20,1	20,0
Eslovênia	18,8	19,7	21,0	20,4	20,3

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (6).

A observação dos dados relativos ao consumo das famílias na Tabela 5.10 permite detectar um comportamento comum a todos os países. Tenha o consumo aumentado ou diminuído ao longo da década, em todos os países há uma continuação da tendência de início da série até seu final. Assim, países que mostravam tendência à queda do consumo, como Espanha que de 58,8% em 2000, passou a 57,1% em 2005, terminando em 2010 com 56,9%. Já a França começa a série com um consumo de 54,3% do PIB, chega a 2005 com crescimento para 55,1% e termina a série com 56%.

Tabela 5.10: Consumo das famílias em percentagem do PIB, de 2000 a 2010.

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Finlândia	47,4	47,4	48,2	49,5	49,1	49,3	49,5	48,3	49,3	52,1	52,8
Portugal	61,8	61,3	61,0	61,4	62,1	62,8	63,2	63,3	64,8	63,0	63,9
Eslováquia	55,5	57,1	57,1	56,0	56,4	56,4	56,2	55,2	56,2	59,9	57,3
França	54,3	54,6	54,5	54,9	54,8	55,1	54,9	54,6	55,0	56,1	56,0
Irlanda	47,2	46,3	45,5	45,1	44,5	44,6	44,7	46,0	49,0	47,8	48,2
Itália	59,6	58,8	58,4	58,7	58,3	58,6	58,7	58,2	58,8	59,9	60,4
Grécia	71,4	71,4	71,8	69,6	69,2	68,5	68,1	68,1	71,1	70,8	71,8
Áustria	53,5	53,7	53,0	53,5	53,4	53,6	52,8	51,5	51,4	53,3	53,6
Eslovênia	56,3	55,6	55,0	55,0	54,1	53,5	52,1	51,6	51,8	54,8	56,4
Bélgica	52,3	52,6	51,7	51,4	50,6	50,4	50,2	49,9	50,9	51,7	51,9
Alemanha	56,8	57,2	56,6	57,3	56,9	57,2	56,4	54,4	54,7	57,1	55,9
Espanha	58,8	58,3	57,4	56,8	57,1	56,9	56,6	56,5	56,3	55,7	56,9
Malta	62,0	62,1	60,0	60,9	62,3	61,4	61,8	59,4	59,8	61,9	59,3
Países Baixos	49,6	49,2	49,2	49,0	48,6	47,9	46,3	45,3	44,6	45,1	44,8
Luxemburgo	39,4	40,5	40,4	36,1	35,5	33,9	32,0	30,5	31,4	32,7	30,7

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna 13.

Por outro lado, o consumo público descrito pela Tabela 5.11 se apresentou crescente em quase todos os países da Zona do Euro. Fica evidente que, com exceção da Grécia e Espanha, o aumento de gastos públicos foi parte da estratégia anticrise dos países que conseguiram contornar, mais ou menos, os efeitos da crise financeira de 2008. Alemanha e Áustria saem de reduções no gosto do governo na primeira metade da década, para valores superiores a 5 e 6% respectivamente.

Tabela 5.11: Variação percentual do consumo do governo em percentagem do PIB, anos selecionados.

País (1)	Variação % 2000-2005 (2)	Variação % 2005-2010 (3)	Variação % 2000-2010 (4)
Espanha	5,3%	16,3%	30,61%
Irlanda	10,9%	14,1%	29,55%
Países Baixos	7,7%	11,9%	25,73%
Finlândia	9,2%	10,1%	23,46%
Eslovênia	1,6%	9,6%	19,90%
Luxemburgo	9,3%	8,9%	15,30%
Chipre	11,1%	8,0%	13,68%
Bélgica	6,6%	7,4%	13,62%
Grécia	1,7%	6,6%	13,48%
Áustria	-3,2%	6,2%	11,92%
Alemanha	-1,1%	5,6%	11,23%
França	3,9%	5,6%	8,73%
Itália	9,8%	5,2%	2,81%
Portugal	11,1%	5,1%	2,63%
Eslováquia	-9,0%	2,6%	-3,98%

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (4).

O caso da Espanha mostra um triplicação do volume de gasto público em 5 anos. No caso da Grécia deve-se ressaltar a resistência do povo grego a adotar as políticas de redução do gasto público impostas pelas autoridades financeiras internacionais.

Poupança e Formação Bruta de Capital Fixo

A poupança líquida como porcentagem do PIB pode ser analisada pela Tabela 5.12, onde se observa que apenas Áustria e Alemanha aumentam este indicador, ao passo que todos os demais observam sua diminuição. Isso pode ser interpretado como se apenas estes dois países não fossem afetados em sua acumulação de capital, ao contrário do restante da Zona do Euro. No caso de Portugal e Grécia, a despoupança líquida observada mostra a drenagem de recursos econômicos em termos monetários observada desde 2004 para Portugal, e 2000 para a Grécia.

Tabela 5.12: Poupança líquida dos países da Zona do Euro, em porcentagem do PIB, de 2000 a 2010.

País (*) (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Áustria	8,6	7,9	9,6	8,9	9,6	9,2	10,4	12,2	12,3	7,6	8,7
Alemanha	5,8	5,4	5,3	4,9	7,6	7,6	10,1	12,3	10,6	6,7	8,5
Países Baixos	13,7	12,0	10,8	10,4	12,6	11,8	14,5	14,5	10,9	6,2	7,5
Bélgica	11,6	10,2	10,0	9,5	9,9	9,5	9,8	10,8	8,5	3,2	6,1
Eslovênia	7,1	7,8	8,6	9,1	9,6	10,1	11,7	12,8	10,9	5,2	4,0
Finlândia	13,0	13,4	12,4	9,2	11,0	9,7	10,4	11,7	9,5	3,6	4,0
Irlanda	13,6	11,3	10,4	13,0	13,2	13,3	14,0	11,3	6,1	1,8	3,6
França	9,3	8,8	7,4	6,7	7,1	6,8	7,3	7,7	6,6	3,2	3,5
Espanha	9,6	9,2	9,8	10,0	8,7	8,0	7,6	6,6	4,7	3,5	2,5
Eslováquia	2,7	1,8	0,9	-2,3	-0,1	1,0	1,5	5,2	4,4	-1,8	0,1
Chipre	4,0	3,3	4,6	4,7	4,0	3,4	3,1	-0,1	1,0	-2,0	-0,1
Itália	6,0	6,4	6,0	5,0	5,5	4,5	4,7	5,2	2,6	-0,2	-0,6
Portugal	1,9	1,0	0,8	0,1	-1,1	-3,8	-4,6	-4,1	-6,7	-8,3	-7,8
Grécia	-0,1	0,2	-1,8	-0,3	-0,3	-1,7	-1,3	-3,1	-6,8	-9,9	-11,3

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. (*) Malta e Luxemburgo não possuíam dados no período indicado. Os dados estão em ordem decrescente pela coluna (12).

O aumento de estoques de capital por parte da Alemanha e Áustria, ao longo de 2000-2010, mostra, em primeira mão²⁷⁴, o sentido da organização produtiva da Zona do Euro, ou seja, o destino final da acumulação promovida pelo sistema.

²⁷⁴ Não seria fora de propósito adotar-se a Áustria como, desde os meados do século XX, utilizada pela Alemanha como diversificação de carteira de investimentos.

Essa margem, ampliada ao longo da referida década, também possui o efeito demonstrativo de justificar, ao nível da contabilidade nacional, o elemento concreto das relações assimétricas de representatividade e poder decisório nas políticas económicas do bloco.

Uma abordagem mais ingênua poderia simplificar a questão, apresentando tal fato como a simples “parte leonina” dos alemães no arranjo do bloco. Mas, por um lado, a participação de outros países sócios da OTAN e por outro, uma visão de contas nacionais além da questão das economias nacionais – o produto pode ser distribuído à poupança externa também – apontam tal questão como sendo apenas residual.

O aumento da poupança na Alemanha e Áustria parece assemelhar-se mais às sobras do que ao banquete propriamente dito. Portugal e Grécia, por sua vez, apresentam-se como doadores ocasionais de recursos redirecionados na primeira década do século XX, na Zona do Euro. O realinhamento das políticas económicas coordenadas parece ter sido o elemento promotor do que se apresenta, à primeira vista, como um movimento de estoques de riqueza, à maneira de um fluxo, no sentido da hierarquia político-económica presente no bloco. Observadas apenas as extremidades da série – 2000 a 2010 – tal alinhamento se torna ainda mais evidente.

Tabela 5.13. **Tabela 5.13:** Formação Bruta de Capital Fixo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, de 2000 a 2010.

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Chipre	17,2	16,9	18,2	17,8	19,2	19,4	20,6	22,1	22,9	20,5	19,1
França	18,9	18,9	18,2	18,3	18,7	19,3	20,0	20,9	21,3	19,5	19,5
Bélgica	21,2	20,9	19,1	18,9	19,9	20,7	20,9	21,7	22,3	20,8	20,1
Itália	20,5	20,5	21,1	20,5	20,6	20,9	21,4	21,5	21,0	19,4	19,4
Finlândia	20,0	20,2	18,7	18,9	19,3	20,1	20,0	21,3	21,4	19,7	18,9
Malta	21,3	19,2	15,3	19,7	19,6	21,2	21,3	21,1	18,4	16,8	19,3
Espanha	25,8	26,0	26,3	27,2	28,1	29,4	30,6	30,7	28,7	23,6	22,2
Luxemburgo	20,8	22,6	22,5	22,1	21,4	20,4	19,2	20,8	21,4	19,2	17,4
Áustria	24,2	23,5	22,0	22,8	22,3	21,9	21,3	21,4	21,6	20,7	20,2
Grécia	21,6	21,6	22,5	23,3	22,0	20,7	22,6	26,6	22,6	19,9	17,6
Eslováquia	25,8	28,5	27,4	24,7	24,0	26,5	26,5	26,2	24,8	20,7	21,0
Alemanha	21,5	20,1	18,4	17,8	17,4	17,3	18,1	18,4	18,6	17,2	17,4
Países Baixos	21,9	21,1	20,0	19,5	18,8	18,9	19,7	20,0	20,5	19,0	17,4
Eslovênia	26,2	25,0	23,3	24,1	25,0	25,4	26,5	27,8	28,6	23,1	19,7
Portugal	27,7	27,0	25,6	23,6	23,2	23,0	22,3	22,2	22,5	20,5	19,6
Irlanda	23,1	22,4	21,6	22,5	24,5	26,8	27,2	25,6	22,0	16,1	12,2

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Os dados estão em ordem decrescente pela coluna (13).

É importante também observar que o peso relativo das poupanças líquidas em relação aos respectivos Produtos Internos Brutos não mostra o que seria, de fato, a escala real

comparativa das perdas de países como Chipre, Itália, Portugal e Grécia, paralelamente aos ganhos de Alemanha, Áustria, Países Baixos e Bélgica. Sobre estes dois últimos, vale destacar que a razão das poupanças líquidas sobre seus PIBs sofreu queda no período, passando de dois dígitos para um.

Todos os países apresentam queda deste indicador à exceção de Chipre e França. Tal comportamento evidencia uma menor aplicação de recursos na criação de capacidade produtiva. Os motivos para tal poderiam estar na queda do consumo já que os empresários tendem a planejar sua capacidade em expectativas de consumo futuro.

A queda geral – com as exceções de Chipre e França nos extremos – observada na formação bruta de capital fixo na composição dos PIBs nacionais, ao longo do período de 2000 a 2010, parece obedecer a duas tendências cíclicas do bloco.

Uma primeira tendência cíclica, de caráter de realização de resultados sob a forma de consumo privado e poupança privada líquida. Como se viu anteriormente, a poupança líquida também sofreu queda no período, restando na compensação do movimento de declínio da formação bruta de capital fixo, o consumo privado. Este, alimentado pelo comércio intra-bloco. Assim, o crescimento econômico da Zona do Euro, pelo chamado “lado real” da economia, se deu pelo aumento do consumo advindo do comércio internacional, primordialmente de caráter intra-bloco. Daí o aumento, durante a década, de Formação Bruta de Capital Fixo e seu repentino declínio, afetando as taxas de crescimento dos produtos.

A outra tendência cíclica parece se apresentar no financiamento da mobilização de estoques de capital fixo. A relativa liberalidade na oferta de crédito no início da década observada, não perdurou até o seu final. O impacto sobre o financiamento de atividades produtivas – e também sobre o consumo importador – explicaria a queda na participação da variável sobre o PIB.

O consumo não sofre quedas, conforme visto na Tabela 5.10, para consumo das famílias, e Tabela 5.11, no caso do governo e instituições públicas. Assim, há uma menor possibilidade de crescimento econômico para todos os países da Eurozona, há exceção de França e Chipre, como mencionado. Mesmo os principais países do grupo acompanham este comportamento, com a Alemanha apresentando queda de 19%, e Espanha de 14%, aproximadamente, e Itália 5,4%.

Contas do Governo

Apresentadas como grandes vilãs do cenário de final da década, as contas públicas da Zona do Euro são uma preocupação constante das autoridades do BCE desde o início do século. São impostas metas de criação de superávit primário todos os anos e os países que ultrapassam o que o BCE entende como “déficit responsável”, passam a sofrer punições e a atender a medidas em prazos determinados pela autoridade monetária.

Na Tabela 5.14, pode-se observar que praticamente todos os países aumentam seus níveis de arrecadação. Destaca-se o caso da Irlanda, que mais do que dobra sua arrecadação no decênio. Pelo lado dos gastos públicos, Portugal, Malta e Chipre se destacam pelo aumento da variável, principalmente na segunda metade da série.

Tabela 5.14: Arrecadação e gasto público dos países da Zona do Euro, em porcentagem do PIB, anos selecionados.

País (1)	2000		2005		2008		2009		2010	
	A (*2)	G (**3)	A (4)	G (5)	A (6)	G (7)	A (8)	G (9)	A (10)	G (11)
Alemanha	45,1	46,2	46,9	43,6	44,1	44,0	48,3	45,2	47,9	43,7
Áustria	51,9	50,1	50,0	48,2	49,3	48,3	52,6	48,5	52,8	48,3
Bélgica	49,1	49,0	51,9	49,3	49,8	48,7	53,7	48,1	52,6	48,7
Chipre	37,1	34,7	43,1	40,7	42,1	43,1	46,2	40,1	46,2	40,9
Eslováquia	52,1	39,9	38,0	35,2	34,9	32,8	41,6	33,5	40,0	32,3
Eslovênia	46,5	42,8	45,1	43,6	44,1	42,2	48,7	42,3	49,4	43,6
Espanha	39,2	38,2	38,4	39,7	41,4	36,9	46,2	35,1	46,3	36,7
Finlândia	48,3	55,4	50,3	53,0	49,2	53,6	56,1	53,4	55,8	53,0
França	51,7	50,2	53,6	50,6	53,3	49,9	56,8	49,2	56,6	49,5
Grécia	46,7	43,0	44,6	39,0	50,6	40,7	54,0	38,4	51,4	40,6
Irlanda	31,1	36,1	33,9	35,6	42,8	35,4	48,1	34,5	65,5	34,9
Itália	45,9	45,0	47,9	43,4	48,6	45,9	51,9	46,5	50,4	46,1
Luxemburgo	37,6	43,6	41,5	41,5	39,1	42,3	45,2	44,5	43,5	42,7
Malta	39,5	33,7	43,6	40,7	43,2	38,6	42,5	38,8	41,6	38,1
Países Baixos	44,2	46,1	44,8	44,5	46,2	46,7	51,4	45,8	51,3	46,3
Portugal	41,6	38,3	46,6	40,1	44,8	41,1	49,8	39,6	51,5	41,6

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. (*) A= Arrecadação total do governo central do país. (**) Gastos totais do governo central do país.

Tabela 5.15: Dívida do Governo dos países da Zona do Euro, em percentagem do PIB, 2000-2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Zona do Euro	69,3	68,3	68,1	69,3	69,7	70,3	68,7	66,5	70,3	80,1	85,6
Luxemburgo	6,2	6,3	6,3	6,2	6,3	6,1	6,7	6,7	14,4	15,5	19,5
Irlanda	37,0	34,5	31,8	31,0	29,4	27,2	24,6	24,9	44,2	64,4	91,2
Portugal	50,7	53,8	56,8	59,4	61,9	67,7	69,4	68,4	71,7	83,7	94,0
Eslovênia	26,3	26,5	27,8	27,2	27,3	26,7	26,4	23,1	22,0	35,2	38,7
França	57,3	56,9	58,8	62,9	64,9	66,4	63,7	64,2	68,2	79,2	82,4
Grécia	103,4	103,7	101,7	97,4	98,6	100,0	106,1	107,4	112,9	129,7	148,3
Alemanha	60,2	59,1	60,7	64,4	66,2	68,6	68,0	65,2	66,8	74,5	82,5
Malta	53,9	58,9	57,9	66,0	69,8	68,0	62,5	60,7	60,9	66,5	66,8
P. Baixos	53,8	50,7	50,5	52,0	52,4	51,8	47,4	45,3	58,5	60,8	63,4
Finlândia	43,8	42,5	41,5	44,5	44,4	41,7	39,6	35,2	33,9	43,5	48,7
Itália	108,6	108,3	105,4	104,1	103,7	105,7	106,3	103,3	106,1	116,4	119,3
Áustria	66,2	66,8	66,2	65,3	64,7	64,2	62,3	60,2	63,8	69,2	72,3
Espanha	59,4	55,6	52,6	48,8	46,3	43,2	39,7	36,3	40,2	54,0	61,7
Chipre	59,6	61,2	65,1	69,7	70,9	69,4	64,7	58,8	48,9	58,5	61,3
Bélgica	107,8	106,5	103,4	98,4	94,0	92,0	87,9	84,0	89,2	95,7	95,7
Eslováquia	50,3	48,9	43,4	42,4	41,5	34,2	30,5	29,6	27,9	35,6	41,0

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Os dados estão em ordem decrescente pela coluna (13) à exceção das informações da Zona do Euro.

Consequência direta do explicitado nesta última Tabela, temos a Tabela 5.15, com o nível de endividamento dos países em percentagem de seu PIB no período. Enquanto o indicador para a Zona do Euro tem crescimento de 23,5% na década, apenas oito países se apresentam com taxas inferiores a essa. No entanto, Grécia e Itália apresentam um endividamento superior ao seu PIB observável desde o início do novo século. A taxa de variação observada nos dez anos é crescente para todos os países com exceção de Chipre e Bélgica. No ano de 2010, praticamente todos os países – Irlanda, Portugal, França, Grécia, Alemanha, Malta, Países Baixos, Itália, Áustria, Espanha, Chipre e Bélgica – apresentam endividamentos superiores ao recomendado pelo BCE que é de 60 %.

Comércio Internacional

O cenário das relações comerciais externas dos países da Zona do Euro pode ser observado na Tabela 5.16.

Tabela 5.16: Participação dos países da Zona do Euro no comércio exterior de serviços em % do total de transações no mundo, 2000-2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Alemanha	5,51	5,84	6,27	6,56	6,46	6,46	6,50	6,43	6,61	6,96	6,58
França	5,49	5,43	5,42	5,40	5,05	4,82	4,47	4,32	4,27	5,55	5,22
Espanha	3,48	3,67	3,67	3,95	3,79	3,74	3,70	3,70	3,70	3,59	3,31
Irlanda	1,32	1,69	1,83	2,23	2,32	2,36	2,49	2,69	2,57	2,73	2,62
Itália	3,75	3,81	3,68	3,81	3,73	3,52	3,43	3,24	2,98	2,74	2,60
Países Baixos	3,27	3,38	3,43	3,36	3,24	3,16	2,94	2,79	2,72	2,70	2,54
Bélgica	2,27	2,33	2,31	2,37	2,32	2,21	2,07	2,17	2,37	2,56	2,47
Luxemburgo	1,33	1,30	1,26	1,35	1,49	1,60	1,76	1,88	1,76	1,68	1,69
Áustria	1,52	1,58	1,59	1,73	1,67	1,67	1,59	1,57	1,64	1,59	1,45
Grécia	1,28	1,30	1,22	1,29	1,46	1,34	1,24	1,24	1,29	1,09	1,00
Finlândia	0,51	0,61	0,64	0,61	0,67	0,67	0,60	0,67	0,82	0,81	0,72
Portugal	0,60	0,62	0,63	0,66	0,65	0,60	0,64	0,67	0,68	0,66	0,62
Chipre	0,27	0,29	0,27	0,28	0,27	0,26	0,25	0,25	0,25	0,23	0,21
Eslovênia	0,12	0,13	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16	0,19	0,18	0,16
Eslováquia	0,15	0,16	0,17	0,18	0,16	0,17	0,19	0,20	0,23	0,18	0,15
Malta	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,08	0,09	0,10	0,11	0,11	0,12

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Os dados estão em ordem decrescente pela coluna (12).

Como mostrado no capítulo 3, Alemanha, França e Espanha lideram – nessa ordem – as transações externas entre os países do grupo. No que se refere ao total das transações mundiais, a participação desses mesmos três países também é de liderança. Pode-se afirmar que a Alemanha domina não só o mercado da Zona do Euro, mas também o mercado consumidor de serviços no resto do mundo. Se observarmos a evolução dessa participação ao longo da década, mais uma vez destaca-se a Alemanha com um crescimento de sua participação no total mundial de quase 20%. Também se salienta o comportamento da Itália, Países Baixos, e Grécia, que sofrem quedas de participação no decênio. Por fim, a Irlanda mostra um crescimento na participação do setor de serviços mundiais, comprovando a migração de sua economia dos setores primário e secundário para terciário, o que pode ser comprovado na Tabela 5.7. Ali se evidencia um crescimento de 44% na participação do setor de seguros e atividades financeiras na composição do PIB irlandês durante a primeira década do terceiro milênio.

A participação dos países do Euro nas transações mundiais de bens está presente na Tabela 5.17. A Alemanha, mais uma vez, é o único país que não perde participação no período. Os demais diminuem sua fatia do mercado mundial. Isso se explica por um lado pelo aumento de concorrência, com o crescimento das exportações dos produtos asiáticos, como da China, e da Índia, e por outro lado, pelos efeitos que a crise financeira teve sobre o câmbio do

Euro, causando uma perda de competitividade. No início de 2000, o dólar custava 0,98 euros e ao final de 2010, o dólar havia subido 34% e atingindo 1,33 euros.

Tabela 5.17: Participação dos países da Zona do Euro no comércio exterior de bens em % do total de transações no mundo, 2000-2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Alemanha	8,57	9,26	9,56	10,02	10,02	9,48	9,46	9,73	9,36	9,43	8,80
França	4,68	4,81	4,81	4,85	4,65	4,24	4,04	3,94	3,77	3,90	3,43
Países Baixos	3,26	3,36	3,30	3,57	3,48	3,35	3,28	3,35	3,31	3,36	3,15
Itália	3,78	4,01	3,95	3,99	3,89	3,59	3,48	3,60	3,39	3,29	2,96
Bélgica	2,53	2,61	2,43	2,47	2,43	2,31	2,17	2,15	2,05	2,05	1,84
Espanha	1,82	1,92	1,99	2,12	2,04	1,89	1,84	1,90	1,77	1,84	1,70
Áustria	1,02	1,09	1,15	1,18	1,22	1,15	1,11	1,17	1,12	1,09	0,98
Irlanda	1,16	1,27	1,32	1,19	1,11	0,99	0,87	0,83	0,74	0,87	0,72
Finlândia	0,72	0,70	0,70	0,70	0,67	0,63	0,64	0,65	0,60	0,51	0,46
Eslováquia	0,19	0,21	0,23	0,29	0,31	0,31	0,35	0,42	0,45	0,45	0,42
Portugal	0,39	0,41	0,42	0,44	0,42	0,37	0,37	0,38	0,36	0,36	0,33
Eslovênia	0,14	0,15	0,16	0,17	0,18	0,18	0,18	0,20	0,19	0,19	0,17
Grécia	0,16	0,17	0,15	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,18	0,17	0,15
Luxemburgo	0,14	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,11
Malta	0,04	0,03	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Chipre	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Dados em ordem decrescente pela coluna (12).

Desta forma, verifica-se o resultado da reorganização das relações produtivas entre os países da Zona do Euro, a partir dos três pontos a seguir: (1) viabilizar a expansão do Produto através do aumento da participação do comércio internacional; (2) elevar o grau de abertura dos países da Zona do Euro ao comércio intra-bloco; e (3) aumentar o mercado disponível às exportações e importações da Alemanha, reduzindo seus custos de transação. E, até mesmo, fazendo uso de políticas fiscais e creditícias para elevar o consumo importador dos demais países membros.

Mercado de Trabalho e Programas Sociais

Como apresentado no capítulo anterior, as altas taxas de desemprego foram motivo de diversas páginas de relatórios das autoridades monetárias europeias. Planos e tratados foram escritos e assinados para combater o problema, sob a principal perspectiva da falta de capacitação dos trabalhadores. Ou ainda, por “descolamento” entre salários e produtividades que diminuiriam a competitividades dos produtos europeus frente aos países emergentes, mais competitivos. Mas, como se pode observar na Tabela 5.18, a tendência de crescimento das taxas de desemprego se manteve acima da expectativa das autoridades por toda a década. O

comportamento dos países parece seguir um padrão por grupos. Assim, num primeiro grupo teríamos Espanha, Irlanda, Grécia, e Portugal que, embora com taxas distintas, possuem comportamentos semelhantes.

Tabela 5.18: Taxa de desemprego anual em % PEA(*) dos países da Zona do Euro, 2000-2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
Espanha	11,7	10,5	11,4	11,4	10,9	9,2	8,5	8,3	11,3	18,0	20,1
Grécia	11,2	10,7	10,3	9,7	10,5	9,9	8,9	8,3	7,7	9,5	12,6
Irlanda	4,2	3,9	4,5	4,6	4,5	4,4	4,5	4,7	6,4	12,0	13,9
Portugal	4,5	4,6	5,7	7,1	7,5	8,6	8,6	8,9	8,5	10,6	12,0
Bélgica	6,9	6,6	7,5	8,2	8,4	8,5	8,3	7,5	7,0	7,9	8,3
Países Baixos	3,1	2,5	3,1	4,2	5,1	5,3	4,4	3,6	3,1	3,7	4,5
Áustria	3,6	3,6	4,2	4,3	4,9	5,2	4,8	4,4	3,8	4,8	4,4
Itália	10,0	9,0	8,5	8,4	8,0	7,7	6,8	6,1	6,7	7,8	8,4
Finlândia	9,8	9,1	9,1	9,0	8,8	8,4	7,7	6,9	6,4	8,2	8,4
Alemanha	8,0	7,9	8,7	9,8	10,5	11,3	10,3	8,7	7,5	7,8	7,1
França	9,0	8,2	8,3	8,9	9,3	9,3	9,2	8,4	7,8	9,5	9,7
Eslovênia	6,7	6,2	6,3	6,7	6,3	6,5	6,0	4,9	4,4	5,9	7,3
Malta	6,7	7,6	7,4	7,7	7,2	6,9	6,9	6,5	6,0	6,9	6,9
Chipre	4,8	3,9	3,5	4,1	4,6	5,3	4,6	3,9	3,7	5,4	6,3
Luxemburgo	2,2	1,9	2,6	3,8	5,0	4,6	4,6	4,2	4,9	5,1	4,6
Eslováquia	18,9	19,5	18,8	17,7	18,4	16,4	13,5	11,2	9,6	12,1	14,5

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. (*) População Economicamente Ativa.

A Espanha inicia a série com uma alta taxa de desemprego (11,7%) que começa a cair e atinge o mínimo (7,7%) no ano da crise, 2008, quando começa novamente a aumentar e, praticamente dobra em 2010 (20%). A Irlanda mostra taxas em torno de 4% de 2000 a 2008 quando a taxa quase dobra e fecha a série com 23,9%. A Grécia apresenta uma taxa elevada no início da série (11,2%) que vai decrescendo até o mínimo de 7,7%, no ano de 2008. E assim como a Espanha, passa a crescer novamente até o valor máximo de 12,6% em 2010. No caso português, o desemprego cresce por toda a série, atingindo o ponto máximo em 2010 (12%).

No segundo grupo temos Bélgica, Países Baixos, Áustria, Itália e Finlândia, com taxas que oscilam por toda a série e não demonstram ter sofridos impactos da crise de 2008 no mercado de trabalho.

O terceiro grupo traz França e Alemanha. A França apresentou uma queda em seu índice de desemprego até o ano de 2008 (menor valor da série com 7,8%) para, em seguida aumentar até um valor máximo em 2010 (9,7%). Por fim, a Alemanha atinge seu pico máximo de desemprego em 11,3% no ano de 2005. A partir desse ano, a taxa decresce pelo restante do período até o ponto mínimo em 2010 (7,1%). Por fim, tem-se o grupo de países que apresentam leve aumento da taxa de desemprego, à exceção da Eslováquia, que

apresentou queda na sua taxa, porém ainda se situando num alto patamar de desocupação da sua PEA.

Tabela 5.19: Gasto do governo em programas sociais dos países da Zona do Euro em porcentagem do PIB, 2000-2010

País (1)	2000 (2)	2001 (3)	2002 (4)	2003 (5)	2004 (6)	2005 (7)	2006 (8)	2007 (9)	2008 (10)	2009 (11)	2010 (12)
França	22,2	22,2	22,8	23,2	23,3	23,4	23,4	23,2	23,5	25,5	25,6
Áustria	23,9	23,9	24,3	24,6	24,4	24,1	23,7	23,2	23,6	25,4	25,5
Alemanha	25,5	25,7	26,3	26,8	26,2	26,1	25,1	23,9	23,9	26,3	25,4
Bélgica	21,3	21,8	22,3	22,9	22,8	22,7	22,3	22,2	23,1	25,2	24,9
Países Baixos	18,3	18,3	18,9	19,7	19,6	19,0	20,3	20,1	20,3	22,6	23,0
Itália	18,6	18,6	19,0	19,3	19,5	19,7	19,7	19,7	20,3	22,1	22,2
Portugal	13,0	13,4	14,0	16,4	17,0	17,8	18,2	18,5	19,3	22,0	22,0
Grécia	14,8	15,4	15,4	15,9	15,6	16,5	17,2	17,9	19,6	21,2	21,4
Finlândia	17,8	17,6	18,2	18,8	18,7	18,7	18,2	17,2	17,7	20,8	21,0
Luxemburgo	17,2	18,6	19,3	19,8	19,9	19,5	18,3	17,3	19,0	22,1	20,8
Eslováquia	16,0	16,1	16,6	15,3	15,3	16,9	16,3	16,1	16,1	19,0	19,4
Eslovênia	17,9	17,9	18,0	17,9	17,8	17,7	17,3	16,3	16,6	18,7	19,4
Espanha	14,3	14,1	14,3	14,1	14,2	14,2	14,1	14,1	15,2	17,7	18,5
Irlanda	9,0	9,7	10,4	10,4	10,8	11,3	11,5	12,2	14,6	17,5	18,0
Chipre	9,2	9,4	10,4	11,6	12,2	12,9	12,4	11,7	12,2	13,5	14,4
Malta	11,8	12,3	12,6	12,6	12,9	13,0	12,8	12,9	12,7	13,6	13,3

Fonte: Base de dados EUROSTAT, Tabela elaborada pela autora. Os dados estão em ordem decrescente pela coluna (12).

Os gastos com programas sociais dos governos dos países da Zona do Euro estão disponíveis na Tabela 5.19 onde se observa que apenas a Alemanha não apresenta crescimento durante o decênio, porém seu índice é, desde o início da série, um dos mais altos. No extremo oposto, a Irlanda dobrou seus gastos, sendo que, ao início da década, o país apresentava o menor gasto de todos os países elencados. Entre estes gastos, os mais recorrentes nos textos dos relatórios do BCE, como mais criticados, são os relacionados aos auxílios desemprego, sendo sugerido que se criassem mecanismos obrigatórios de capacitação aos desempregados e fomentassem programas privados de aposentadorias.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a primeira década do século XXI, a Zona do Euro estima ter enfrentado o desenvolvimento das questões que apareceram na década anterior, quando esta foi institucionalmente concebida de maneira mais detalhada. Nesse sentido, há uma série de contradições que merecem consideração, tanto em sua relação com processos mais amplos

que ocorriam no mundo à época, quanto na própria construção e deflagração da crise no final do decênio. É possível colocá-las em dois grupos distintos.

Um primeiro grupo de contradições diz respeito à elaboração do ideário do pensamento único da Globalização²⁷⁵ com o Tratado de Maastricht – este converge com o *Consenso de Washington* – em uma versão antecipada, no continente europeu. A esse ideário buscou-se enquadrar não apenas os antigos participantes da OTAN e os Estados Nações sobreviventes da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, mas também o espólio dos países originários do falido Pacto de Varsóvia. A esses países, indistintamente, prescreveu-se, sob a forma de medidas técnicas, a mesma receita de sempre do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional: (1) abertura do comércio exterior; (2) redução do gasto público; (3) adaptação da política monetária e cambial às necessidades de países centrais (em especial a Alemanha reunificada). (4) reformas previdenciárias e trabalhistas nos moldes das realizadas no Reino Unido de Margareth Thatcher e nos EUA de Ronald Reagan, nos anos 1980. Com o refreamento da economia desses países – a queda na participação do Estado na economia retirou de cena um importante componente da demanda efetiva e do investimento produtivo – o discurso galvanizado das autoridades da Zona do Euro não se alterou, intensificando-se, ainda. A defecção do Reino Unido, amparada por plebiscito interno, conduziu a uma nova estratégia da parte das autoridades da Zona do Euro: a padronização dos Bancos Centrais dos países membros, e sua verticalização a um Banco Central da região, o que afastaria o risco de inviabilizar-se o atrelamento das economias da Zona do Euro a um sistema comum integrado, pelos efeitos nefastos de alguma política econômica como redução de salários, ou promoção de desemprego, ou ainda aumento da carestia. A consulta popular, como em todos os regimes de democracia burguesa, não é sempre bem vinda ao comitê gestor de seus interesses. Feita tal cauterização do risco popular, as demandas por ajustes fiscais tornaram-se não apenas mais intensivas, mas adquiriram caráter imperativo, conduzindo ao colapso o lado real de vários países da Zona do Euro, em benefício da estabilidade do lado monetário. São essas as contradições que aparecem em função da conjuntura internacional, de hegemonia do poder euro estadunidense e de ampla difusão do ideário de Maastricht e o Consenso de Washington por toda a extensão da Divisão Internacional do Trabalho.

²⁷⁵ O neoliberalismo europeu não é uma versão do norte-americano, antes o contrário. Reforçado pela Escola Austríaca de Ciclos Econômicos (Hayec. Lionel Robins e outros), colocou a liberdade do indivíduo em sua suposta escolha racional que maximiza a eficiência econômica através de suas decisões egoístas, expressas em expectativas. Daí a presumida superioridade do investimento improdutivo de quem tem dinheiro, e se guia como proprietário pela sua maximização, sendo pois o verdadeiro "agente econômico",

Um segundo grupo de contradições aparece no caráter interno da Zona do Euro. São notórias tanto a piora nos países que seguiram as prescrições das autoridades econômicas da região, como a melhora nos países que, além de descumprirem as normas estabelecidas, as “regras do jogo”, negaram o próprio jogo em si, dando um passo atrás à sua integração na Zona. Nesse sentido, mesmo a situação do país primariamente beneficiário da área do Euro, a Alemanha, mostra uma interessante combinação de indisciplina fiscal com liberalidade cambial, a qual permitiu que aquele país não sofresse com a crise de 2008 em nível tão elevado quanto países como Espanha, Grécia ou Irlanda. A Grã-Bretanha é exemplo dos países que deram o passo atrás, salvaguardando sua soberania de política econômica, e abrindo mão de uma fatia da grande oferta creditícia que parecia a princípio ilimitada, como em outras ocasiões da conjuntura internacional, pouco antes de fechar-se. Era como uma armadilha de contato. Em um ambiente como esse, as assimetrias representativas entre os países mostraram-se mais evidentes, sobretudo no socorro à crise, na tolerância com os ajustes fiscais e na participação nas deliberações de política monetária.

Em termos de dinâmica e estruturação econômica dos países membros, o movimento de ajuste observado na década anterior parece intensificar-se e ganhar uma nova fase, qual seja a de promoção de superávits fiscais a qualquer custo, da parte dos países menos favorecidos pela união. Tais superávits teriam a função de dar confiabilidade a um mercado financeiro inter territorial em última análise incapaz de sustentar suas taxas de juros de outra forma. O custo econômico e social de tais superávits nos países que ora buscavam a adoção do Euro como forma de equilibrar seus preços internos com uma moeda “forte”, mostrou-se elevado, sendo até mesmo questionado em alguns lugares. O endividamento extensivo das famílias e o aumento do desemprego, de maneira tendencial por todo o bloco, tornariam a eclosão de uma crise maior, em uma mera questão de aguardar-se simples estrangulamento creditício, o que viria, como visto, ao final do decênio.

CAPÍTULO 6. O FENÔMENO DA CRISE NA ZONA DO EURO, 2008-2010

A queda nas taxas de juros dos EUA nos anos 1990, a desregulamentação dos mercados financeiros, a grande quantidade de dinheiro disponível nos mercados, proveniente dos excedentes comerciais da China, do Japão, da Alemanha e dos países do Oriente Médio, o aquecimento do consumo a nível global e o investimento desenfreado em busca de retornos cada vez mais elevados (...) tudo facilitou uma crise que era esperada e não pode ser considerada surpresa para ninguém que lidasse com o mercado financeiro.²⁷⁶

A última década do século XX assistiu crises monetárias graves, como no Leste da Ásia em 1997 e na Rússia em 1998. A causa mais imediata para tais crises era a prática de tomar empréstimos nos bancos do Ocidente, para investir em projetos internos. Em geral, os empréstimos eram de curto prazo e o retorno dos investimentos era de longo prazo. Assim, quando se espalharam rumores a respeito do alto endividamento desses países, os credores se recusaram a fazer a rolagem da dívida, e precipitaram uma onda de colapsos das moedas nacionais, além de repúdio à dívida russa.

Como forma de evitar a repetição desse cenário, nos anos seguintes, a Rússia e os países asiáticos, incluindo a China, passaram a reter parte de seus superávits na forma de reservas de divisas. Assim, com o passar dos anos, essa reserva aumentou substancialmente, e especula-se que a soma de todas essas reservas dos países superavitários extrapole o dobro do que seria necessário para garantir a estabilidade de suas moedas nacionais. Somente em 2008, estimava-se que excediam a casa dos trilhões de dólares²⁷⁷.

No entanto, tais reservas, não ficaram à disposição dos governos, mas compõem o que se passou a chamar de *Fundo Soberano*. Os fundos soberanos são fundos de investimento privado, administrado pelos governos. Porém não se situam no aparato financeiro oficial e sim num sistema paralelo e sem as limitações das reservas oficiais.

Em paralelo à criação dos diversos Fundos Soberanos, após as crises do final do século XX, e ainda durante a recuperação das crises russa e asiática, em 2001, visando atrair os investidores e o retorno de dólares ao país, Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve System (FED) à época, decidiu aumentar a captação dos investimentos para o setor

²⁷⁶ Conforme MONTEIRO, Luís. *Os últimos 20 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.pp.11-112.

²⁷⁷ De acordo com informações de MORRIS, Charles. *O crash de 2008, dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009. Pp.146-152

imobiliário. Assim, na contramão das expectativas, decidiu-se utilizar taxas de juros muito baixas, com o objetivo de atrair uma clientela específica: os norte-americanos de baixa renda. No entanto, O FED sabia que era necessário convencer os intermediários financeiros e imobiliários a aceitar esse tipo de cliente. A solução encontrada foi garantir tais empréstimos pelo governo, através da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*²⁷⁸.

Bancos de vários países do mundo, atraídos pelas garantias dadas pelo governo dos EUA, financiaram as imobiliárias através da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*, já que estes estavam autorizados a captar empréstimos em qualquer lugar do mundo. Essa foi a origem do sistema das hipotecas *Subprimes*, empréstimos hipotecários de alto risco. Uma vez que as exigências para liberação desses empréstimos aos interessados em comprar a casa própria, não exigiam garantias ou renda suficiente para o pagamento dos mesmos vinham com taxa de juros não fixa. Na realidade, eram financiamentos de casas, muitas vezes conjugados com a emissão de cartões de crédito, concedidos a famílias que os bancos já sabiam não ter renda suficiente para arcar com suas prestações. Enquanto houvesse valorização do mercado de imóveis, não haveria problemas²⁷⁹.

Numa segunda etapa, os bancos que criaram essas hipotecas, criaram derivativos²⁸⁰ negociáveis no mercado financeiro, que passaram a ser vendidos para outros bancos, instituições financeiras, companhias de seguros e fundos de pensão de todo o mundo²⁸¹.

Destaca-se que os Fundos Soberanos continuaram a ser aplicados nos títulos do Tesouro dos EUA e não nos derivativos das hipotecas, pelo simples fato de estes últimos serem então papéis de alto risco.

²⁷⁸ A Federal Home Loan Mortgage Corporation (FHLMC), conhecida como Freddie Mac, é uma empresa garantida pelo governo dos Estados Unidos com autorização para realizar empréstimos e dar garantias a empréstimos. Foi criada em 1970 para expandir o mercado secundário de hipotecas no país através da compra de hipotecas no mercado de créditos hipotecários, e a seguir, pode revender esses compromissos de quitação empréstimos no mercado mundial. Da mesma forma, a Federal National Mortgage Association (FNMA), conhecida como Fannie Mae, era uma empresa de capital aberto, garantida pelo governo dos Estados Unidos e autorizada a conceder e garantir empréstimos. Até setembro de 2008, Fannie Mae e Freddie Mac possuíam ou garantiam aproximadamente 50% do mercado de hipotecas dos EUA, que totalizava US\$12 trilhões. (Segundo informações da History News Network, disponíveis no endereço <http://hnn.us/article/1849>, acesso em 30 de maio de 2014).

²⁷⁹ Conforme informações de CASSIDY(2011), FOX(2010); FRAILE (2009); OLIVEIRA (2012); LAQUEUR(2012), MARSH(2011); MELLO e SPOLADOR (2010); e STIGLITZ (2010).

²⁸⁰ Derivativos são ativos financeiros negociados nos mercados de futuros e de opções com liquidação futura baseados em contratos de dívidas a serem resgatados numa data determinada.

²⁸¹ Vale lembrar que os fundos de pensão concentram as economias de muitos cidadãos norte-americanos para poderem, no futuro, receber suas aposentadorias no sistema de capitalização privada.

Quando, em 2005, o FED aumentou a taxa de juros para tentar reduzir a inflação nos EUA e atrair mais dólares de volta ao país, o preço dos imóveis caiu, tornando impossível o refinanciamento dos contratos por parte dos clientes²⁸². Estes pararam de pagar as parcelas de suas dívidas, e começou um fenômeno de inadimplência em massa. Quem possuía esses títulos derivativos não conseguiu mais negociá-los, o que desencadeou um efeito cascata e criou um desequilíbrio no sistema bancário internacional, em 2007.

Dessa forma, uma política que começou com a cedência de empréstimos em excesso para aquisição de casas a clientes que tinham poucas condições de arcar com essas dívidas, levou ao uso de derivativos com uma classificação de risco tipo AAA²⁸³. Tal atraiu o interesse de bancos e financeiras, que adquiriram esses papéis. Então, com o não pagamento das dívidas, os derivativos perderam seu valor e os fundos de investidores que haviam apostado neles, perderam a aposta. Deu-se a crise.

As carteiras de investimentos que aplicaram nesses fundos se liquefizeram praticamente da noite para o dia. Adicionalmente, os imóveis em geral perderam o valor, em um mercado inundado de imóveis encalhados pelos desalojados do *Freddie Mac* e *Fannie Mae*.

A estratégia seguinte foi socorrer os bancos e seguradoras em problemas através de aportes financeiros elevados, com suas origens nas reservas oficiais dos governos envolvidos. Destaca-se que, os países que recorreram a essa estratégia, não são os mesmos que possuem os Fundos Soberanos²⁸⁴.

²⁸² Era comum, nos EUA, que os contratos de aquisição de imóveis tivessem um prazo de até 12 meses de carência para amortização do valor principal, ao fim do período de carência, o empréstador poderia renegociar a dívida, já que o imóvel teria aumentado de valor e o novo contrato de empréstimo lhe daria um novo prazo de carência, reiniciando o processo.

²⁸³ Durante os anos entre 2001 e 2007, as Agências de Risco deram a nota AAA a este tipo de derivativo, mas não se sabe que critério utilizaram para chegar a essa classificação. Vale destacar que estas agências de classificação de risco são empresas privadas e que não possuem regras definidas ou são alvo de qualquer tipo de regulamentação por parte das autoridades. Não disponibilizam online seus critérios de classificação e quando o fazem, após procedimentos de cadastro, exibem cálculos complexos e nebulosos, que envolvem os mais diversos tipos de variáveis, como grau de corrupção e expectativa de vida.

²⁸⁴ Os países que possuíam os maiores Fundos Soberanos em 2008, eram: Abu Dhabi, Noruega, Cingapura, Arábia Saudita, Kuwait, China, Rússia, Canadá, Austrália, Qatar, Estados Unidos, Líbia, Brunei, Coreia do Sul e Malásia. O Brasil criou o seu no final desse ano segundo informações disponíveis em <http://www12.senado.gov.br/noticias/fundo-soberano>, acessado em 08-08-2014.

A UNIÃO EUROPEIA E A CRISE

Depois das crises do final do século citadas e da chamada crise das empresas “ponto com” no início da década, as autoridades monetárias europeias iniciaram uma série de discussões sobre como a Zona do Euro deveria se precaver de uma nova crise vinda dos mercados financeiros. Os especialistas alertavam para a fragilidade da Zona do Euro frente a uma crise:

A maior desvantagem do projeto do Euro está relacionada com o que alguns definem como “estrutura institucional sem precedentes” da UEM. Tal estrutura combina uma política monetária única, regida pelo BCE, com múltiplas políticas orçamentárias, fiscais e regulatórias, ditadas por diversos organismos dentro dos Estados Membros. A falta de coordenação dentro da Zona do Euro, relativa aos bancos e mercados financeiros será relevante perante uma nova crise.²⁸⁵

Em resposta, as autoridades do BCE, já no seu relatório de 2001-2002, afirmavam:

(...) o Eurosistema sublinhou a necessidade de regras claras que estabeleceriam as responsabilidades dos setores privado e público na resolução de crises. É necessário mais trabalho para uma melhor definição dos papéis das finanças oficiais e privadas e para o desenvolvimento de procedimentos para a sua aplicação efetiva. (...) O Eurosistema também mostrou interesse na análise geral da condicionalidade do FMI associada aos pacotes de financiamento. Os objetivos básicos da avaliação eram tornar a condicionalidade mais eficiente, efetiva e centrada, sem a enfraquecer. O FMI decidiu que as condições deveriam centrar-se nas reformas de política essenciais para ajudar os países a resolver os problemas da balança de pagamentos. Em contraste, deverá ser dada menor prioridade a medidas estruturais relevantes, mas cuja importância não é crucial. Uma condicionalidade mais centrada também requer uma colaboração reforçada entre o FMI e o Banco Mundial²⁸⁶.

Nos anos seguintes, os relatórios do BCE incluíram estudos que mostravam uma preocupação com a economia estadunidense; com análise de dados relativos a temas como “Evolução dos desequilíbrios nos EUA”²⁸⁷. Aí se destacava o endividamento das famílias e o desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos dos EUA. Além disso, havia discussões em relação à unificação dos mercados financeiros da Zona do Euro e as possíveis fragilidades que poderiam advir dessa unificação.

²⁸⁵ Conforme análises de Paul de Grauwe, citado em *The End of the Euro*, de Johan Van Overtveldt, pp73 (tradução da autora).

²⁸⁶ Relatório do BCE 2001-2002, pp. 26-28.

²⁸⁷ Relatório do BCE 2003, caixa 7, pp.46-49.

Como medidas de prevenção, as autoridades europeias se reuniram no Conselho Europeu de Barcelona (em março de 2002) e decidiram por acelerar a implantação do *Plano de Ação para os Serviços Financeiros (FSAP)*. Tal plano havia sido criado em 1999 e estava sendo implantado desde então. Das 42 medidas previstas, até 2002, 31 haviam sido implantadas. As nove medidas restantes incluíam quatro itens relativos à existência de fundos próprios dos bancos e das sociedades de investimento e como estes deveriam ser utilizados em caso de crise. As cinco últimas medidas eram relativas ao funcionamento dos serviços de Compensação e Liquidação Bancária²⁸⁸.

Com a aprovação do “Quadro Lamfalussy”²⁸⁹ pela Comissão Europeia, passou-se a estudar como implantar os três novos comitês reguladores. Um comitê para regular e supervisionar as atividades das instituições que se configurassem como conglomerados financeiros, e dois outros comitês de supervisão, um para bancos comerciais e outro para empresas que negociassem pensões e seguros. Adicionalmente, este documento sugeria a formação de um *Grupo de Política dos Serviços Financeiros*, sob a presidência de um Estado Membro, para agir como conselheiro dessas instâncias e do BCE. Tal implantação exigia a aprovação pelo Parlamento Europeu de qual seria o Estado Membro, ou das regras para sua escolha²⁹⁰. Não se observou a nomeação desse estado consultor nos demais relatórios do BCE analisados, o que leva a crer que o assunto foi posto de lado até o final de 2010.

No contexto internacional, em 2004, os representantes do G10²⁹¹ se reuniram e aprovaram um documento conhecido por *Novo Quadro de Capital de Basileia ou Basileia II*, que ampliava o *Acordo de Basileia I*. Assim, o *Acordo da Basileia II* reforçava os chamados três pilares do primeiro acordo: (1) determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios para a cobertura dos riscos de crédito, para cobrir as chamadas operações de mercado²⁹², e as necessidades operacionais; (2) convergência das políticas e práticas de supervisão a fim de criar regras únicas de funcionamento das instituições que operassem no G10; e (3)

²⁸⁸ Relatório do BCE 2001-2002, pp. 56.

²⁸⁹ Mencionado no capítulo anterior.

²⁹⁰ Conforme o Relatório do BCE de 2003, no capítulo “Cooperação em situações de crise”, pp.122.

²⁹¹ O G10 compreende representantes dos governos da Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido; além da Suécia. Tais países possuem um acordo que garante os empréstimos suplementares entre os participantes, no caso de os recursos monetários estimados pelo FMI estarem abaixo das necessidades reais do país membro.

²⁹² Entende-se que as operações de um banco estão relacionadas com suas transações com seus clientes de contas à vista, fornecedores, funcionários, taxas etc. Já as operações de mercado se relacionam com a atuação da instituição nos mercados financeiros em geral.

padronização das informações disponibilizadas aos mercados, para assegurar maior transparência sobre a situação financeira das instituições.

O BCE afirmou em seu relatório de 2004 que iria adotar o acordo. Contudo, nos anos seguintes, as ações tomadas para resposta rápida a uma possível crise que atingisse o sistema de bancos centrais nacionais e o BCE restringiram-se a aprimorar a troca de informações, seja através dos sistemas de informática, seja pela padronização das informações estatísticas e contábeis. Assim, as autoridades da Eurozona se preocuparam com a terceira frente de ação proposta pelo *Acordo da Basiléia II* e deixaram as outras frentes de ação para discussões futuras.

Ao final de 2007, o BCE minimizaria os efeitos da “turbulência” dos mercados, restringindo a causa da crise à economia estadunidense:

A turbulência nos mercados financeiros, que teve origem no aumento das taxas de incumprimento e de execução das hipotecas *subprime* nos Estados Unidos, agravou-se no Verão. No entanto, os seus efeitos sobre a economia real norte-americana mantiveram-se bastante limitados durante a maior parte de 2007 e estiveram principalmente relacionados com a disponibilidade e o preço dos empréstimos, em particular para hipotecas não conformes. Por outro lado, a turbulência manifestou-se principalmente nos mercados monetários e no setor financeiro, onde os bancos foram forçados a proceder a significativos abatimentos parciais ao ativo²⁹³.

A tentativa de acalmar os investidores fica clara no seguinte trecho:

Numa altura em que persistiam as tensões no mercado monetário, foram observados aumentos das taxas de juro nos segmentos de prazos mais longos do mercado monetário sem garantia (ou seja, empréstimos interbancários não garantidos por uma troca de ativos elegíveis como garantia), dando origem a diferenciais face aos segmentos com garantia até cinco vezes acima da média histórica. De modo a permitir uma melhor distribuição da liquidez entre bancos, o Eurosistema realizou vários tipos de operações de cedência de liquidez durante o segundo semestre. Estas medidas, em conjunto com uma política de comunicação ativa, contribuíram para um melhor funcionamento do mercado, pelo menos no curto prazo, e ajudaram a tranquilizar os bancos de que as suas necessidades de liquidez seriam satisfeitas. Em resultado, o nível de volatilidade no mercado com garantia diminuiu ligeiramente para vários prazos²⁹⁴.

Ainda assim, duas intervenções apenas não seriam suficientes para tranquilizar os aplicadores e estabilizar a busca cada vez mais ávida de retornos crescentes com os riscos que agora estavam garantidos pelos governos. Estes não poderiam deixar seus sistemas financeiros responderem pela própria incapacidade de atender às promessas que haviam sido

²⁹³ Relatório do BCE de 2007, pp.28.

²⁹⁴ Relatório do BCE de 2007, pp.31

feitas. Se os “cinco maiores” tinham fôlego, os demais BCNs do Eurosistema teriam que aumentar a extração de recursos das contas governamentais. Assim, as consequências desse aporte de recursos para as crescentes “injeções de liquidez”, somente ficaria claro aos contribuintes, nos anos seguintes.

Havia alguns que previam um futuro negro para a União Europeia e avistavam crises em diversos setores. Assim, não havia apenas a fragilidade vinda de um “moeda sem país”, outros problemas estavam se avolumando e nada estava sendo feito para os solucionar, ou até mesmo, para reconhecer sua gravidade. Entre eles, destacava-se o nacionalismo crescente, a “invasão” de trabalhadores árabes que não buscavam integração ou assimilação, mas lutavam por manter sua cultura própria. Como destacou Laqueur:

(...) não havia apenas uma crise se gestando e, sim, múltiplas crises.. Acima de tudo, havia uma tendência a ignorar as ameaças e pontos negativos. Havia um falso otimismo no ar.(...) Em 2008, a crise financeira eclodiu e o otimismo deu lugar ao pessimismo e pânico. Por que? Porque o impacto de uma crise econômica é mais facilmente visível do que das demais crises, mais difíceis até de serem definidas. Se antes o futuro da União Europeia parecia promissor, após tantos anos de expansão, agora parecia longe de ser certo²⁹⁵.

PRIMEIROS SINAIS DA CRISE

Apesar da data inicial da crise estar associada ao segundo semestre de 2007, há sinais dela desde janeiro daquele ano, quando a empresa estadunidense de hipotecas *Ownit Mortgage Solutions Inc.* declarou falência por dever 93 milhões de dólares ao banco Merrill Lynch. Este foi a público declarar que não possuía condições de receber a dívida e a declaração criou tensão já que mesmo um banco do porte do Merrill Lynch não poderia sofrer uma perda desse volume de recursos impunemente para seus acionistas.

No mês seguinte, foi a vez da *Mortgage Lenders Network Inc.* declarar falência. Esta empresa ocupava o 15º. lugar em volume de negócios *Subprime* nos EUA. Em março e abril,

²⁹⁵ Conforme Walter LAQUEUR em *After the fall, the end of the European dream and the decline of a continent*. Nova York: St.Martin Books, 2011, pp.12 (tradução da autora).

as falências continuaram com perda de 11 bilhões de dólares pelo banco HSBC, e a falência das empresas *New Century* e *Countrywide Financial*²⁹⁶. Era a crise já estabelecida.

Diante do quadro, o presidente do FED, Ben Bernanke, foi à imprensa para afirmar que a crise de crédito não iria prejudicar a economia dos EUA, com o objetivo de impedir o pânico entre investidores e acionistas. Mas a promessa de Bernanke seria ignorada, quando da divulgação do volume de perdas com crise do *Subprime*, que já estava avaliado em 150 bilhões de dólares somente nos EUA²⁹⁷.

Em agosto de 2007, a *American Homes* – uma das maiores empresas de hipotecas dos EUA – declarou falência. Os bancos centrais de diversos países se reuniram para aumentar a liquidez disponível nos mercados através de mais uma “injeção de liquidez”. Assim, o FED injetou 43 bilhões de dólares, o BCE, 95 bilhões de Euros e o Banco do Japão, 8,4 bilhões de dólares. Começou então o resgate aos bancos em perigo de falência em consequência das perdas resultantes das aplicações feitas em *subprime*. Adicionalmente, o FED baixou a taxa de juros de 6,25% para 5,75% visando aumentar as operações de crédito e manter o crédito. Ainda assim, bancos como HSBC fecharam escritórios pelo mundo todo e estimou-se que as perdas até o momento eram de 250 bilhões de dólares pelo mundo todo²⁹⁸.

Em outubro, numa nova tentativa de acalmar os aplicadores, um consórcio de bancos americanos, apoiados pelo governo, anunciou a criação de um fundo de 100 bilhões de dólares para emprestar às instituições financeiras que fossem vítimas da crise de *Subprime*. E o FED baixou novamente as taxas para 4,5%. Ainda assim, no mês seguinte, o FED injetou mais 41 bilhões de dólares em empréstimos bancários a taxas de juros baixas. Em novembro, o valor estimado da perda com os *Subprimes* já era de 400 bilhões de dólares e investidores aproveitavam para adquirir cotas de bancos como o Citigroup. Este, somente numa operação de captação de liquidez, vendeu uma quota de 7,5 bilhões de dólares para investidores dos Emirados Árabes no final do ano²⁹⁹.

²⁹⁶ Conforme informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso em 02-03-2013.

²⁹⁷ De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

²⁹⁸ Segundo informações disponíveis em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso em 11-01-2013.

²⁹⁹ De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

O ano de 2007 iria se encerrar com mais um acordo entre os principais bancos centrais do mundo, para injetar mais 100 bilhões de euros nos mercados interbancários, numa ação sem precedentes coordenada pelo FED. Este injetou 20 bilhões de dólares, somente durante o mês de dezembro. A OCDE avaliou em 300 bilhões de dólares, a perda dos EUA em *Subprimes*, durante 2007³⁰⁰.

Em 2008, o índice *Dow Jones*, da bolsa estadunidense, continuou a apresentar resultados negativos, e o FED e o BCE anunciam novas injeções de liquidez nos mercados. Ao mesmo tempo, as empresas *Fannie Mae* e *Freddie Mac*, possuidoras de mais de doze trilhões de dólares em crédito imobiliário, foram adquiridas pelo governo dos EUA que assumiu tal dívida. Em outubro, o FED anunciou um novo pacote de resgate ao setor financeiro, com 700 bilhões de dólares. Logo em seguida, o governo lançou mais um programa de 250 bilhões de dólares de apoio aos bancos. Nesse mesmo mês, o FED anunciou que compraria seus títulos de dívida de curto prazo por 540 bilhões de dólares, como forma de injetar liquidez nos mercados e desbloquear o mercado de crédito. Adicionalmente, em ação conjunta, o FED, o Banco Central da China, e o Banco Central do Japão reduziram suas taxas de juros.

Em resposta a todo esse conjunto de medidas, investidores dos países árabes como Qatar e Emirados Árabes, injetaram 5,8 bilhões de libras nos mercados estadunidenses. Somente a China, em novembro, injetou 586 bilhões de dólares, para compensar a redução do investimento estrangeiro na sua economia. Nos EUA, o Citigroup recebeu uma nova injeção de 20 bilhões de dólares, com contrapartida da participação do governo na sua estrutura acionária³⁰¹. Era uma estatização inédita no país defensor do não intervencionismo público no seio sagrado das empresas privadas.

Adicionalmente, economistas de renome escreviam na imprensa, expondo o receituário das medidas a serem tomadas. Paul Krugman, por exemplo, defendia a prescrição:

O que o mundo precisa neste momento é de uma operação de socorro. O sistema de crédito global está paralisado e a prostração mundial se agrava no momento em que escrevo esta página. A eliminação de das deficiências que permitiram esta crise é essencial, mas esse objetivo, no momento, não é prioritário. Primeiro, o fundamental é enfrentar o perigo notório e premente. Para tanto, os formuladores de políticas em

³⁰⁰ Conforme informações disponíveis em [http://www.oecd.org/els/soc/OECD2012SocialSpending During The Crisis.pdf](http://www.oecd.org/els/soc/OECD2012SocialSpending%20During%20The%20Crisis.pdf), acesso em 30-05-2014.

³⁰¹ Segundo informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

todo o mundo precisam fazer duas coisas: garantir o fluxo de crédito, e mais uma vez, estimular os gastos.³⁰²

Curiosamente, em maio de 2008, as autoridades da Zona do Euro comemoravam uma década de implantação da segunda fase do Euro, e a Comissão Europeia descrevia a união monetária como:

Um sucesso retumbante... no espaço de uma década, o Euro se tornou claramente a segunda moeda mais importante do mundo; o Euro trouxe estabilidade econômica, promoveu a integração econômica e financeira, e gerou comércio e crescimento a seus membros, criou uma estrutura firme e sustentável das finanças públicas que ajudam a garantir às futuras gerações os benefícios do sistema social que torna a Europa famosa no mundo todo³⁰³.

Apesar do aparente otimismo das declarações oficiais do BCE, membros dos BCNs iam a público fazer declarações não tão agradáveis. Karl Otto Pöhl, ex-presidente do Bundesbank e Lorenzo Bini Smaghi – membro do BCE – cogitavam o que aconteceria se um país desejasse abandonar a moeda única e retornar à antiga moeda nacional. No caso, sobre uma possível saída da Itália, afirmavam:

Não se pode excluir totalmente a possibilidade de um país passar por uma recessão e por tempos difíceis que o levem ao ponto de considerar a possibilidade de abandonar a área do Euro para retornar ao uso de sua moeda anterior. Mas uma ruptura nesse nível nunca aconteceu numa área como a UME. Não pode nem ser comparada ao desmembramento da antiga União Soviética em 1991. O que aconteceria com a dívida desse país? Ficaria em Euros? Ou no caso da Itália, em Liras? Isso aumentaria a dívida para com diversos países do bloco, e o evento seria mais similar à crise da Argentina em 2002 do que à crise Russa de 1998. Não seria apenas uma crise monetária e sim uma crise política em larga escala. Levaria até a uma suspensão do funcionamento da União Europeia³⁰⁴.

Já o então presidente do *Banque de France* especulava sobre como a dívida do país seria calculada ao se retornar à moeda nacional:

O pressuposto é que ao deixar a UME haveria uma depreciação da moeda nacional frente ao Euro. Isso levaria inevitavelmente a problemas de aumento no serviço da dívida. Já que a dívida estava em Euros, o seu serviço seria calculado em relação ao Euro. (...) A credibilidade da moeda nacional seria baixa e elevaria as taxas de juros

³⁰² De acordo com KRUGMAN, Paul, em *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Pp. 194.

³⁰³ De acordo com Johan OVERTVELDT, *The end of the Euro: The uneasy future of the European Union*, Chicago: Agate, 2011, p.77 – tradução da autora.

³⁰⁴ Conforme David MARSH em *The Euro, the battle for the new global currency*. UK: Yale University Press, 2011. Pp. 281. (Tradução da autora).

para novos empréstimos àquela nação, terminando por causar uma paralização da economia do país³⁰⁵.

Ainda assim, pelo discurso oficial da União Europeia, os sinais de crise haviam sido ignorados. Episódios como a não distribuição de dividendos a seus acionistas pelo banco alemão *German Bank West*, e a suspensão pelo francês *BNP Paribas* de três fundos de investimento que negociavam *Subprimes* seriam considerados episódios normais decorrentes da crise dos EUA. Houve o quase colapso do banco alemão *German Sachsen Landesbank*, que teve que ser resgatado pelo concorrente *Baden-Wuerttemberg Landesbank*. Em setembro de 2007, o banco alemão *IKB* anunciou perdas de bilhões de dólares em investimentos no mercado de *subprime* americano. Já no Reino Unido, adotou-se, à contramão dos demais bancos centrais, a decisão de aumento da taxa Libor para 6,8%, visando atrair mais investidores. No entanto, o *Victoria Mortgage Funding* anunciou risco de falência, enquanto o banco *Northern Rock* pediu apoio urgente ao Banco de Inglaterra. Ainda nesse período, o banco suíço *UBS* disse ter perdido 690 milhões de dólares somente no terceiro trimestre. Por fim, ao final do ano, o Banco da Inglaterra reconheceu o erro estratégico e reduziu as taxas de juro para 5,5%³⁰⁶.

A CRISE SE AMPLIA PARA A UNIÃO EUROPEIA

A partir da metade de 2008, a crise não podia mais ser negada e as autoridades da Zona do Euro foram forçadas a admitir sua existência. O Relatório de 2008 do BCE traria um estudo detalhado da crise, dividindo-a em quatro grandes períodos como se tivesse se iniciado ainda naquele ano: (1) janeiro a fevereiro, (2) março a junho, (3) junho a setembro, e (4) a partir de setembro³⁰⁷.

O primeiro período seria considerado de relativa calma para os mercados da Zona do Euro. Contudo, os mercados monetários mundiais que não possuíam algum tipo de sistema de reservas mínimas haviam sido atingidos e as taxas de juro em geral registravam quedas. O BCE teria tomado medidas para aumento de liquidez nesse período através de operações de

³⁰⁵ Idem pp.292 (Tradução da autora).

³⁰⁶ Conforme informações disponíveis em <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166>, acesso em 14-05-2014.

³⁰⁷ Conforme o Relatório do BCE de 2008, pp.31-38.

refinanciamento – com aumento dos prazos e diminuição das taxas – para os Bancos Centrais Nacionais do Eurosistema que estavam devedores. Havia evidentes perdas para o emprestador, nesse caso, o BCE³⁰⁸.

No segundo período, teria ocorrido um colapso em meados de março, quando o banco *Bear Stearns* faliu. Este era um dos maiores bancos de investimento e transação de títulos dos Estados Unidos, o que desencadeou um período de nova tensão no mercado, pela insegurança de até que ponto os bancos aguentariam as perdas; e até que ponto os governos conseguiriam socorrer os bancos. Tal incerteza durou até meados de junho³⁰⁹.

O terceiro período teria sido de maior estabilidade do mercado, dados os movimentos do governo estadunidense de compra de empresas como *Fannie Mae* e *Freddie Mac*.

Por fim, o quarto período, ainda seguindo o diagnóstico das autoridades monetárias europeias, teria sido mais conturbado, por conta de eventos como a venda da *Merrill Lynch*, a falência do *Lehman Brothers* (dois dos quatro restantes bancos de investimento global), a cedência de liquidez de emergência por parte do governo dos EUA à *AIG*, a maior empresa de seguros do país, e a intervenção de reguladores federais na *Washington Mutual*, o maior fundo de pensões dos EUA. Nesse momento, a Zona do Euro começou também a sofrer instabilidade, quando após a falência do *Lehman Brothers* seguiu-se uma onda de inadimplência no sistema bancário da Zona do Euro³¹⁰.

Adicionalmente, no início de 2008, o BCE alterou sua taxa de juros de forma a atrair liquidez. Mas a crise se espalhou e, em fevereiro, o governo inglês anunciou a nacionalização do falido *Northern Rock*. Até mesmo o *Credit Suisse* admitiu erros nos preços de alguns produtos financeiros que precisavam ser reavaliados para baixo. Somente no mês de outubro de 2008, o governo holandês adquiriu a parte holandesa do banco *Fortis*. O governo alemão anunciou um pacote de resgate do banco *Hypo Real Estate*. E o *BNP Paribas* assumiu a operação do recém nacionalizado *Banco Fortis* da Bélgica e Luxemburgo. O governo holandês precisou injetar 10 bilhões de euros no *ING*, para evitar sua falência. Para encerrar o

³⁰⁸ Conforme o Relatório do BCE de 2008, pp.31-38.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

mês, o governo irlandês foi obrigado a dar garantia de 100% a todos os depósitos à vista feitos nos bancos. Isso para evitar que a população corresse a retirar o dinheiro das suas contas³¹¹.

Entretanto, os bancos centrais dos EUA, Zona do Euro, Grã-Bretanha, China, Canadá, Suécia e Suíça coordenaram, pela primeira vez, uma diminuição em suas taxas de juros, como tentativa de acalmar os ânimos dos países que caminhavam rumo à insolvência, e fornecer crédito³¹².

Os países da Europa do Leste também foram atingidos em 2008, dado o desinvestimento dos parceiros do Ocidente. Como consequência, os países do antigo bloco socialista enfrentaram uma crise monetária, com a desvalorização de suas moedas frente à escassez do dólar. Ao final de outubro, a Hungria recorreu ao FMI, mas a crise atingiu também a Ucrânia. Tal levou o FMI a realizar duas intervenções, uma em cada país, no montante de 15,7 bilhões de dólares. No final do ano, emprestou 2,35 bilhões de dólares ao governo da Letônia³¹³.

No dia 14 de novembro, finalmente, as autoridades monetárias europeias admitiram que a economia da Zona do Euro estava em recessão. No entanto, os técnicos do BCE já alertavam as autoridades da Zona do Euro para uma outra crise que se gestava na região:

O aumento da volatilidade no mercado das obrigações de dívida pública, de um modo geral, tornou os participantes no mercado menos dispostos a ceder continuamente liquidez entre si colocando uma cotação limite às transações de grandes montantes nos mercados de ordens com limite de preço. Embora as obrigações de dívida pública mais líquidas, como as emitidas pelos governos dos Estados Unidos e da Alemanha, tenham constituído um refúgio seguro para os investidores financeiros durante a crise financeira, a liquidez tem estado sob pressão mesmo nesta classe de ativos(...) Os dados disponibilizados pelas plataformas eletrônicas utilizadas na transação de obrigações de dívida pública europeias apontam para quedas substanciais quer nos volumes transacionados quer nas cotações mínimas, mesmo no caso dos títulos mais líquidos. São igualmente visíveis sinais de deterioração da liquidez³¹⁴.

A crise estava se transferindo para as negociações de títulos da dívida dos países. Os montantes injetados no sistema bancário – também chamados de “injeções de liquidez” – começavam a mostrar o fundo dos bolsos dos governos que haviam salvo os bancos e agora

³¹¹ De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

³¹² Conforme o Relatório do BCE de 2008, pp. 195-198.

³¹³ Conforme consta no Relatório do BCE de 2008, pp.195-198.

³¹⁴ Relatório do BCE de 2008, p.50.

precisavam de ajuda para fechar suas contas. Não sem falta de críticas, pois já se escrevia à época que,

As recentes medidas das nossas autoridades apenas atentam para um único aspecto da crise atual: a liquidez dos bancos, das companhias de hipotecas e seguros. E mesmo isso, somente numa extensão muito limitada. Na realidade, as ‘enormes quantias empregadas’ não representam senão o pagamento dos depósitos, por assim dizer. Muito mais será necessário no futuro, (...) onde bem além da liquidez, uma outra dimensão apenas da crise financeira refere-se à quase catastrófica insolvência dos bancos e das companhias de seguros. Esse fato fica claro quando os seus passivos assumidos especulativa e irresponsavelmente são de fato levados em conta.³¹⁵

Num primeiro momento, na Zona do Euro, a pressão começou sobre os países que não haviam cumprido o Pacto de Estabilidade e Crescimento nos anos anteriores. Desse modo, a regra dos 3% do PIB voltaria à pauta e estava na hora do desmonte das estruturas de apoio social que, como dito na cerimônia de celebração do aniversário da implantação da segunda fase do Euro, haviam tornado os países da Europa famosos.

O exemplo seria dado através de um país que havia feito de tudo, inclusive adulterar seus dados estatísticos no final da década anterior, de forma a atender as exigências de convergência. E desse modo, tinha sido o 12º país a utilizar o Euro: a Grécia.

Alguns dos países que apresentavam dificuldades em fechar suas contas começariam a enfrentar a intervenção e exigências da *Troika* – grupo formado pela Comissão Europeia, BCE e FMI. Estes passaram a analisar as contas dos países com maior endividamento, começando a ditar onde e como os governos deveriam cortar seus gastos, e aumentar sua arrecadação.

Ao final do ano, em seu relatório de 2008, o BCE tentava explicar as operações realizadas em relação à crise do *Subprime* e, ao mesmo tempo, lembrava aos países da necessidade de evitar a crise das dívidas públicas, através do cumprimento do que havia sido acordado no PEC:

Como resposta à crise financeira mundial e às suas consequências para as instituições financeiras europeias, governos, bancos centrais e outras autoridades públicas a nível europeu estão a proceder à implementação de medidas com vista a estabilizar os mercados financeiros e a economia em geral. Estas operações governamentais incluem nacionalizações (parciais) de bancos, injeções de capital (recapitalizações), aquisição e/ou troca de ativos financeiros e concessão de avais (relativamente a depósitos e novas emissões de dívida por parte dos bancos, bem como a crédito interbancário). (...) Um desafio de política fundamental é evitar que a

³¹⁵ Conforme MÉZÁROS, István em *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.pp.23

crise financeira e o subsequente abrandamento econômico reduzam a credibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas. Na UE, o PACTO DE ESTABILIDADE e CRESCIMENTO fornece o quadro apropriado para a condução e coordenação das políticas orçamentais, tanto em períodos favoráveis como desfavoráveis³¹⁶.

Sobre os procedimentos para ajuda aos bancos durante os anos de crise anteriores, o BCE iria se justificar afirmando:

Em resposta à intensificação da crise financeira em setembro de 2008 (ou seja, na sequência da falência do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers), os governos da área do Euro adotaram medidas nacionais destinadas a apoiar os seus sistemas financeiros e garantir condições de financiamento apropriadas à economia real. (...) Inicialmente, as medidas de auxílio público centravam-se no lado do passivo dos balanços dos bancos através de: i) garantias do Estado para o crédito interbancário e nova dívida emitida pelos bancos, ii) recapitalização de instituições financeiras em dificuldades, incluindo injeções de capital e empréstimos, e iii) uma maior cobertura de sistemas de garantia relativos a depósitos a varejo³¹⁷.

A ligação das atividades de socorro ao sistema bancário somente teriam afetado os orçamentos governamentais e aumentado o endividamento dos mesmos no longo prazo, conforme os técnicos do BCE explicavam, à guisa de defesa dos pacotes de austeridade:

Para além do impacto direto sobre os défices e a dívida, as operações de resgate dos bancos implicaram em riscos orçamentais mais abrangentes que se poderão concretizar com um impacto adverso sobre as contas das administrações públicas a médio e longo prazo. Os governos assumiram dois tipos de risco orçamental. As responsabilidades contingentes representam a primeira fonte de risco. Têm aumentado substancialmente desde o início da crise financeira, não podendo ser excluída a possibilidade de, no futuro, serem necessárias garantias adicionais e/ou de algumas garantias serem acionadas. Ao final de 2009, as responsabilidades contingentes implícitas, medidas pelos recursos consagrados a sistemas de garantia, situaram-se em 20,1% do PIB para os governos da área do Euro, enquanto as responsabilidades contingentes explícitas, medidas pelas garantias efetivamente utilizadas pelos bancos, ascenderam a cerca de 9,4% do PIB. Uma segunda fonte de risco orçamental refere-se ao efeito do apoio estatal ao sector bancário (por exemplo, recapitalizações bancárias, aquisições de ativos e empréstimos) sobre a dimensão e composição do balanço governamental. (...) Por último, os custos orçamentais decorrentes do apoio ao sector bancário são parcialmente compensados por dividendos, juros e comissões pagos aos governos pelos bancos em troca de apoio financeiro. Para concluir, **uma avaliação dos custos orçamentais líquidos do apoio estatal ao sector bancário deve adotar uma perspectiva de longo prazo que não se limite ao ano em que o apoio foi efetivamente prestado e deve considerar as implicações mais alargadas do mesmo para o balanço governamental**³¹⁸.

³¹⁶ Relatório do BCE 2008, pp.87-88.

³¹⁷ Idem, pp.81-82.

³¹⁸ Relatório BCE 2009, pp.42-44, grifo da autora.

Entretanto, devemos destacar que em plena turbulência financeira, os chamados Fundos Soberanos voltaram a atrair as atenções de países como a Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália e Japão – conhecidos como os países do G07 – que iniciaram negociações com o FMI, já no início de 2008, visando estudar formas de regulamentar e controlar tais reservas. A esse respeito, em janeiro de 2009, o BCE se pronunciaria:

Devemos pesquisar melhor sobre as implicações para as economias avançadas em geral e os EUA em particular, da acumulação de reservas feitas pelos mercados emergentes que as investem nas economias desenvolvidas. Na verdade, alguns têm argumentado que, no atual sistema de taxas de câmbio fixas em várias economias emergentes, os bancos centrais destes países têm cada vez mais, contribuído para o financiamento do atual déficit da dos EUA, e para as taxas de juros reais excepcionalmente baixas, já que tais bancos centrais têm investido a maior parte das suas reservas cambiais em títulos públicos de baixo rendimento dos Estados Unidos. De acordo com essa linha de raciocínio, os países com taxas de câmbio administradas contra o dólar vão ter dificuldade em diversificar as suas carteiras de reservas, já que tais mudanças seriam incompatíveis com seu quadro geral da política cambial. Outros salientaram que o aumento das reservas pode oferecer espaço para a diversificação da carteira, caso haja interesse dos administradores dessas reservas. A evidência empírica disponível sugere, porém, que a composição monetária das reservas globais de divisas está primordialmente em dólar, apesar de ter se observado um aumento gradual da participação do Euro durante os primeiros anos da União Monetária Europeia. Mas essa participação tem se mantido estável ao longo dos últimos dois anos³¹⁹.

Acompanhando o parecer, os técnicos do BCE informavam, como se pode observar no quadro 6.1, os montantes acumulados nos dez países com maiores reservas, e a variação das mesmas entre 1999 e 2008:

Quadro 6.1: Reservas em bilhões de dólares dos dez maiores detentores de divisas em 2008.

País	1999	2008	Variação (%)
China	146,60	1756,70	1098%
Japão	211,40	973,80	361%
Rússia	6,70	554,10	8170%
Índia	29,50	302,30	925%
Taiwan	93,00	290,10	212%
Brasil	31,20	199,80	540%
Algéria	5,10	133,20	2512%
Tailândia	28,80	103,00	258%
México	30,80	93,00	202%
Turquia	31,20	75,50	142%

Fonte: Boletim Mensal do BCE de 19-01-2009, pp.77.

³¹⁹ Segundo o artigo “*Foreign asset accumulation by authorities In emerging markets*” do Boletim Mensal do BCE, de 19 de janeiro de 2009. (tradução da autora).

Curiosamente, tal assunto não voltaria a aparecer nos relatórios ou boletins do BCE até o ano de 2010. Os Fundos Soberanos não são mais mencionados nos documentos, assim como não se observa mais nenhuma preocupação com os altos volumes de divisas em poder de países cujo superávit comercial se dá através da exportação de commodities. Aparentemente, o assunto perderia o interesse do clube dos mais ricos. Apesar da evidente consequência que um montante de dólares dessa magnitude teria sobre a economia do país de origem.

Se, o principal investimento feito pelos administradores dos Fundos Soberanos era na compra de papéis da dívida pública dos EUA, fica claro que para salvar seus bancos das consequências de investimento de alto risco feitos pelos próprios, o governo havia emitido tais títulos para captar o máximo possível da liquidez de sua moeda fora de suas fronteiras. Tal liquidez havia sido utilizada para providenciar o retorno esperado pelos aplicadores que não aceitaram que um alto retorno está sempre associado a um alto risco, e que risco significa a perda do que foi aplicado.

Assim, no caso estadunidense, a socialização da escolha ruim das instituições financeiras foi estatizada numa manobra que escandalizaria qualquer defensor da não interferência do governo sobre as sagradas forças de mercado.

Já no caso europeu, a partir de 2009, a crise deixaria de ser uma turbulência de mercados especulativos, mudando até de nome para *Crise das Dívidas Soberanas*³²⁰, passando a afetar milhões de cidadãos do velho continente. Estes viram seus sistemas de educação, saúde e segurança social sofrerem cortes que os tornaram ineficientes. A própria constatação de ineficiência serviria como justificativa para a privatização dos mesmos.

O desemprego e a exclusão social resultantes desse processo aumentaram. A mídia propagandeava que a culpa da crise europeia vinha dos gastos públicos excessivos de países como Portugal, Grécia e Irlanda; um exagero, se pensarmos que juntos, não representavam à época, mais do que 6% do PIB da Zona do Euro. Suas populações não somavam mais que 6,5% do total da região. Até mesmo os países do antigo bloco socialista foram acusados de terem drenado os recursos do BCE, acusação sem sentido e que não seria nem mencionada pelas autoridades da *Troika*, que concentraram sua atenção nos países do sul: Portugal,

³²⁰ As chamadas *Dívidas Soberanas* referem-se às dívidas públicas, internas ou externas dos países. Não se deve confundir com os chamados Fundos Soberanos.

Espanha e Grécia. Havia sido escolhidos como bodes expiatórios, para ocultar as perdas e as crises dos grandes bancos alemães, franceses e italianos.

ANDAMENTO DA CRISE NA ZONA DO EURO

Os dois últimos anos da década mostrariam um agravamento da situação dos bancos europeus. Assim, no ano de 2009, a Irlanda tentou enfrentar a instabilidade interna nacionalizando o *Anglo Irish Bank*, e injetando onze bilhões de Euros no *Bank of Irland* e no *Allied Irish*. Já o governo grego admitiu um déficit orçamental de 12,7% do PIB, mais do dobro do prometido pelo governo às autoridades da *Troika*. A divulgação foi acompanhada de uma nova promessa de reduzir o déficit para 8,7% do PIB para o ano seguinte. Tal promessa não agradou as Agências de Risco, que continuaram a reduzir a nota dos títulos do Tesouro grego, e consequentemente, dificultando ainda mais sua negociação. Em 2010, a situação continuou a piorar, com mais declarações das Agências de Risco. Elas decidiram rebaixar as notas dos papéis da Grécia para a classificação “lixo” e, em seguida se voltaram para os títulos de Portugal e Espanha, começando a campanha de rebaixamento dos títulos dos mesmos³²¹.

Ainda em 2009, as autoridades monetárias da Zona do Euro elaboraram o *Relatório do Grupo de Alto Nível*, sob a presidência de Jacques de Larosière, e publicado em fevereiro de 2009. Esse relatório apresentou um conjunto de recomendações para um novo quadro institucional da UE, voltado à supervisão das instituições financeiras. Em seguida, a Comissão Europeia emitiu as propostas legislativas para o Conselho da UE e o Parlamento Europeu de modo a colocar as recomendações em prática. Resumidamente, as propostas sugeriam a criação de um *Comitê Europeu do Risco Sistêmico* (CERS), que seria responsável pela supervisão das instituições da Eurozona – Bancos Centrais Nacionais e BCE. Em segundo lugar, era necessário criar um Sistema Europeu de Supervisores Financeiros – um grupo de três Autoridades de Supervisão Europeias – que trabalhariam a nível nacional com

³²¹ De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

as autoridades dos BCNs, para avaliar as situações de risco potencial para o sistema financeiro como um todo³²².

Para obedecer às medidas exigidas pela Troika e continuar a receber financiamentos do BCE e FMI, a Espanha anunciou um plano de corte de 50 bilhões de Euros, através de uma redução de 4% nos salários dos funcionários públicos e aumento da idade para aposentadoria de 65 para 67 anos. Já a Grécia anunciou o aumento do Imposto de Valor Adicionado (IVA) de 19 para 21%, além do corte de 33% dos pagamentos feitos aos funcionários públicos, aposentados e pensionistas. Portugal apresentou também um plano de corte de salários e suspensão de pagamento de férias e décimo terceiro salário dos funcionários públicos³²³. Todos os anúncios de medidas acompanhados por manifestações populares contrárias aos cortes.

Em 2010, as negociações internacionais para estabelecer algum nível de regulamentação bancária tiveram, no nível do G20, dois encontros: em Londres e Pittsburgh sem grandes avanços. No âmbito do G10, o Grupo de Governadores e Chefes de Supervisão, que é o órgão de superintendência do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, lançou um novo pacote, conhecido como *Acordo de Basileia III*.

As regras do *Basileia III*, publicadas em 16 de dezembro de 2010, estabeleciam que os bancos deveriam triplicar para 7%, o nível de capital de reserva, como meio de enfrentar uma perda financeira e ainda assim manter seus compromissos. O BCE aceitou as novas regras, mas estabeleceu um prazo bem longo aos bancos europeus, em alguns casos, até 2019, para que cumprissem essa nova regulação³²⁴.

Ainda assim, a descrença na efetividade de tais medidas continuaria. O ganhador do prêmio Nobel, Joseph Stiglitz afirmou ao final de 2010:

É notável, embora não seja uma surpresa, que tanto tempo depois do rompimento da bolha, tanto tempo depois do início da crise, a reforma do sistema financeiro global ainda seja uma obra inconclusa. Nos Estados Unidos, no entanto, os contornos da reforma financeira já estão claros, ainda que muitos detalhes tenham sido deixados ao encargo dos reguladores – e nesta como em outras tantas situações, o diabo mora nos detalhes. Com tantas responsabilidades sendo deixada nas mãos dos reguladores

³²² Relatório do BCE 2009, páginas 10 a 12.

³²³ De acordo com informações disponíveis no endereço <https://www.ecb.europa.eu/ecb/html/crisis.pt.html> acessado em 30-05-2014.

³²⁴ De acordo com informações disponíveis em <http://www.infosistema.com/consultoria-de-negocio/compliance-em-business-consulting/basileia-ii-e-basileia-iii> acessado em 08-06-2014.

– alguns dos quais eram, antes da crise, contra regulações – pouca certeza há de que as reformas terão força suficiente (...) ³²⁵

Durante todo o ano de 2010, um ciclo de eventos se repetiria sempre seguindo as mesmas etapas: (1) agências de risco rebaixando as notas dos papéis de determinado país; (2) declarações oficiais das autoridades se comprometendo a realizar cortes para melhorar o desempenho das contas do governo e criar superávits, (3) grandes manifestações populares contra os cortes orçamentais, e (4) novos empréstimos do BCE ou FMI para aumentar a liquidez do governo em questão.

De forma geral, os cortes incluíam, aumento de impostos como o IVA, e Impostos sobre a renda, aumento da idade para aposentadoria, congelamento ou diminuição de salários, pensões e aposentadorias dos funcionários públicos, programas de demissão voluntária de funcionários públicos para que passassem a prestar serviços ao governo como autônomos ou empresas. Os cortes evoluíram ainda para fechamento de escolas e privatização de setores da saúde. Os pacotes de ajuda financeira aos países endividados viriam do próprio BCE e do FMI. Em sequência, os governos que receberam a ajuda deveriam socorrer os bancos privados em situação de risco de falência ³²⁶.

Assim, os empréstimos contraídos, em parte, tinham destino certo. Por exemplo, em maio de 2010, o governo irlandês assumiu uma quota de 18% do banco *Allied Irish*, devido à pressão das autoridades europeias para o pagamento da dívida desse banco. Adicionalmente, continuaram os chamados “Pacotes de Austeridade” por parte dos governos como o espanhol (em maio), o português e o grego (em junho). Para mostrar seu lugar de líder no bloco, a Alemanha, em sete de junho, adotou um pacote de impostos e cortes orçamentais para reduzir o déficit alemão nos três anos seguintes, para até 2013, visando atingir os 3% do PIB de déficit público. Buscava assim mostrar aos demais países da Zona do Euro como seria possível chegar a esse patamar. A previsão alemã era de poupar 80 bilhões de Euros nesse período ³²⁷.

Tal atitude mostra claramente o papel que Alemanha adotou dentro do grupo,

³²⁵ Segundo Joseph STIGLITZ, *O Mundo em Queda Livre*, São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp.466

³²⁶ De acordo com informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acessado em 12-05-2014

³²⁷ De acordo com informações disponíveis no endereço <http://inteligenciaeconomica.com.pt/?p=8166> acessado em 12-05-2014.

[...] Obcecado por recuperar a competitividade perdida, no início da década de 2000, o governo alemão não estava disposto a exercer uma liderança no sentido de levar em consideração os interesses dos demais países. Essa política participou amplamente na polarização da Zona do Euro quanto à evolução das competitividades. As elites políticas alemãs têm uma visão distorcida em relação às falhas e às disparidades: cabe aos demais países seguir o caminho alemão fazendo sacrifícios necessários, ou seja, rebaixamentos drásticos de salários e auxílio social. A crise só será resolvida se a Zona do Euro se tornar uma grande Alemanha. Tal atitude é um contrassenso econômico e pode exacerbar as divergências políticas. A Alemanha concretiza mais da metade de seus excedentes comerciais, que são seus instrumentos de regulação de emprego, sobre seus parceiros da Zona do Euro. Se todo o bloco europeu se tornar como a Alemanha, a Zona do Euro passaria a ser um polo exportador para o resto do mundo. Mas a demanda global para absorver esses excedentes, obviamente, não existe.³²⁸

No entanto, uma área que sofreu diversas mudanças foi a segurança social, onde valores de pensões e aposentadorias foram rebaixados. Países como Irlanda, Portugal, Espanha, Itália, Holanda e França, aumentaram as idades mínimas para aposentadoria. No caso espanhol, o ataque às leis trabalhistas incluiu ainda a facilitação de demissões e a redução de custos de contratação, facilitando o *turn over* de empregados³²⁹.

Ao final do ano, as autoridades retornariam ao discurso otimista e mencionariam que “*Aparentemente o Euro está salvo; ao final do ano, a moeda está de novo tão apreciada frente ao dólar e o yen que o poder de competitividade europeu nos mercados aumentou*”³³⁰.

Ainda assim, o otimismo não era geral. Para alguns, entender a questão fiscal entre os países da área do Euro como um sistema equilibrado, seria, na verdade, o equivalente a um jogo de par ou ímpar em que no par, a Alemanha obtém superávit, e no ímpar, os demais países ficam em déficit:

O fato de a Alemanha apresentar superávit significa que o conjunto dos demais países apresentará déficit. E o fato de que outros países que não a Alemanha importem mais do que exportam contribui para a debilidade de suas economias(...) A Zona do Euro precisa de uma cooperação econômica melhor – e não apenas do tipo que simplesmente assegure o cumprimento de regras orçamentárias, mas sim de uma cooperação que também mantenha o pleno emprego e assegure que quando algum país sofra choques fortes na sua economia, ele receba ajuda dos demais. A União Europeia criou um fundo de solidariedade para auxiliar a entrada dos novos membros (...) mas não criou um fundo de solidariedade para auxiliar os países da

³²⁸ Segundo Morris. **O crash de 2008** pp.217-218

³²⁹ Idem.

³³⁰ Segundo Walter LAQUEUR em *After the fall, the end of the European dream and the decline of a continent*. Nova York: St.Martin Books, 2011, pp.21 (tradução da autora).

Zona do Euro que enfrentam dificuldades. Sem um fundo como esse, as perspectivas futuras do Euro são sombrias³³¹.

A crise, que começara aparentemente como um erro de avaliação das Agências de Risco para papéis sem valor, havia se transformado em ataque aos programas de proteção que os trabalhadores europeus haviam começado a conquistar quase um século antes. O discurso da validade da competição e concorrência entre os agentes econômicos ficaria novamente em voga, como se as intervenções de governos para salvar bancos e financeiras tivessem sido um procedimento não mais do que natural.

ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS, 2007-2010

Para avaliar os dados relativos aos 48 meses do período entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010, os países da Zona do Euro foram separados em três grupos, por ordem decrescente de participação no PIB total da região. Assim, os cinco maiores contribuintes para o PIB da Zona do Euro somam 85% deste e configuram o primeiro grupo com: Alemanha, França, Itália, Espanha e Países Baixos. No segundo grupo, temos países intermediários que contribuem com aproximadamente 13% do Produto da região, incluindo Bélgica, Áustria, Portugal, Grécia e Irlanda. E, por fim, o terceiro grupo comporta os países de menor participação no produto da Zona do Euro, quais sejam: Luxemburgo, Eslovênia, Chipre, Malta e Eslováquia que, juntos contribuem como cerca de 2% do PIB do grupo de 15 países estudados.

Produto e Consumo

O gráfico 6.1 mostra as taxas comparadas de evolução do produto da Alemanha com a média dos demais 14 países da Zona do Euro, durante o período 2007 - 2010.

³³¹ Segundo Segundo Joseph STIGLITZ, *O Mundo em Queda Livre*, São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp.454.

Gráfico 6.1: Variação do PIB da Alemanha, e variação da média dos demais países³³², em observações trimestrais de 2007Q1 a 2010Q4.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

A observação comparada dessas taxas mostra ritmos de crescimento econômico distintos entre a Alemanha e o restante da Eurozona, que apresenta semelhanças entre si. O cálculo de um coeficiente de Pearson de correlação linear simples entre as duas variáveis apresentou um resultado de 0,49, indicando empiricamente o descolamento do funcionamento estrutural da economia alemã com o restante da área estudada. Entre o segundo quadrimestre de 2007 e o quarto quadrimestre de 2010, a economia alemã teve uma oscilação em suas taxas de crescimento observada entre 5,0% e -6,0% ao quadrimestre, enquanto que os demais países da Eurozona apresentaram uma média oscilante entre 7,0% e -8,0% quadrimestrais.

A variação do PIB, quando analisada anualmente, reflete o entusiasmo do final de 2010 com todos os países retornando a uma tendência ascendente para o seu produto, à exceção da Grécia, que continuava sua trajetória de queda. Como se pode observar na tabela 6.1, embora o crescimento no ano de 2010 não fosse ainda o mesmo do ano de 2007, os países estavam se aproximando dos valores anteriores à crise. Chama a atenção o fato de apenas dois países terem obtido já em 2010, níveis de crescimento do seu produto, acima dos do ano anterior à crise, ou seja, 2007. Alemanha conseguiu superar em 0,3 pontos a marca de 2007, e Portugal obteve um crescimento de 0,5 pontos acima de 2007.

³³² França, Itália, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Áustria, Grécia, Portugal, Irlanda, Luxemburgo, Eslovênia, Chipre, Estônia, e Malta.

Tabela 6.1 : PIB dos países da Zona do Euro, de 2007 a 2010.

País (1)	Taxa de variação % anual				Em % do PIB total da Zona do Euro			
	2007 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)	2007 (6)	2008 (7)	2009 (8)	2010 (9)
Alemanha	3,3	1,1	-5,1	4,0	26,94	26,81	26,65	27,26
França	2,3	-0,1	-3,1	1,7	20,93	20,95	21,17	21,16
Itália	1,7	-1,2	-5,5	1,7	17,24	17,07	17,06	16,95
Espanha	3,5	0,9	-3,8	-0,2	11,68	11,79	11,75	11,42
P. Baixos	3,9	1,8	-3,7	1,5	6,34	6,44	6,44	6,41
Bélgica	2,9	1,0	-2,8	2,3	3,73	3,75	3,82	3,89
Áustria	3,7	1,4	-3,8	1,8	3,04	3,06	3,10	3,12
Grécia	3,5	-0,2	-3,1	-4,9	2,48	2,53	2,59	2,43
Portugal	2,4	0,0	-2,9	1,9	1,88	1,86	1,89	1,89
Irlanda	5,0	-2,2	-6,4	-1,1	2,10	1,95	1,82	1,73
Luxemburgo.	6,6	-0,7	-5,6	3,1	0,61	0,70	0,70	0,72
Eslovênia	7,0	3,4	-7,9	1,3	0,42	0,41	0,40	0,43
Chipre	5,1	3,6	-1,9	1,3	0,38	0,40	0,40	0,39
Estônia	10,5	5,8	-4,9	4,4	0,18	0,19	0,19	0,19
Malta	4,1	3,9	-2,8	3,3	0,06	0,06	0,07	0,07

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Assim, a recuperação econômica parecia estar já em andamento. Porém, ao se observar a participação do PIB de cada país no total da área do Euro, numa comparação entre 2007 e 2010, somente quatro países se mostraram abaixo do resultado de 2007: Itália, Espanha, Irlanda e Grécia que, ao final de 2010, ainda não haviam recuperado sua capacidade para os níveis de 2007.

Tabela 6.2 : Consumo privado dos países da Zona do Euro em porcentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.

Países (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Alemanha	54,4	56,8	56,2	56,0	54,3	56,4	56,8	57,1	57,7	60,5	58,7	57,8	56,6	58,4	57,8	57,3
França	56,4	55,8	57,0	56,8	56,8	56,3	57,4	56,9	57,8	57,4	58,2	57,8	58,0	57,0	58,1	57,7
Itália	60,0	58,6	60,2	56,0	60,5	58,5	60,9	56,8	61,7	60,4	61,5	58,0	62,3	60,3	62,3	58,6
Espanha	60,6	55,2	58,4	55,7	61,5	55,3	57,7	54,6	60,0	53,5	58,1	55,1	61,7	55,4	58,6	56,1
P. Baixos	46,4	45,8	48,1	44,7	45,5	45,2	47,4	43,9	46,2	45,4	47,8	44,6	46,3	44,9	47,5	44,3
Bélgica	49,9	50,4	51,7	51,7	50,9	51,4	53,0	52,8	52,2	52,4	53,4	53,2	52,9	52,5	53,5	53,0
Áustria	53,2	53,0	52,6	52,9	52,6	52,1	52,5	53,8	54,4	56,2	55,0	53,6	56,5	55,1	54,7	54,1
Grécia	74,9	70,5	66,0	67,6	77,8	73,6	68,3	70,3	79,5	72,4	70,4	68,1	82,5	73,4	69,7	68,5
Portugal	66,7	64,5	65,1	65,2	68,8	65,8	67,1	65,8	67,8	64,5	64,2	64,2	68,1	65,4	64,6	65,8
Irlanda	45,8	45,4	47,4	49,0	49,8	48,3	48,7	53,2	48,8	47,2	46,6	53,1	49,4	46,5	46,7	45,0
Luxemburgo.	31,7	31,2	32,7	32,3	31,4	33,0	34,2	33,1	34,9	34,8	34,6	33,7	33,0	32,1	32,9	31,8
Eslovênia	50,8	52,6	52,4	53,9	51,2	52,5	52,7	53,8	53,0	54,3	56,9	57,9	55,5	56,4	57,6	58,9
Chipre	70,7	63,8	61,7	72,9	73,5	67,2	66,8	72,1	69,2	63,6	63,1	69,0	68,7	63,6	63,1	70,6
Estônia	56,1	53,8	52,1	54,7	57,2	53,4	53,3	55,5	58,2	53,4	52,0	52,6	57,4	52,6	49,7	50,6
Malta	61,1	58,9	60,0	63,9	62,6	60,4	59,9	62,7	63,6	63,0	64,2	63,0	59,8	59,1	59,1	60,6

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

De acordo com a tabela 6.2, percebe-se uma melhoria da relação do consumo privado na Alemanha, França, Bélgica e Eslovênia no período 2007 a 2010. Descartado o aumento dessa relação na Eslovênia, que pode ser atribuído à reestruturação econômica da ex-Iugoslávia após vários anos de guerra civil, resta como notável, acima de 5%, a elevação da razão alemã. Somente durante o ano de 2009, o consumo na Alemanha permaneceu quase estável. Nos demais anos, houve crescimento, do mesmo modo que a França também possui crescimento desse indicador no período. Já Itália, Espanha e Países Baixos diminuíram suas taxas de consumo. Bélgica e Áustria apresentaram crescimento do indicador, enquanto Grécia, Portugal e Irlanda diminuíram seu consumo privado.

Tabela 6.3 : Consumo do governo dos países da Zona do Euro em porcentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.

País (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Alemanha	17,6	17,7	17,0	19,2	17,8	17,8	17,5	20,1	20,0	20,0	19,2	20,9	19,9	19,2	18,6	20,4
França	22,9	23,1	23,0	23,3	22,5	22,9	23,2	24,1	24,1	24,7	25,0	25,3	24,6	24,7	24,6	24,9
Itália	18,7	18,3	18,0	22,8	18,7	19,3	18,7	23,3	20,3	20,3	20,2	24,3	20,3	20,3	19,8	23,7
Espanha	15,4	18,2	17,0	22,3	16,1	19,4	18,1	24,1	18,0	21,7	19,9	25,6	18,4	22,2	20,1	24,9
P.Baixos	24,2	26,2	24,9	25,3	24,3	26,5	25,3	26,6	26,7	29,8	28,6	29,5	27,4	29,6	28,0	28,7
Bélgica	23,2	22,0	21,8	22,0	23,3	22,6	22,7	23,9	25,6	24,6	24,2	24,4	25,6	24,0	23,6	23,9
Áustria	18,1	17,5	17,5	18,9	18,2	18,4	17,7	20,4	20,1	19,5	19,3	20,0	20,5	19,3	18,4	19,7
Grécia	19,2	17,6	17,0	17,6	19,2	17,8	17,5	18,1	18,6	20,1	18,8	24,4	17,6	18,1	16,9	20,8
Portugal	18,2	20,7	18,2	22,0	18,2	20,8	18,1	23,0	20,6	22,7	20,5	24,3	20,1	23,2	19,5	23,4
Irlanda	15,6	16,7	18,5	17,8	18,0	19,1	19,4	19,9	20,7	19,4	21,0	20,9	18,6	19,1	19,5	19,8
Luxemburgo	15,2	14,2	14,2	15,6	15,2	15,1	15,1	16,7	17,6	17,6	17,0	18,3	17,2	16,4	16,3	17,7
Eslovênia	17,7	17,5	16,5	17,6	18,1	17,7	17,3	19,6	20,4	20,5	19,3	20,6	21,3	20,8	19,8	21,2
Chipre	16,7	15,1	15,9	21,9	15,6	14,9	18,9	22,4	17,7	16,6	17,2	29,0	18,3	17,0	17,2	17,4
Estônia	15,8	17,0	14,3	18,6	18,8	18,7	16,9	22,8	22,1	22,3	19,4	23,1	23,1	20,9	18,0	21,3
Malta	18,7	18,2	17,5	20,4	20,8	19,9	19,8	21,4	21,5	21,0	20,1	20,1	20,1	20,7	18,6	20,8

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Segundo a tabela 6.3, todos os países apresentaram aumento da participação do consumo do Governo, sendo que, no primeiro grupo de países, Itália e Espanha apresentaram os maiores aumentos. Já no caso de Portugal e Irlanda, o crescimento do consumo governamental apresentou valores acima de 25%, no período. Eslovênia e Estônia, por sua vez, apresentaram elevado crescimento do indicador, durante o período de 2007 a 2010, explicado pela contraposição dos governos à saída dos investimentos internacionais.

A preocupação crescente dos técnicos do BCE com a possibilidade de um aumento de inflação, conforme explicado anteriormente, cedeu lugar à preocupação com os efeitos da crise e, portanto, o aumento do consumo nos anos de 2008 a 2010 deixou de ser alvo das políticas supranacionais.

Formação Bruta de Capital Fixo

Conforme se observa pela tabela 6.4, no primeiro grupo de países, a Alemanha conseguiu aumentar sua formação bruta de capital fixo. França se manteve estável, com perdas durante 2009 e recuperação em 2010. Já Itália, Espanha e Países Baixos sofreram decréscimo de sua FBKF.

Tabela 6.4: Formação Bruta de Capital Fixo dos países da Zona do Euro, em porcentagem do PIB, de 2007 a 2010 em observações trimestrais.

País (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	2Q4	T1	T2	T3	T4
Alemanha	16,8	19,1	18,6	19,3	16,6	19,5	19,0	19,2	15,6	18,0	17,6	17,6	14,9	18,5	18,2	18,1
França	20,4	21,1	20,6	21,5	21,3	21,9	21,2	21,1	20,2	20,3	19,6	20,0	19,5	20,3	19,9	20,4
Itália	22,6	22,2	20,6	20,6	22,0	21,8	20,5	19,7	20,4	20,1	18,5	18,7	19,7	20,4	18,9	18,8
Espanha	31,1	30,7	30,7	30,2	30,1	29,2	29,0	26,5	24,6	23,2	24,0	22,8	23,0	21,9	22,4	21,7
P. Baixos	20,0	20,4	19,3	20,3	20,3	21,5	20,0	20,2	19,7	20,3	18,1	17,8	17,3	18,6	16,5	17,0
Bélgica	20,4	21,2	20,7	24,3	21,5	22,6	20,9	24,2	20,6	21,2	19,2	22,2	19,0	19,9	19,3	21,9
Áustria	19,6	21,2	22,2	22,7	19,3	21,6	22,0	23,5	18,7	20,5	21,4	22,0	17,5	19,9	20,6	22,3
Grécia	29,0	27,5	24,4	25,8	23,3	23,8	20,0	23,4	21,6	20,4	18,0	19,8	19,8	18,2	15,1	17,6
Portugal	22,6	22,2	22,2	21,9	23,1	23,2	22,7	20,9	20,9	21,1	21,4	18,9	20,0	20,2	19,6	18,5
Irlanda	29,4	24,9	24,2	23,7	26,6	21,5	21,8	17,9	18,7	16,7	14,9	13,8	13,3	13,7	10,7	10,9
Luxemburgo	19,6	22,0	20,5	21,0	19,6	20,7	22,3	23,1	19,9	19,8	17,3	19,9	16,4	19,6	15,9	17,5
Eslovênia	26,2	27,8	28,6	28,2	28,7	29,4	29,4	27,0	24,0	23,5	23,1	21,7	19,7	20,2	19,4	19,6
Chipre	21,0	22,8	20,7	23,7	23,1	24,3	21,5	22,9	21,5	21,8	18,4	20,5	19,4	20,8	17,7	18,7
Estônia	35,5	35,9	35,8	35,0	31,6	29,4	30,0	30,4	22,4	20,4	21,5	20,5	15,9	18,6	19,3	21,6
Malta	22,5	20,7	19,2	22,1	22,4	18,9	15,7	17,2	16,7	16,7	17,6	16,3	18,3	18,8	20,8	21,7

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Destaca-se ainda que, para a Espanha, a diminuição do investimento se iniciou no começo da série. No segundo grupo, Bélgica e Áustria apresentaram crescimento ao final de 2010, como forma de recuperação de perdas durante os anos de 2008 e 2009. Já Grécia, Portugal e Irlanda tiveram perdas significativas durante todo o período, com Irlanda se destacando como o país com maior perda de FBKF de todos os países da Zona do Euro (quase 70% de queda). Por fim, no terceiro grupo, todos apresentaram perdas, sendo Eslovênia e Estônia os países de maiores perdas desse grupo. Assim, fica claro uma queda dos estoques de capital destinados ao crescimento econômico de todos os países da Zona do Euro, à exceção de Alemanha, Bélgica e Áustria.

Contas do Governo

Ao se analisar a arrecadação dos governos dos países da Zona do Euro por tipo de taxação na tabela 6.5, verifica-se, no período em questão, uma queda em todos os países, da arrecadação sobre o capital; um aumento da arrecadação relacionada à taxação sobre o trabalho. Em relação às taxas sobre o consumo, como é o caso do IVA, houve diminuição da arrecadação, exceto nos casos de Alemanha, Itália, Áustria, Grécia e Luxemburgo, Eslovênia e Estônia. No entanto, as quedas na arrecadação sobre o consumo podem ser explicadas pela queda no consumo em si, como se comprova pela tabela 6.2.

No caso específico da Espanha, Portugal e Irlanda, observa-se uma queda da arrecadação sobre o capital e o consumo, com aumento da arrecadação sobre o trabalho que pode ser explicado pela diminuição dos salários reais. Tais países apresentaram aumento nas suas taxas de desemprego durante o período.

Tabela 6.5: Evolução da arrecadação dos países da Zona do Euro, em porcentagem do PIB, por tipo de taxas, de 2007 a 2010.

País (1)	Sobre o capital (2)				Sobre o trabalho (3)				Sobre o consumo (4)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Alemanha	6,9	6,6	5,8	5,7	21,2	21,6	22,3	21,5	10,6	10,7	11,2	10,7
França	10,6	10,3	8,9	9,4	22,0	22,3	22,8	22,5	11,0	10,8	10,8	10,9
Itália	11,5	11,0	10,9	9,9	20,8	21,6	22,0	22,0	10,4	10,1	10,1	10,6
Espanha	11,3	8,3	7,3	6,8	17,0	17,0	17,0	17,4	9,3	8,2	7,3	8,8
Países Baixos	6,8	6,6	5,3	5,4	19,8	20,7	21,1	21,4	12,1	12,0	11,7	12,0
Bélgica	9,9	9,9	8,7	8,9	23,0	23,6	23,9	23,8	10,9	10,7	10,6	10,8
Áustria	7,1	7,3	6,5	6,4	23,1	23,8	24,0	23,8	11,6	11,6	12,0	11,8
Portugal	7,7	7,9	6,9	6,6	12,4	12,6	13,2	13,1	12,6	12,3	10,9	11,8
Grécia	8,0	7,9	7,6	6,9	12,7	12,7	12,1	12,4	11,9	11,6	10,8	12,3
Irlanda	9,5	7,5	6,3	6,3	10,8	11,3	11,7	11,7	11,3	11,0	10,2	10,4
Luxemburgo	11,2	11,0	11,2	11,1	14,7	16,0	17,1	16,2	9,8	10,5	10,9	10,1
Chipre	14,0	12,3	9,6	9,5	10,8	11,1	12,3	12,6	15,2	15,2	13,5	13,4
Eslovênia	5,7	4,9	4,1	4,2	18,9	19,1	19,4	19,6	13,2	13,4	14,0	14,3
Malta	9,7	9,2	9,2	8,9	10,5	10,4	11,0	10,8	13,6	13,3	13,1	12,9
Estônia	2,6	2,7	2,8	2,3	15,8	17,5	18,7	18,2	13,0	11,7	14,5	13,6

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Já a análise da participação de cada tipo de taxa no total da arrecadação de cada país, na tabela 6.6, também permite destacar a diminuição da participação da taxação sobre o capital, no total arrecadado, com Espanha e Irlanda, por exemplo, transferindo tal participação para as taxas sobre o trabalho. Este comportamento é observável em todos os países. No caso da taxação sobre o consumo, destaca-se um maior aumento na Espanha e Grécia da participação deste tipo de tributação. Em contrapartida, Portugal e Estônia foram os países

com maior queda na participação deste tipo de tributação. Mais uma vez, a queda no consumo, que pode ser observada na tabela 6.2, ajuda a explicar tal comportamento.

Tabela 6.6: Evolução da participação das taxas no total arrecadado dos países da Zona do Euro, por tipo de taxa, de 2007 a 2010.

País (1)	Sobre o capital (2)				Sobre o trabalho (3)				Sobre o consumo (4)			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Alemanha	17,8	17,1	14,9	15,0	54,7	55,5	56,7	56,7	27,5	27,4	28,4	28,3
França	24,4	23,9	21,1	22,1	50,8	51,6	54,0	52,9	25,3	25,1	25,6	25,6
Itália	26,8	25,8	25,2	23,3	48,8	50,7	51,3	51,7	24,4	23,6	23,5	25,0
Espanha	30,5	25,3	23,8	21,1	45,7	51,5	55,5	54,0	25,0	24,9	23,7	27,4
P. Baixos	17,6	16,7	13,9	14,0	51,1	52,7	55,4	55,0	31,3	30,6	30,7	31,0
Bélgica	22,5	22,3	20,0	20,4	52,4	53,3	55,2	54,4	24,8	24,1	24,4	24,7
Áustria	17,1	17,1	15,2	15,2	55,3	55,8	56,7	56,8	27,7	27,3	28,2	28,1
Portugal	23,4	24,0	22,2	21,0	38,0	38,5	42,5	41,6	38,6	37,5	35,3	37,3
Grécia	24,5	24,6	24,9	21,8	39,0	39,4	39,7	39,3	36,5	36,0	35,5	38,9
Irlanda	30,0	25,1	22,4	22,3	34,2	38,0	41,5	41,2	35,8	36,9	36,2	36,6
Luxemburgo	31,3	29,4	28,7	29,7	41,1	42,6	43,5	43,2	27,6	28,0	27,8	27,0
Chipre	35,0	31,8	27,1	26,7	27,0	28,8	34,8	35,5	38,0	39,4	38,1	37,8
Eslovênia	15,1	13,1	11,1	11,0	50,2	51,2	51,9	51,7	35,0	35,9	37,4	37,7
Malta	28,8	28,0	27,6	27,4	31,0	31,6	33,1	33,1	40,2	40,4	39,4	39,6
Estônia	8,3	8,4	7,7	6,8	50,4	54,8	52,0	53,4	41,3	36,8	40,3	39,8

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Na tabela 6.7, observa-se o comportamento da dívida dos governos, que sofreu aumento em quase todos os participantes da Zona do Euro, à exceção do Chipre. Contudo, chama a atenção que, no primeiro grupo, os países de maior PIB apresentavam alto nível de endividamento. Embora este não aumente durante o período, no começo da série já é muito superior ao endividamento de países como Espanha e Irlanda.

Tabela 6.7: Dívida do Governo dos países da Zona do Euro, em porcentagem do PIB, de 2007-2010 em observações trimestrais.

País (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Zona do Euro	69,6	68,5	66,8	67,9	68,2	68,3	70,7	74,6	77,7	79,5	80,2	81,9	83,4	83,5	85,9	69,6
Alemanha	67,3	65,6	65,2	65,5	66,4	65,9	66,8	69,0	72,9	74,0	74,6	74,7	75,3	75,3	82,5	67,3
França	66,5	65,8	64,4	66,1	66,5	67,0	68,5	71,8	75,8	77,9	79,5	81,5	84,0	82,3	82,7	66,5
Itália	107,	105,	103,	105,	105,	104,	106,	112,	114,	117,	116,	118,	119,	119,	119,	107,
Espanha	39,1	37,7	36,3	35,5	36,0	36,9	40,2	43,5	47,5	50,2	54,0	55,8	57,9	58,9	61,7	39,1
Países Baixos	48,1	46,9	45,3	46,3	46,3	46,8	58,5	61,4	60,7	61,3	60,8	61,6	63,4	63,2	63,4	48,1
Bélgica	88,6	89,6	84,0	87,4	86,3	86,9	89,2	94,8	96,1	97,9	96,6	100,	100,	99,4	96,6	88,6
Áustria	68,6	70,8	60,2	61,7	61,4	61,5	63,8	67,9	70,4	69,4	69,2	70,1	72,5	72,1	72,5	68,6
Grécia	67,5	67,9	68,4	67,6	68,8	69,3	71,7	74,7	80,4	80,2	83,7	84,7	88,2	91,5	94,0	67,5
Portugal	107,	106,	107,	107,	108,	109,	112,	121,	125,	128,	129,	133,	136,	141,	148,	107,
Irlanda	24,5	28,7	24,9	27,5	32,4	38,6	44,2	51,0	59,0	61,7	64,4	77,4	77,5	87,2	91,2	24,5
Luxemburgo	6,9	6,7	6,7	7,2	7,4	7,5	14,4	15,2	15,5	15,9	15,5	15,7	20,7	20,4	19,5	6,9
Eslovênia	24,8	23,5	23,0	24,4	22,3	22,0	22,1	25,4	30,3	35,0	35,2	37,9	37,9	38,3	38,7	24,8
Chipre	62,7	59,8	58,8	52,9	50,9	48,9	48,9	54,7	69,5	68,8	58,5	62,3	62,7	59,7	61,3	62,7
Estônia	3,4	3,4	3,7	4,1	3,9	4,1	4,5	5,2	5,8	6,1	7,1	7,1	7,0	6,8	6,7	3,4
Malta	63,4	60,8	60,7	59,9	61,9	61,7	60,9	62,3	65,4	66,6	66,5	66,7	67,6	67,7	66,0	63,4

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

No caso específico da Espanha, durante todo o período, o país se encontra bem abaixo da média de endividamento da Zona do Euro. Embora o indicador tenha um comportamento ascendente a partir da segunda metade de 2008 até o final de 2010, volta a um nível bem inferior à média. O mesmo ocorre com a Irlanda. Já a Grécia consegue se manter na média da Zona do Euro, nos extremos da série; e somente a ultrapassa ao final de 2009 e durante 2010. Em contrapartida, países como Bélgica, Portugal e Itália estão acima da média da Zona do Euro, comportamento que permanece durante a série toda.

Mercado de Trabalho e Programas Sociais

Em termos de mercado de trabalho, na tabela 6.8, um panorama das taxas de desemprego apresenta um comportamento de crescimento em todos os países, com exceção da Alemanha e Áustria. Chama a atenção, o crescimento desse indicador na Espanha, Irlanda, Portugal, e Malta. No caso espanhol, o indicador dá um salto após 2009 e termina a série com mais do dobro de janeiro de 2007.

Tabela 6.8: Taxa de desemprego anual em % PEA(*) dos países da Zona do Euro, 2007-2010

País (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Alemanha	9,2	8,8	8,6	8,3	8,0	7,6	7,2	7,2	7,6	7,9	7,9	7,7	7,5	7,2	6,9	6,7
França	8,4	8,1	8,0	7,5	7,1	7,4	7,5	7,8	8,5	9,2	9,2	9,6	9,4	9,3	9,3	9,2
Itália	6,0	5,9	6,2	6,3	6,5	6,9	6,9	6,9	7,3	7,5	8,1	8,2	8,5	8,5	8,3	8,3
Espanha	8,0	8,0	8,4	8,6	9,1	10,4	11,7	13,9	16,5	17,7	18,3	18,9	19,2	19,9	20,1	20,3
P. Baixos	3,9	3,6	3,5	3,3	3,1	3,1	3,0	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,5	4,5	4,4
Bélgica	7,8	7,8	7,1	7,2	7,1	6,9	7,4	6,9	7,7	7,8	7,9	8,0	8,3	8,5	8,4	7,9
Áustria	4,4	4,6	4,6	4,1	3,9	3,5	3,7	4,1	4,4	4,8	5,1	4,8	4,5	4,5	4,5	4,2
Grécia	9,1	9,0	8,8	8,6	8,3	8,3	8,6	8,7	9,7	10,4	11,0	11,2	11,5	12,0	12,2	12,3
Portugal	8,7	8,3	8,1	8,0	7,9	7,5	7,5	7,9	9,0	9,1	9,6	10,2	11,2	12,1	12,8	14,1
Irlanda	4,6	4,7	4,6	4,9	5,1	5,6	7,0	8,1	10,4	12,0	12,7	13,1	13,1	13,7	13,9	14,9
Luxemburgo	4,4	4,1	4,1	4,2	4,4	4,8	5,1	5,2	5,4	5,3	5,1	4,9	4,6	4,4	4,4	4,7
Eslovênia	6,9	6,3	6,3	6,2	5,9	6,2	6,1	6,2	6,4	6,9	7,0	6,7	7,1	6,6	7,1	7,0
Chipre	5,3	4,9	4,6	4,7	4,7	4,4	4,3	4,3	5,0	5,7	6,4	6,5	6,8	7,3	7,3	7,7
Estônia	4,2	3,7	4,0	3,7	4,0	3,4	3,6	3,6	4,3	5,3	5,7	6,4	6,7	6,5	6,1	5,9
Malta	5,0	4,8	4,1	4,1	4,3	4,4	6,2	8,1	10,5	13,1	14,7	16,3	18,1	18,1	16,2	14,5

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT. (*)PEA=População Economicamente Ativa.

A taxa de desemprego dos jovens, que consta na tabela 6.9, também só apresentou queda na Alemanha e Áustria, com crescimento para os demais países. Mais uma vez,

destacam-se Espanha, Irlanda e Malta, onde o crescimento foi de mais de 100%. Ou seja, a taxa de desemprego mais que dobrou no período observado.

Tabela 6.9: Taxa de desemprego anual em % PEA com idade abaixo de 25 anos dos países da Zona do Euro, 2007-2010

País (1)	2007 (2)				2008 (3)				2009 (4)				2010 (5)			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Alemanha	12,4	11,8	11,7	11,5	11,0	10,5	10,0	10,3	11,1	11,6	11,6	11,4	10,9	10,1	9,5	9,2
França	21,0	19,8	18,7	18,6	17,7	18,6	19,2	20,6	22,9	24,0	23,8	23,8	23,4	23,6	23,9	22,4
Itália	19,7	19,7	20,4	21,1	20,7	21,2	22,2	22,7	23,8	24,7	26,1	26,6	27,2	28,3	27,5	28,2
Espanha	17,4	17,7	18,4	19,1	20,5	23,1	25,0	29,6	34,5	37,2	39,7	39,5	39,8	41,1	41,8	43,2
P. Baixos	7,2	7,0	7,2	6,6	6,2	6,5	6,2	6,3	6,7	7,4	8,1	8,6	8,9	8,9	8,7	8,3
Bélgica	19,0	19,5	18,8	18,8	18,8	18,5	20,3	18,7	20,6	20,7	21,2	22,2	22,0	22,6	21,2	21,3
Áustria	8,3	9,4	9,4	7,8	8,0	7,1	7,5	9,5	9,2	10,4	10,4	9,9	9,4	8,8	9,1	8,0
Grécia	21,9	20,5	19,9	20,1	19,8	19,3	21,0	22,0	24,1	24,9	24,2	27,1	27,8	27,2	29,5	28,1
Portugal	24,7	22,8	22,6	22,1	22,5	21,4	22,0	22,9	24,8	24,9	25,5	28,1	30,2	31,5	32,9	36,3
Irlanda	8,7	9,3	8,8	9,3	10,2	11,4	14,7	17,0	20,2	23,9	25,1	26,9	26,8	26,7	27,2	30,1
Luxemburgo	15,8	15,5	15,6	15,3	15,3	17,3	18,0	18,6	18,4	17,7	16,1	15,9	16,2	14,9	14,2	14,8
Eslovênia	14,4	13,5	13,1	12,5	12,4	12,3	12,2	12,3	13,2	14,1	14,1	14,3	13,9	13,4	13,7	13,9
Chipre	10,2	9,5	9,7	11,4	11,4	10,2	10,1	10,5	13,5	12,5	13,4	14,9	14,2	15,9	14,2	14,3
Estônia	10,0	10,1	10,5	9,8	10,4	7,8	8,5	9,3	9,6	13,2	16,3	16,8	18,9	18,6	14,0	14,4
Malta	10,9	10,0	8,9	8,4	8,2	8,6	13,9	18,6	22,3	26,6	29,8	31,6	37,6	37,0	30,2	26,0

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Os gastos com programas sociais como pagamentos de pensões, aposentadorias, auxílios a desempregados, enfermos, que pode ser observada na tabela 6.10, cresceu em todos os países da Área do Euro, com destaque para Espanha, Grécia, Chipre e Estônia.

Tabela 6.10: Gasto Total do governo em programas sociais dos países da Zona do Euro em porcentagem do PIB, 2007-2010

País (1)	2007 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Alemanha	27,8	28,0	31,5	30,6
França	30,9	31,3	33,6	33,8
Itália	26,6	27,7	29,9	29,9
Espanha	20,8	22,2	25,4	25,8
P. Baixos	28,3	28,5	31,6	32,1
Bélgica	26,9	28,3	30,6	30,1
Áustria	27,8	28,5	30,7	30,6
Portugal	23,9	24,3	26,8	26,8
Grécia	18,3	21,5	26,5	28,5
Irlanda	24,8	26,2	28,0	29,1
Luxemburgo	19,3	21,4	24,3	23,1
Malta	17,7	18,1	19,6	19,4
Eslovênia	21,3	21,4	24,2	25,0
Chipre	18,2	19,5	21,1	22,1
Estônia	12,1	14,9	19,0	18,0

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

No caso específico dos gastos do governo relativos aos auxílios para desempregados, que podem ser vistos na tabela 6.11, observa-se um crescimento mais elevado na Irlanda, Itália, Eslovênia e Espanha. No entanto, em todos os países, esses valores não chegam a 4% do PIB, sendo que na maioria se mantêm abaixo do 1%.

Tabela 6.11: Gasto Total do governo em programas sociais para desempregados dos países da Zona do Euro em percentagem do PIB, 2007-2010

País (1)	2007 (2)	2008 (3)	2009 (4)	2010 (5)
Alemanha	1,5	1,4	1,9	1,7
França	1,9	1,9	2,1	2,2
Itália	0,4	0,5	0,8	0,8
Espanha	2,1	2,5	3,7	3,6
P. Baixos	1,1	1,0	1,4	1,6
Bélgica	3,3	3,3	3,8	3,8
Áustria	1,4	1,4	1,7	1,7
Portugal	1,1	1,0	1,4	1,4
Grécia	1,1	1,3	1,6	1,7
Irlanda	1,4	1,8	3,0	3,5
Luxemburgo	0,9	1,0	1,3	1,3
Malta	0,5	0,5	0,6	0,5
Eslovênia	0,4	0,4	0,6	0,7
Chipre	0,9	1,0	1,0	1,1
Estônia	0,1	0,3	1,2	0,8

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Base EUROSTAT.

Tais valores comprovam que, se por um lado houve aumento nas taxas de desemprego, e por outro, um pequeno aumento dos gastos governamentais com o amparo aos desempregados, então a proteção ao trabalhador perdeu espaço no orçamento público. No caso da Espanha, essa perda é gritante, se pensarmos que a taxa de desemprego aumentou mais de 100% nos 48 meses estudados, e os gastos com programas sociais para desempregados não chegou a mais de 70% para o mesmo período, chegando a 3,6% do PIB. É o segundo maior valor de todos os países, perdendo para a Bélgica que, historicamente já apresenta valores na casa dos 3% desde o início da série.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao final da primeira década do século XXI, alguns fatos se mostravam mais que evidentes às economias nacionais presentes na Eurozona. Alguns deles podem ser resumidos da seguinte forma:

1. A integração vislumbrada pela União Europeia e pela Zona do Euro não era, de maneira alguma, uma relação simétrica, ou mesmo que tendesse à simetria, em

algum momento. O padrão de crescimento e o dinamismo econômico de um país como a Alemanha, por exemplo, não seria estendido, em condições produtivas, ou mesmo distributivas, aos demais. Isso se tornou evidente a todos os países-membros durante a crise.

2. A padronização de políticas monetárias, cambiais e fiscais não teve efeito correlato no desempenho das economias da Zona do Euro. Ou seja, o lado “real” daquelas economias não reagiu à uniformização do lado “monetário” na mesma medida. A síntese dessa resposta desigual se deu no efeito da crise mobiliária trazida dos EUA em 2007, por sobre os países da Zona do Euro.
3. A propósito do movimento de financeirização da crise mobiliária dos EUA, nele se deu o caráter assimétrico da extensão das relações internas à Zona do Euro. Países centrais, como Alemanha, França, Itália, Espanha e Países Baixos tiveram plena leniência atuária e facilidades financeiras para contornar a crise. Isso através de políticas monetárias e fiscais de caráter expansivo, mesmo ampliando gastos públicos e emissão de meios de pagamento para além dos limites estabelecidos pelas autoridades de política econômica da Zona do Euro. Países periféricos ao controle político da Eurozona, como Portugal, Grécia e os países do Leste Europeu, tiveram de submeter-se à pressão das mesmas autoridades, em sacrifício de suas próprias economias e do bem-estar de sua população.
4. Não houve incremento no dinamismo do comércio interno à Eurozona, em mais um indício do caráter predominantemente financeiro da união em torno da moeda comum europeia.

Reunidos esses elementos, pode-se afirmar que o caráter financeiro da crise estendida à Zona do Euro em 2008 denota a fragilidade do discurso concernente à União Europeia como um todo. A unificação e a padronização monetária e fiscal, realizada através de um conjunto prescritivo de políticas amparadas por um sistema de representatividade desigual, não poderia servir a outro propósito que não o de ajustar as economias da Eurozona em um sistema de relações do tipo centro-periferia, no qual as economias centrais otimizam suas economias, fazendo uso de margens fiscais ampliadas pelos sacrifícios impostos à periferia. Estas, como a grande maioria dos agentes do mercado financeiro, apenas conferem liquidez ao sistema.

O “esquema” de arrecadação dos governos se desloca, com diminuição das taxas sobre o capital e aumento da taxa sobre o trabalho e o consumo. Consequentemente, do

total arrecadado, os países conseguem fatias cada vez menores das taxas sobre o capital e cada vez maiores sobre trabalho.

Por outro lado, não se pode atribuir os efeitos sobre o lado “real” da economia nos países da Eurozona, unicamente à crise mobiliária importada dos EUA em 2008. A perda de solidez estrutural das economias periféricas, acompanhada da perda de dinamismo econômico e do aumento do desemprego são resultados de prazo maior e tributários das políticas fiscais restritivas impostas pelas autoridades monetárias da Eurozona ao longo da década, no referido grupo de países. Visto este indicador em particular, nota-se o sentido prático do funcionamento da integração sob a área do Euro: gerar emprego para os países centrais, transferindo-se o ônus do desemprego estrutural causado pelas políticas de ajuste, aos países à margem do controle da região.

Os relatórios das autoridades econômicas da Zona do Euro mostram o comportamento bipolar destas ora descrito. De um lado, as autoridades mostraram-se tolerantes com as políticas de gastos públicos e manipulações financeiras dos países centrais, associando-as, inclusive à preservação das instituições financeiras da Área. Isso se deu, mesmo quando a ação do país em questão ocorreu no sentido de um comportamento autônomo e de auto interesse. Até mesmo países externos à Zona do Euro, mas influentes no cenário europeu, como a Inglaterra, contaram com a tolerância e boa vontade das autoridades de política econômica da Zona do Euro, para procrastinar cronogramas de integração de políticas econômicas, ignorar metas de ajustes de preços e gastos públicos ou simplesmente abandonar a plenária europeia, sem maiores explicações.

De outro lado, dificilmente os países periféricos ao arranjo político da Zona do Euro poderiam falar em boa vontade ou tolerância das mesmas autoridades econômicas. A elas, conduziram-se as metas de redução da ação do Estado, liberalização e abertura interna de suas economias com ação vigorosa. As autoridades daqueles países capitularam, ao que parece, em função dos interesses das elites locais em obter os benefícios econômicos do uso da mesma moeda de países como França e Alemanha, ao invés de seu numerário já surrado por décadas sucessivas de incorporação dos passivos privados sob forma estatizada.

Em um ambiente de política econômica caracterizado pelo pensamento único, balizado por premissas neoliberais, a uniformização das políticas cambiais, monetárias e fiscais dos países da periferia da Eurozona não enfrentaria dificuldades, mesmo com o pleno conhecimento de que isso significaria também o fim da autonomia de políticas econômicas daqueles países. A adoção de uma moeda comum, que aumentasse a capacidade de

importações da parte das elites dos países periféricos da Zona do Euro, parece ter sido o preço suficiente de tal capitulação.

O dispêndio com programas sociais como pagamentos de pensões, aposentadorias, auxílios a desempregados e enfermos, cresceu em todos os países da Área do Euro. No caso específico dos gastos do governo relativos aos auxílios para desempregados, esses valores não atingiram em momento algum, 4% do PIB, sendo que, na maioria dos países, se manteve abaixo de 1%, por todo o período.

Há uma queda, observada ao longo do período, nos estoques de capital destinados ao crescimento econômico de todos os países da Zona do Euro, à exceção de Bélgica, Alemanha e Áustria. Esses dois últimos países também parecem ter sido os únicos poupados do supracitado aumento do desemprego, observado no período por toda a Área do Euro.

Visto da perspectiva do interesse desses países, em especial a Alemanha, o arranjo da Zona do Euro parece ter sido um excelente negócio: à custa da utilização de uma moeda conjunta, os alemães receberam o bônus da transferência dos custos de oportunidade referentes aos fatores produtivos dos demais países do território.

Em uma circunstância de crise, os países centrais – e novamente, em especial, a Alemanha – comprovaram que os co-usuários do Euro não representavam um problema a ser resolvido, ou um peso a ser carregado, mas uma facilidade a ser utilizada, como zona de refreamento de uma crise vinda de fatores externos, além de área de despejo de apertos fiscais, como se deu, durante o contexto de 2008 a 2010.

Em uma análise mais ampla, verifica-se que as crises do final da década de 1990 vão gerar um sistema de apreensão de divisas pelos países que as haviam sofrido. Assim, China, Cingapura, Rússia e demais países emergentes começariam a amearhar grandes reservas em dólar e usariam tais reservas para adquirir títulos da dívida pública dos EUA, quando as autoridades deste decidiram injetar liquidez no sistema de bancos e seguradoras privadas. Estas, pela lógica de mercado, deveriam ter falido. Os títulos de dívida vendidos aos emergentes se tornaram, também, uma moeda de troca destes para evitar pressões do governo dos EUA, como fica evidente no caso das discussões que aparecem intermitentemente na mídia respeito do câmbio controlado pelo governo chinês e a apreciação de sua moeda.

Por outro lado, os países que compraram os títulos do Tesouro estadunidense, não precisaram intervir em seus bancos, e à exceção de um episódio de investimento feito pelo

governo chinês em novembro de 2008, não se observou outra movimentação de intervenção governamental em função da crise de *subprime*.

Já os países do bloco do Euro, precisaram garantir as expectativas dos investidores que exigiam as promessas de retorno das aplicações, à custa do desmonte de seus serviços públicos e endividamento governamental crescente. Percebe-se então que o endividamento público e o desmonte da estrutura pública, como perdas diretas das aplicações desastrosas feitas por administradores e gestores de fundos, inseridos em empresas privadas que, por sua vez, não tiveram maiores consequências sobre as escolhas feitas, ao exercerem sua função de multiplicadores do capital.

CONCLUSÃO

Ao longo dos seis capítulos deste trabalho, buscou-se reconstruir, a partir dos documentos produzidos à época, o trajeto que os países europeus trilharam em seu processo de constituição de um bloco econômico. O objetivo era verificar se essa trajetória permitia antever a crise que atingiria a União Europeia ao final da primeira década do século XXI.

Primeiramente, voltou-se um olhar para os antecedentes mais remotos que, após os conflitos das primeiras quatro décadas do século XX, levaram os antigos oponentes, a se unirem num grupo que buscava vantagem mútua, seja na exploração de recursos, seja na retomada da posição hegemônica do velho continente no cenário econômico mundial. Assim, fez-se uma análise dos países europeus que ficaram sob influência mais direta dos EUA no período pós-guerra, seja na dependência dos investimentos vindos daquele país, seja como território para bases e tropas estadunidenses em solo europeu.

Os movimentos de união, naquele momento específico, podem ser entendidos como soluções econômicas para disputas que haviam levado aos dois maiores conflitos do século, e também afirmações de aliança clara com o polo “democrático” ou “capitalista” capitaneado por EUA. Adicionalmente, havia o risco de que um hipotético próximo conflito entre URSS e EUA se desse em solo europeu. O pavor de um novo conflito exigia que se tomassem posições claras por parte de todos no continente.

Dessa forma, pode-se interpretar a Comunidade Europeia de Carvão e do Aço como a primeira iniciativa prática que se concretizou em ganhos reais para os participantes e, serviu como exemplo para o que poderia ser alcançado em conjunto, caso se ampliasse a unificação.

Esse mote foi mantido ao longo dos primeiros 25 anos de pós-guerra, com iniciativas pontuais e frágeis de maior integração entre os seis parceiros iniciais. Os maiores avanços tendo sido obtidos na área comercial.

Porém, a quebra do acordo de Bretton Woods em 1971, pelos EUA, deu nova motivação para que a Europa dos Seis buscasse se resguardar dos sobressaltos do dólar e, para isso, colocasse em prática, os planos de criação da moeda europeia, num processo lento, complicado e costurado com muitas negociações e manobras políticas. O grupo iria aceitar novos membros com muita cautela e chegaria ao final da década de 1980 com doze membros, com iniciativas de mercado comum e sua própria política regional para estabilização cambial e monetária.

O fim da Guerra Fria nos anos 1990 trouxe novas condições à dinâmica interna de relações do grupo dos doze com os demais países do continente. Em primeiro lugar, a integração que tinha aspectos comerciais, fiscais e aduaneiros, atingiu a esfera jurídica, política e territorial. Em segundo lugar, estendeu-se a amplitude dessa integração. já que o fim da divisão europeia entre aliados da URSS e aliados dos EUA havia acabado e não se podia mais negar a entrada dos “países do Leste”. Assim, se antes era um clube restrito à elite econômica do continente, depois tornou-se uma comunidade e, por fim, União Europeia, saindo do escopo de grupo restrito de países para o abarcamento de uma grande diversidade política, cultural, social e econômica.

A unificação da Alemanha, no segundo semestre de 1990, teve um impacto econômico profundo no restante da Comunidade Econômica Europeia. Com uma forte expansão no orçamento alemão, destinado a apoiar os investimentos privados na antiga Alemanha Democrática, somada à reestruturação necessária a uma economia planejada e sem um sistema financeiro privado, a antiga Alemanha Federal teria uma expansão de consumo interno financiada em grande parte por transferências de crédito. Porém, a expansão da demanda do lado oriental iria se dar quando a capacidade produtiva da Alemanha atingisse o ponto mais alto de seu funcionamento. A solução foi importar dos parceiros europeus o que não se conseguia produzir no momento e, ao mesmo tempo ampliar a pauta de produtos a oferecer aos mesmos parceiros.

Dessa forma, todos os países do grupo se beneficiaram e o comércio inter-bloco aumentou o volume de transações. Ao mesmo tempo, o aumento de demanda levou a um aumento no nível dos preços que provocou a uma série de aumentos das taxas de juro, com efeito em todos os países do grupo, dado o processo de implantação do Sistema Monetário Europeu que estava em andamento³³³.

Em termos de poder político, a Alemanha unificada aumentou em cerca de um terço a sua população, e chegou a 25% da população da futura Zona do Euro, sem aumentar o número de votos no Parlamento Europeu, num primeiro momento. Por outro lado, o poder econômico se fez sentir, já que seu PIB compõe 25% do total da União Europeia, e 32% do total da Zona do Euro em 2010³³⁴.

³³³ Idem.

³³⁴ Segundo dados das séries históricas do BCE, disponíveis em <http://www.ecb.europa.eu/stats/html/index.en.html>, acessados em 02-02-2014..

O papel da Alemanha na criação da nova moeda europeia foi essencial para a aceitação e credibilidade desta, já que, desde o início da unificação monetária, o país teria influído diretamente na estabilidade cambial do bloco, além do fato de que o *Bundesbank* sustentou institucionalmente o BCE. Tal se deu quando a política monetária comum do BCE foi desenhada seguindo os ditames do Banco Central Alemão, um dos maiores cotistas do BCE, diga-se de passagem.

A partir da entrada em circulação da moeda única, as políticas do *Bundesbank* e do BCE já caminhavam na mesma direção e em igual compasso. Portanto, a Alemanha, juntamente com a França, se tornaram os elementos mais fortes dentro do bloco europeu.

Destaca-se ainda um outro ponto, a necessidade de aumento de competitividade nas relações comerciais externas ao bloco, levou ao fortalecimento da ideia de “complementaridade” entre as economias pertencentes ao grupo. Ou seja, se antes havia uma predominância a se tornar intensiva em trabalho, agora o bloco capitalista podia perfeitamente se tornar intensivo em capital e aferir vantagens de uma maior integração econômica.

Já no campo jurídico, a entrada em circulação do Euro foi precedida de uma formalização e normatização que visava criar o ambiente adequado para uma então provável integração política e territorial da Europa. As vantagens econômicas já estavam claras a todos os participantes, mas havia ainda que conseguir passar pelas questões nacionalistas para que se aceitasse uma unificação das instituições nacionais.

Para as elites beneficiadas pelo ambiente econômico criado, uma maior integração oferecia a possibilidade de ampliação do ambiente de realização do capital, seja pela retirada dos sempre citados salários em descompasso com a produtividade dos trabalhadores³³⁵, seja pela eliminação dos custos de transação e ganhos de escala. No entanto, uma maior integração passaria obrigatoriamente pelo fim dos ideários nacionalistas que ainda permeavam as culturas dos países membros.

Como se observa no terceiro capítulo, o processo de integração revelara três tipos de países no grupo: (1) aqueles que desejavam uma integração ampla e funcional; (2) os países que estavam interessados na integração a princípio, mas suscetíveis se colocados em posição vantajosa; e (3) países interessados em uma integração, ainda que secundária, à Zona do Euro.

³³⁵ O problema do “descompasso” entre os custos elevados do trabalho e dos benefícios aos trabalhadores estão presentes nos relatórios anuais do BCE analisados, de 1998 a 2008, quando o ataque passou a ser mais focalizado sobre os auxílios financeiros sob forma de pensões e subsídios aos desempregados e aposentados.

Os países do primeiro tipo, associados aos países do segundo, constituíram o arcabouço institucional do Euro, controlando o processo político de construção de acordos e normas ligadas à união monetária. Restaria aos países do terceiro tipo a anuência a uma inserção com representatividade e poder de barganha reduzidos no sistema.

Assim, países como Alemanha e França dominaram o processo positivo, em contraponto, tem-se Inglaterra e Dinamarca, além da Suécia, e, por fim, os países que apenas seguiam os líderes e aceitavam as regras impostas por eles. Tal divisão ficou clara durante o período 1990–2002, em que se observou empiricamente uma chamada “imobilização ativa” do produto. De maneira geral, ocorreu redução do setor primário. Aparentemente, as políticas de ajuste e convergência monetária nivelaram o dinamismo das economias por baixo. Ao mesmo tempo, a queda na capacidade de alavancagem de novos investimentos, dada pela redução da remuneração dos títulos públicos, conduziu a uma progressiva escassez de investimentos. Este levou a um aumento futuro nas taxas de juros, o que acabou por se verificar na década seguinte.

Assim o lançamento da Zona do Euro atendeu dois propósitos mais imediatos, quais sejam: (1) diminuir a dependência da moeda estadunidense para as transações dentro do bloco; e (2) intensificar as relações comerciais entre os países integrantes. Sem, contudo, se resolver os problemas que estavam se gestando desde os anos 1970: o desemprego latente e considerado como estrutural pelas análises oficiais, e a redução progressiva da rede de proteção social derivada do Estado de Bem-Estar, levando à reformulação da Estratégia de Lisboa e facilitando a assinatura, em 2007 do *Tratado de Lisboa*, cuja prioridade foi propagandeada como sendo a criação de políticas relativas à capacitação de mão de obra e diminuição do desemprego nos países da moeda única.

Uma vez instaurada a unificação monetária, o movimento conjunto observado no período foi o de assegurar o poder de compra da nova moeda, ajustando-se, por meio de políticas fiscais e monetárias, os países da Zona do Euro. Isso significou política fiscal expansionista para a dívida e restritiva para o gasto público, juntamente com uma política monetária restritiva, com elevação do custo de crédito.

Esse tipo de combinação de política fiscal e monetária promoveu a estabilidade da moeda única, à custa de elevação do desemprego e criação da capacidade ociosa nos estoques produtivos dos países membros. Tal efeito, nocivo para os trabalhadores, e à grande parte da população da Zona do Euro, era de todo o interesse, por sua vez, de três setores específicos, a

saber: (1) o sistema financeiro; (2) os oligopólios ligados aos mercados de bens e serviços; e (3) o capital monopolista em geral.

Adicionalmente, o aumento do poder de compra do Euro beneficiaria os grandes grupos bancários privados, que, graças à queda nas atividades econômicas produtivas, também viriam a se apropriar dos meios produtivos que ainda não se encontravam sob a sua posse.

A elevação do desemprego, com o aumento do exército industrial de reserva, barateou os custos do trabalho nos países que ainda mantinham resquícios do Estado de Bem Estar Social. O próximo passo se deu na eliminação de tais proteções.

Simultaneamente, procedeu-se ao desmonte do setor público nos países considerados “gastadores” ou “maus” administradores das finanças públicas. Assim, em nome da manutenção da estabilidade monetária, concentrou-se e centralizou-se a riqueza produzida na Zona do Euro.

Em paralelo, aceleraram-se as tentativas de integração, ou padronização de áreas como a Justiça, e os procedimentos jurídicos, a política externa, a segurança e defesa, as políticas de uso da energia, padronização de todos os tipos de documentos, embalagens e etc. Gerou-se maior concentração do poder de decisão no âmbito supranacional.

Curiosamente, essas medidas tornavam agora legal o que antes constava da Constituição europeia, a mesma que não havia sobrevivido à consulta popular na França e demais membros da UE, alguns anos antes. Até mesmo os pontos do Tratado de Nice de 2000, que haviam gerado tanta polêmica e discussões, foram aceites no Tratado de Lisboa em 2007, sem nenhuma ressalva.

Como salientado antes, a primeira década do século XXI, parece ter levado a Zona do Euro a lidar com as questões que haviam gerado polêmicas e impasses na década anterior. O consenso foi alcançado com a centralização do poder nas mãos dos principais países do bloco através de novos instrumentos de decisão (votação por maioria qualificada). Porém, com consequências que exacerbaram as contradições presentes no sistema. Assim, pode-se agrupar tais incongruências em dois grupos: o primeiro, relativo às diretrizes da Globalização – isto é, o *Consenso de Washington* – com uma prescrição padronizada a todos os que desejavam, ou já haviam, entrado no bloco. Tal prescrição incluía a abertura do comércio exterior; a redução do gasto público; a adaptação da política monetária e cambial às necessidades de países centrais (em especial a Alemanha reunificada), e reformas previdenciárias e trabalhistas que visavam aumentar as taxas de lucro mediante a redução de salários. Para tanto, eliminaram-se

os direitos trabalhistas e as obrigações das empresas em termos de benefícios aos trabalhadores. A consequência mais imediata foi a diminuição do papel do Estado na composição da demanda agregada, bem como a queda do investimento do setor público na Economia.

Como resultados imediatos, os países membros da Zona do Euro possuíam menor poder de manobra, ou autonomia, e, portanto, passaram pelo processo de padronização dos seus Bancos Centrais, agora subordinados apenas à autoridade do Banco Central Europeu.

Destaca-se também que os instrumentos de consulta popular foram tornados cada vez menos necessários nas tomadas de decisão, provando que a lição aprendida com o referendo da Constituição seria lembrada e não se deixaria a tomada de decisões, novamente, nas mãos dos cidadãos da União Europeia em geral, e na Zona do Euro, principalmente.

A partir de então, as exigências pelo cumprimento do PEC seriam cada vez maiores e, aplicadas com maior ou menor literalidade conforme o volume de cotas do BCE, o país em questão possuísse. No entanto, os países que seguiram as prescrições das autoridades econômicas da região, provaram o erro de tais medidas no sentido em que suas economias se tornaram estagnadas. Até mesmo a Alemanha, o país com maior liberdade de ação, e maior número de cotas do BCE, apresentou interessante combinação de indisciplina fiscal com liberalidade cambial, ocasionando menor dano à sua economia pela crise de 2007/8.

Em situação oposta, países como Portugal, Grécia ou Irlanda se tornaram presas numa armadilha em que a única política que podiam adotar, seria a determinada pelas autoridades da Troika, sem uma suposta consideração pela autonomia de seus Estados.

Por outro lado, a Grã-Bretanha serve de exemplo como um dos países que não entraram na terceira fase de implantação do Euro, e, portanto, salvaguardaram suas soberanias de política econômica. Se, no início, a principal consequência dessa escolha havia sido o menor acesso ao crédito abundante dentro da Zona do Euro, a manutenção de autonomia para determinar suas políticas macroeconômicas, provaria ser mais do que compensatória frente à crise. Outro fato que chama a atenção foi o acesso de bancos ingleses à ajuda fornecida pelas “injeções de liquidez” efetuadas pelo BCE e FED, que, embora de forma indireta, permitiram a queda nas taxas de juros e facilitaram a negociação e socorro aos bancos desses mesmos países.

Em síntese, a primeira década do novo século ficaria marcada por um movimento de intensificação da busca de superávit fiscal por parte dos membros da Zona do Euro, em

especial os chamados “primos pobres do sul”, com a evidente exceção da Itália, um dos “grandes” na lista da composição do PIB da zona unificada monetariamente.

O custo econômico e social que esses superávits teriam para os países candidatos à Zona do Euro era demasiado alto. Houve quem desacelerasse as reformas exigidas pelos critérios de adesão e, se antes havia expectativas para que se consolidasse a união monetária, agora era hora de ver como os países, já inseridos na região do Euro, reagiria à crise.

Ao final de 2010, podia-se perceber que: (1) o padrão de crescimento e o dinamismo econômico dos “grandes” não seria transmitido aos demais países da Zona do Euro; (2) a padronização das políticas monetárias, cambiais e fiscais não teve o mesmo efeito padronizado nas economias da Zona do Euro. Ou seja, o lado “real” daquelas economias não reagiu à uniformização do lado “monetário”; (3) Países centrais, como Alemanha, França, Itália, Espanha e Países Baixos tiveram plena leniência atuária e facilidades financeiras para contornar a crise. Em contrapartida, os países periféricos ao controle político da Eurozona, como Portugal, Grécia e os países do Leste Europeu, tiveram de submeter-se à pressão das mesmas autoridades, em sacrifício de suas próprias economias e do bem-estar de sua população; e (5) O comércio interno da Eurozona não se desenvolveu de forma equânime entre os países participantes, em mais um indício do caráter predominantemente financeiro da união em torno da moeda comum europeia.

Reunidos esses elementos, pode-se afirmar que o caráter financeiro da crise estendida à Zona do Euro em 2008 denota a fragilidade do discurso concernente à União Europeia como um todo. A unificação e padronização monetária e fiscal, realizada através de um conjunto prescritivo de políticas amparadas por um sistema de representatividade desigual, não poderia servir a outro propósito que não o de ajustar as economias da Eurozona em um sistema de relações do tipo centro-periferia, no qual as economias centrais otimizam suas economias, fazendo uso de margens fiscais ampliadas pelos sacrifícios impostos à periferia. Estas, como a grande maioria dos agentes do mercado financeiro, apenas conferiram liquidez ao sistema.

O “esquema” de arrecadação dos governos se desloca com diminuição das taxas sobre o capital e aumento da taxa sobre o trabalho e o consumo. Consequentemente, do total arrecadado, os países conseguem fatias cada vez menores das taxas sobre o capital e cada vez maiores sobre trabalho.

Por outro lado, não se pode atribuir os efeitos sobre o lado “real” da economia nos países da Zona do Euro, exclusivamente à crise mobiliária estadunidense. A perda de solidez

estrutural das economias periféricas, acompanhada da perda de dinamismo econômico e do aumento do desemprego, são resultados de prazo maior e tributários das políticas fiscais restritivas impostas pelas autoridades monetárias supranacionais, ao longo da década, com base no PEC.

Desse modo, os documentos e relatórios das autoridades econômicas da Zona do Euro mostram o comportamento bipolar descrito. Por um lado, as autoridades mostraram-se tolerantes com as políticas de gastos públicos e manipulações financeiras dos países centrais, associando-as, inclusive à preservação das instituições financeiras da Área. Isso se deu, mesmo quando a ação do país em questão ocorreu no sentido de um comportamento autônomo e de auto interesse. Até mesmo países externos à Zona do Euro, mas influentes no cenário europeu, como a Inglaterra, contaram com a tolerância e boa vontade das autoridades de política econômica da Zona do Euro, para procrastinar cronogramas de integração de políticas econômicas, ignorar metas de ajustes de preços e gastos públicos ou simplesmente abandonar a plenária europeia, sem maiores explicações.

Por outro lado, dificilmente os países periféricos ao arranjo político da Zona do Euro poderiam falar em boa vontade ou tolerância das mesmas autoridades econômicas. A elas, conduziram-se as metas de redução da ação do Estado, liberalização e abertura interna de suas economias com ação vigorosa. As autoridades daqueles países capitularam, ao que parece, em função dos interesses das elites locais em obter os benefícios econômicos do uso da mesma moeda de países como França e Alemanha, ao invés de seu numerário já surrado por décadas sucessivas de incorporação dos passivos privados sob forma estatizada.

Em um ambiente de política econômica caracterizado pelo pensamento único, balizado por premissas neoliberais, a uniformização das políticas cambiais, monetárias e fiscais dos países da periferia da Eurozona não enfrentaria dificuldades, mesmo com o pleno conhecimento de que isso significaria também o fim da autonomia de políticas econômicas daqueles países.

A adoção de uma moeda comum, que aumentasse a capacidade de importações da parte das elites dos países periféricos da Zona do Euro, parece ter sido o preço suficiente de tal capitulação.

O dispêndio com programas sociais como pagamentos de pensões, aposentadorias, auxílios a desempregados e enfermos, cresceu em todos os países da Área do Euro. No caso específico dos gastos do governo relativos aos auxílios para desempregados, esses valores não

atingiram em momento algum, 4% do PIB. Na maioria dos países, se mantiveram abaixo de 1%, por todo o período.

Há uma queda, observada ao longo do período, nos estoques de capital destinados ao crescimento econômico de todos os países da Zona do Euro, à exceção de Bélgica, Alemanha e Áustria. Esses dois últimos países também parecem ter sido os únicos poupados do supracitado aumento do desemprego observado no período por toda a Área do Euro.

Visto da perspectiva do interesse desses países, em especial a Alemanha, o arranjo da Zona do Euro parece ter sido um excelente negócio: à custa da utilização de uma moeda conjunta, os alemães receberam o bônus da transferência dos custos de oportunidade referentes aos fatores produtivos dos demais países do território.

Em uma circunstância de crise, os países centrais – e novamente, em especial, a Alemanha – comprovaram que os co-usuários do Euro não representavam um problema a ser resolvido, ou um peso a ser carregado, mas uma facilidade a ser utilizada, como zona de refreamento de uma crise vinda de fatores externos, além de área de despejo de apertos fiscais, como se deu, durante o contexto de 2008 a 2010.

Em uma análise mais ampla, verifica-se que as crises do final da década de 1990 vão gerar um sistema de apreensão de divisas pelos países que as haviam sofrido. Assim, China, Cingapura, Rússia e demais países emergentes começariam a amealhar grandes reservas em dólar e usariam tais reservas para adquirir títulos da dívida pública dos EUA, quando as autoridades deste decidiram injetar liquidez no sistema de bancos e seguradoras privadas que, pela lógica de mercado, deveriam ter falido. Os títulos de dívida vendidos aos emergentes se tornaram, também, uma moeda de troca destes para evitar pressões do governo dos EUA, como fica evidente no caso das discussões que aparecem intermitentemente na mídia respeito do câmbio controlado pelo governo chinês e a apreciação de sua moeda.

Por outro lado, os países que compraram os títulos do Tesouro estadunidense, não precisaram intervir em seus bancos, e à exceção de um episódio de investimento feito pelo governo chinês em novembro de 2008, não se observou outra movimentação de intervenção governamental em função da crise de *subprime*.

Já os países do bloco do Euro, precisaram garantir as expectativas dos investidores que exigiam as promessas de retorno das aplicações, à custa do desmonte de seus serviços públicos e endividamento governamental crescente. Percebe-se então que o endividamento público e o desmonte da estrutura pública, como perdas diretas das aplicações desastrosas

feitas por administradores e gestores de fundos, inseridos em empresas privadas que, por sua vez, não tiveram maiores consequências sobre as escolhas feitas ao exercerem sua função de multiplicadores do capital.

Ainda mais, os aplicadores também não sofreram nenhuma consequência e as famosas supostas leis livres de mercado foram abandonadas por aqueles que mais defendiam a não interferência nas mesmas. Hipocrisia? Ou apenas a realização de capital onde os retornos precisam ser cada vez maiores? isto para suplantar a voracidade da transformação de D em D', sem sequer haver a mediação de uma mercadoria.

Assim, a tendência do capital financeiro é manter fora da esfera produtiva, massas de capitais, sob a forma dinheiro. É então que aparece sua tendência propriamente parasitária. Tal como no entesouramento, estes capitais, como massas de valores, constituem uma retirada que refreia a reprodução global.³³⁶

Se, ao início do presente trabalho buscavam-se as respostas para as questões abaixo, ao final do mesmo, as respostas encontradas foram:

(a) De que forma se deu o processo de unificação europeu? Foi um processo lento, com diversas etapas, conforme descritos nos capítulos dois, três, quatro e quinto.

(b) A quem tal processo beneficiou e de que forma se deu esse benefício? Os países do grupo dos seis foram os maiores beneficiários, com destaque para Alemanha e França, que não só aumentaram seus mercados, como puderam realizar o capital investido nos parceiros do bloco.

(c) Como se gestou a crise financeira de 2008 e como essa crise afetou a coesão do bloco? A crise foi a consequência de uma série de fatores, como visto no sexto capítulo.

(d) A quem, a crise de 2008 prejudicou, e quais teriam sido seus beneficiários? Os maiores beneficiários foram os grandes bancos e empresas operadoras de mercados especulativos. Estes não só obtiveram o retorno esperado para seus investimentos, como a salva-guarda dos governos europeus e estadunidenses, para continuarem a investir no nível de risco que haviam investido anteriormente.

³³⁶ Segundo Delilez, Jean-Pierre, em *Os Monopólios*, p.146.

(e) Quais as perspectivas que se apresentam para a unificação europeia enquanto processo para os próximos anos? A crise minou qualquer resistência dos países que, em 2000 haviam questionado as relações de poder dentro da EU. No entanto, em 2010, já aceitaram as mesmas relações em questionamentos. Como exemplo, citam-se as decisões de criação da alta autoridade europeia para definição de políticas externas, e o voto por maioria qualificada.

Em síntese, a hegemonia do capital financeiro, construída no processo de formação da comunidade europeia, trouxe alguns traços que, talvez, de outra forma não existiriam:

- (1) Uma hegemonia consolidada de França e Alemanha sobre os demais países, que se constitui uma imposição de políticas fortemente prejudiciais aos países menos ricos;
- (2) Uma aceleração do processo de integração que talvez não fosse tão necessária;
- (3) O desaparecimento da política econômica específica de cada nação-membro, no contexto da internacionalização integrativa;
- (4) A perda da moeda nacional de cada país, que deveria ser mantida ainda, no curso de uma ou duas gerações, tendo como consequências o desaparecimento da autonomia dos Estados-Membros não hegemônicos na área, com consequente descaso para as heterogeneidades e necessidades específicas locais;
- (5) O fim das políticas monetária, creditícia, cambial, fiscal, e até mesmo, previdenciária de cada país.

Dessa forma, uma análise detalhada das hipóteses que buscamos avaliar ao longo da pesquisa efetuada, levam-nos a estabelecer as seguintes validações:

- Hipótese 1: *“O processo de unificação europeu beneficiou economicamente as potências continentais europeias, nomeadamente Alemanha e França, garantindo mercados consumidores e fornecedores de produtos de menor valor agregado dentro do bloco”* foi plenamente demonstrado.

- Hipótese 2: *“A Divisão Internacional do Trabalho, em sua expressão regional na União Europeia, garantiu o crescimento das potências dominantes do bloco e o desmonte das estruturas produtivas dos países menos desenvolvidos, que se*

contentaram com o papel de consumidores e recebedores das ajudas financeiras. Estes aumentaram substancialmente seu endividamento intrabloco". Tal também se comprovou, pela análise dos dados.

- Hipótese 3: *"A crise financeira atingiu sobremaneira o bloco europeu, em função da unificação monetária que retirou dos governos a utilização de ferramentas macroeconômicas. Isso em favor de um poder supranacional que tem insistido na adoção de medidas de "austeridade fiscal" com o custo de piora de condições de vida para as populações dos países mais atingidos"* corrobora-se, na medida em que organismos como FMI, BCE e Comissão ECOFIN impuseram medidas de "ajuste" para os países do grupo do sul, ou seja, Grécia e Portugal.

- Hipótese 4: *"A crise financeira de 2008, assim, consistiria num movimento de realização de resultados da parte das potências continentais europeias sobre os países-satélites, no qual estes teriam sofrido o efeito da financeirização e abertura comercial irrestrita de suas economias, bem como, da destruição de setores produtivos domésticos e postos de trabalho internos, em favorecimento das economias centrais do bloco"*. Esta se provou indicativa, como as anteriores, na medida em que a Divisão Internacional do Trabalho dentro da Zona do Euro deixou clara a divisão de papéis e prioridades para os componentes do bloco.

As perspectivas que se abrem para o restante do século para o bloco europeu parecem apontar para uma continuidade da manutenção do bloco, no sentido da liquidação plena dos ativos públicos e da capacidade produtiva dos países menores, em benefício da sobrevivência de estados nação que reuniriam economias cada vez mais extenuadas, em seus recursos de capital e trabalho. Assim, a União Europeia não se despediria com um implosão, ou encolhida à mingua, mas com o constrangedor silêncio da escassez absoluta, pelo menos para sua grande maioria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) DOCUMENTOS:

Adendos da Constituição da União Europeia de 13 de Outubro de 2004.

Banco Central Europeu e o Eurosistema – *O percurso de unificação monetária*, 2009.

Basileia II: *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards* - Basel Committee on Banking Supervision (2004)

Basileia III: *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards* - Basel Committee on Banking Supervision (2006)

Constituição da União Europeia de 13 de Outubro de 2004.

Estratégia de Lisboa (2000).

IMF Annual Report 2009 - Fighting the Global Crisis

Pacto de Estabilidade e Crescimento, versão consolidada.

Plano Barre.

Plano Delors.

Plano Werner.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 1998.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 1999.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2000.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2001.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2002.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2003.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2004.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2005.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2006.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2007.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2008.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2009.

Relatório Anual do Banco Central Europeu de 2010.

Relatório Anual do Comitê de Governadores de Bancos Centrais dos Estados Membros da CEE de 1991.

Relatório Anual do Comitê de Governadores de Bancos Centrais dos Estados Membros da CEE de 1992.

Relatório Anual do Instituto Monetário Europeu de 1994.

Relatório Anual do Instituto Monetário Europeu de 1996.

Relatório Anual do Instituto Monetário Europeu de 1997.

Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, 2000.

Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, 2002.

Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, 2004.

Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, Dezembro de 2006.

Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, Maio de 2006.
 Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, Maio de 2007.
 Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, Maio de 2008.
 Relatório de Convergência do Banco Central Europeu, Maio de 2010.
 Relatório do Instituto Monetário Europeu: Processos de Convergência, 1996.
 Relatório do Instituto Monetário Europeu: Processos de Convergência, 1998.
 Relatório do Instituto Monetário Europeu: Processos de Convergência, 1996.
 The Larosièrre Report – The High Level Group on Financial Supervision in the UE - 2009
 Tratado de Amsterdã (1997)
 Tratado de Lisboa (2007 e 2010)
 Tratado de Maastricht (1991)
 Tratado de Nice (2001)
 Tratado de Roma (1957)
 Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia (1957)
 Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica (1957)
 Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951)
 Treaty on the Final Settlement with Respect to Germany (1990).
 Two Plus Four Treaty (1990).

2) LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES:

AGLIETTA, M. *Zona do Euro, qual o futuro?*. São Paulo: Ideias&Letras, 2012

ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de. Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios. Lisboa:Edições Sílabo, 2005

AMIN, Samir. *A crise do Imperialismo*. Rio de Janeiro Graal, 1979.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, G. *O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.

ARRIGHI, G. SILVER, B. (orgs). *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2001.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

BARBOSA, W. *A História Econômica como Disciplina Independente*. Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1988

BARBOSA, W. *Globalização, uma péssima parceira*. IN: Perspectivas: Revista SEADE, V.5, pp.63.70. São Paulo: SEADE, 1997.

BARBOSA, W. Uma Teoria Marxista dos Ciclos Econômicos in COGGIOLA, O. (org.) Marx e Engels na História. São Paulo: Humanitas, 1996

BAUMAN, Zygmunt. *Europa. Uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.

- BEÇAK, P. *Mercosul: uma experiência de integração regional*. São Paulo: Contexto, 2000.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou Capitalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- BEINSTEIN, J. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. São Paulo: Record, 2001.
- BEREND, I. *From the Soviet Bloc to the European Union. The Economic and Social Transformation of Central and Eastern Europe since 1973*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- BLAIR, A. *The European Union since 1945*. London, Pearson, 2nd ed, 2010.
- BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983), página 83.
- BOULDING, K. The Consumption Concept in Economic Theory, *American Economic Review*, 35:2 (May 1945), pp. 1-14.
- BOYD, Andrew and Frances. *Western Union. A study of the Trend Toward European Unity*. Washington USA: Public Affairs Press, 1949
- BRAUDEL, F. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1993 (1969)
- CARVALHO, Patrícia Nasser e Senhoras, Elói Martins. Das Uniões Monetárias aos Dez Anos do EURO: Um Tributo Histórico na Antiga Ópera de Frankfurt disponível no endereço: www.revistaintellecto.cenegri.org.br acesso em 12-01-2014.
- CASSIDY, J. *Como os Mercados Quebram: a lógica das catástrofes econômicas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.
- CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2003 (2002)
- CHESNAIS, François. *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONDÉ, Eduardo Salomão. *Laços na diversidade: a Europa Social e o Welfare em Movimento (1992-2002)*. Juiz de Fora: editora UFJF, 2008.
- DAHRENDORF, R. *Reflexões sobre a revolução na Europa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991
- DEDMAN, M. J. *The origins and development of the European Union, 1945-95*. London: Routledge, 1996.
- DELILEZ, Jean Pierre. *Os Monopólios*. São Paulo: Editorial Estampa, 1972
- DINAN, Desmond. *An ever closer union? And introduction to the European Community*. Colorado, USA: Lynne Rienner, 1994
- DUNCAN, Richard. *The Dollar Crisis, causes consequences, cures*. USA: Willey Editorial, 2003
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital – Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora34, 2000

- ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). Fredrich Engels: política. São Paulo: Ática, 1981.
- FERRER, A. *Historia de la globalización* V.II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1998
- FOLADORI, G. *Los límites del desarrollo sustentable*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1999.
- FOSTER, J. *Marx e a Ecologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOX, J. *O Mito dos Mercados Racionais. Uma história de risco, recompensa e decepção em Wall Street*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2010.
- FRAILE, José. *La crisis financeira: su impacto y la respuesta de las autoridades*. Madrid:Global, 2009.
- GONTIJO, C. e OLIVEIRA, F.A. *A Crise da União Europeia: why pigs can't fly*. Belo Horizonte: CORECON, 2012
- GONZÁLEZ, C.R. *The European Union, current problems and prospects*. London: Palgrave Macmillian, 2007.
- GOTTSCHALK, Egon Felix. *A Comunidade Econômica Europeia e os Problemas de Integração Econômica dos Mercados*. São Paulo: FIESP, 1959
- GREENSPAN, Alan. *A Era da Turbulência, Aventuras em um novo mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2007
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *Marx*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GUERNOT, Ulrike *et alli*. *União Europeia: Transtornos e Alcance da Integração Regional*. São Paulo: Fundação Adenauer, 2001
- HABBERMAS, Jürgen. *The Crisis of The European Union, a response*. Cambridge, UK: Polity Press, 2012.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRST, Paul e THOMPSON, G.. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 – 1991*. Lisboa: Perspectiva, 1995
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Impérios: 1870- 1914*. Lisboa: Perspectiva, 1987.
- HOBBSBAWM, E. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOBBSBAWM, E. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HOUBEN, H. *La crisis de 30 años: el fin del capitalismo?* España: Asociación Cultural Jaime Lago, 2012

- INVERNIZZI, N. e FOLADORI, G. As Nanotecnologias ajudam a superar a pobreza? *Inclusão Social*, Vol. 1, No 2 (2006)
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965).
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1991
- KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna, de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013
- KONDRATIEFF, N. *The Long Waves in Economic Life*. The Review of Economic Statistics, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.
- KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. 4ª.Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- KRUGMAN, P. E OBSTFELD, M. *Economia Internacional – Teoria e política*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2005
- KRUGMAN, P. *Uma nova recessão? O que deu errado. Como entender a crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KRUGMAN, Paul, *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. 3a.Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- KUZNETS, S. *Crescimento Econômico Moderno*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1968).
- LACOSTE, Y. *Geografia: isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1989.
- LACOSTE, Y.(org.) *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989.
- LAQUEUR, Walter. *After The Fall – The end of the european dream and the decline of a continente*. New York, USA: St.Martin's Press, 2012.
- LENIN, V.I. *As três fontes e as três constitutivas do Marxista*. São Paulo: Global, 1985 (1914).
- LENIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEWIS, M. *Bumerangue: uma viagem pela economia do novo terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011
- LIPGENS, W.A. *History of European Integration*, V.1.: Oxford: Claredon Press, 1982
- MADDISON, A. *Dynamic Forces in Capitalist Development*. New York: Oxford University Press, 1991.
- MANDEL, E. *The Long Waves in Capitalist Development: a marxist interpretation*. New York: Verso, Revised edition, 1995 (1980).
- MARSH, D. *The Euro – the battle for the new global currency*. USA: Yale University Press, 2010.
- MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848).

- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (1894).
- MAURO, F. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1969).
- MCCOMBIE e Rodriguez Gomes. *The European Union, Current problems and prospects*. UK: Palgrave, 2007.
- MCGIFFEN, S. *The European Union. A Critical Guide*. London: Pluto Press, 2005.
- MELLO e SOUZA, André, NASSER, Reginaldo M., MORAES, Rodrigo F. (Orgs). *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra do Terror, reflexões sobre o terrorismo do século XXI*. Brasília: IPEA, 2014.
- MELLO, P e SPOLADOR, H. *Crises Financeiras: quebras, medos e especulações de mercado. Do século XVII à crise do Subprime e da Zona do Euro*. São Paulo: Saint Paul, 3ª. edição, 2010.
- MÉSZAROS, I. *A crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MILWARD, A.S. *The European Rescue of the Nation State*. London: Routledge, 1984.
- MILWARD, A. *The reconstruction of Western Europe, 1945-1951*. London: Routledge, 1984.
- MONTEIRO, Luís. *Os últimos 20 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.
- MORRIS, Charles. *O crash de 2008, dinheiro fácil, apostas arriscadas e o colapso global do crédito*. São Paulo: Aracati, 2009.
- NAVARRETE, Donato Fernández. *Fundamentos Economicos De La Unión Europea*. Madrid: Thompson, 2007
- NORTH, D. *Structure and Change in Economic History*. New York: W & W Norton & Company, 1981.
- OLIVEIRA, H.A. e LESSA, A.C. *Política Internacional Contemporânea – Mundo em transformação*. São Paulo: Saraiva, 2006
- OVERTVELDT, J. *The end of the Euro: the uneasy future of the European Union*. Chicago: B2, 2011
- PIGOU, A. *Wealth and Welfare*. Cambridge: John Wiley & Sons, 4th ed. 1955 (1912).
- POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 (1944)
- POLLARD, Sidney. *The International Economy since 1945*. London: Routledge, 1997
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SALZMANN, A situação social na Grécia em World Socialist Web Site, em 4 de março de 2010.
- SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 (1937).
- SCHUMPETER, J.A. *A teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982

- SCHUMPETER, J.A. *History of Economic Analysis*. New York: Oxford Press, 1954
- SCHUMPETER, J.A. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- SHAIKH, A. The Falling Rate of Profit as the Cause of Long Waves: Theory and Empirical Evidence, in KLEINKNECHT, A. *et alli*(eds.), *New Findings in Long Wave Research*. London: Macmillan Press, 1992.
- SILVA, António Martins da. *História da União Europeia; A integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010
- SÖDERSTEN, B. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões. *Contas Nacionais*. São Paulo: LCTE, 2007.
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões. *Elementos de Demografia Econômica*. São Paulo: LCTE, 2006.
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões. *Moeda e Câmbio*. São Paulo: LCTE, 2014.
- STAAB, A. *The European Union explained*. 2Ed. Bloomington: Indiana University Press, 2011.
- STIGLITZ, Joseph E., *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o Mercado Livre e o naufrágio da Economia Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- SWEEZY, P. e BARAN, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1962).
- THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre Comunidade Europeia*. São Paulo: Brasiliense, 1992
- TOURAINÉ, Alain. *Após a Crise. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011
- VALÉRIO, Nuno. *História da União Europeia*. Lisboa: Presença, 2010
- VAN DER WEE, Herman. *Prosperity and Upheaval, the world economy 1945-1980*. London: Penguin, 1991
- VENTURA, D. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia, desafios da integração interregional*. Barueri: Manolo, 2003
- VERMEIJ, G. *Nature: an Economic History*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*,.
- WALLERSTEIN, I. *Historical Capitalism with Capitalist Civilization*. New York: Verso, 2011 (1983).
- WALLERSTEIN, I. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XX*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.
- WALLERSTEIN, I. *The End of the World as We Know It: social science for the Twenty-First Century*. Minneapolis: University of Minnesota, 1999.
- WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, I. *World-Systems Analysis: an introduction*. New York: Duke University Press, 2004.

WEISE, Christian, *Aspectos econômicos da ampliação da União Europeia para a Europa Central e Oriental* IN *União Europeia, alcance e transtornos da integração regional*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. Pp.73-88

WINTERBERG, Jörg. *O debate sobre a União Econômica e Monetária Europeia*. São Paulo: Adenauer, 1997.

3) OBRAS DE REFERÊNCIA:

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, Vol.1. 13ª.Ed. Brasília: UNB, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

NOUSCHI, Marc. *Breve Atlas Histórico do Século XX*. Lisboa: Pieaget, 1997

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2003

COMISSÃO EUROPEIA. Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação. “Como Funciona a União Europeia. Guia das instituições da União Europeia” IN: *A Europa em Movimento*, Jul. 2007

COMUNIDADES EUROPEIAS, COMISSÃO. *A Europa passo a passo, Cronologia da Comunidade Europeia*, 6ª.Ed. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1987.

COMISSÃO EUROPEIA. Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação. “Uma globalização benéfica para todos. A União Europeia e o comércio mundial” IN: *A Europa em Movimento*, Dez. 2002.

4) PÁGINAS DA INTERNET:

OCDE:

<http://stats.oecd.org/>

<http://www.ocde.org>

União Europeia:

http://ec.europa.eu/economy_finance/Euro/adoption/

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/>

<http://europa.eu/legislationsummarie.htm>

<http://europa.eu>

http://europa.eu/eu-law/treaties/index_en.htm

<http://www.ecb.europa.eu/stats/html/>

<http://www.europarl.europa.eu>

Nações Unidas:

<http://www.un.org>

<http://www.un.org/esa/population/publications/>

Outras:

<http://bespacoliberdade.wordpress.com>

<http://birn.eu.com/en/page/home>

<http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>

<http://hnn.us/article/1849>

<http://inteligenciaeconomica.com.pt>

<http://publico.pt/mundo/noticia/thatcher-e-mitterrand-temiam-ha-20-anos-a-reunificacao-alema-1400264>

<http://www.bis.org/bcbs/basel3.htm>

<http://www.hrw.org/world-report-2006/european-union>

<http://www.iea.org/publications/>

<http://www.let.leidenuniv.nl/history/rtg/res1/briand.htm>

http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/German_reunification.html

<http://www.thehindubusinessline.in/bline>

<http://www.wsws.org/pt/2010/mar2010/por1-m04.shtml>

<http://bespacoliberdade.wordpress.com/2010/12/28>